UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

MARIANA FERRAZ PAULINO

**A SEMÂNTICA DO TEMPO NO DISCURSO DE REFORMISTAS ILUSTRADOS
SOBRE AS AMÉRICAS IBÉRICAS (C.1750 – C.1807)**

VERSÃO CORRIGIDA

SÃO PAULO
2020

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

**A SEMÂNTICA DO TEMPO NO DISCURSO DE REFORMISTAS ILUSTRADOS
SOBRE AS AMÉRICAS IBÉRICAS (C.1750 – C.1807)**

VERSÃO CORRIGIDA

Mariana Ferraz Paulino
(FERRAZ PAULINO, Mariana)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. João Paulo Garrido Pimenta

São Paulo
2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

FF381s Ferraz Paulino, Mariana
A semântica do tempo no discurso de reformistas
ilustrados sobre as Américas Ibéricas (c.1750 -
c.1807) / Mariana Ferraz Paulino ; orientador João
Paulo Pimenta. - São Paulo, 2020.
294 f.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de História. Área de concentração:
História Social.

1. História dos Conceitos. 2. Reformismo
Ilustrado. 3. Tempo. 4. América Portuguesa. 5.
América Espanhola. I. Pimenta, João Paulo, orient.
II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do orientador

Nome da aluna: Mariana Ferraz Paulino (FERRAZ PAULINO, Mariana)

Data da Defesa: 28 de agosto de 2020

Nome do Prof. Orientador: João Paulo Garrido Pimenta

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 16 de Outubro de 2020

Prof. Dr. João Paulo Garrido Pimenta

Orientador

*Para Izabel Ferraz Paulino e Josefa Alves de Oliveira, minhas avós,
pelas histórias que não pudemos escrever.*

Agradecimentos

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo – FAPESP e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo fomento desta investigação (processo 2017/16541-1) no âmbito do convênio FAPESP/CAPES de abril de 2018 a março de 2020.

A João Paulo Pimenta, pelos quase dez anos de aprendizado, amizade e confiança. Agradeço principalmente pelas leituras atentas e por todo o zelo e paciência com que se dispôs a orientar este trabalho, bem como pelo carinho, bondade e disposição com que sempre me acolheu ao longo desta jornada de formação permanente.

A Guillermo Zermeño Padilla, Fabio Wasserman e Ana Rosa Cloclet da Silva, pelas frutíferas discussões suscitadas antes, durante e depois dos exames de qualificação e defesa, bem como pelo privilégio de poder aprender tanto com as leituras, críticas e sugestões apresentadas durante este percurso.

A Rafael de Bivar Marquese, por tantos ensinamentos e momentos valiosos. Aos membros da rede *Iberconceptos*, em especial a Elisa Cárdenas-Ayala, Federica Morelli, Maria Elisa Noronha de Sá, Noemí Goldman, Elias Palti, Francisco Ortega, Gabriel Entin e Javier Fernández-Sebastián, cujas partilhas sempre tão instrutivas e generosas foram essenciais para a construção deste trabalho; bem como a Adrián Velázquez, Alain J. Santos Fuentes, Alfredo Nava Sánchez e Facundo Rocca, amigos queridos brindados pelo caminho investigativo. À Maria Lêda Oliveira, pela imensa amizade transatlântica, pelo contato sempre tão amoroso, bem como pelas tantas recomendações bibliográficas valiosas desde os idos de 2013. A Wilma Peres Costa, André Machado e Andréa Slemian, pelo intercâmbio intelectual e afetivo construídos através da *Almanack*. À Ana Cristina Araújo, que generosamente me acolheu durante uma estadia na Universidade de Coimbra em 2014. A Alexandre Freitas Barbosa e Pablo Oller Monserath, cujas disciplinas de pós-graduação instigaram a elaboração de uma série de questões que vieram a ser incorporadas a este texto.

Aos colegas do LabMundi, pela oportunidade de aprender com cada um e cada uma a partir de leituras, debates, colaborações e diálogos sempre tão profícuos, bem como pela disposição em ler e comentar meu relatório de qualificação em outubro de 2018. Com especial carinho, agradeço a Alain El Youssef, Alberto Camargo Portella, Breno Moreno,

Bruno Miranda, Edú Levati, Felipe Alfonso, Giuliano Salvarani, José Evando Vieira de Melo, Juliana Zanezi, Leonardo Marques, Luís Otávio Vieira, Luiz Laurindo, Lucía Rodríguez Arrillaga, Marcelo Ferraro, Nastasia Barceló, Nicole Damasceno, Oscar Castro, Priscila Ferrer, Rafael Fanni, Roberta Quirino, Rodrigo Goyena Soares, Sarah Tortora Boscov, Tâmis Parron e Thomáz Fortunato.

Aos amigos e amigas que me impulsionaram durante a longa travessia que resultou nesta dissertação: Beatriz Lanna, Carla Aurora, Caroline Oliveira, Emiliano Martínez, Flávio Ferreira, Isabela Rodrigues de Souza, João Gabriel Covolan Silva, João Paulo Alves, Leidy Julieth Hernández, Maria Clara Laet, Philipe Bueno, Renata Furió, Rovilson Portela, Tania Lara e Waldomiro Lourenço da Silva Júnior. À Beatriz Palma, desde sempre e para sempre. A Diogo Luiz, meu grande irmão de alma, por tudo aquilo que voa do lado direito do coração. A Llorch de la Peña, por la verdadera potencia de la amistad. A Carlos Suárez, que presenciou grande parte do processo de realização desta pesquisa. Ao professor Altair Freitas, que instigou em mim o amor pela História. Aos redatores da mais bonita de todas as *epígrafes*: Alan Rufino, Catherine Galli, Felipe Landim, Lígya de Souza, Lucas Otto e Thiago Righi (e à Camila Soares, claro!), pessoas sem as quais este percurso não teria sido tão maravilhoso e feliz. A Rodrigo Aberastegui, pelos rumos e ressurreições da primavera.

Aos meus pais, Marisa e Antônio Cássio, e aos meus irmãos, Gabriel e Juliana, por tanto amor e carinho. Ao meu avô, Jonas, pelo apoio incondicional e por sempre confiar e acreditar nos meus projetos. À Lili, minha madrinha e meu maior exemplo de fortaleza e ressignificação. Aos meus tios avós, Luiza e Douglas; aos meus tios, Renata e Marcos; aos meus primos Rafael, Gabriela, Ana Clara, Leonardo, Juninho, Priscila, Alice, Antônio e Aurora, agradeço pela prática tão profunda e necessária do amor familiar.

*No se puede revivir el lenguaje si no se empieza por intuir de otra manera
casi todo lo que constituye nuestra realidad.*

Julio Cortázar

*O tempo dá voltas e curvas, o tempo tem revoltas absurdas,
ele é e não é ao mesmo tempo.*

José Miguel Wisnik e Jorge Mautner

Resumo: A presente dissertação consiste em um estudo acerca da semântica do *tempo* – isto é, de noções, concepções, representações, categorias e conceitos – mobilizada no e pelo discurso de reformistas ilustrados portugueses e espanhóis, tanto peninsulares como americanos, principalmente em escritos de cunho político e econômico que tratam de temas relativos às Américas Ibéricas entre c.1750 e c.1807. Fundamentada em pressupostos teórico-metodológicos oferecidos pela chamada *história das linguagens políticas* – considerando-se especialmente os aportes da História dos Conceitos promovida por Reinhart Koselleck –, este trabalho objetiva oferecer uma contribuição historiográfica pautada num estudo de ordem integrada no que diz respeito ao espaço de experiência colonial americano em relação à conjuntura global em que esses projetos de reforma se inseriram, partindo da identificação e análise de um vasto conjunto de palavras provenientes da *transversalidade oblíqua* do conceito de *tempo* tal como fora reivindicado em memórias, discursos, ensaios, reflexões, dissertações e cartas elaboradas no bojo do programa reformista ilustrado empreendido por Portugal e Espanha a partir da segunda metade do século XVIII até os primeiros anos do século XIX. Com isso, vislumbrou-se a obtenção de elementos fundamentais para a compreensão de algumas dimensões coincidentes dos reformismos ibéricos que dizem respeito às próprias formas de desenvolvimento das sociedades luso e hispano-americana de fins do Setecentos aos primeiros anos do Oitocentos, a fim de demonstrar que o exame do compartilhamento de uma *experiência linguístico-conceitual* comum aos dois Impérios consiste em uma profícua via de interpretação e compreensão, a partir da semântica do *tempo*, de alguns dos principais vetores de manifestação da experiência cognoscitiva da crise do sistema colonial tal como operara até o princípio do século XIX, da crise geral do Antigo Regime e do eflúvio da aceleração do tempo histórico quanto ao cenário ibero-americano.

Palavras-chave: História dos Conceitos; Reformismo Ilustrado; Tempo; América Portuguesa; América Espanhola.

Abstract: The research developed here consists of a study about the semantics of *time* – namely, of notions, conceptions, representations, categories and concepts – mobilized in and by the discourse of Portuguese and Spanish enlightened reformists, both peninsular and American, mainly in political and economic writings dealing with topics related to Iberian-America between 1750 and 1807. Based on theoretical-methodological preconceptions offered by the so-called *history of political languages* – considering especially the contributions of Reinhart Koselleck’s History of Concepts – this research aims to offer a historiographical contribution guided by an integrated order study about the space of the American colonial experience in relation to the global context in which these reform projects were inserted, starting from the identification and analysis of a vast set of words stemming from the *oblique transversality* of the concept of *time*, as claimed in memoirs, discourses, essays, reflections, dissertations and letters drawn up amid the illustrated reformist program undertaken by Portugal and Spain from the second half of the 18th century to the first years of the 19th century. Herewith, it was glimpsed the acquisition of fundamental elements to understand some coincident dimensions of the Iberian reformisms that concern the very forms of the Portuguese and Hispanic-American societies development from the late 18th to the early years of the 19th century to prove that studying the sharing of a *linguistic-conceptual experience* common to both empires consists in a fruitful way of interpretation and understanding based on the semantics of *time*, on some of the main vectors of the cognitive experience manifestation in the colonial system crisis as it was operated until the beginning of the 19th century, the general crisis of the *Ancien Régime* and the effluvium of the acceleration of historical time in relation to the Ibero-American scenario.

Keywords: History of Concepts; Enlightened Reformism; Time; Portuguese America; Spanish America.

LISTA DE ABREVIATURAS

ARCL – Academia Real das Ciências de Lisboa

BBM – Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin

RAE – Real Academia Española

SUMÁRIO

Introdução.....	p.13
------------------------	-------------

Capítulo 1

A decadência, o atraso e a crise: o longo tempo do reformismo ilustrado

Introdução.....	p.31
<i>A simultaneidade do não-simultâneo</i> e a retórica da “decadência”.....	p.39
Aspectos e reverberações do longo século XVII.....	p.44
Reconfigurações do tempo na segunda metade do século XVIII.....	p.52
A aceleração do tempo e a retórica do “atraso”.....	p.61
Crise: a invocação da pergunta ao futuro histórico.....	p.66

Capítulo 2

O tempo no reformismo ilustrado: vocabulários específicos e núcleos lexicais

Introdução.....	p.78
Reformas.....	p.86
História, experiência e expectativa.....	p.118
Adiantamento e progresso.....	p.149
Decadência e atraso.....	p.172

Capítulo 3

O tempo no reformismo ilustrado: conjuntos metafóricos

Introdução.....	p.198
Metáforas botânicas: florescimento, fertilidade e esterilidade.....	p.201
Conservação e costumes.....	p.215
Metáforas cinéticas: lentidão, estagnação e celeridade.....	p.233
Metáforas de contingência: acaso, fortuna, sorte e destino.....	p.255

Considerações Finais.....	p.267
----------------------------------	--------------

Referências Bibliográficas.....	p.272
--	--------------

Introdução

América, Cidadão, Colônia, História, Liberalismo, Nação, Opinião Pública, Pátria, Revolução: estudar as linguagens políticas de fins do século XVIII e dos primeiros anos do século XIX demanda, dentre um imenso contingente de estratégias e prudências, especial diligência para com certos *conceitos transversais fundamentais* essencialmente políticos – assim denominados porque alicerçam discursos emergentes no período, atravessando de modo geral a amplitude espaço-temporal em que se inserem – como os acima referidos¹. Esses, portadores de vasta multiplicidade de sentidos em suas próprias dinâmicas de mutabilidade, são detentores de constantes batalhas semânticas² nas quais, de acordo com os grupos que os mobilizaram e a partir das experiências conjunturais em que foram pleiteados, sobressaíram-se algumas dimensões de sentido em detrimento de outras tantas possíveis, que privilegiaram principalmente elementos que pudessem contribuir, em situações específicas, com o uso estratégico desses conceitos como ferramentas de reivindicação de certos programas e ideários políticos³.

Tal diligência quanto ao estudo desses conceitos se requisita não apenas pela polissemia impreterivelmente abarcada pelas palavras mencionadas – característica imprescindível, segundo Reinhart Koselleck, para a consumação de um *conceito* enquanto tal, já que para o autor “todo conceito se prende a uma palavra, mas nem toda palavra é um conceito social e político”⁴ –, mas também, e sobretudo, porque as mudanças que envolvem

¹ Ver especialmente FERNANDEZ SEBASTIÁN, Javier. Introducción: hacia una historia atlántica de los conceptos políticos. In: ____ (org). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano: la era de las revoluciones, 1750 – 1850*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales/Fundación Carolina/Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales, 2009.

² A expressão é de KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC - Rio, 2006, p.102.

³ Vale a ponderação de Reinhart Koselleck: “la semántica sociopolítica no se entiende sin los grupos e intereses de los hablantes, pero no puede derivarse completamente de las constelaciones de hablantes existentes en cada situación. La transformación lingüística y la transformación de los conceptos producen más cosas, cosas distintas de lo que los hablantes eran capaces de percibir directamente o de admitir [...]. El uso de los conceptos [...] no procede, por tanto, solo de la táctica lingüística dirigida, sino que se trata de procesos, de fenómenos latentes, de los que solo parcialmente son conscientes sus contemporáneos, a menudo solo por casualidad”. KOSELLECK, Reinhart. *Innovaciones conceptuales del lenguaje de la Ilustración. Historia de Conceptos: Estudios sobre semántica y pragmática del lenguaje político y social*. Madri: Editorial Trotta, 2012, p.204.

⁴ Para Koselleck, “o sentido de uma palavra pode ser determinado pelo seu uso. Um conceito, ao contrário, para poder ser um conceito, deve manter-se polissêmico. Embora o conceito também esteja associado à palavra, ele é mais do que uma palavra: uma palavra se torna um conceito se a totalidade das circunstâncias político-sociais e empíricas, nas quais e para as quais essa palavra é usada, se agrega a ela”. Ver:

as redes que constituem *conceitos transversais fundamentais* são tantas e tão dinâmicas, que seu estudo se apresenta como uma exigência inescapável àqueles e àquelas que pretenderem compreender alguns dos mais profusos aspectos de um contexto dobradiça entre dois momentos fulcrais da história, em que no mundo ibérico o regime monárquico e o sistema colonial manifestavam indícios de suas falências e, a partir de 1807, a irrevogabilidade definitiva dos moldes em que operaram até então. Afinal, como tratar do advento de novas formas de sociabilidade sem reflexionar acerca de conceitos tais como Político e Público, para citar apenas dois exemplos dentre tantos possíveis? Como compreender certas características dos processos de Independência e posterior construção de Estados nacionais americanos, que lograram suas emancipações face às metrópoles ibéricas ao longo das duas primeiras décadas do século XIX, sem considerar o repertório discursivo de suas personagens, em que se postularam vozes tais como Nação, República e Revolução, atreladas necessariamente a mudanças e/ou permanências de sentido inerentes a termos tais como Colônia e Pátria, por exemplo? De que modo interpretar a vertiginosa expansão da imprensa e a aparição de centenas de periódicos, revistas, folhetos e pasquins neste período sem mobilizar ferramentas discursivas tais como Opinião Pública e Liberdade⁵?

Evidentemente, as profundas mutações que permearam o universo semântico que vertebrava as instituições e práticas políticas neste período umbral que vai aproximadamente de 1750 a 1850 – “ou seja, das reformas bourbônicas e pombalinas ao encerramento do primeiro surto de revoluções liberais e cristalização dos novos Estados independentes”⁶ – não se deram de maneira imediata, mas trilharam um percurso de graduais incorporações, transformações e ressignificações (que também abarcaram, vale reiterar, manutenções e permanências) no tocante às noções, concepções, representações, categorias e conceitos⁷ de diversas unidades lexicais que compunham as linguagens

KOSSELLECK, Reinhart. História dos Conceitos e História Social. In: _____. *Futuro Passado...* Op.Cit., pp.108-109.

⁵ Alguns dos *conceitos transversais fundamentais* mencionados nesse parágrafo foram estudados por uma vasta gama de historiadores e historiadoras, de acordo com as especificidades locais de cada termo, sobretudo no primeiro tomo do *Diccionario político y social del mundo Iberoamericano* – projeto do qual esta pesquisa é tributária. Ver: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier (dir.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano: la era de las revoluciones, 1750 – 1850*. Op.Cit.

⁶ FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. Introducción: hacia una historia atlántica... Op.Cit., p.30

⁷ PIMENTA, João Paulo. “Notions and concepts of time in late eighteenth-century Brazil” (paper apresentado no 13º Internationaler Kongress zur Erforschung des 18. Jarhunderts, Graz, 2011).

políticas de homens e mulheres do período, condicionadas por diferentes condições de Modernidade que serão examinadas ao longo deste texto. Por agora, basta considerar que o extenso conjunto de transformações “modernas” – tendo em vista que, de acordo com Guillermo Zermeño Padilla, a Modernidade encerra o paradoxo de que toda criação implica o abandono de algo ao efetuar a substituição de uma coisa por outra, avaliada como mais conveniente ou apeteável⁸ – suscitou um aprimoramento escalonado quanto às performances discursivas empreendidas por atores políticos que participaram dos múltiplos episódios que configuraram o referido cenário (admitindo, portanto, a superação de preceitos sustentados pela já suficientemente criticada História das Ideias⁹), na medida em que vocábulos mobilizados por essas personagens percorreram extensos sendeiros semânticos ao longo dos quais diversas outras vozes e nuances de sentido foram sendo incorporadas ou sublimadas, o que teria resultado na constituição – a partir de um processo de temporalização, democratização, ideologização e politização¹⁰ – de uma determinada palavra ou voz em um *conceito político*. Tal aprimoramento escalonado se nota, por exemplo, numa frase de Antonio Nariño (1765 – 1823), uma das importantes personagens

⁸ ZERMEÑO PADILLA, Guillermo. *La cultura Moderna de la Historia: una aproximación teórica e historiográfica*. Cidade do México: El Colegio de México, Centro de Estudios Históricos, 2010, c2002, p.41.

⁹ De acordo com Arthur Lovejoy, que publicou em 1940 o manifesto inaugural da chamada *History of Ideas*, a referida proposta de estudos que almejava empreender partia de duas diretrizes fundamentais: a primeira dizia respeito à reivindicação de uma capacidade característica de migração das ideias, que de acordo com Lovejoy, eram entidades capazes de deslocar-se incólumes de uma época a outra, de uma cultura a outra e de uma disciplina a outra. A segunda, por sua vez, tratava das razões pelas quais o estudo da História das Ideias seria importante para a compreensão da história em geral: para Lovejoy, as realizações históricas não deveriam ser consideradas resultados ou plasmações de projetos conscientemente assumidos, pois as ideias poderiam ser meras racionalizações de impulsos subjetivos (paixões) ou determinações objetivas (interesses econômicos), cuja racionalidade e sentido se dirigiam a outros âmbitos da realidade histórica. Ver principalmente PALTÍ, Elías. De la historia de ‘Ideas’ a la historia de los ‘lenguajes políticos’: las escuelas recientes de análisis conceptual – el panorama latinoamericano. *Anales Nueva Época*, n.7-8, 2006, p.65. Os postulados da *History of Ideas* passaram a ser ponderados de modo mais contundente sobretudo a partir da emergência da terceira geração de historiadores da *Escola dos Annales*, que introduziu na cultura historiográfica do período a noção de que toda atividade humana deveria ser considerada “história” por meio de uma nova modalidade de conceitualizar o fenômeno do *tempo*, o que mais tarde veio a se consolidar por meio do desenvolvimento de propostas tais como as que foram empreendidas pelo chamado *Contextualismo Linguístico* de Quentin Skinner e John Pocock, bem como pela História dos Conceitos ou *Begriffsgeschichte*, desenvolvida inicialmente pelo historiador austríaco Otto Brunner e propagada no contexto anglo-saxônico pelo já referido Reinhart Koselleck, apenas para citar duas vertentes importantes para o estudo das linguagens políticas.

¹⁰ Ver principalmente FERNÁNDEZ TORRES, Luís. Un texto fundacional de Reinhart Koselleck. Introducción al ‘Diccionario histórico de conceptos político-sociales básicos en lengua alemana’. *Anthropos*, n.223, 2009, pp. 92-105.

que operaram no processo de independência neogranadina, datada de 1811: “ya no somos colonos: pero no podemos pronunciar la palabra *libertad* sin ser *insurgentes*”¹¹.

Mas há também uma grande variedade de conceitos que operam de forma distinta em relação aos *transversais fundamentais*, e que serão denominados por mim neste trabalho *conceitos transversais oblíquos*: esses perpassam os mencionados *conceitos transversais fundamentais* e mesmo sem serem necessariamente reivindicados como núcleos terminológicos explícitos, são condensadores de variados aspectos de distintas realidades; e cujas performances são indispensáveis para o estabelecimento de uma semântica estrutural e orgânica comum nos discursos de uma época. Sua dimensão de obliquidade ocorre, principalmente, porque desempenham um percurso semântico particular em relação ao executado pelos *conceitos transversais fundamentais*, tendo em vista que apesar de não serem evocados manifestadamente pelos empreendedores de um discurso e nem clamados precisamente como os “singulares coletivos”¹² grafados em maiúscula e mencionados no primeiro parágrafo desta Introdução, os *conceitos transversais oblíquos* se fazem presentes na medida em que se consumam como estruturas de experiência¹³ que atravessam os conteúdos de um texto e atuam sobre algumas de suas unidades terminológicas – não delimitando-se a um campo lexical específico para fazê-lo –, o que acaba por dotá-las de sentidos que até então não possuíam (ou por transformar os sentidos de que já eram detentoras), sem serem necessariamente mencionados de modo patente na composição dos escritos em que figuram. Daí, então, que o labor investigativo sobre um *conceito transversal oblíquo* não seja condicionado exclusivamente pelo rastreamento da palavra em si e de seu arcabouço semântico elementar, mas irrompa de uma perseguição sensível e pormenorizada também às próprias categorias atreladas à instância da obliquidade a fim de

¹¹ Grifos meus. Apud: ORTEGA, Francisco. Ni nación ni parte integral: “Colonia”, de vocablo a concepto en el siglo XVIII iberoamericano. *Prismas*, nº 15, 2011, p.19.

¹² De acordo com Javier Fernández Sebastián, os “singulares coletivos” são “nomes sociopolíticos que começaram a serem utilizados preferencialmente no singular e que, precisamente por conta de sua amplitude semântica e de sua generalidade, se prestam a uma grande variedade de usos e interpretações em situações dadas e por atores determinados e, portanto, a uma forte ideologização”. In: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, J. Introducción: hacia una historia atlántica de los conceptos políticos... Op.Cit., p.30.

¹³ LEONHARD, Jörn. Lenguaje, experiencia y traducción. In: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier & CAPELLÁN DE MIGUEL, Gonzalo (orgs.). *Conceptos políticos, tiempo e historia...* Op.Cit., p.402.

que se possa, com base nos múltiplos sulcos representados pelos vocábulos que compõem seu leque de locuções tão variadas, constatá-lo em sua própria omissão¹⁴.

Ao longo do processo de leitura das fontes que compuseram o corpus documental desta pesquisa – uma seleção de aproximadamente 50 textos de cunho político e econômico, típicos dos reformismos ilustrados português e espanhol, elaborados tanto por funcionários residentes nas metrópoles ibéricas como nas colônias americanas, mas que tratam especificamente dessas –, percebi então que o conceito de *tempo*, regente da semântica eleita para compreender e analisar a produção discursiva de funcionários ilustrados que atuaram no referido contexto, revelava um desempenho discursivo diferente se comparado ao exercido por *conceitos transversais fundamentais* – tais como alguns dos mencionados anteriormente –, o que me levou a desenvolver a referida proposta teórico metodológica a ser aqui apresentada.

A primeira razão que me propôs refletir acerca das particularidades inerentes ao desempenho do *tempo* nos textos selecionados se encontra na percepção de que o vocábulo havia sido muito pouco mobilizado pelos atores políticos do período, uma vez que esses homens não revelavam urgência ou necessidade de evocá-lo como uma entidade lexical *per se* – ou seja, empregando-o como voz, vocábulo ou palavra nas memórias, discursos, ensaios, reflexões, dissertações e cartas por eles elaboradas – para intensificar a densidade propositiva de seus escritos¹⁵. Entretanto, ainda que o *tempo* como entidade lexical não estivesse presente a não ser em sua conotação mais corriqueira, as fontes me possibilitaram compreender que sua essência, seu sentido, sua multiplicidade de acepções estavam ali contidas: discutia-se, refletia-se, propunha-se a partir do e sobre o *tempo* ainda que o termo não fosse recorrentemente mencionado; particular característica que, como as fontes

¹⁴ Vale mencionar que além dos referidos *conceitos transversais fundamentais*, Koselleck apresenta também os chamados *conceitos dinâmicos de movimento*, os *conceitos fundamentais temporais*, os *conceitos temporais de compensação*, os *conceitos de registro* ou *de criação de experiências*. Ainda que muitas das palavras que virão a ser analisadas neste trabalho como integrantes e constituidoras da chamada semântica do *tempo* sejam compatíveis com alguns desses grupos apresentados pelo autor – como é o caso dos vocábulos *história*, *progresso* e *revolução*, apenas para citar alguns exemplos –, acredita-se que a posição ocupada pelo *tempo* nos discursos que serão aqui trabalhados deve ser considerada de modo distinto, tendo em vista as particularidades de sua performance textual nos escritos do reformismo ilustrado ibero-americano, que demandam a apresentação e mobilização de uma ferramenta teórico-metodológica que parte das classificações oferecidas por Koselleck, mas que refere-se a uma semântica cujo comportamento está pautado principalmente na omissão do conceito que a encabeça e que a delinea. KOSELLECK, Reinhart. *Innovaciones conceptuales del lenguaje de la Ilustración...* Op.Cit.

¹⁵ Inclusive, vale a pena mencionar que a mobilização do termo, quando feita, ocorria a partir de duas de suas acepções mais comuns – “época” e “período”, o que não indicava nem particularidade nem inovação.

admitiram observar, permitia ao *tempo* atravessar os textos escritos por funcionários reformistas ilustrados de ambas as monarquias ibéricas sem que o vocábulo devesse imprescindivelmente ali figurar.

A segunda razão que me orientou a conceber o *tempo* como um *conceito transversal oblíquo* se refere à detecção de uma instância articuladora de sentidos – a que nomeei *vocabulários específicos* – entre o que Reinhart Koselleck definiu como “conceitos” e “categorias”; ou seja, entre o *tempo* e o contorno lexical a ele vinculado, que compunha e condicionava a consolidação de sua estrutura semântica. Isso, porque novamente a leitura e o exame das fontes me propiciaram identificar a existência de uma *camada intermediária* entre o *tempo* – especialmente considerando-se que praticamente não esteve presente como voz nos discursos selecionados, como já se assinalou no parágrafo anterior – e os demais termos a ele correspondentes; que consentia não apenas reconhecer que certas categorias aparentemente bastante alheias à semântica estudada eram provenientes de *tempo*, o continham e/ou o manifestavam (o que autorizava, então, seu enlace ao campo semântico do referido conceito), mas que também assegurava uma organização coerente da barafunda de termos que podiam ser associados a ele, na medida em que o *tempo* se encontrava, para utilizar uma expressão cara à psicanálise, “presente em suas ausências”¹⁶. Como se, imaginando-se a anatomia de uma grande árvore, pudéssemos compreender a) a semântica do *tempo* como o tronco ou caule que garante a firmeza e a estabilidade da planta; b) a referida *camada intermediária* articuladora de sentidos representada pelos *vocabulários específicos* como os galhos que emanam desse tronco ou caule; c) os termos/vocábulos/vozes a eles vinculados como os gravetos que surgem desses galhos, num processo de irradiações de sentidos em que as raízes subterrâneas que suportam essa árvore evocam, de modo pluridirecional, tanto as transformações como as permanências inerentes ao panorama geral da Modernidade e as variadas dinâmicas linguísticas que dela, por ela e rumo a ela emergem.

A terceira razão se refere precisamente aos termos correspondentes ao *tempo* e que procedem da instância intermediária dos *vocabulários específicos* – termos aos que, seguindo-se a proposta de Koselleck, denominam-se “categorias” –. Dada a ausência

¹⁶ LACLAU, Ernesto. Antagonismo, subjetividad y política. *Los fundamentos retóricos de la sociedad*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014. Também: RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: UNICAMP, 2007.

essencial do *tempo* como ente terminológico nos textos analisados, o processo de levantamento e análise de categorias a ele vinculadas e que o compõem e constituem como conceito exigiu o empreendimento de uma perseguição particularizada a um conjunto extenso e bastante variado de vocábulos que desempenharam sentidos de *tempo* nos textos selecionados. Para isso, a utilização de compilações lexicais de época – principalmente vocabulários e dicionários – para consulta foi imprescindível, especialmente pela exigência de considerar as especificidades da *experiência linguístico-conceitual* compartilhada por dois Impérios que se expressavam em idiomas diferentes – tema a ser discutido no segundo capítulo desta dissertação –, o que me consentiu estabelecer entremeados semânticos entre campos lexicais que, em outras conjunturas textuais, dificilmente poderiam ser atribuídos a uma filiação comum de sentido. Essa é, afinal, uma das características primordiais da Modernidade ilustrada do século XVIII, que se distingue da humanista ou da renascentista por sua notável capacidade de “sincronizar coisas que até o momento pareciam não ter nenhuma relação”¹⁷.

A organização dos referidos *vocabulários específicos* se estabeleceu de acordo com a identificação da relevância operativa de determinados temas, considerando-se tanto sua incidência nos textos elaborados por funcionários das Coroas ibéricas como a importância estratégica representada por eles nos discursos em que figuravam. Assim, chegou-se a quatro núcleos lexicais irradiadores de amplas redes semânticas que foram importantes aglutinadoras do *tempo* como *conceito transversal oblíquo*. São estas: 1) reformas; 2) história, experiência e expectativa; 3) adiantamento e progresso; 4) decadência e atraso.

Além dos quatro núcleos lexicais que compõem os referidos eixos irradiadores de sentido, foram encontrados também alguns outros temas interessantes para esta investigação, e que apesar de não constituírem *vocabulários específicos* – precisamente por não terem sido mobilizados como camadas intermediárias articuladoras a partir de uma matriz estruturante de discursos –, demandam especial atenção não apenas porque manifestam sua pertença à semântica do *tempo* como *conceito transversal oblíquo*, mas porque também são termos cujas aparições no discurso de reformistas ilustrados permitem observar as já mencionadas graduais incorporações, transformações, ressignificações e

¹⁷ ZERMEÑO PADILLA, Guillermo. História, Experiência e Modernidade na América Ibérica, 1750 - 1850. *Almanack Braziliense*, n.8, maio de 2008.

permanências orientadas por distintas condições de Modernidade. Os referidos temas serão mencionados adiante, uma vez que organizam as análises que compõem o terceiro capítulo dessa dissertação, a ser enunciado no decorrer da presente Introdução.

Finalmente, a quarta razão pela qual o *tempo* pode ser considerado um *conceito transversal oblíquo* se refere ao preliminar diagnóstico de que apesar de não figurar nos textos analisados como um ente terminológico, o *tempo* quase sempre aparecia atravessando os *conceitos transversais fundamentais* sem ser necessariamente um dos termos imediatamente associados a eles como parte da constituição de suas estruturas semânticas. Aparece, como já se sabe, como categoria componente e imprescindível de *conceitos transversais fundamentais* tais como História ou Revolução, por exemplo; mas sua *transversalidade oblíqua* ocorre também em relação à grande maioria dos demais conceitos mencionados, inclusive nos que aparentam não contê-lo diretamente em sua estrutura conceitual – principalmente porque, como mencionou-se anteriormente, o processo de temporalização de palavras constituía um dos quatro pilares requisitados, segundo Koselleck, para sua consolidação enquanto conceitos no panorama semântico da Modernidade¹⁸ –.

Ainda, de acordo com os interesses específicos desta investigação, é possível considerar que o *tempo* se faz presente como um dos principais vetores de manifestação da experiência cognoscitiva da crise do sistema colonial tal como este operara até princípios do século XIX, da crise geral do Antigo Regime e do eflúvio da aceleração do tempo histórico – algo que, segundo Javier Fernández-Sebastián, teria “adensado a experiência histórica”¹⁹ desde então –, atravessando portanto a elaboração desses *conceitos transversais fundamentais* e orientando-os inclusive em direção às dinâmicas e transformações por eles desempenhadas na Modernidade, sem as quais os referidos conceitos não poderiam ter adquirido as características e contornos de sentido que posteriormente adquiriram.

Com isso, é lícito considerar que obliquidade do *tempo* o caracteriza como uma condição de sentido preliminar para o estabelecimento de demais *conceitos transversais fundamentais* – e aqui se postula que é muito provável que outros conceitos que podem ser

¹⁸ Novamente FERNÁNDEZ TORRES, Luís. Un texto fundacional de Reinhart Koselleck. Op.Cit.

¹⁹ FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. Cabalgando el corcel del diablo: conceptos políticos y aceleración histórica en las revoluciones hispánicas. In: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier & CAPELLÁN DE MIGUEL, Gonzalo. (Orgs.). *Conceptos políticos, tiempo e historia: nuevos enfoques en historia conceptual*. Santander, 2013, p.450.

considerados *transversais oblíquos* também tenham exercido semelhante importância por sua penetração nos *conceitos transversais fundamentais* –, na medida em que apesar de não figurar necessariamente na complexão semântica desses conceitos como uma de suas categorias fundadoras imediatas, o fato de que tenham sido atravessadas obliquamente pelo *tempo* é exatamente aquilo que representa uma de suas principais condições de consumação e consolidação.

Assim sendo, é nessa instância de sublimação da palavra inerente aos *conceitos transversais oblíquos* – que se constituem, então: a) por meio da superação dos vocábulos ou estruturas lexicais como redomas de sentido; b) pela criação de redes semânticas compostas por léxicos supostamente considerados inconciliáveis; c) bem como através da exaltação da polissemia enquanto mecanismo de expansão e potencialização do político em um texto tipicamente moderno²⁰ – em que se insere o tema da presente dissertação, que consiste em um estudo da semântica do *tempo* – isto é, de noções, concepções, representações, categorias e conceitos²¹ – mobilizada no e pelo discurso de reformistas ilustrados portugueses e espanhóis, tanto peninsulares como americanos, principalmente em escritos de cunho político e econômico que tratam de temas relativos às Américas Ibéricas entre c.1750 e c.1807.

De acordo com os pressupostos estabelecidos para esta investigação, tem-se que o estudo da semântica do *tempo* revela-se essencial para a compreensão de múltiplos aspectos dos reformismos ilustrados português e espanhol porque que a natureza dessas políticas, que condicionava seus formuladores e gestores à concepção de um futuro mais próspero para as monarquias ibéricas (dado o contexto desfavorável em que julgavam encontrar-se os Impérios desde meados do século XVII), engendrava ideias sistematizadas acerca do passado, do presente e do porvir. Isso, porque as Coroas portuguesa e espanhola paulatinamente interpretaram que ocupavam posições desfavoráveis em relação aos novos padrões de competição econômica estabelecidos num cenário global, ante a aparição de sintomas relacionados à um suposto atraso de Portugal e Espanha em relação às disputas de

²⁰ “A adoção desta perspectiva pressupõe uma relação particular com a linguagem ou com o uso das palavras. Dentro desta concepção metodológica, a linguagem não é percebida com um mero instrumento de fala, mas sobretudo como algo constitutivo de nossa maneira de observar ou descrever o mundo. Esta posição permite uma aproximação em relação às transformações semânticas situadas *na e pela* linguagem, vistas como formas mediante as quais as sociedades enfrentam seus problemas. A linguagem é, ao mesmo tempo, a condição e guia da mesma experiência”. ZERMENO PADILLA, Guillermo. *La cultura de la Historia...* Op.Cit., p.22.

²¹ PIMENTA, João Paulo. “Notions and concepts of time in late eighteenth-century Brazil”... Op.Cit.

poderio emergentes no período – encabeçadas, a saber, por ingleses, franceses e, em menor medida, holandeses –, à *aceleração do tempo histórico*²² e às reconfigurações revolucionárias do período²³, temas que serão melhor debatidos adiante. Tais sintomas se manifestavam, dentre outros planos, especialmente nas linguagens políticas empregadas por seus funcionários ilustrados na elaboração dos programas de reconfiguração imperial em que se inseriam, tendo em vista o modo com que esses homens almejavam encontrar, especialmente no legado de séculos pretéritos, inspirações de conduta que assegurassem o resgate de épocas gloriosas e a manutenção de uma ordem que parecia revelar sua falência²⁴.

Para testar a viabilidade dessas hipóteses historiográficas, bem como dos pressupostos teórico-metodológicos que orientaram a elaboração e realização desta pesquisa, considere duas premissas elementares. A primeira manifestou-se por meio do diagnóstico de uma necessidade de recuar a narrativa apresentada ao século XVII²⁵, uma vez que a apreensão de alguns episódios e fenômenos anteriores ao recorte estabelecido para a presente dissertação se mostraram úteis para a construção de um percurso de relativa *longa duração* das alterações semânticas e das estratégias de enunciação que emergiram no panorama da segunda metade do século XVIII, na medida em que notou-se a possibilidade de estabelecer, dentro dos limites e restrições inerentes ao tema, uma rede de parentescos lexicais entre o vocabulário político de fins do Seiscentos e os arranjos linguísticos reivindicados por reformistas ilustrados ibero-americanos que atuaram na segunda metade do Setecentos e nos primeiros anos do Oitocentos.

²² KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado...* Op.Cit. Também: SEWELL JR., William H. Acontecimentos históricos como transformações das estruturas: inventando a revolução na Bastilha. *Lógicas da História: teoria social e transformação social*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2017.

²³ Ver principalmente HOBBS, Eric. *A era das revoluções: 1789 – 1848*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982; ARENDT, Hannah. *Da Revolução*. São Paulo: Ed Ática, 1963; PALMER, Robert R. *The Age of the Democratic Revolution*. New Jersey: Princeton University Press, 2014; GODECHOT, Jacques. *As Revoluções (1770-1789)*. Minas Gerais: Editora Pioneira, 1976; WASSERMAN, Fabio. *Hacia una historia conceptual de revolución*. In: _____. (comp.) *El mundo en movimiento: el concepto de revolución en Iberoamérica y el Atlántico norte (siglos XVII-XX)*. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 2019; PIMENTA, João Paulo. *Tempos e Espaços das Independências: a inserção do Brasil no mundo ocidental*. São Paulo: Intermeios, 2017.

²⁴ KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise: uma contribuição à patogeneza do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Contraponto/EDUERJ, 1999. Também: HALPERÍN-DONGHI, Túlío. *Reforma y disolución de los imperios ibéricos 1750-1850*. Madri: Alianza Editorial, 1985.

²⁵ Ver principalmente PALTÍ, Elías. *Una arqueología de lo político*. Régimenes de poder desde el siglo XVII. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2018. Também: HAZARD, Paul. *Crise da consciência europeia* (tradução e notas de Oscar de Freitas Lopes). Lisboa: Edições Cosmos, 1948.

Isso, principalmente, porque de acordo com Elias Palti, “em última instância, o *Sattelzeit* de que trata Koselleck não foi senão uma resposta a uma série de desafios político-conceituais surgidos dois séculos antes”²⁶. Assim sendo, o estabelecimento de tal rede demandou a consideração da relevância do campo do político como cenário fundamental de aglutinação, potencialização e disseminação dos conflitos de natureza simbólica que passaram a ocorrer a partir deste *longo século XVII*, sobretudo com a emergência do pacto social e com o advento da ideia de Soberania, dois temas portadores de paradoxos e conflitos internos cujos germinais se encontram nas reconfigurações fundamentais condicionadas pela trágica cosmovisão barroca²⁷ como expressão rotunda de afirmação das monarquias estamentais corporativistas – generalizadas por meio da limitada, porém útil denominação *Antigo Regime*²⁸ –.

A segunda premissa elementar esteve na compreensão, também sob o prisma da *longa duração*, de mudanças encetadas pelos processos revolucionários ocorridos a partir da segunda metade do século XVIII, que instauraram uma série de transformações – também consentindo, é importante ressaltar, a permanência e manutenção de diversas outras dimensões políticas e econômicas – que viabilizaram tanto o estabelecimento de uma nova organização de corpos sociopolíticos como uma recodificação de relações já existentes, no que se refere sobretudo aos ritmos de suas tramas e aos tratos discursivos em que se baseavam. Daí, então, a importância da criação de um mapa semântico de vocábulos e conceitos potenciais, construído tanto a partir de termos identificados nos escritos que compõem o arcabouço documental que subsidiou esta pesquisa, como com base nas consultas realizadas a vocabulários e dicionários de época. E ainda que as cristalizações de sentido apresentadas em mencionadas compilações lexicais pouco permitam concluir sobre as transformações e ressignificações linguísticas que atravessaram os verbetes que as compõem, a referência a estes repertórios me autorizou a refletir não apenas acerca daquilo

²⁶ PALTÍ, Elías. *Una arqueología de lo político*. Op.Cit., p.29.

²⁷ MARAVALL, José Antonio. *La cultura del Barroco*. Barcelona: Editorial Ariel S.A., 1990; FRANÇA, Eduardo d'Oliveira. *Portugal na época da restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997 e, novamente, PALTÍ, Elías. *Una arqueología de lo político...* Op.Cit.

²⁸ De acordo com João Paulo Pimenta, a generalização inerente ao termo *Antigo Regime* é excessiva, mas útil, “por dar conta de uma grande variedade de especificidades regionais europeias observadas ao longo de aproximadamente trezentos anos e que, em decorrência da construção dos impérios ultramarinos, foram sendo transportadas e reelaboradas nos espaços coloniais, assim como redefinidas em função desses mesmos espaços”. PIMENTA, João Paulo. *A Independência do Brasil e a experiência hispano-americana (1808-1822)*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2015, p.14.

que certos homens elaboraram discursivamente em seus contextos próprios, mas principalmente sobre aquilo que jamais poderiam elaborado nas circunstâncias em que se inseriam.

De acordo com as referidas premissas, esta dissertação foi organizada em três capítulos. No primeiro, intitulado “A decadência, o atraso e a crise: o longo tempo do reformismo ilustrado”, intencionou-se apresentar uma narrativa contextual de *longa duração*, por meio da qual se pleiteou apresentar possibilidades interpretativas que permitissem compreender de que maneira a paulatina assimilação de uma suposta bancarrota dos Impérios ibéricos – dada a *simultaneidade do não-simultâneo* imbricada na coexistência de dois sistemas atlânticos, o Ibérico e o do Noroeste europeu²⁹; bem como naquelas existentes entre os dois sistemas e no interior de cada Império – teria condicionado a percepção de uma decadência entre arbitristas de fins do século XVI e ao longo de todo o século XVII, que teria sido deslocada pela retórica do “atraso” quando da irrupção da chamada *aceleração do tempo histórico* a partir das últimas décadas do século XVIII, e que posteriormente teria sido assimilada, por atores históricos e por grande parte da historiografia dedicada ao tema, como uma crise estrutural dos arranjos operativos que vigoraram até então.

Considerando-se principalmente a importância da formação de *espaços de sociabilidade moderna*³⁰ como tertúlias, academias, companhias e sociedades de letrados, bem como a relevância da ocorrência de fenômenos tais como o estabelecimento da chamada União Ibérica (c.1580 – c.1640) e sua dissolução, a ocorrência da Guerra de Sucessão do trono espanhol nos primeiros anos do século XVIII, o conflituoso cenário de ocorrência da Revolução Francesa e a aparição dos primeiros indícios gerais que vieram a

²⁹ A proposta de consideração da *simultaneidade do não-simultâneo* – configurada por Reinhart Koselleck – relacionada à coexistência do Sistema Atlântico Ibérico e do Sistema Atlântico do Noroeste Europeu será melhor delineada adiante, e diz respeito a estudos concebidos especialmente em MARQUESE, Rafael de Bivar. A escravidão caribenha entre dois atlânticos: Cuba nos quadros das independências americanas. In: PAMPLONA, Marco A. & MÄDER, Maria Elisa Noronha de Sá (Orgs.). *Revoluções de Independências e nacionalismos na Américas*: Nova Granada, Venezuela e Cuba. São Paulo: Paz e Terra, 2007; e BERBEL, Márcia Regina, MARQUESE, Rafael & PARRON, Tâmis. *Escravidão e Política: Brasil e Cuba, c. 1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2010.

³⁰ Tendo em vista os aportes de HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003; mas também os de GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias...*, Op.Cit, com os quais esta dissertação dialoga mais diretamente. Para uma crítica sobre as duas abordagens, ver ZERMEÑO PADILLA, Guillermo. El ‘espacio público’ como concepto histórico: Habermas y la nueva historia política. *Historias Conceptuales*. Ciudad de México: El Colegio de México/Centro de Estudios Históricos, 2017.

delinear o que mais tarde chamou-se de Revolução Industrial, o objetivo desse primeiro capítulo é apresentar, portanto, um extenso panorama narrativo que vai de meados do século XVII à aurora do século XIX – ao qual optou-se por denominar “o longo tempo do reformismo ilustrado” –, a fim oferecer ferramentas de compreensão e interpretação acerca do paulatino e ponderado desenvolvimento de uma consciência, dentre os homens do período, de sua própria capacidade interventora na e sobre a História; uma vez que, portadores de um novo sentido do *tempo*, teriam passado a atuar a partir de novas dinâmicas rítmicas em concomitância com aquelas que permaneciam inalteradas no contexto das reformas políticas e econômicas empreendidas pelos Impérios ibéricos entre c.1750 e c.1807.

No segundo capítulo, “O *tempo* no reformismo ilustrado: *vocabulários específicos* e núcleos lexicais”, almejou-se examinar algumas manifestações específicas da semântica do *tempo* postuladas por funcionários das Coroas ibéricas em seus discursos de cunho reformista ilustrado por meio de suas aparições agrupadas nos *vocabulários específicos* anteriormente mencionados. Como num percurso gerativo de sentido dotado de estratos de significância sobrepostos³¹, orientado também pelas mencionadas inovações, incorporações e ressignificações que se consumaram em vocabulários e dicionários de época (mas que evidentemente não se reduziram às condensações inerente a tais compilações), o referido capítulo parte do *vocabulário específico* das *reformas*, empreendimentos que consistiam em “mudar para o antigo instituto, ou para melhor, o que há em decadência ou mal”³² a fim de “arreglar, corregir, o poner en orden alguna cosa que se había deteriorado”³³, para tratar do modo com que funcionários ilustrados dos Impérios português e espanhol atuaram na e

³¹ O termo em itálico refere-se a uma das principais ferramentas teórico-metodológicas que orientam a chamada *Semiótica Discursiva*, anteriormente denominada *Semântica Estrutural* por seu elaborador Algirdas Julien Greimas. Em tal proposta, revela-se a necessidade de que se atenha sobretudo ao emprego de sentido num texto por meio da articulação de um determinado conteúdo com uma expressão específica: daí, que a apreensão dos níveis de invariância crescente do plano de conteúdo de um texto se daria então, de acordo com Greimas, pelo chamado *Percurso Gerativo de Sentido*, que parte de uma sucessão de três patamares de sintaxe (o *fundamental*, o *narrativo* e o *discursivo*) que desempenham funções específicas na criação e na interpretação do sentido de um texto. Ver especialmente GREIMAS, Algirdas Julius & COURTÉS, Joseph. *Dicionário de Semiótica*. São Paulo: Contexto, 2008 e ZILBERBERG, Claude. *A sintaxe extensiva. Elementos de Semiótica Tensiva*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

³² SILVA, Antonio de Moraes. *Reforma. Dicionario da lingua portugueza - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado*, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível no Acervo Digital da BBM.

³³ RAE. *Reformar. Dicionario de la lengua castellana compuesto por la Real Academia Española, reducido a un tomo para su uso más fácil uso. Tercera Edición*. 1791.1 tomo. Disponível no Acervo Digital da RAE.

sobre a conflituosa realidade em que se encontravam, especialmente a partir de noções, concepções, representações, categorias e conceitos³⁴ sistematizados acerca da intenção de reparar o contexto em que se encontravam sem alterar elementos estruturais de operação e organização, uma vez que a epistemologia da reivindicação reformista ilustrada ibero-americana dizia respeito a monarquias que olhavam “para si mesmas diante do futuro”, instância a que concebiam “mais em termos de conservação e continuidade, não tanto de transformação”³⁵.

Com escritos que objetivavam eximir os Impérios ibéricos de um possível fenecimento, reformistas ilustrados nutriam expectativas em relação aos destinos imperiais a partir da mobilização de um tipo de experiência qualificado por sua referência a tempos pretéritos como repositórios de ensinamentos, tanto a partir dos “séculos de ouro” das Coroas ibéricas³⁶ – o que enaltecia seus “passados presentes” –, quanto da grandeza de civilizações antigas tais como a egípcia, a grega e a romana – o que glorificava seus “passados passados”. Dadas portanto as experiências e expectativas sobre um futuro pautado especialmente nos ensinamentos e especulações acerca da pujança de um pretérito – a ser aqui evocado como *história* –, o segundo *vocabulário específico* a ser estudado nesse capítulo tratará principalmente da recorrência a eventos, personagens e civilizações anteriores empreendida pelos funcionários das monarquias em seus textos, que outorgava ao passado um lugar de “deposito de conocimientos” – na expressão do funcionário hispano-mexicano José Donato de Austria (? – 1806)³⁷ – e atribuía a tais representações um aspecto operativamente pedagógico nos discursos que elaboravam.

O terceiro *vocabulário específico* a ser apresentado no segundo capítulo desta dissertação trata do *adiantamento* e do *progreso* como dois temas de elementar importância para a elaboração dos programas de reformas ilustradas. A partir dos variados desdobramentos lexicais irradiados desse *vocabulário específico*, objetivou-se demonstrar principalmente que, no bojo desse reformismo, a voz *progreso* desempenhou um sentido bastante diferente daquele que veio a adquirir posteriormente – quando passou a ser

³⁴ PIMENTA, João Paulo. “Notions and concepts of time...”, Op.Cit.

³⁵ ZERMEÑO PADILLA, Guillermo. História, Experiência e Modernidade... Op.Cit., p.15.

³⁶ VILLAR, Pierre. El tiempo del Quijote. In: CIPOLLA, Carlo M. et. All (orgs.). *La decadencia económica de los imperios*. Madri: Alianza Editorial, 1973.

³⁷ AUSTRIA, José Donato de. Memoria del Instituto Consular de Veracruz para fomentar la Agricultura y la Industria de America. *Memorias Políticas y Económicas del Consulado de Veracruz 1796 – 1822*. Sevilla: Escuela de Estudios Hispanoamericanos & Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1985.

mobilizada como um elemento relacionado à consolidação de novos arranjos de Estado e aos ritmos ditados pelos avanços técnico-industriais que tipificaram a primeira metade do Oitocentos –; o que permitiu estabelecer correlações diretas entre seu comportamento semântico e aquele desempenhado pelo *adiantamento* no contexto aqui estudado. Como se verá adiante, o *progresso* a que se referem os funcionários das monarquias ibéricas entre a segunda metade do Setecentos e os primeiros anos do século XIX resulta essencialmente convergente com os sentidos de “adiantamento”, o que foi possível notar não apenas por meio da leitura das fontes selecionadas para a composição desse subitem da investigação, mas também e principalmente pelas definições correspondentes encontradas nos vocabulários e dicionários de época – uma vez que os significados apresentados nos verbetes “progresso”/“progreso”, bem como em suas modulações verbais “progredir”/“progresar”, apresentam o termo “adiantamento”/“adelantamiento” e suas modulações verbais “adiantar”/“adelantar” como primeira definição.

O último *vocabulário específico* estudado no segundo capítulo desta dissertação refere-se a demonstrações empíricas acerca do deslocamento da retórica da *decadência*, que tipificou a literatura política do arbitrismo vigente no longo século XVII, em prol da mobilização da retórica do *atraso*, assumida por funcionários reformistas ilustrados como uma das principais ferramentas discursivas reivindicadas para caracterizar a desfavorável situação percebida quanto às monarquias ibéricas. Tendo em vista a dissonância política e econômica de Portugal e Espanha observada em relação às potências europeias que passaram a deter o protagonismo sistêmico do período, tal subitem recuperará alguns dos temas discutidos no primeiro capítulo do trabalho a fim de demonstrar que as alterações interpretativas apontadas por funcionários das monarquias teriam condicionado o estabelecimento de uma compreensão panorâmica, que não mais se pautava apenas na detecção conjuntural de uma inferioridade política e econômica em relação a ingleses, franceses e holandeses mas, principalmente, na constatação de que Portugal e Espanha encontravam-se temporalmente desfalcados se comparados aos referidos atores políticos.

Daí, então, a relevância de se considerar também o constante emprego de um exercício comparativo no discurso dos funcionários das Coroas ibéricas, ferramenta de suma importância para propor sua readequação às disputas internacionais de que haviam sido, segundo os atores do período, deslocadas: enquanto José Veríssimo Álvares da Silva,

funcionário português, afirmava que “um Estado não pode aumentar-se sem diminuir o outro”³⁸, o ilustrado de origem irlandesa estabelecido na Espanha, Bernardo Ward (? – 1776), assegurava que, nesse cenário prenhe de disputas,

Lo que más debe estimularnos (aquí llamo toda la atención de mis lectores) es la reflexión de que si no tomamos presto medidas para adelantar nuestros intereses, no solo nos privamos de nuevos beneficios, sino que aun hemos de perder lo que tenemos. Consideremos que en el sistema político de Europa, ninguna Potencia es hoy grande, ni chica, rica, ni pobre, sino comparándose unas con otras; y así la que no adelanta mientras adelantan las demás, atrasa³⁹.

Como já se mencionou anteriormente, além dos *vocabulários específicos* em que se pautaram as propostas políticas e econômicas empreendidas por funcionários das Coroas ibéricas no âmbito do reformismo ilustrado, foi diagnosticada também uma série de outros grupos de palavras pertinentes ao estudo da semântica do *tempo* no contexto aqui abarcado; que apesar de não terem sido suficientemente autônomos enquanto definidores de uma linguagem típica atrelada a determinados conjuntos de palavras, porque aparentemente distantes dos grupos lexicais reunidos em *vocabulários específicos*, foram de considerável relevância, também, para a elaboração dos projetos reformistas em questão. É o caso, por exemplo, de metáforas relacionadas à botânica, de vocábulos pertinentes à conservação e costume, de metáforas cinéticas, e de temas alusivos ao acaso, à fortuna, à sorte e ao destino, apenas para citar alguns dos conjuntos que a leitura, recolha, análise e indexação de termos empreendida sobre as fontes primárias desta investigação consentiu estabelecer.

Esses grupos de palavras, que serão aqui referidos como “conjuntos metafóricos de *tempo*”, compõem a narrativa do terceiro capítulo desta dissertação, empreendida a partir de uma abordagem que dialoga brevemente com duas propostas interpretativas que, para o desenvolvimento deste trabalho, demonstraram profícua convergência: a de Tzvetan Todorov em *Teorias do Símbolo*, que indica que “uma palavra [...] pode ou *significar* uma ideia ou somente *excitá-la*”⁴⁰; bem como algumas das elaborações de Hans Blumenberg

³⁸ SILVA, José Veríssimo Álvares da. Memória Histórica sobre a Agricultura Portuguesa considerada desde o tempo dos Romanos até o presente. Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa – 1789-1815. Tomo V. Lisboa: Banco de Portugal, 1990, p.152.

³⁹ WARD, Bernardo. *Proyecto económico en que se proponen varias providencias dirigidas a promover los intereses de España*. Madrid: Joachin Ibarra, 1779, p.XVIII. Disponível em <https://archive.org/details/proyectoconmi00ward>.

⁴⁰ TODOROV, Tzvetan. *Teorias do Símbolo*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Editora Unesp, 2014, p.136.

acerca do que o autor define como uma “metaforologia” das palavras⁴¹. Assim, como se acrescentando-se um quarto item à descrição da anatomia de uma árvore anteriormente mencionada, as vozes a serem tratadas no capítulo intitulado “O *tempo* no reformismo ilustrado: conjuntos metafóricos” fossem a grande roupagem folhosa do organismo botânico cuja imagem foi mobilizada previamente para ilustrar os estágios de desdobramento da semântica do *tempo* que orientou a elaboração e o desenvolvimento do trabalho aqui apresentado.

É necessário mencionar que além de pretender oferecer uma contribuição com o desenvolvimento de uma historiografia pautada no reconhecimento e aplicação da chamada História dos Conceitos para o contexto ibero-americano, esta dissertação também objetiva colaborar, ainda que de modo pontual, com o desenvolvimento de uma historiografia comprometida com a compreensão articulada dos reformismos ilustrados português e espanhol, buscando concebê-los não como projetos exclusivamente formulados para o cenário português e luso-americano *ou* para o cenário espanhol e hispano-americano – dissociação comumente empreendida em estudos sobre o tema –, mas como eixos profundamente interligados, entre si e a um mesmo e mais amplo processo, porque regidos por dinâmicas estruturais comuns e porque pertencentes a um mesmo conjunto cultural e político⁴² fundamentalmente sistêmico.

Isso, porque apesar das múltiplas similitudes, correspondências e convergências existentes entre os reformismos ilustrados português e espanhol, grande parte da historiografia produzida sobre o tema pouco se dispôs a conceber os dois fenômenos como partes de um mesmo processo de paulatina dissolução da ordem vigente⁴³: mesmo tendo

⁴¹ Sempre partindo, evidentemente, de seu diálogo com a *Begriffsgeschichte*. Ver principalmente PALTÍ, Elías. Ideas, conceptos, metáforas. La tradición alemana de historia intelectual y el complejo entramado de lenguaje. In: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier & CAPELLÁN DE MIGUEL, Gonzalo (orgs.). *Conceptos políticos, tiempo e historia: nuevos enfoques en historia conceptual*. Santander, 2013.

⁴² A expressão é de GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias*. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1993, p.20.

⁴³ Menciono algumas exceções: GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias...* Op.Cit.; _____. & LEMPÉRIÈRE, Annick (et.all.). *Los espacios publicos en Iberoamérica: ambigüedades y problemas*. Siglo XVIII-XIX. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1998; LANGLEY, Lester. *The Americas in the Age of Revolution, 1750-1850*. Connecticut: Yale University Press, 1997; PORTILLO-VALDÉS, José María. *Crisis atlántica*. Autonomía e independencia en la monarquía hispana. Madrid: Marcial Pons Historia, 2006; PIMENTA, João Paulo. *A Independência do Brasil e a experiência hispano-americana...* Op.Cit.; BOUZA, Fernando Bouza, CARDIM, Pedro e FEROS, Antonio. *The Iberian World, 1450 – 1820*. Routledge Worlds; BARRETO XAVIER, Ângela, PALOMO DEL BARRIO, Federico e STUMPF, Roberta. *Monarquias ibéricas*

oferecido diversas contribuições de inquestionável relevância para o entendimento de cada uma das políticas em particular, ainda é evidente a carência de aproximações historiográficas entre os dois reformismos que partam de suas “articulações recíprocas” para desembocar “na imperiosidade de se compreender cada um deles em quadrantes específicos de uma mesma e ampla realidade”⁴⁴, enaltecendo a existência de coincidências estruturais nos dois processos. Principalmente, porque há diversos aspectos constituidores deste amplo conjunto que abarca Portugal, Espanha e as América ibéricas, que só podem ser integralmente compreendidos quando observados de modo articulado, por constituírem-se a partir de reflexos, respostas ou reações orgânicas a estímulos histórica e reciprocamente provocados – alguns dos quais serão abordados ao longo deste trabalho –.

Almeja-se, portanto, que a presente dissertação possa vir a oferecer elementos importantes tanto para a compreensão de certos aspectos comuns às linguagens políticas mobilizadas por funcionários reformistas ilustrados à serviço dos Impérios português e espanhol a partir do estudo da semântica do *tempo*, como para assinalar a necessidade de que se dê prosseguimento ao desenvolvimento de uma agenda investigativa baseada na convergência geral da pauta reformista ilustrada tal como fora empreendida pelas duas Coroas; dadas as múltiplas convergências existentes entre as lógicas processuais do fenômeno em ambas as dimensões imperiais, bem como permitindo conceber os reformismos ilustrados ibéricos – e principalmente as políticas lançadas por eles sobre as Américas – como instâncias sensivelmente imbricadas de um mesmo processo de iminente dissolução dos arranjos até então operantes.

em perspectiva comparada (séculos XVI-XVIII): dinâmicas imperiais e circulação de modelos políticos-administrativos. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018.

⁴⁴ PIMENTA, João Paulo. *Tempos e Espaços das Independências*: a inserção do Brasil no mundo ocidental (1780 – 1830). São Paulo: Intermeios, 2017, p.18.

Capítulo 1

A decadência, o atraso e a crise: o longo tempo do reformismo ilustrado

O Tempo, assim como traz tudo, leva tudo; sendo inventor de coisas novas, é registro das passadas; a tudo dá princípio e fim; funda as Monarquias e as destrói. Por isso dizem os mitológicos que o Tempo é o verdadeiro Saturno devorador de seus filhos, porque tudo o que o Tempo produz, o Tempo o consome.

Raphael Bluteau, *Vocabulario Portuguez & Latino*, 1736.

En una época en que el espíritu de libertad hace tantos progresos, y en que el entusiasmo que le subsigue hace tantos estragos, debe todo buen ciudadano dedicar sus meditaciones a evitar una revolución, que los mismos abusos preparan, que el ejemplo de los demás pueblos anticipa, y que debe temerse más que los males que padecemos, y tanto más deseamos enmendar.

Victorián de Villava, *Apuntes para una reforma de España*, 1787.

Introdução

Os estudos e investigações sobre o reformismo ilustrado se inserem numa vasta produção historiográfica que trata de uma época convencionalmente chamada de Modernidade ocidental⁴⁵ como um período que abarcou profundas alterações na ordem social vigente – em concomitância com as múltiplas instâncias que se conservaram sem sucumbirem às metamorfoses do período –, na medida em que a ocorrência de alguns eventos e episódios específicos, bem como a emergência de alguns fenômenos particulares a serem referidos de modo mais detalhado ao longo deste trabalho tipificaram-na de modo singular⁴⁶.

⁴⁵ Como bem pondera João Paulo Pimenta, os termos “ocidente” ou “ocidental”, utilizados para caracterizar a Modernidade a que se refere esta investigação, são bastante precários. No entanto, de acordo com o autor, considera-se que “ocidente” ou “ocidental” ainda sejam termos úteis, sobretudo porque sua utilização permite estabelecer a premissa de que o mundo do século XVIII ainda não teria “superado por completo aquela pluralidade de unidades sócio-econômico-culturais a que Fernand Braudel se referia sob a expressão – no plural – *economias-mundo*”, o que justifica em grande medida a ausência de referências ou abordagens às sociedades tais como a indiana, a chinesa ou a otomana, para utilizar os mesmos exemplos oferecidos pelo autor, em um trabalho como o que aqui se desenvolve. Ver: PIMENTA, João Paulo. *Tempos e Espaços das Independências...* Op.Cit., p.9. Também: GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Modernização dos Sentidos* (tradução de Lawrence Flores Pereira). São Paulo: Editora 34, 1998; e _____. *A History of the concept “Modern”. Making sense in Life and Literature*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992.

⁴⁶ Vale ressaltar, entretanto, a existência de aportes historiográficos que apontam para o reformismo ilustrado ibérico como um fenômeno não condizente com as características que delineiam as feições de um mundo denominado “moderno”. Isto, precisamente, porque muitos dos valores e propostas reivindicados por reformistas ilustrados, ao dirigirem-se à conservação de determinadas práticas, valores e costumes a partir dos

Na introdução da obra *Historias Conceptuales*, o historiador Guillermo Zermeño Padilla retoma um percurso narrativo anteriormente revelado em *La cultura Moderna de la Historia*, no qual se dispõe a apresentar pontos importantes em relação ao conceito de Modernidade a partir de três aspectos problemáticos assinalados anteriormente por Hans Robert Jauss. Em primeiro lugar, o autor afirma que Modernidade trata-se de um termo polissêmico e ambíguo, ressaltando que as diferentes acepções relacionadas à palavra *modernus* assinalam a aparição de diversas experiências históricas. Em segundo, destaca que a palavra que define a chamada “atual Modernidade” pertence a uma longa tradição fundada na distinção entre *modernus* e *antiqui* originária da antiguidade cristã: segundo o autor,

A partir de então, dentro de sua evolução, haveria um momento em que essa distinção daria lugar a uma noção do *moderno* concebido como independente ou autônomo em relação à sua contraparte (o tradicional, o antigo), percebido como um lastre para o progresso esperado e, por tanto, aparece como *negação* da tradição ou como um “bem” administrável. Essa *negação* temporal do anterior, por sua vez geraria a ilusão de um clima de época capaz de explicar-se a si mesmo e com o direito exclusivo de ser portador de toda novidade possível⁴⁷.

Em terceiro lugar, Zermeño resalta o paradoxo de que esta Modernidade, “signo de um presente que já não se reconhece como passado”, geraria a necessidade de construção de um saber histórico para poder orientar-se como tal. Daí então, aponta o autor, “surge a importância da historiografia para esta Modernidade como um saber estratégico”⁴⁸; salientando que “a possibilidade de observar esta diferenciação semântica do termo ‘Modernidade’ foi aberta pela mesma Modernidade graças à introdução de um tempo especificamente histórico”⁴⁹.

Tais características apontadas pelo historiador mexicano, bem como diversas outras que serão apresentadas no decorrer desta dissertação, atribuíram à Modernidade uma compleição de imanência na medida em que foram disponibilizadas, a seus coevos, condições elementares para a renovação de seus presentes; tanto a partir do legado consentido por seus passados como por meio daquilo que almejavam e projetavam em

quais aquelas sociedades funcionavam, foram considerados como contrários ou incompatíveis com os acenos de Modernidade que se estabeleciam naquele então.

⁴⁷ ZERMEÑO PADILLA, Guillermo. *Historias Conceptuales*. Op.Cit., p.26.

⁴⁸ Ibidem.

⁴⁹ ZERMEÑO PADILLA, Guillermo. *La cultura Moderna de la Historia...* Op.Cit., p.44.

relação a seus futuros. Condensadora de uma experiência biográfica do tempo⁵⁰, essa Modernidade suscitou o surgimento de uma percepção de irreversibilidade da história que, catalisadora de distintas transformações e propulsora de novos modelos epistemológicos, ofereceu a seus contemporâneos algumas das fórmulas necessárias para que pudessem ocupar não mais apenas o posto de testemunhas e observadores do mundo que os cercava; mas paulatinamente assimilar, intervir, e “conceitualizar” de modo gradativamente autônomo acerca do curso de seus próprios devires históricos⁵¹.

A emergência dessa “constelação semântica”⁵² em que se pautou a potência conceitualista que tipificou – somada a uma série de outras características e elementos – a Modernidade ocidental, só pode ser apreendida em sua integralidade a partir da compreensão de diferentes condições de possibilidade que devem ser assimiladas a partir de um prisma de larga duração em que se conceba, impreterivelmente, a coexistência de ritmos distintos e simultâneos de transformação histórica das sociedades⁵³. Isso, porque os conceitos em disputa que se delinearam tanto os *transversais fundamentais* como os *transversais oblíquos* desempenharam longos percursos semânticos, em que camadas de sentido foram sendo incorporadas, descartadas, fundidas ou sublimadas – processos que teriam suscitado, no período que aqui se estuda, que sua circunstância espaço-temporal moderna se manifestasse como tal.

A proposta de Fernand Braudel em relação à *simultaneidade dos tempos históricos* se faz bastante útil para o estabelecimento de uma compreensão em relação a esses percursos semânticos trilhados por Modernidade. Segundo o historiador, a compreensão de narrativas históricas pode se estabelecer a partir de dois aportes interpretativos distintos, que só podem ser assimilados em sua impreterível imbricação: o do tempo do acontecimento, do *événementiel* – “o tempo curto, à dimensão dos indivíduos, da vida

⁵⁰ CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho do tempo*: memória e fim do fim da história. Coimbra: Almedina, 2009 e LLEDÓ, Emílio. *El surco del Tiempo*: meditaciones sobre el mito platónico de la escritura y la memoria. Barcelona: Editorial Crítica, 2000.

⁵¹ Ver ZERMEÑO PADILLA, Guillermo. *La cultura Moderna de la Historia...* Op.Cit., e KOSELLECK, Reinhart. “Modernidade”: sobre a semântica dos conceitos de movimento na Modernidade. *Futuro Passado...* Op.Cit.

⁵² A expressão é de FERNÁNDEZ-SEBASTIÁN, Javier. Presentación. In: _____. (dir). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano*. Conceptos políticos fundamentales, 1770-1870 (tomo II). Madri: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, Universidad del País Vasco, 2014, p.12.

⁵³ BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais: a longa duração. In _____. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

cotidiana, de nossas ilusões, de nossas rápidas tomadas de consciência” –, e do tempo longo, da *estrutura*, “palavra que, boa ou má, é a que denomina os problemas da longa duração”⁵⁴. De acordo com Braudel, tem-se que para os historiadores, “uma estrutura é, sem dúvida, um conjunto, uma arquitetura, mas é mais ainda uma realidade que o tempo usa mal e veicula demoradamente”; na medida em que certas estruturas, segundo o autor, “por viverem muito tempo, tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações: embarçam a história, incomodam-na, e assim comandam seu fluxo”, enquanto “outras estão mais prontas a serem destruídas”. Independentemente de sua capacidade de permanência ou de sua tendencial destrutibilidade, todas elas são “obstáculos e sustentáculos”⁵⁵.

Ao tratar da coexistência de múltiplas temporalidades históricas que se articulam por meio de uma estrutura de longa duração, Fernand Braudel oferece ferramentas interpretativas que permitem compreender o lugar *sui generis* outorgado à Modernidade como uma época atravessada por recorrentes alterações, movimentos e mudanças em relação a demais períodos da história – sendo também um período em que o *velho* e o *novo* coincidiram tanto nos compartilhamentos quanto nas disputas empreendidas por atores históricos contemporâneos –, assinalando a necessidade de que essa compreensão parta do fato de que muitas das condições de possibilidade que delinearam a Modernidade desenvolveram-se ao longo de um largo período de reconfigurações iniciado com o processo de expansões marítimas que se deu a partir do século XV e que teve Portugal e Espanha como pontas de lança.

Faz-se necessário ponderar, entretanto, uma importante questão referente à proposta interpretativa de Fernand Braudel. Principalmente, porque o aporte *geo-histórico* em que se pauta o historiador francês nos três volumes de *Civilização material, economia e capitalismo* apresenta uma concepção de Modernidade um tanto quanto excessiva em relação aos pressupostos teórico-metodológicos estabelecidos para esta investigação, uma vez que o autor reivindica certos processos como caracterizadores de um tempo moderno entre os séculos XV e XVIII que não teriam sido inteiramente consumados na periodização por ele estabelecida – por exemplo, a ideia de total transição das dinâmicas agrárias e

⁵⁴ Idem, p.268.

⁵⁵ Idem.

camponesas para as urbanas e industriais no período; a decadência das cidades-Estado, que teriam dado lugar aos chamados Estados territoriais; assim como a conformação integral do capitalismo como um sistema econômico global⁵⁶ –.

Isso significa que apesar de os fenômenos apresentados por Fernand Braudel terem acarretado contundentes mudanças para a sociedade europeia de então, os mesmos não se consumaram integralmente no período abordado pelo autor, o que incita ponderar a ideia de que a época por ele abordada seja caracterizada como a efetiva Modernidade. Sobretudo, porque muitos dos fenômenos que tiveram suas gêneses no período tratado por Braudel – matizando-se, evidentemente, alguns dos limites e restrições de sua proposta – só vieram a se consolidar a partir da segunda metade do século XVIII, condicionados por uma instância bastante inédita, e que consiste em um dos pontos nevrálgicos da proposta de Modernidade apresentada principalmente por Reinhart Koselleck como parte do projeto organizador da chamada História dos Conceitos ou *Begriffsgeschichte*, através do qual se atenta à revelação de uma *semântica dos tempos históricos* cujo delineamento empírico teria começado a manifestar-se sobretudo nas últimas décadas do século XVIII⁵⁷.

Koselleck apontou para o advento de uma *aceleração do tempo histórico* como uma das características essenciais para a paulatina configuração da Modernidade no mundo ocidental, cujo processo teria se iniciado principalmente com o advento do chamado *Sattelzeit* (“tempo de sela”), que vigoraria “como um período dobradiça entre as duas cosmovisões que analisa [Koselleck], a Moderna e a pré-Moderna”⁵⁸ até a segunda metade do século XIX. Para o autor, dado o surgimento gradual de uma percepção de que o tempo presente se diferenciava das épocas pretéritas de modo cada vez mais rápido, homens e mulheres desse segundo quinquenário do século XVIII teriam sido condicionados a

⁵⁶ Sobre a *geo-histórica* de Fernand Braudel, ver RIBEIRO, Guilherme. A arte de conjugar tempo e espaço: Fernand Braudel, a geo-história e a longa duração. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 22(2), pp. 605-611, 2015.

⁵⁷ A elaboração do dicionário histórico de conceitos *Geschichtliche Grundbegriffe* em 1972, projeto em que se insere o surgimento da constituiu um ponto de virada definitiva em relação aos estudos sobre as linguagens políticas. Organizado por Otto Brunner, Werner Conze e Reinhart Koselleck, buscava-se com o projeto apontar “a baixa contextualização de ideias e conceitos utilizados no passado, no anacronismo daí derivado e na insistência metafísica da essencialidade nas ideias”. Ver, principalmente, JASMIN, Marcelo Gantus. História dos Conceitos e Teoria Política Social: referências preliminares. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20, n.57, fevereiro de 2005.

⁵⁸ PALTÍ, Elías. Ideas, conceptos, metáforas. La tradición alemana de historia intelectual y el complejo entramado de lenguaje. In: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier & CAPELLÁN DE MIGUEL, Gonzalo (orgs.). *Conceptos políticos, tiempo e historia: nuevos enfoques en historia conceptual*. Santander, 2013.

fomentar distintas experiências quanto ao que esperavam em relação a seus futuros, bem como submetidos a uma patente transformação dos ritmos temporais vigentes até então. Esse movimento, segundo Koselleck, teria feito com que os *espaços de experiência* em que se situavam os referidos atores históricos se distanciassem progressivamente de seus *horizontes de expectativa*, processo por meio do qual a verificação de um novo tempo passaria a indicar a ocorrência de “novas experiências que jamais haviam sido experimentadas dessa maneira, ganhando uma dimensão que confere ao *novo* um caráter de época”⁵⁹.

O referido transcurso, de acordo com o historiador alemão, teria sido fundamental para o estabelecimento daquilo a que o autor denomina uma *semântica dos tempos históricos*, na medida em que as múltiplas transformações caracterizadoras desse *Sattelzeit* teriam introduzido um sentido de historicidade em distintas entidades lexicais mobilizadas por homens do período em discursos de diferentes naturezas por eles empreendidos. Recorrendo o já mencionado processo de temporalização, democratização, ideologização e politização⁶⁰, muitas das palavras que atravessaram esse “tempo de sela” – e que foram reivindicadas, especialmente em contextos de disputas políticas, como potenciais amalgamadoras de certos aspectos fundamentais dessas novas ou ressignificadas realidades que revelavam – adquiriram o caráter de *conceitos*. Segundo Koselleck, “o sentido de uma palavra pode ser determinado pelo seu uso”, enquanto “um conceito, ao contrário, para poder ser um conceito, deve manter-se polissêmico”. E afirma, sequencialmente, que “embora o conceito também esteja associado à palavra, ele é mais do que uma palavra: uma palavra se torna um conceito se a totalidade das circunstâncias político-sociais e empíricas, nas quais e para as quais essa palavra é usada, se agrega a ela”⁶¹.

É importante salientar que esta feição singular da *aceleração do tempo histórico* não atravessou de modo homogêneo, evidentemente, todo o período abarcado pela chamada Modernidade ocidental: de acordo com o mesmo Koselleck, “a *aceleração*, como categoria histórica da expectativa, é algo antigo: ela adquire novos conteúdos de expectativa a partir do século XVI, mas só a partir da Revolução Industrial pôde se transformar em um conceito

⁵⁹ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado...* Op.Cit., p.274.

⁶⁰ Ver principalmente FERNÁNDEZ TORRES, Luís. Un texto fundacional de Reinhart Koselleck. Op.Cit.

⁶¹ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado...* Op.Cit., p.109.

de experiência saturado”⁶². Isso explicaria por que razões, a partir da segunda metade do século XVIII, a paulatina dissolução de uma noção vetorial de mundo, dotada de novos ritmos de apreensão e consciência dos tempos históricos e ponderadamente escusada dos estigmas de repetitividade e dos repertórios de experiência promulgados pela matriz escatológica cristã⁶³, ensejou a eclosão de eventos tais como a independência das Treze Colônias Britânicas em 1776, a Revolução Francesa de 1789, o levante escravo de 1791 em Saint-Domingue – que culminou na Independência do Haiti em 1804 –, as Independências das Américas portuguesa e espanhola entre, aproximadamente, 1810 e 1822, bem como consentiu o início de um processo que condicionou o triunfo da sociedade burguesa liberal consumado na Europa em 1848⁶⁴. Tal época “revolucionária”, assim denominada pela rápida desagregação de toda uma ordem política secular em que se dissolveram muitas das relações estamentais corporativas vigentes até então, suscitou a emergência de novos arranjos republicanos e monárquicos estabelecidos tanto a partir das fissuras quanto dos legados transmitidos por um passado sistemicamente colonial⁶⁵, tendo em vista que apesar das várias mutações abarcadas pela Modernidade, muitas das reminiscências de tempos pretéritos seguiram permeando os cenários que estabelecidos então.

Assim sendo, vale mencionar que mais do que encontrar explicações convergentes ou elucidar instâncias nas quais se faça possível aproximar a *simultaneidade dos tempos históricos* de Fernand Braudel e a *semântica dos tempos históricos* de Reinhart Koselleck – e, por conseguinte, aquelas empreendidas por tantos historiadores e historiadoras cujas obras são, em alguma medida, legatárias de suas propostas –, a intenção desta pesquisa em relação à mobilização das duas propostas apresentadas é sugerir que a compreensão que se faz da Modernidade ocidental a partir de uma matriz conceitual demanda, necessariamente, a consideração de uma constatação arqueológica do termo⁶⁶. Isso, principalmente, porque se reivindica a importância de que a referida Modernidade seja contextualizada num cenário de *longa duração*; bem como a relevância de que seja concebida como uma entidade lexical detentora de múltiplas camadas de tempos históricos que,

⁶² KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do Tempo: Estudos sobre História*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC - Rio, 2014, p. 142.

⁶³ Idem, p. 159.

⁶⁴ HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções...* Op.Cit.

⁶⁵ PIMENTA, João Paulo. *Tempos e Espaços das Independências...* Op.Cit.

⁶⁶ De acordo com os preceitos teórico-metodológicos de PALTI, Elias. *Una arqueología de lo político*. Op.Cit.

impreterivelmente, contribuíram para o delineamento de sentido que a tipificou, sobretudo no cenário ibero-americano, no já mencionado umbral que vai de c.1750 a c.1850.

Considerando-se o panorama apresentado, a proposta deste primeiro capítulo é empreender um percurso retroativo em relação à periodização desta investigação, estabelecida a partir dos marcos inaugurais não apenas do advento da Modernidade como detentora de uma *semântica dos tempos históricos*, segundo a proposta de Reinhart Koselleck, como desde o início da formulação e implementação de políticas reformistas ilustradas portuguesa e espanhola para seus Impérios. Partindo-se então da compreensão dessa dimensão estrutural, intenciona-se apresentar propostas para que se possa compreender de que modo a retórica do *atraso*, tão reivindicada por funcionários reformistas em seus discursos políticos e econômicos elaborados a partir da segunda metade do século XVIII, teria sido condicionada por transformações e ressignificações de uma outra retórica, anteriormente empreendida por letrados portugueses e espanhóis que atuaram ao longo do século XVII e durante as primeiras décadas do Setecentos: a retórica da *decadência*⁶⁷.

Pretende-se demonstrar que a *decadência* diagnosticada e demandada por letrados ibéricos seiscentistas e mantida no vocabulário político de funcionários de Estado portugueses e espanhóis até meados do século XVIII como eixo central de pautas e proposições já consideradas, em algumas medidas, *reformistas*, teria sofrido sensíveis alterações a partir do eflúvio da referida *aceleração do tempo histórico* que se estabeleceu a partir da metade da referida centúria. Assim, sugere-se que a emergência de tal *aceleração* teria condicionado profundas modificações no panorama geral das experiências temporais de reformistas ilustrados que atuaram a partir de c. 1750, que passaram a pautar-se não mais apenas na reivindicação de um decadentismo ibérico representado e verbalizado na literatura de arbítrios do Seiscentos – ainda que o termo *decadência* seguisse sendo por eles mobilizado com certa frequência –, mas sobretudo no apelo a uma

⁶⁷ Vale a advertência: quando uma ideia se desloca no tempo, no espaço, e/ou nos/pelos sujeitos, torna-se irremediavelmente *outra ideia*. Inexistem, portanto, ideias “totais”, como invólucros de conteúdos inalteráveis ou redomas de informações estacionárias: por serem dotadas de caráter dinâmico, transitório e mutável, as ideias se transformam a partir de seus deslocamentos e interações com contextos sociais específicos. Portanto, ainda que fosse possível estabelecer a origem precisa das distintas ideias que então circulavam, estas nos diriam pouco a respeito do sentido concreto que posteriormente adquiriram. Ver: PALTI, Elias José. *El tiempo de la Política...* Op.Cit., p.61.

interpretação de *atraso* dos Impérios português e espanhol em relação às demais potências políticas e econômicas do período.

A simultaneidade do não-simultâneo e a retórica da “decadência”

Considerando-se intercâmbios marítimos, tráficos comerciais, fluxos de mercado e as múltiplas redes de trocas que atravessaram, então, essa Modernidade ocidental⁶⁸, tem-se que a transição de uma retórica da *decadência* para uma retórica do *atraso* penetrou a paulatina consolidação de um sistema-mundo capitalista perpassando a vigência dos chamados ciclos sistêmicos de acumulação genovês, holandês e inglês no processo de longa duração enunciado pelo historiador Giovanni Arrighi⁶⁹. Além disso, é necessário considerar que a referida retórica se fundamentou essencialmente a partir da coexistência, desde fins do século XVI e durante todo o século XVII, de múltiplas estruturas temporais distintas que abarcavam a existência de dois sistemas atlânticos operantes no contexto de ocupação do ultramar: o chamado Sistema Atlântico Ibérico, cuja debilidade econômica elementar se dera especialmente pelo fato de que tanto lusos quanto hispanos dependiam essencialmente de capitais e redes comerciais não-ibéricas – contando com o especial amparo da burguesia genovesa – para empreender a exploração de suas colônias ultramarinas⁷⁰; e o denominado Sistema Atlântico do Noroeste europeu, que era gerenciado por ingleses, franceses e holandeses e que tinha como epicentro de instalação o cenário caribenho, no qual se conjugavam estreitamente, por meio da implementação do modelo das *plantation islands*, a lavoura monocultora de açúcar, a força de trabalho composta por escravos africanos e uma agricultura intensamente capitalizada⁷¹.

Em relação ao Sistema Atlântico Ibérico, tem-se que, de acordo com Márcia Regina Berbel, Rafael Marquese e Tâmis Parron, destacavam-se, em sua face espanhola, “a estruturação econômica em torno da extração de prata com o uso de trabalho indígena compulsório (Peru e Nova Espanha) e assalariado (Nova Espanha)”, bem como “a adoção

⁶⁸ Foram importantes para esta dissertação principalmente as obras de BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII*. Lisboa: Teorema, s/d; WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World System*. New York: Academic Press, 1977-1989; POLANYI, Karl. *A grande Transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

⁶⁹ ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Contraponto/Edunesp, 1996.

⁷⁰ MARQUESE, Rafael de Bivar. *A escravidão caribenha entre dois atlânticos...* Op.Cit., p. 247.

⁷¹ BERBEL, Márcia Regina, MARQUESE, Rafael & PARRON, Tâmis. *Escravidão e Política: Brasil e Cuba...* Op.Cit.

do sistema de porto único na metrópole (de início Sevilha, posteriormente, Cádiz), do sistema de grotas e da fortificação dos pontos de entroncamento marítimo no espaço caribenho” e a “concentração do emprego de trabalhadores africanos escravizados nas atividades urbanas e na mineração aurífera”. Quanto ao âmbito português, os autores assinalam que “distinguiam-se a economia açucareira (cuja escala – tanto em volume de produção global como em volume por unidade produtiva – ampliou muito os padrões anteriores das ilhas atlânticas)”, assim como “a escravização das populações indígenas nas áreas periféricas, e, nas áreas centrais, o peso decisivo da escravidão africana, alimentada por volumoso tráfico transatlântico de cativos”⁷². Apesar da multiplicidade de elementos que caracterizam singularmente uma e outra face desse Sistema, Berbel, Marquese e Parron apontam para a existência de quatro pontos relacionados às práticas empreendidas por Portugal e por Espanha, e que permitem considerá-los como partes de uma mesma e orgânica engrenagem política e econômica: “a inscrição dessas metrópoles e suas respectivas possessões ultramarinas nos circuitos mais amplos da economia-mundo europeia, os mecanismos de reprodução da força de trabalho, o quadro societário colonial e o quadro ideológico legitimador do Império e da escravidão”⁷³.

É necessário assinalar, entretanto, que os ritmos em que ocorriam as dinâmicas e interações inerentes ao Sistema Atlântico Ibérico diferia, em muito, daqueles que abarcavam o do Noroeste europeu, como também apontam os referidos autores. Considerando-se novamente Reinhart Koselleck, em proposta bastante convergente com os pressupostos teórico-metodológicos oferecidos por Fernand Braudel, é possível sugerir que a coexistência dos referidos ritmos em que interagiam os dois sistemas atlânticos anteriormente mencionados pode ser compreendida através de uma *simultaneidade do não-simultâneo*, que diz respeito à possibilidade de se tratar de diferentes níveis de transcurso históricos dada uma mesma cronologia do tempo natural, a partir de uma fissura em que “podem estar contidas diferentes camadas de tempo, as quais, dependendo do agente histórico ou das situações investigadas, são dotadas de diferentes períodos de duração e poderiam ser medidas umas em relação às outras”⁷⁴. Assim, para além da necessidade de se

⁷² BERBEL, Márcia Regina, MARQUESE, Rafael & PARRON, Tâmis. *Escravidão e Política: Brasil e Cuba...* Op.Cit., p.33.

⁷³ Ibidem.

⁷⁴ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado...* Op.Cit., p.121.

considerar as temporalidades intrínsecas a cada um desses Sistemas, requiere-se também a importância de abordá-las sempre a partir das múltiplas temporalidades em que pulsam, também, as demais instâncias caracterizadoras de uma economia-mundo.

A percepção da existência de blocos político-econômicos coevos, porém em muito distintos no que se refere aos ritmos intrínsecos que os orientavam e aos novos padrões de competição que revelavam não foi um reconhecimento sumariamente oferecido pela produção historiográfica posterior, mas uma assimilação candente já dentre contemporâneos do Seiscentos e de parte do Setecentos. Desta forma, uma série de pensadores e funcionários dos Estados ibéricos passaram a desenvolver, a partir de finais do século XVI, toda uma produção epistemológica em que externavam a impressão de terem sido deslocados de seus postos de pioneiros da vanguarda expansionista das primeiras épocas de ocupação ultramarina, passando a figurar em postos inferiores em relação aos novos protagonistas oriundos do Noroeste Europeu –.

O fenômeno que abarcou esta compreensão de “deslocamento” ibérico conheceu-se por *alvitrismo* ou *arbitrismo*, “uma nova forma de literatura política utilizada para a resolução dos problemas concretos”⁷⁵ empregada por letrados e funcionários das Coroas portuguesa e espanhola a fim de identificar indícios e estabelecer diagnósticos que assinalassem as mazelas que as acometiam em seus contextos específicos, visando ao empreendimento de estratégias políticas que sugerissem melhorias e soluções aos males que flagelavam as monarquias⁷⁶. A partir da mobilização frequente de vocábulos oriundos da medicina e do universo das ditas “ciências do corpo” – dado que muitos desses homens atuavam como médicos e cirurgiões e faziam alusões à técnicas curativas e medicinais para sustentar o processo de recuperação das chamadas “enfermidades da sociedade”⁷⁷ –, tem-se que, de acordo com Diogo Ramada Curto, a emergência de uma “literatura de arbítrios e de advertências” reflete algo de novo nos “circuitos de comunicação e nas esferas de representação política”, mirando “para a modernização das estruturas do Estado e do Império” pautada “em ideias de reforma, de restauro ou de retorno a uma ordem política

⁷⁵ DANTAS, Vinícius. Los Arbitristas y la América portuguesa (1590-1640). *Anuario de Estudios Americanos*, n.71, vol. 1. Sevilla, janeiro-junho de 2014, pp.145-170.

⁷⁶ Agradeço à Maria Lêda Oliveira por todas as referências e recomendações bibliográficas sobre o tema.

⁷⁷ MARAVALL, José Antonio. *La Cultura del Barroco*. Op.Cit., p.58.

que se presume como antiga”⁷⁸ – sendo importante ponderar algumas das considerações desse autor.

No cenário espanhol de meados do século XVI e ao longo de todo o século XVII, tais reflexões e estratégias partiram especialmente de colaboradores e frequentadores da chamada *Escuela de Salamanca*. Apesar de não ter formalizado uma corrente pedagógica, a *Escuela* viabilizou a difusão desse viés de pensamento propositivo cujo objetivo consistia em encaminhar à monarquia espanhola sugestões e projetos que vislumbbrassem aumentar a arrecadação monetária e reduzir a pressão fiscal que assolava a Coroa naquele então, a fim de amenizar a decadência econômica que, de acordo com eles, acometia o Estado espanhol no referido período⁷⁹.

Dentre os frequentadores da *Escuela de Salamanca* ou legatários de suas ideias, que discorriam e propunham aos soberanos “medios para acrecentar el erario público, o las ventas del príncipe”⁸⁰, destacaram-se Luís Ortiz, que concebia a Espanha como “la principal fuente de dinero del mundo, así por lo que en ella nace como por lo que viene de Indias” em seu *Memorial al Rey para que no salgan dineros de España*, de 1558; Tomás de Mercado, teólogo e moralista professor da *Escuela* que publicou, em 1569, a obra *Suma de tratos y contratos de mercaderes y tratantes*; bem como Sancho Moncada, cujos *Discursos* de 1619, em que alegava que as razões da decadência espanhola diziam respeito, sobretudo, ao aumento dos preços das manufaturas ocasionado pela importação excessiva de metais preciosos das Américas, foram reeditados posteriormente com o título *Restauración política de España* e incorporados à literatura de reformistas que atuaram no século XVIII. Também dentre os partidários da retórica da decadência como instância caracterizadora do período de virada do século XVI para o XVII, é possível mencionar o então advogado e eclesiástico da Real Chancelaria de Valladolid, Martín González de Cellorigo, que dirigiu a Filipe II no ano de 1600 um texto intitulado *Memorial de la política necesaria y útil restauración a la República de España, y estados de ella, y del desempeño universal de estos Reinos*, que não alcançou grande difusão. Apesar disso, González de Cellorigo foi considerado um dos precursores do chamado *agrarismo* nos círculos de letrados espanhóis

⁷⁸ CURTO, Diogo Ramada. *Cultura Imperial e Projetos Coloniais* (séculos XV a XVIII). Campinas: Ed. Unicamp, 2009, p.187.

⁷⁹ RAMOS-GOROSTIZA, José L. El medio físico en el pensamiento agrario español: del arbitrista al regeneracionismo. *Revista de Historia Agraria*, n.49, dezembro de 2009, pp. 13-40.

⁸⁰ RAE (1726 – 1739). *Arbitrista. Diccionario de Autoridades*. 6 tomos. Disponível no acervo digital da RAE.

seiscentistas – tópico que adquiriria recorrente mobilização no discurso reformista da seguinte centúria.

O cenário lusitano também foi orbitado por diversas figuras que podem ser consideradas como representantes do ideário arbitrista, valendo considerar que tal termo não tenha sido tão reivindicado pela historiografia sobre Portugal e suas colônias, apesar da persistência do fenômeno também no contexto português⁸¹. Da produção lusitana empreendida no período de soberania espanhola – tendo em vista a articulação política peninsular estabelecida quando da contenda de sucessão dinástica do trono lusitano pelo desaparecimento do monarca D. Sebastião no famigerado episódio da batalha de Alcácer Quibir, que culminou na aclamação de Felipe II de Espanha como I de Portugal nas Cortes de Tomar de 1581-1582 –, destacam-se, por exemplo, os *Diálogos do Sítio de Lisboa* (1608), de Luís Mendes de Vasconcelos, bem como a *Alegación en favor de la Compañía de la India Oriental*, publicada em 1628 pelo viajante e mercador cristão-novo Duarte Gomes Solis, que se referia às mazelas que acometiam ao século XVII português em seus escritos por meio dos termos “decomposição” e “miserável ruína”⁸² e apoiava o estabelecimento da primeira Companhia Portuguesa das Índias Orientais. De acordo com Carl A. Hanson, “os aspectos da decadência discutidos por Solis incluem o declínio da população, o estado lamentável da agricultura e produção peninsular e o empobrecimento das populações”⁸³ de Portugal e Espanha.

Concluído o processo de dissolução da dita União Ibérica liderado principalmente pelo Duque de Bragança, aclamado como o novo monarca português sob a alcunha de João IV, a produção portuguesa de perfil arbitrista da época da chamada Restauração viu surgir dois importantes escritores, cujos textos contribuíram de modo significativo para este novo *modus operandi* ao qual deveria adaptar-se a Coroa lusitana quando da consumação da recuperação de sua autonomia perante a Espanha: destacaram-se o padre António Vieira, cujo saudosismo discursivo ansiava não apenas pelo abatimento dos rivais europeus, mas principalmente pelo restabelecimento do Estado das Índias em sua configuração

⁸¹ Na clássica obra sobre o Portugal barroco, Carl A. Hanson tende a evocar os portugueses atuantes em tal contexto como “pensadores mercantilistas”, outorgando a caracterização de “arbitristas” especialmente aos espanhóis. Ver HANSON, Carl A. *Economia e Sociedade no Portugal Barroco. 1668 – 1703*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1986.

⁸² COELHO, António Borges. O mercantilista Duarte Gomes Solis: análises e modelos dirigidos ao governo filipino. *Arquipélago* – Revista da Universidade dos Açores. 2ª série, vol. 1, nº 1, 1995, pp. 161-179.

⁸³ HANSON, Carl A. *Economia e Sociedade...* Op.Cit., p.131.

quinhentista⁸⁴, bem como o diplomata, economista e embaixador na França Duarte Ribeiro de Macedo, que sob preceitos essencialmente colbertistas defendeu o ideário mercantilista e a introdução das “artes manufatureiras” em Portugal durante o período⁸⁵. Para a Espanha, o ano de 1640 representava “o desmoronamento do formidável edifício de 1580, com a separação de Portugal, o intento de secessão da Catalunha, as revoltas regionais, as derrotas navais e militares e a desastrosa situação econômica”⁸⁶.

Esses homens, fossem espanhóis ou portugueses, reprisavam a retórica da *decadência* como força motriz de seus escritos e proposições: certos de que os Impérios ibéricos experimentavam um declínio em relação aos patamares alcançados pelos novos protagonistas do noroeste europeu, arbitristas ou alvitristas ibéricos depositavam em seus textos discussões e propostas que pudessem vir a resgatar as monarquias das tantas enfermidades por eles diagnosticadas. De acordo com José Antonio Maravall, começa a desenvolver-se nesses letrados a capacidade “de comprender que las cosas, de la economía quizá principalmente, y también de otros ramos de la vida colectiva no andan bien”, e “empiezan a dar en pensar que podrían ir mejor”⁸⁷.

Aspectos e reverberações do longo século XVII

Portugal e Espanha possuíam, portanto, percepções de bastante fragilidade no tocante a seus estatutos imperiais no referido contexto. O combalido Império Português, que esteve sob domínio espanhol entre 1580 e 1640, jamais se recuperaria plenamente, tendo se convertido em potência secundária em meio ao conflituoso e contexto sociopolítico percebido por seus homens de Estado. Entretanto e parcialmente, a condição desfavorável a que Portugal estaria sujeito ao separar-se da Espanha foi matizada pela descoberta das minas e pela extração aurífera na América, o que reanimou minimamente o Império ao inseri-lo no contexto da renovada demanda por metais preciosos no século XVIII e funcionou como uma providência paliativa para que a monarquia lusitana resistisse – ainda

⁸⁴ COSTA, João Paulo Oliveira e. A fidelidade à Coroa Portuguesa (1640 – 1668) In: _____.; RODRIGUES, José Damião e OLIVEIRA, Pedro Aires. *História da Expansão e do Império Português*. Lisboa: Bertrand, 2014, p.199.

⁸⁵ Sobre Duarte Ribeiro de Macedo, ver SÉRGIO, António. *Antologia dos Economistas Portugueses*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1924.

⁸⁶ MEGIANI, Ana Paula Torres; SANTOS PÉREZ, José Manuel; SILVA, Kalina Vanderlei (Orgs.). *O Brasil na Monarquia Hispânica (1580 – 1668): novas interpretações*. São Paulo: Humanitas, 2014, p.10.

⁸⁷ MARAVALL, José Antonio. *La Cultura del Barroco*. Op.Cit, p.57.

que temporariamente – às intempéries políticas e econômicas globais do período. Tanto, que o reinado de D. João V (1706-1750) apresentou uma característica evidente de dependência em relação ao imediatismo do ouro quanto à sua hipotética contribuição para o resgate da economia portuguesa⁸⁸, com base não em sistematizações puramente teóricas, mas em “reflexões que as próprias condições políticas e econômicas motivaram”⁸⁹. De acordo com José Esteves Pereira, esse é o tipo de pensamento que se pode encontrar em escritos de funcionários portugueses tais como D. Luiz da Cunha, Alexandre de Gusmão ou João da Mota e Silva, o cardeal da Mota. Os médicos António Nunes Ribeiro Sanches e Manuel Gomes da Lima Bezerra, segundo o mesmo Esteves Pereira, podem ser considerados “autores de transição, embora o segundo se apresente como exemplo de persistência retardada de teses mercantilistas”⁹⁰.

Há uma ocorrência importante no que diz respeito às particularidades que envolveram o contexto português de início do Setecentos, e considerá-la se faz fundamental para compreender diversos trechos do percurso trilhado pelo Império lusitano ao longo de tal centúria: a assinatura do Tratado de Methuen com a Inglaterra no ano de 1703, evento que forjou um padrão de trocas por meio do qual lusitanos assumiam um compromisso consumidor exclusivo quanto à produção têxtil de ingleses, enquanto esses prometiam consumir vinhos apenas portugueses a partir da data em que o Tratado foi firmado.

De acordo com uma parte significativa da historiografia que se empenhou sobre o tema, o estabelecimento do Tratado de Methuen teria garantido uma autonomia quase que a níveis plenipotenciários por parte da Inglaterra sobre Portugal. Entretanto, como já foi demonstrado por investigações posteriores, há de se considerar que as relações comerciais luso-inglesas do Setecentos estiveram inseridas numa dimensão de contatos essencialmente globais, o que significa dizer que os vínculos estabelecidos entre portugueses e ingleses eram atravessados, direta ou indiretamente e em maiores ou menores graus, por outras entidades políticas europeias. De acordo com Leonor Freire Costa, que denominou tais relações de “promiscuidades nacionais perturbadoras”, principalmente pela França, pela

⁸⁸ ALCIDES, Sérgio. Expectativa e metamorfose: saudades da Idade de Ouro na América portuguesa. In: JANCSÓ, István & KANTOR, Íris (orgs.). *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Hucitec/Edusp/FAPESP, 2001, v.2, pp.775-798.

⁸⁹ Ver PEREIRA, José Esteves. *Percursos de História das Ideias*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2004.

⁹⁰ Ibidem, p.142.

Rússia e pela Itália⁹¹, e a participação das referidas entidades estatais deve ser considerada não apenas para ponderar a incontestável pujança do bilateralismo luso-inglês, mas também para explicar as razões pelas quais o século XVIII, ao ser denominado como “o tempo de Methuen” para Portugal, não deve ser tido como uma era de estabilidades comerciais asseguradas pelo Tratado.

Assim sendo, se o Setecentos foi o período dos panos ingleses e dos vinhos lusitanos, foi também o de uma série de produtos comercializados por outros Estados; e considerar, portanto, o contexto de complexidade mercantil em que Portugal esteve inserido é fundamental para compreender, especialmente, a função geoestratégica empreendida por ingleses ao prezarem de modo zeloso pela vigência do Tratado – que vigorou até o ano de 1808, quando do decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas promovido pelo então príncipe regente D. João, já trasladado à América Portuguesa –.

Na conjuntura espanhola, por sua vez, a Guerra de Sucessão dinástica (c.1701-c.1713) havia posto em pauta a questão da debilidade militar e econômica em relação à França, bem como a da legitimidade monárquica do recém coroado Felipe V: além das frequentes indagações sobre o quão espanhol era o rei francês⁹², a tibiez de sua gestão se deu tanto pelas sazonais crises famélicas que assolavam uma Espanha predominantemente rural, como principalmente pela grave situação mental do monarca, que governou de modo subserviente – tendo sido respaldado por sua segunda esposa, Isabel de Farnesio – até 1746⁹³.

É bem verdade que o reinado de Felipe V merece destaque no tocante ao desempenho de alguns de seus funcionários de Estado, que atuaram de forma relativamente

⁹¹COSTA, Leonor Freire. Relações Econômicas com o Exterior. In: LAINS, Pedro & SILVA, Álvaro Ferreira da (Orgs.) *História Económica de Portugal, 1700-2000*. 3 vols. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010, 3ª edição (1ª edição 2005), Vol. I: O Século XVIII, pp. 263-298.

⁹² John Lynch relata que Luís XIV, ao apresentar Felipe V como novo monarca diante da corte francesa em Versalhes em 16 de novembro de 1700, antes de enviá-lo a Espanha, disse a ele: “seja um bom espanhol, esse é seu primeiro dever agora; mas nunca se esqueça de que você nasceu na França, e promova a unidade entre as duas nações” In: LYNCH, John. *La España del siglo XVIII*. Barcelona: Editorial Crítica, 1999, p.45.

⁹³ Vale mencionar o interregno da abdicação de Felipe V, em janeiro de 1724, em que alegou estar “desiludido com a vaidade do mundo” e esgotado após “vinte e três anos de guerra, doenças e atribulações”. Tendo renunciado à Coroa em favor seu filho Luís I, Felipe V não esperava que o reinado do herdeiro durasse tão pouco: o monarca recém entronado contraiu varíola e faleceu em agosto do mesmo ano, tendo permanecido apenas oito meses no poder. Felipe V retomou o mandato ainda mais desiludido e desgastado, mas permaneceu no exercício da soberania até o ano de sua morte, sempre instruído pela rainha Isabel. Ver LYNCH, John. *La España del siglo XVIII*. Op.Cit., p.78, bem como DANVILA, Alfonso. *El reinado relámpago: Luís I y Luísa Isabel de Orléans (1707 – 1742)*. Madrid: Espasa-Calpe, 1952.

autônoma dada a prostração do Soberano: foram eles José Patiño, José de la Quintana, José de Campillo y Cossío – reconhecido sobretudo pela publicação de seu *Nuevo sistema de gobierno económico para la América*, de 1743 – e Zenón de Somodevilla (o Marquês da Ensenada), que introduziram algumas modificações no conjunto Imperial. Sobretudo Patiño, que era um funcionário “conservador, pragmático e infatigável”, buscou estabelecer “a recuperação do poder Espanhol na Europa revitalizando o comércio americano por meio de uma marinha forte, do desenvolvimento de uma indústria nacional e de uma política fiscal que estimularia as exportações”⁹⁴. Tributária da gestão de Felipe V e da atuação de seus funcionários é também a criação do Vice-reino de Nova Granada em 1717 (e sua restauração em 1739, após a supressão do mesmo em 1723 quando do fim da guerra com a chamada Quádrupla Aliança⁹⁵), bem como das seguintes Companhias de Comércio: a Guipuzcoana de Caracas em 1728, a de Honduras em 1734 e a de San Cristóbal de La Habana em 1740.

Faz-se necessário destacar como um dos fatores imprescindíveis para o empreendimento de tais iniciativas de contribuição de funcionários de Estado para com suas Coroas, tanto no contexto luso quanto no espanhol, a criação ou expansão, em grande parte da Europa – e seu posterior alastramento também para o além-mar –, de *espacios de sociabilidad moderna*⁹⁶ tais como tertúlias, academias, companhias e sociedades de letrados, âmbitos de intercâmbio e produção intelectual estabelecidos a partir dos últimos anos do século XVII e, de modo mais intenso, ao longo de todo o século XVIII. Em tais espaços, cuja gênese se dera especialmente na Inglaterra e na França, reivindicava-se a primazia da razão crítica pela emergência do projeto filosófico do *Iluminismo*, da *Ilustração*, ou simplesmente, das *Luzes* – “palavra mágica que a época se deleitou em dizer e repetir”⁹⁷ –, por meio do qual eram exaltadas pautas tais como o empirismo, a moral, a

⁹⁴ LYNCH, John. *La España del siglo XVIII*. Op.Cit, p.132.

⁹⁵ MCFARLANE, Anthony. *Colombia antes de la independencia: economía, sociedad y política bajo el dominio Borbón*. Bogotá: Banco de la República/El Áncora, 1997. Ver especialmente a Parte III.

⁹⁶ Como já se mencionou anteriormente, foram importantes para esta dissertação os aportes HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003; mas também os de GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias...*, Op.Cit, com os quais esta dissertação dialoga mais diretamente. Para uma crítica sobre as duas abordagens, ver ZERMEÑO PADILLA, Guillermo. El ‘espacio público’ como concepto histórico: Habermas y la nueva historia política. *Historias Conceptuales*. Ciudad de México: El Colegio de México/Centro de Estudios Históricos, 2017.

⁹⁷ HAZARD, Paul. O Pensamento Europeu no século XVIII (de Montesquieu a Lessing). Lisboa: Editorial Presença, s/d, p.39.

liberdade, a felicidade, o progresso e a perfeição, bem como o gozo de uma noção de *humanidade universal* em que o passado deixaria de ser “a encarnação de um ideal eterno ou um simples repertório de exemplos para se tornar uma sucessão de épocas históricas, cada uma com sua coerência e seus próprios valores”⁹⁸.

Apesar de terem sido bastante frequentados por funcionários à serviço das monarquias europeias, a participação em tais espaços de sociabilidade se estendia também a juristas, médicos, militares, profissionais liberais, comerciantes, clérigos e nobres educados⁹⁹, o que viabilizava o estabelecimento de associações predominantemente horizontais nas quais se garantia a livre permuta de ideias e opiniões, bem como a possibilidade de tratar de “temas que até então estiveram reservados às autoridades”¹⁰⁰. Tal apreço pela horizontalidade se observa de modo evidente no verbete “Academia”, elaborado por Jean Le Rond D’Alembert e publicado na *Encyclopédie*:

Uma academia não se destina, em absoluto, a ensinar ou professar uma arte, qualquer que seja, mas sim a buscar a perfeição. Não é composta por estudiosos mais hábeis do que os por eles instruídos, mas por pessoas de capacidade diferenciada, que comunicam umas às outras suas luzes e compartilham suas respectivas descobertas, para vantagem mútua¹⁰¹.

Evidentemente, as condições que impulsionaram o surgimento e a intensificação de vínculos de sociabilidade entre esses homens não são oriundas de instâncias etéreas: como as palavras estão necessariamente atadas às coisas – e desconsiderar a relevância da dimensão material significa, em muito, corromper a essência fundamental de um discurso político –, faz-se imprescindível considerar o fato de que a chamada filosofia do

⁹⁸ É vasta a bibliografia sobre o tema. Para esta pesquisa, foram considerados principalmente os seguintes aportes: VOVELLE, Michel. (dir.). *O Homem do Iluminismo*. Lisboa: Presença, 1997; HAZARD, Paul. *O Pensamento Europeu no século XVII...* Op.Cit.; _____. *Crise da consciência europeia*. Lisboa: Ed. Cosmos, 1948; CHAUNU, Pierre. *A Civilização da Europa das Luzes*. Lisboa: Ed. Estampa, 1985; PEREIRA, José Esteves. *Percursos de História das Ideias*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2004; CALAFATE, Pedro. (org.). *História do pensamento filosófico português: as Luzes*. Lisboa: Ed. Caminho, 2001, vol. 3; VENTURI, Franco. *Utopia e Reforma no Iluminismo*. EDUSC: 2003. A citação do final do parágrafo está em TODOROV, Tzvetan. *O Espírito das Luzes*. São Paulo: Editora Bacarolla, 2008, p.22.

⁹⁹ FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. Península Ibérica. In: FERRONE, Vincenzo & ROCHE, Daniel (eds.). *Diccionario Historico de la Ilustración*. Madri: Alianza Editorial, 1998.

¹⁰⁰ MORENO, Eva. Velasco. *La Real Academia de la Historia en el siglo XVIII*. Madrid: Boletín Oficial del Estado/Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2000, p.18.

¹⁰¹ D’ALEMBERT, Jean le Rond. Academia. In: _____. & DIDEROT, Denis. *Enciclopédia*, ou Dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios. Volume 1: Discurso Preliminar e Outros Textos. Organização: Pedro Paulo Pimenta e Maria das Graças de Souza. Tradução: Pedro Paulo Pimenta, Maria das Graças de Souza, Luís Fernandes do Nascimento. 1ª edição. São Paulo: Ed. UNESP, 2015.

Iluminismo ou da Ilustração teve sua origem no âmago das atividades comerciais desempenhadas pelas pela burguesia mercantil dos locais onde surgira.

]Construída essencialmente a partir de pressupostos baseados na lógica das trocas – que permitiam que o jogo de permutas assentido por um capitalismo de mercado em formação se reproduzisse de modo relativamente análogo no âmbito das ideias, na medida em que o saber, como mercadoria imaginária, circulava sob o prisma do intercâmbio por associações e corporações de letrados –, bem como na soberania do contrato – que viabilizava a criação de redes pactistas e com certo nível de burocratização estabelecidas entre “indivíduos autônomos agrupados em comunidades”¹⁰² solidárias –, a não dissociação entre Ilustração e capital¹⁰³ veio a consumir, em grande medida, aquilo a que Jürgen Habermas chamaria de uma *esfera pública burguesa*¹⁰⁴. De acordo com Ana Cristina Araújo, “a cumplicidade intelectual manifesta-se no interior destas poderosas e porosas teias de criadores e propagandadores (sic) de conhecimentos úteis [...]. A arrumação fluida de homens, saberes, instituições e empresas (casas editoras, companhias teatrais, oficinas de instrumentos científicos etc.) imprime-se no espaço, criando fortes traços de união na geografia cultural europeia”¹⁰⁵.

Academias e sociedades, em conjunto com universidades, círculos científicos e literários, seitas maçônicas, clubes e cafés se transformaram então nos principais âmbitos de encontro de letrados ao longo de todo o século XVIII, não apenas no espaço europeu, mas também em circunstâncias atlânticas, ainda que em menores dimensões. De tal forma, tem-se que o pensamento das Luzes não teria somente revelado aos contemporâneos orientações inéditas que os permitiram reconfigurar as interpretações e concepções de

¹⁰² GOLDMANN, Lucien. *La Ilustración y la Sociedad Actual*. Tradução de Julieta Fombona. Caracas: Monte Ávila, 1968, p.35.

¹⁰³ Vale considerar a advertência de Eric Hobsbawm: “Não é propriamente correto chamarmos o ‘iluminismo’ de uma ideologia de classe média, embora houvesse muitos iluministas – e foram eles os politicamente decisivos – que assumiram como verdadeira a proposição de que a sociedade livre seria uma sociedade capitalista. Em teoria, seu objetivo era libertar todos os seres humanos. Todas as ideologias humanistas, racionalistas e progressistas estão implícitas nele, e de fato surgiram dele. Embora na prática os líderes da emancipação exigida pelo iluminismo fossem provavelmente membros dos escalões médios da sociedade, embora os novos homens racionais o fossem por habilidade e mérito e não por nascimento, e embora a ordem social que surgiria de suas atividades tenha sido uma ordem capitalista e ‘burguesa’”. In: HOBBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções...* Op.Cit., p.38.

¹⁰⁴ HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Op.Cit. Vale salientar que esta *esfera pública* a que se refere Habermas adquiriu caráter político apenas após a consolidação de uma *esfera pública* de traços essencialmente literários, o que teria se dado sobretudo nas últimas décadas do século XVIII.

¹⁰⁵ ARAÚJO, Ana Cristina. *A Cultura das Luzes em Portugal: Temas e Problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003, p.13.

mundo por eles empreendidas até então: atravessando a centúria, a consumação de elementos decorrentes da expansão das Luzes mostrou a esses homens que, para além de oferecer-lhes novos modos de assimilação do universo em que viviam, a Ilustração também poderia conceder-lhes as ferramentas necessárias para que compreendessem que era possível transformar o mundo em que se inseria, de acordo com seus próprios e múltiplos interesses.

Para concluir este tópico, vale mencionar que aportes historiográficos já suficientemente criticados consideraram, durante décadas, que os Impérios ibéricos haviam ocupado posições “defasadas”, “refratárias” ou “obsoletas” em relação às intelectualidades inglesa e francesa, irradiadoras dos primeiros feixes de racionalidade que vieram a iluminar o século XVIII. Para esta historiografia, isso se explica especialmente pelo caráter de apropriação, adaptação e incorporação desta ilustração dita “pioneira” ao cenário português e espanhol – sobretudo por meio da influência de ideias transportadas por viajantes, mercadores, funcionários estrangeiros e, principalmente para a dimensão lusitana, dos chamados “estrangeirados”¹⁰⁶ –, artifício que teria sido empreendido para compensar certa “subalternidade ibérica” em relação à Inglaterra e à França, uma vez que os peninsulares, inaptos à gestação ilustrada, teriam se resignado à importação dos saberes configurados nos espaços vizinhos e à aplicação deliberada dos mesmos em distintas esferas de seus lânguidos Impérios. Vale mencionar que os próprios ibero-americanos já rebatiam, àquela altura, a ideia de serem caracterizados como portadores de “estrangeirismos” ou “práticas estrangeiradas”: segundo o funcionário José António de Alzate y Ramírez (Ozumba, México, 1737 – Ciudad de México, 1799), em texto publicado nos *Asuntos vários sobre ciencias y artes: obra periódica dedicada al Rey nuestro señor* (1772),

Entre algunas advertencias que se han hecho acerca de mis *Asuntos*, a las que voy a dar una corta satisfacción, la principal es la de culparme de muy poseído de aquel espíritu a que llaman *estrangerismo*; acusación que debo rechazar, manifestando mi modo de pensar. Siempre me gloriaré de haber nacido, y ser Vasallo Español: tiene esta Nación tan sobrados méritos para su gloria, que solo

¹⁰⁶ DIAS, José Sebastião da Silva. *Portugal e a Cultura Europeia: séculos XVI a XVIII*. Porto: Ed. Campo das Letras, 2006, p.197, bem como MARTINS, António Coimbra. “Estrangeirados”. In: SERRÃO, J. (dir.). *Dicionário de História de Portugal*, vol. 2. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1965, pp.123-5 e MACEDO, Jorge Borges de. Estrangeirados: um conceito a rever. *Revista Bracara Augusta*, vol. 28, 179-202, 1974.

la profunda ignorancia, o ridícula preocupación, pueden tener ánimo para calumniarla¹⁰⁷.

Considerando-se as colocações apresentadas acima, bem como o excerto do funcionário hispano-mexicano apresentado, é possível considerar que a postura empreendida por grande parte da referida historiografia tenha se dado, dentre outras razões, pelo fato de que grande parte de seus autores e autoras assumiu como verdadeiras muitas das elaborações coevas acerca de uma “retração cultural ibérica”, assim construída, de acordo com a proposta deste capítulo, devido à herança epistemológica da *decadência* discutida pela literatura arbitrista do Seiscentos: tomando como verdade, em boa medida, a retórica decadentista que atravessava as fontes que compunham seu arcabouço documental, tal historiografia teria outorgado ao *tempo* – seria possível dizer, também, ao *destempo* – a responsabilidade por uma suposta contratura mental lusa e hispana quando da emergência do pensamento ilustrado em circunstâncias adjacentes. Ora, diante das instabilidades inerentes ao restabelecimento das Coroas portuguesa e espanhola após a dissolução da União Ibérica, bem como frente à perda de seu poderio competidor no cenário ultramarino e contando com uma burguesia menos vigorosa se comparada à inglesa e à francesa, como equiparar as condições de elaboração de saberes em Portugal e Espanha com o cenário de fermentação intelectual que se dava na Inglaterra e na França sem que tal proposta aparente ser, no mínimo, anacrônica?¹⁰⁸

Se os Impérios ibéricos se encontravam em distintos estratos de tempo em relação aos coetâneos do Noroeste Europeu – sendo *simultâneos* em sua *não-simultaneidade*, como já se apontou anteriormente –, é, portanto, natural considerar que tenham ocupado posições dessemelhantes no panorama embrionário da Ilustração europeia. E ainda que não tenham contribuído diretamente com a gênese desse processo, de modo algum sua participação no cenário de circulação ilustrada foi obstada, uma vez que mesmo sem terem cultivado as sementes da ilustração em seus territórios, muitos foram os frutos colhidos tanto por

¹⁰⁷ ALZATE Y RAMÍREZ, José Antonio de. *Asuntos varios sobre ciencias y artes: obra periódica dedicada al Rey nuestro señor*. Cidade do México: En la Imprenta de la Biblioteca Mexicana del Lic. D. Josef de Jauregui, en la Calle de San Bernardo, 1772, p.75. Disponível em Archive.org.

¹⁰⁸ Publiquei uma contribuição pontual e bastante panorâmica sobre o tema em FERRAZ PAULINO, Mariana. Os reformismos ilustrados português e espanhol: propostas para a compreensão de transformações comuns sob o prisma discursivo do “tempo” (c.1750 – c.1807). *Revista Hydra: Revista Discente de História da UNIFESP*. 2, 4 (mar. 2019).

Portugal quanto por Espanha no que diz respeito à inserção de seus Impérios na circulação de saberes que caracterizou o chamado “século das Luzes”.

Assim, tendo em vista as experiências de *longa duração* que disponibilizaram aos primeiros ilustrados ibero-americanos a retórica da “decadência”, herdeira do linguajar arbitrista, letrados da primeira metade do Setecentos reproduziram em ampla medida muitos dos tópicos evocados por gerações anteriores nas memórias, discursos, ensaios, reflexões, dissertações e cartas elaboradas no bojo das associações de sociabilidade de que participavam. A pauta decadentista do arbitrista ibérico perdurou em muitas das referidas instâncias como um dos temas mais importantes até a metade do século, quando principalmente os ritmos de vida cingidos pela Revolução Francesa e pelos primeiros estágios da Revolução Industrial condicionaram uma reformulação peremptória acerca da percepção das estruturas de vivência do *tempo* diagnosticadas pelos homens e mulheres do período.

Reconfigurações do tempo na segunda metade do século XVIII

Como mencionado na introdução deste capítulo, a segunda metade do século XVIII foi uma época de agudas transformações estruturais – mas que também abarcou a conservação de diversas instâncias e características tradicionais – na ordem que até então prevalecera, tendo compreendido uma série de eventos e episódios de grande impacto que não apenas redefiniram os tratos e lógicas correntes, mas que também propuseram sortidas indagações a seus contemporâneos. Esses, de modo bastante inédito, foram colocados pela primeira vez diante de um amanhã caracterizado como imprevisível e desconhecido; o que teria lhes incitado, paulatinamente, a “invocar uma pergunta ao futuro histórico”¹⁰⁹.

Dado o adensamento de teias comerciais e o estreitamento de vínculos diplomáticos entre os Impérios europeus, é possível sugerir que o cenário dos primeiros anos da segunda metade do século XVIII fosse de maior entrosamento e predisposição a articulações e câmbios operados de modo muito mais intenso e dinâmico do que no início dessa centúria. A circulação de matérias-primas, mercadorias, mão-de-obra escrava, viajantes e saberes – ou seja, tanto de capitais físicos como abstratos – ocorria na segunda metade do Setecentos de modo notadamente mais fluido, uma vez que a gradual consolidação de um *Sistema*

¹⁰⁹ A expressão está em KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise...* Op.Cit.

Mundial Moderno – valendo matizar as obliterações referentes à Península Ibérica e à dimensão americana no referido modelo proposto Immanuel Wallerstein, do qual se obteve a referida expressão¹¹⁰ – imputava maiores aproximações, conexões e redes de dependência “pluridirecionais” ou “multipolares” entre diversas partes do mundo.

É esperado, contudo, que um contexto prenhe de permutas seja também repleto de tensões, uma vez que mesmo os acordos mais afáveis e os contratos mais sólidos são também frequentemente atravessados por uma série de contendas e disputas que, vez ou outra, deturpam algumas de suas conexões, mesmo aquelas que aparentam maior estabilidade: conforme se enrobustecem as relações entre Impérios e se condensam os complexos econômicos, políticos e sociais que os envolvem, resulta que quaisquer conflitos desencadeados deixam de ocorrer de modo pontual, isolado e episódico, passando a reverberar de modo mais amplo em direção aos demais polos de suas geografias. Nesse cenário, tem-se que Portugal e Espanha, que passaram os primeiros cinquenta anos da centúria buscando reconfigurar-se diante das chagas remanescentes das últimas décadas do século XVII – e que evidentemente desempenharam papéis importantes no contexto estrutural do século XVIII, apesar de seu atrofiamento perante aos atores do Noroeste Europeu – foram abruptamente compelidos a mobilizar recursos, contingente humano e estratégias de combate para não serem tragados pelo primeiro conflito bélico de caráter global do período, que eclodiu no ano de 1756 e que redefiniu, de modo bastante assertivo, o roteiro daquele século: a Guerra dos Sete Anos.

Incitada sobretudo por disputas pela supremacia colonial em relação às Índias e à América do Norte, bem como quanto a alguns territórios situados na África e na Ásia, a referida contenda reorganizou de modo crucial as relações diplomáticas, mas não apenas, entre Estados imperiais europeus e diversas outras instâncias do globo: isso, porque a mobilização do enfrentamento se deu a níveis mais amplos se comparados aos experimentados até então, involucrando a formação de blocos políticos rivais encabeçados especialmente pela Inglaterra e pela França, principais potências econômicas do período.

É importante considerar o contexto da Guerra dos Sete Anos para reiterar o lugar central que essas duas potências ocuparam no cenário em que se constrói este estudo, não apenas pelos vínculos seculares estabelecidos com Portugal e com a Espanha já referidos

¹¹⁰ WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World System*. Op.Cit.

nesse capítulo – o Tratado de Methuen e a Guerra de Sucessão, respectivamente –, mas sobretudo pela ocorrência de dois processos por elas norteados, responsáveis pela redefinição de todo um arcabouço político e ideológico a extensos níveis, e fornecedores de contribuições essenciais para com as intensas transformações que se deram após suas ocorrências – cujas reverberações foram observadas, ainda, ao longo de várias décadas subsequentes –.

No que se refere à Inglaterra, tem-se que o pioneirismo em relação aos processos de mecanização dos meios de produção, a incorporação de novas fontes de energia e a substituição da madeira e de outros biocombustíveis pelo carvão mineral foram apenas algumas das características oferecidas pela eclosão da chamada Revolução Industrial: de acordo com Eric Hobsbawm, “se a transformação rápida, fundamental e qualitativa que se deu por volta da década de 1780 não foi uma revolução, então a palavra não tem qualquer significado prático”¹¹¹.

É bem verdade que as mudanças revolucionárias ocorridas no âmbito inglês só alcançaram a conotação de “industriais” – tomando por base as particularidades que verdadeiramente distinguiram tal modo de produção em relação ao tradicional emprego da manufatura – em meados do século XIX: as cidades de Lancashire e Yorkshire, na Inglaterra, não se tornaram repentinamente detentoras das algodoarias que tanto as caracterizaram ao longo deste processo, nem o maquinário essencialmente fabril pululou pelos rincões do planeta de modo abrupto a partir da segunda metade do Setecentos, e nem o estabelecimento de uma economia de mercado – “mudança básica”, segundo Karl Polanyi, para compreender e definir a dita Revolução, que “não pode ser inteiramente apreendida até que se compreenda o impacto da máquina numa sociedade comercial”¹¹² – se consumou integralmente desde meados do XVIII.

Ao contrário, o segundo quinquenário do referido século não assistiu em larga escala o panorama essencialmente técnico e mecanicista que veio a caracterizar a chamada Revolução Industrial, mas apresentou a seus contemporâneos uma experiência indispensável para que pudessem compreender ocorrências posteriores, tais como as pungentes – ainda que graduais – alterações no ritmo e na disciplina de trabalho, bem como

¹¹¹ HOBBSAWM, Eric. *A Era das Revoluções...* Op.Cit., p.45.

¹¹² POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980, p.59.

a admissão do relógio como um instrumento absolutamente internalizado para a vigilância e o controle do desempenho operário¹¹³; valendo ressaltar que tais transformações não teriam se dado de modo concomitante nem imediato em espaços como a Península Ibérica, que seguiu sendo fundamentalmente agrária até meados do século XIX.

Assim sendo, na medida em que estimulou uma série de novas apreensões principalmente acerca do exercício laboral, a paulatina transição para o chamado *capitalismo industrial* reestruturou profundamente os hábitos sociais de homens em relação às temporalidades de suas próprias vidas, o que desencadeou também um processo de reformulação de algumas das indagações elementares por eles empreendidas em relação a seus porvires históricos: com o advento de novas máquinas, a intensificação do ritmo e o aumento das jornadas laborais, que demandava “maior sincronização do trabalho e maior exatidão nas rotinas do tempo”¹¹⁴, coetâneos foram constrangidos a desenvolver novas formas de experimentar o tempo, que cada vez mais associava-se, considerando-se devidamente as especificidades locais pertinentes ao desenvolvimento industrial moderno, ao diapasão das fábricas, ao funcionamento das máquinas, e à patrulha dos proprietários dos meios de produção relacionados a um capitalismo primitivamente industrial. De acordo com Polanyi, “o ritmo da mudança muitas vezes não é menos importante do que a direção da própria mudança”¹¹⁵.

Mas a Revolução Industrial, em seu estágio preliminar, evidentemente não foi o único fenômeno responsável pelas reconfigurações do tempo que se deram neste período: se o surgimento das máquinas transformou substancialmente o cenário da segunda metade do século XVIII, as ideias também o fizeram. Se a Revolução Industrial foi um dos fatores

¹¹³ O relógio, cujo arranjo mecânico já vinha sendo aprimorado ao longo do século XVII, tornou-se neste contexto um objeto de extrema relevância, tanto como ferramenta de mensuração do tempo na dimensão do trabalho, quanto como – e por isso – como símbolo de poder. Ainda que se faça referência, nesse momento, a um industrialismo embrionário, o manejo do relógio num contexto fabril significava também a detenção do compasso de trabalho – embora as próprias máquinas fossem ditadoras supremas do ritmo laboral –, o que fomentava uma disputa sobre o tempo tendencialmente vencida pelos proprietários das fábricas e oficinas nessa primeira onda de industrialização. Ver especialmente LANDES, David S. *Revolución en el Tiempo*. Barcelona: Editorial Crítica, 2010 e CIPOLLA, Carlo. *Las máquinas del tiempo*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1998.

¹¹⁴ THOMPSON, E.P. Tempo, Trabalho e Capitalismo Industrial. In: *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, p.289.

¹¹⁵ POLANYI, Karl. *A Grande Transformação...* Op.Cit., p.55.

condicionantes de um novo modo de *quantificar* o mundo¹¹⁶ – representando o início de uma nova etapa do processo de avultadas alterações iniciado quando das expansões ultramarinas empreendidas a partir dos últimos anos do século XVI, e evocando a possibilidade de ascensão de novas redes econômicas que gradativamente deixariam de ser moderadas por relações coloniais e mercantilistas e dariam lugar majoritariamente a interações de cunho técnico-industrial e capitalista –, a Revolução Francesa pode ser considerada o outro eixo desta *dupla revolução moderna*¹¹⁷, enquanto fenômeno instigador de um novo modo de *qualificar* o existir e de experimentar o tempo¹¹⁸.

A insatisfação quanto à debilidade do tesouro público francês e o descontentamento geral com a gestão do monarca Luís XVI foram duas das principais molas que propulsionaram o desencadeamento de um processo de dismantelamento de todo um arcabouço secular a partir de 1789, quando grupos compostos principalmente por populares delinearam reconfigurações políticas drásticas que condicionaram, num primeiro momento, o colapso da monarquia francesa – com a decapitação do monarca quatro anos depois – e uma intentona de erradicação de muitos dos privilégios aristocráticos e clericais que haviam sido reiterados de modo categórico durante séculos da história francesa e europeia.

Com fortes correlações – apesar de nem sempre diretas e de modo algum hegemônicas – com as alterações das condições de enunciação estimuladas, em grande parte, pelo já mencionado fenômeno das Luzes, bem como influenciados por pressupostos de liberdade, igualdade e fraternidade promovidos especialmente por grupos maçônicos que se encontravam radicalizados no último quartel do século XVIII¹¹⁹, núcleos revoltosos franceses promoveram ao longo do fatídico ano de 1789 a ocorrência de três episódios que definiram de maneira rotunda o perfil dos eventos sucedâneos: a convocação da Assembleia dos Estados Gerais em maio, a Tomada da Bastilha em 14 de julho e a *Declaração dos*

¹¹⁶ Ver CROSBY, Alfred W. *A Mensuração da Realidade: a quantificação e a sociedade Ocidental*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

¹¹⁷ A expressão é de Hobsbawm em *A Era das Revoluções...* Op. Cit., p.18. Ver também ARENDT, Hannah. *Da Revolução*. Op.Cit.

¹¹⁸ Para Fabio Wasserman, “a consideração da Revolução Francesa como modelo ou referência não é um dado arbitrário, entre outras razões, porque foi nesse marco quando adquiriram forma as definições e descrições do fenômeno revolucionário que, com matizes e divergências são as que durante dois séculos seguiram utilizando-se no discurso político e social, mas também no das ciências sociais”. Ver WASSERMAN, Fabio. *Hacia una historia conceptual de revolución*. In: _____. (comp.) *El mundo en movimiento...* Op.Cit., p.17.

¹¹⁹ Ver KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise...* Op.Cit., e BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada & Independência no Brasil*. Juiz de Fora/São Paulo: Editora UFJF/Annablume/FAPESP, 2006.

Direitos do Homem e do Cidadão em agosto¹²⁰. De singular importância, também, foi a criação de um calendário revolucionário em 1793, que adotou uma nova forma de contar os dias, meses e anos bastante diferente daquela orientada pelo calendário gregoriano até então vigente¹²¹ – e outorgou à Revolução Francesa a responsabilidade simbólica pela inauguração de um novo estágio nos tempos históricos –.

Não cabe ao presente trabalho empreender uma abordagem aprofundada quanto aos distintos momentos ou fases do processo revolucionário francês. Por ora, basta considerar que os episódios ocorridos a partir de 1789 ofereceram, em conjunto com muitas das novas dinâmicas oferecidas pelo industrialismo inglês em sua fase inicial, uma série de elementos que condicionaram o estabelecimento das múltiplas transformações que se deram no contexto ocidental a partir de então. Citando dois aspectos caros a esta investigação, considera-se principalmente a disseminação do pensamento secular (que já havia se iniciado, evidentemente, com o advento do próprio Iluminismo), bem como a incorporação, o descarte, a fusão ou a sublimação de múltiplas camadas de sentido pertinentes à constituição de uma série de vocábulos – muitos dos quais se tornaram, como tratou-se anteriormente, *conceitos políticos* – que vieram a ser contundentemente mobilizados não apenas por contemporâneos que atuaram no processo francês, mas também por gerações coetâneas e posteriores em ambos os lados do Atlântico.

¹²⁰ Vale mencionar que em resposta à *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, a dramaturga francesa Olympe de Gouges redigiu, em 1791, uma *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, opondo-se à estrutura patriarcal da época e à desigualdade de gênero presente no documento da Assembleia Nacional Constituinte francesa. No décimo artigo da *Declaração* – dedicada à rainha Maria Antonieta –, que não foi aprovada pela Assembleia, Olympe afirma que se "a mulher tem o direito de subir ao cadafalso, ela deve igualmente ter o direito de subir à Tribuna". Tendo em vista seu vínculo com a frente girondina e os incômodos gerados por um panfleto que escrevera posteriormente – que sequer chegou a ser publicado –, Olympe de Gouges foi presa e guilhotinada pelos jacobinos em 1793. O texto da *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã* pode ser encontrado, numa tradução para o inglês, em WARMAN, Caroline (ed). *Tolerance: The Beacon of the Enlightenment*. Open Book Publishers, 2006.

¹²¹ “A partir del 14 de julio de 1789 se había comenzado a contar – en parte espontáneamente – desde el ‘año de la libertad’, sin por ello renunciar al calendario gregoriano. En 1792 se comenzó a proclamar paralelamente el ‘año de la igualdad’. Ninguno de los dos calendarios consiguió imponerse al cristiano: unas veces porque al ser diferente su aplicación creaba confusión, otras por el escaso apoyo administrativo. El 5 de octubre de 1793 la convención decidió introducir el “calendario de la república”, haciéndolo comenzar no obstante el 22 de septiembre de 1792, día de la fundación de la República y comienzo del equinoccio de otoño [...] En adelante se contó por “años de la república” hasta el 10 de nivoso del año XIV (31 de diciembre de 1805). Las continuas dificultades para convertir las fechas al calendario gregoriano y viceversa indujeron a Napoleón a someter al Senado el 22 de fructidor del año XIII (9 de septiembre de 1805) la reintroducción del calendario gregoriano a partir del 1 de enero de 1806”. BERGERON, Louis; FURET, François & KOSELLECK, Reinhart. El calendario de la Revolución Francesa. *La época de las revoluciones europeas – 1780-1848*. Cidade do México: Siglo XXI, 1992, p.308.

O conceito de Revolução, como já se mencionou, é uma das entidades semânticas de maior relevância para a compreensão da chamada Modernidade ocidental, que abarca o objeto que aqui se estuda. De acordo com Reinhart Koselleck, tem-se que o referido conceito, tal como se entende e se utiliza atualmente, só se generaliza principalmente a partir da Revolução Francesa: para o historiador alemão, “o conceito de revolução abarca desde 1789 ao menos dois campos de experiência que não pertencem necessariamente à mesma categoria”. Por um lado, segundo Koselleck, “o conceito faz referência aos distúrbios violentos de uma sublevação que pode se converter em guerra civil, sublevação que em qualquer caso provoca uma mudança da constituição”; por outro, “o conceito indica uma transformação estrutural a longo prazo que tem sua origem no passado e que pode afetar o futuro”. Com isso, Revolução “se aproxima do sentido de ‘revolução permanente’, de um processo ou evolução”, designando tanto uma mudança violenta a curto prazo, como também um processo histórico de transformação de longa duração¹²².

Mas a estufa linguística onde os radicais franceses obtiveram o termo Revolução e a partir da qual atribuíram ao referido vocábulo os sentidos que o caracterizaram no período não data, evidentemente, do ano de 1789. Segundo o historiador alemão, tem-se que o uso político da palavra, em sua dimensão mais concreta, “abarca experiências e conhecimentos adquiridos com anterioridade, de uma forma distinta ou parecida, ainda que apreendidos com outros conceitos”, ressaltando seu alcance na história grega e romana, a adoção de seu uso no contexto medieval e, finalmente, sua admissão nas línguas vernáculas¹²³. É necessário considerar, também, a importância do desenvolvimento de uma proposta de Revolução pertencente ao âmbito da astronomia, que teria circulado principalmente a partir do século XVI com a elaboração das teorias propostas por Nicolau Copérnico acerca do movimento dos corpos celestes, bem como com os estudos sobre as fases da lua empreendidos por Tycho Brahe para desvendar uma possível harmonia nas dinâmicas entre planetas, que serviram para que Johannes Kepler formulasse, posteriormente, as três leis fundamentais da mecânica celeste que levam o seu nome.

A paulatina expansão, apropriação e incorporação sucessiva de Revolução à linguagem política de atores modernos – considerando-se sua designação de “mudança,

¹²² KOSELLECK, Reinhart. *Historia de Conceptos*: Estudios sobre semántica... Op.Cit., p.162.

¹²³ Ibidem.

rebelião, derrocada de um governante ou modificação de forma de governo” no século XVI; bem como sua ampliação num sentido próprio da filosofia da História no século XVIII, em referência à “uma mudança que englobava todos os âmbitos vitais e que deveria conduzir de uma forma progressiva a um futuro melhor”¹²⁴ – ocorre então, principalmente, na medida em que esses homens começam a refletir tanto sobre as múltiplas transformações e dinâmicas inéditas que passaram a atravessá-los, como acerca da inauguração de um vasto conjunto de possibilidades de intervenção no fluxo da história que se abria para eles no período, com uma potência nunca antes relatada ou testemunhada.

Assim, se a escatologia cristã apresentava-lhes um tempo cujo cessar se daria quando da ocorrência do apocalipse ou da parúsia, se as utopias futurísticas do século XVII continham “irrealidades” que as lançavam para contextos vislumbrados num hipotético porvir – como as descrições de uma Paris vislumbrada no ano 2440 por Louis-Sébastien Mercier¹²⁵ –, e se as práticas de previsão e prognóstico baseavam-se numa espécie de “instrutiva” do passado para o estabelecimento do panorama em que se inseriam as prerrogativas de futuridade por elas empreendidas¹²⁶, a emergência dessa nova forma de compreender e de compreender-se na e perante a História¹²⁷ suscitou uma requalificação do desempenho dos sujeitos na tessitura de suas próprias narrativas. Tal processo teria paulatinamente desatrelado-os de convenções e obrigatoriedades inerentes à emulação do passado que prevalecera até então, inserindo-os num novo contexto possível de esperanças emancipadas – e, para utilizar um termo caro aos estudos sobre o tema, em muito “secularizada” – em relação a um tempo até então concebido como sumariamente cíclico e sagrado¹²⁸.

¹²⁴ KOSELLECK, Reinhart. *Historia de Conceptos: Estudios sobre semántica...* Op.Cit., p.164.

¹²⁵ Ver KOSELLECK, Reinhart. A temporalização da Utopia. *Estratos do Tempo...* Op.Cit., pp.121-138.

¹²⁶ Ver CATROGA, Fernando. Op.Cit.; e KOSELLECK, Reinhart. O futuro desconhecido e a arte do prognóstico. *Estratos do Tempo...* Op.Cit.

¹²⁷ Ver ZERMEÑO PADILLA, Guillermo. Historia, experiencia y modernidad en Iberoamérica, 1750 – 1850. In: FERNÁNDEZ-SEBASTIÁN, Javier (org). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano...* Op.Cit. e _____. De la historia como un ‘arte’ a la historia como una ‘ciencia’. *Historias Conceptuales*, Op.Cit.

¹²⁸ Sobre o conceito de “secularização” no espaço ibero-americano, ver principalmente STEFANO, Roberto Di. Disidencia religiosa y secularización en el siglo XIX iberoamericano: cuestiones conceptuales y metodológicas. *Revista Projeto História*, São Paulo, n.37, pp. 157-178, dezembro de 2008. Também: CÁRDENAS-AYALA, Elisa. El lenguaje de la secularización en los extremos de Hispanoamérica: Argentina y México (1770-1870) – un acercamiento. *Ariadna histórica – Lenguajes, conceptos, metáforas*, vol. 5 (2016), pp. 169-193. Considere-se também principalmente a Introdução e a Parte I de SILVA, Ana Rosa Cloquet da &

No que se refere principalmente à possibilidades interpretativas dessas transformações em sua relação fundamental com a História dos Conceitos, a historiadora Elisa Cárdenas-Ayala afirma que além dos próprios conceitos de Religião e Política, bem como de Estado e Igreja, resultam nodais também os de Secular/Secularização e Laicidade/Laicismo, sendo imprescindível considerar, segundo ela, “el hecho de que la construcción de campos diferenciados para lo religioso y para lo político [...] incidió sobre un conjunto de conceptos centrales de lo político y lo social: soberanía, constitución, república, representación, sufragio, Estado, son sólo algunos de ellos”¹²⁹.

Ainda sobre essas manifestações de paulatina secularização que permearam as sociedades europeias a partir de meados do século XVIII, e que vieram a se consumir com maior preponderância a partir dos primeiros anos do Oitocentos, Roberto di Stefano cita a socióloga Danièle Hervieu-Léger, para quem:

La “secularización” de las sociedades modernas no se resume [...] en el proceso de evicción social y cultural de la religión con el que comúnmente se la confunde. Combina, de manera compleja, la pérdida del dominio de los grandes sistemas religiosos sobre una sociedad que reivindica su plena capacidad de orientar por sí misma su destino, y la recomposición, bajo una nueva forma, de las representaciones religiosas que han permitido a esta sociedad pensarse a sí misma como autónoma¹³⁰.

Desta forma, tem-se então que os novos ritmos de vida promulgados pelos primeiros estágios de desenvolvimento da Revolução Industrial, primeiro inglesa e logo europeia, bem como pela eclosão da Revolução Francesa em 1789 – considerando-se, evidentemente, a consumação do aparato político-ideológico que teria estabelecido condições favoráveis para seu acontecimento –, potencializaram a ocorrência de reconfigurações relacionadas à assimilação das estruturas de vivência do tempo diagnosticadas por homens e mulheres do período¹³¹, na medida em que esses passaram a refletir, discutir e questionar seus futuros históricos, que não apenas deixavam de ser previsíveis e prognosticáveis pelos meios

STEFANO, Roberto Di (Orgs.). *História das religiões em perspectiva: desafios conceituais, diálogos interdisciplinares e questões metodológicas*. Curitiba: Editora Prismas, 2018.

¹²⁹ CÁRDENAS-AYALA, Elisa. El lenguaje de la secularización en los extremos de Hispanoamérica...Op.Cit., p.170.

¹³⁰ HERVIEU-LÉGER, Danièle. El peregrino y el convertido: La religión en movimiento. México, Ediciones del Helénico, 2004, p. 37. Apud: STEFANO, Roberto Di. Disidencia religiosa y secularización en el siglo XIX iberoamericano...Op.Cit., p.161.

¹³¹ Vale o diálogo com BOSCOV, Sarah Tortora. *Vivências e experiências do tempo: o caso da Capitania de São Paulo (c. 1750 – c. 1808)*. São Paulo: FFLCH-USP, 2018. Dissertação de Mestrado.

difundidos até então, como se abriam para a intervenção direta dos próprios indivíduos como seres sociais. Gradativamente conhecedores de sua própria capacidade de imiscuir-se na História, esses indivíduos passaram a possuir, segundo Hans-Georg Gadamer, o “sentido do tempo”¹³². Seria possível dizer, de modo mais circunscrito, um *novo* sentido do tempo.

A aceleração do tempo e a retórica do “atraso”

É necessário considerar que o fenômeno do reformismo ilustrado, tal como se manifestou nas realidades imperiais portuguesa e espanhola a partir da segunda metade do século XVIII até os primeiros anos do século XIX, não foi norteado pelos pressupostos de sentido oferecidos pelo conceito de *revolução* em sua conformação semântica moderna. Ao contrário, os Impérios português e espanhol no âmbito das reformas ilustradas rejeitavam majoritariamente uma ideia de Revolução como postulado, orientando-se pela experiência cognoscitiva anteriormente enunciada quanto à necessidade de resgatar as Coroas ibéricas de posições consideradas periféricas, tanto em relação aos Impérios do noroeste europeu e aos emergentes padrões de competição internacional como quanto a muitos dos valores e ideias de *esclarecimento* e *progresso* que circulavam no período¹³³. Muito mais do que empreender transformações e rupturas, os Estados ibéricos almejavam recuperar o *status quo* por eles compartilhado anteriormente, quando seus dispositivos institucionais e suas organizações políticas e econômicas não haviam sido, ainda, flageladas pelo espectro da decadência diagnosticado por arbitristas do longo século XVII.

O contexto de ascensão dos monarcas D. José I e Carlos III em Portugal e na Espanha, respectivamente, delinearam o início – ou intensificação – de um período cada vez mais pautado pela proposta de que os Impérios ibéricos deveriam ser reformados. A partir de então, foram potencializadas atuações de perfil fortemente legitimista especialmente nos âmbitos da política, da economia, da ciência, da administração e das belas artes a partir da colaboração de seus funcionários, com o paradoxal intuito de aprimorar aquilo que “estava por vir” por meio do que “já existia” ou “havia existido” anteriormente. Assim, de acordo com o ideário reformista ilustrado ibérico, o logro de um

¹³² GADAMER, Hans-Georg. Teoria da História e Linguagem. In: KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do Tempo...* Op.Cit., p.114.

¹³³ Ver principalmente PAGDEN, Anthony. *La Ilustración y porque sigue siendo tan importante para nosotros*. Madri: Alianza Editorial, 2015.

bom futuro para as monarquias portuguesa e espanhola passava a ser aquele garantido pelo aprimoramento do presente através da retomada e da reformulação de valores, instruções e ensinamentos oferecidos por seus gloriosos passados.

Ante a um contexto de inúmeras transformações e mudanças sensíveis em relação ao ritmo do tempo experimentado – mas considerando, é claro, também as instâncias em que não se alterou, sobretudo na Península Ibérica –, é necessário ensejar especial atenção às adaptações, incorporações ou inovações discursivas que estiveram presentes na produção textual de funcionários que atuaram a serviço tanto do Império português como do espanhol face ao crítico cenário em que se percebiam. Em tal conjuntura, tendo em vista os sintomas de *aceleração do tempo histórico* em grande medida condicionados pela ocorrência – mas não apenas – das já referidas Revoluções Industrial e Francesa, tem-se que a retórica da “decadência”, que conheceu seu advento e amadurecimento em círculos arbitristas emergidos do Seiscentos e que perdurou no linguajar político de homens de Estado inclusive durante as primeiras décadas do século XVIII, seria deslocada da posição de *topos* que havia ocupado nos textos em que figurara até então.

É claro que reformistas ilustrados, tanto portugueses quanto espanhóis – bem como luso e hispano-americanos –, que atuaram da segunda metade do século XVIII aos primeiros anos do século XIX, seguiram recorrendo à “decadência” concebida no fulcro da literatura de arbítrios seiscentista como uma das principais ferramentas linguísticas mobilizadas a favor dos programas de reformas imperiais. A título de exemplo, é possível citar o caso de Domenico Vandelli (Pádua, 1735 – Lisboa, 1816), estrangeirado italiano em Portugal que desempenhou importantes funções nas reformas ilustradas e que afirmou que “a decadência total da Agricultura teve princípio com as Conquistas, e se conservou neste deplorável estado pelos exorbitantes privilégios, pelos tributos sobre os gêneros da primeira necessidade, e com a proibição de sacar os produtos da Agricultura”¹³⁴; ou o de José Baquijano y Carillo (Lima, 1751 – Sevilla, 1817), ilustrado hispano-peruano que propôs em sua *Disertación historica y politica sobre el comercio del Perú* que “para evitar la oscuridad y confusión” produzida pela “complicidad” das matérias comerciais, seria necessário, dentre outras ordens, compreender as “causas de su abatimiento y

¹³⁴ VANDELLI, Domenico. Memória sobre a agricultura desse reino e das suas conquistas. *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa – 1789-1815*. Tomo I. Lisboa: Banco de Portugal, 1990, p.172.

decadencia”¹³⁵. Como Vandelli e Baquijano y Carillo, diversos outros funcionários das monarquias ibéricas, tanto nas metrópoles quanto nas colônias americanas, atuaram em prol das demandas políticas do reformismo ilustrado a partir da utilização da retórica decadentista legatária dos arbitristas do longo século XVII.

O que difere a mobilização dessa retórica por parte de reformistas ilustrados da segunda metade do século XVIII tais como Domenico Vandelli ou José Baquijano y Carillo é o fato de que, para as gerações de funcionários ilustrados que exerceram após c.1750, a retórica da “decadência” já não desempenhava a mesma operacionalidade discursiva de outrora. Isso, porque os funcionários da segunda metade do Setecentos paulatinamente imputaram em seus discursos que os objetivos diagonais das reformas ilustradas não estariam mais volcados apenas a uma realocação dos Impérios ibéricos diante do declínio percebido quanto às potências que compunham chamado Sistema Atlântico do Noroeste europeu: para além do alcance de um estrato temporal não-simultâneo em relação àquele em que se encontravam Portugal e Espanha, reformistas ilustrados ibéricos se defrontaram também com a necessidade de inserir as Coroas nesta recém inaugurada temporalidade histórica, que cavalgava de modo cada vez mais progressivo e acelerado, assolando os que porventura não ajustassem seus ritmos a ela¹³⁶. Não apenas reiterando, portanto, o declínio dos Impérios ibéricos já diagnosticado por letrados do século XVII, mas percebendo que Portugal e Espanha passavam a ocupar uma posição “descompassada” a partir da segunda metade do século XVIII em relação às dinâmicas globais que se reconfiguravam de maneira crescentemente veloz, foi no discurso de funcionários ibero-americanos em que emergiu, se desenvolveu e se consolidou a recorrência a uma outra retórica, que se ajustaria à deflagração da *aceleração do tempo histórico* para melhor subsidiar o enfrentamento de Portugal e Espanha quanto aos aspectos críticos que aparentemente os acometiam: a retórica do “atraso”, sobre a qual se tratará de modo mais aprofundado no seguinte capítulo desta dissertação.

A constituição de ambas as retóricas como integrantes de arcabouços linguísticos referentes à semântica do *tempo* ensejou uma operabilidade distinta desses vocábulos na

¹³⁵BAQUIJANO Y CARILLO, Disertación histórica sobre el comercio del Perú. In: CHIARAMONTE, José Carlos (ed.). *Pensamiento de la Ilustración: economía y sociedad iberoamericanas en el siglo XVIII*. Caracas: Ayacucho, 1979, p.5.

¹³⁶ Novamente FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. *Cabalgando el corcel del diablo*, Op.Cit.

linguagem de funcionários de Estado portugueses e espanhóis que atuaram a partir da segunda metade do século XVIII. Isso, porque os letrados reformistas ibero-americanos do Setecentos concebiam “decadência” e “atraso” não como palavras usuais que ocupavam lugares meramente descritivos em seus escritos, mas como entidades lexicais que orientavam, sob um prisma interpretativo de *longa duração*, o desenvolvimento de muitas das políticas por eles projetadas, com base tanto em diagnósticos e apontamentos que haviam sido anteriormente assinalados por pensadores arbitristas quanto nos prósperos futuros por eles almejados para os Impérios.

Tal advertência se refere a alguns dos critérios elementares que ensejam a edificação desta nova *semântica dos tempos históricos* na Modernidade ocidental¹³⁷, dada a necessidade de considerar que a simples evocação a quaisquer palavras num discurso não basta para vinculá-las a um determinado postulado textual ou a uma retórica específica. Por exemplo, Lope de Vega ou Calderón de la Barca, dois grandes nomes da dramaturgia espanhola do século XVII, poderiam ter utilizado a voz “decadência” em seus diálogos teatrais sem que a mobilização do mesmo significasse que os referidos autores o estivessem fazendo em nome da retórica decadentista que tipificou os textos de seus contemporâneos arbitristas; da mesma forma que o poeta português Manuel Maria Barbosa du Bocage ou o luso-americano Tomás António Gonzaga poderiam ter apelado ao termo “atraso” em seus poemas de fins do século XVIII sem que o fizessem para cotejar as propostas políticas do reformismo imperial português.

Tem-se, portanto, que a mobilização de certas entidades lexicais por determinados grupos ou personagens não revela necessariamente uma reivindicação dos mesmos a certas filiações políticas ou a propostas e projetos específicos, e tampouco enseja o delineamento de conceitos em determinados discursos: aqui, o que importa considerar é que o advento das retóricas da “decadência” e do “atraso”, tão caras ao percurso gerativo proposto para alumbrar alguns tópicos relevantes para esta dissertação, não se reduz à incorporação dos termos ao vocabulário mobilizado por arbitristas do longo século XVII ou por reformistas ilustrados da segunda metade do século XVIII, respectivamente, uma vez que estas retóricas só se constituem enquanto tais na medida em que os termos que as sintetizam são

¹³⁷FERNÁNDEZ TORRES, Luís. Un texto fundacional de Reinhart Koselleck...Op.Cit.

compreendidos como integrantes de *vocabulários específicos* relacionados à semânticas determinadas¹³⁸.

Para além disso, faz-se necessário salientar que ambos os vocábulos desempenharam comportamentos bastante particulares, sobretudo por integrarem a semântica do *tempo*, este enquanto *conceito transversal oblíquo* prioritário para este estudo: assim, tem-se que tanto a retórica da “decadência” seiscentista quanto a do “atraso” tal como foi empregada na segunda metade do Setecentos engendram vastos arcabouços linguísticos, compostos por múltiplas categorias e vozes afins. Esses são alguns dos elementos que permitem ao historiador realizar levantamentos semânticos que suscitam o rastreamento e análise tanto daquilo que foi dito ou escrito quanto, especialmente, daquilo que jamais poderia ter sido dito ou escrito num determinado contexto, tendo em vista a indispensabilidade de se considerar as linguagens sempre em articulação com os cenários específicos em que são mobilizadas.

É possível conceber, portanto, que a partir da irrupção de uma *aceleração do tempo histórico*, o advento da retórica do “atraso” no contexto de empreendimento de reformas ilustradas por parte dos Impérios ibéricos tenha tanto incorporado alguns dos termos que subsidiaram o arcabouço linguístico da retórica da “decadência”, como consumado uma nova estrutura lexical que, dentre os tantos aspectos que a tipificavam, encontrava-se a *temporalização* das palavras como fator determinante de seu potencial moderno. Assim sendo, tem-se que o desenvolvimento de uma *experiência linguístico-conceitual* reformista ilustrada ibérica pautada na semântica do *tempo* não apenas se manifesta como um dos tantos fenômenos que caracterizam o advento da Modernidade ocidental no mundo ibero-americano, como também suscita a imprescindibilidade de que os reformismos ilustrados português e espanhol sejam concebidos como fenômenos absolutamente imbricados, uma vez que há diversas instâncias de ambos os processos – muitas das quais serão mencionadas adiante – que só podem ser totalmente compreendidas se consideradas a partir das convergentes tentativas de reconfiguração dos Impérios perante à nova organização sistêmica estabelecida desde meados do século XVII, profundamente acirrada nas últimas décadas da seguinte centúria.

¹³⁸ Considere-se amplamente as propostas de POCKOCK, J.G.A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: EDUSP, 2003.

Crise: a invocação da pergunta ao futuro histórico

Se o conceito de Modernidade se apresentou como uma das principais e mais importantes ferramentas interpretativas para a assimilação do chamado “tempo do reformismo ilustrado”, em referência ao título deste capítulo, é bem verdade que a consideração do conceito de Crise também foi de notável relevância para a elaboração e o desenvolvimento deste estudo. Isso, não apenas para que fosse possível situar adequadamente as políticas reformistas ilustradas ibéricas no contexto em que se inseriram; mas também para que se pudesse compreender os limites do fenômeno a partir de informações reveladas tanto pelas fontes que subsidiaram a elaboração desta investigação como pela produção acadêmica pertinente ao tema. Se bem o termo foi recorrentemente mobilizado por uma série de historiadores e historiadoras para caracterizar o período em questão¹³⁹, é verdade também que a mobilização do mesmo não foi empreendida com tanta frequência pelas personagens do reformismo ilustrado¹⁴⁰, como foi possível verificar através da leitura das fontes documentais que subsidiaram o presente estudo: extensamente, nas palavras de Reinhart Koselleck, “o século da crítica e do progresso moral” – o século XVIII – “não conheceu a ‘crise’ como um conceito central”.¹⁴¹

Segundo o historiador alemão, *crise* deriva do termo *krino* – do grego, “separar, eleger, decidir, julgar”, bem como “medir-se, discutir, lutar” –. De acordo com ele, o conceito em sua gênese grega “implicava alternativas extremas que já não permitiam

¹³⁹ Para o âmbito luso-americano, ver especialmente NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1986 e ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Porto: Afrontamento, 1993. Também: PEDREIRA, Jorge. Economia e política na explicação da independência do Brasil. In: MALERBA, Jurandir. (org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006. Para a dimensão hispano-americana, principalmente HALPERÍN-DONGHI, Túlio. *Reforma y disolución de los imperios ibéricos (1750-1850)*. Madri: Alianza Editorial, 1985; GELMAN, Jorge; LLOPIS, Enrique; MARICHAL, Carlos. (coord.). *Iberoamérica y España antes de las independencias (1700-1820): crecimiento, reformas y crisis*. Cidade do México: Instituto de Investigaciones Dr. José María Luís Mora/Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología/El Colegio de México, 2014; PORTILLO VALDÉS, José María. *Crisis atlántica. Autonomía e independencia en la crisis de la monarquía hispana*. Madrid: Marcial Pons Historia, 2006; PAQUETTE, Gabriel. (ed.). *Enlightened Reform in Southern Europe and its Atlantic Colonies, c.1750-1830*. Surrey/Burlington, Ashgate, 2009.

¹⁴⁰ Apesar de sua circulação poder ser observada em outras circunstâncias do período. “En Alemania, por ejemplo, se habló de la crisis del sistema imperial alemán. Con ello se aludía a la estructura federal, cuyas reglas internas ya no eran suficientes para estabilizar el imperio. Por eso había que crear una unión de príncipes electores complementaria de cuyo preámbulo de 1785 procede la anterior formación”. KOSELLECK, Reinhart. Algunas cuestiones sobre la historia conceptual de ‘crisis’. In: Estudios sobre semántica y pragmática del lenguaje... p.133.

¹⁴¹ KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise...* Op.Cit., p.137.

nenhuma revisão: triunfo ou fracasso, justiça ou injustiça, vida ou morte” e “salvação ou condenação”. Tendo percorrido um amplo e exaustivo caminho de transformações semânticas desde a Antiguidade até a Idade Moderna, é no Setecentos que Crise finalmente se torna independente dos contextos em que até então era inserida – principalmente no âmbito das ciências médicas, como se detalhará adiante – e passa a apresentar, como propõe Koselleck, uma evolução similar a Revolução e Progresso: para ele, “ambos se convertem em conceitos temporais cujos significados prévios espaciais ou naturais se desvanecem a partir da Ilustração, quando passam a formar parte dos conceitos históricos elementares”.¹⁴²

A reivindicação ao conceito de Crise foi amplamente empreendida e difundida por historiadores e historiadoras que tratam da época referente à últimas décadas do século XVIII até os primeiros anos do século XIX para caracterizar, principalmente, o paulatino processo de desmantelamento do sistema colonial tal como operara até o início do Oitocentos, bem como a gradual desintegração estrutural do Antigo Regime – em que, como já se mencionou anteriormente, uma série de padrões de organização social e política esmaeceram diante do advento de um novo tipo de legitimidade, do surgimento de novas representações políticas, bem como da deflagração de uma nova experiência de temporalidade¹⁴³ –. Desta forma, sendo Crise não apenas um termo relacionado à tipificação de realidades episódicas importantes como também um conceito através do qual se estabelecem e se disputam diferentes abordagens epistemológicas, vale a pena ponderar o seu lugar nesta investigação por dois principais motivos que serão apresentados nos parágrafos a seguir.

No que se refere à historiografia, tem-se que na exaustiva maioria das obras que mobilizam o termo para compreender as realidades por ele abarcadas, a interpretação do acometimento de uma Crise dos Impérios ibéricos diz respeito a um processo que teria se intensificado profundamente ao longo da segunda metade do século XVIII, e que teria tido como marco episódico fundamental o ano de 1807, com o estabelecimento de um inédito

¹⁴² KOSELLECK, Reinhart. Algunas cuestiones sobre la historia conceptual de ‘crisis’. In: Estudios sobre semántica y pragmática del lenguaje... p.133.

¹⁴³ FERNÁNDEZ-SEBASTIÁN, Javier. Presentación. In: _____. (dir.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano. Conceptos políticos fundamentales, 1770-1870*, Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales – Universidad del País Vasco, 2014, tomo II, p.12.

vazio de soberania¹⁴⁴ que ocorrera tanto na Espanha como em Portugal – respectivamente, pela captura de Fernando VII por forças napoleônicas e pela transferência da corte portuguesa para a América em 1808 –. Isso significa dizer que apesar das sortidas matrizes interpretativas a partir das quais a historiografia se propôs a compreender o fenômeno – bem como apesar das divergências em relação à efetiva ocorrência do mesmo, sobretudo entre obras referentes à dimensão luso-americana; considerando-se maior consenso quanto ao tema do que as que tratam da conjuntura hispano-americana¹⁴⁵ –, a grande maioria desses estudos é consoante quanto à ideia de que apesar de que uma série de *indícios críticos* podem ser observados nos cenários imperiais desde meados do Setecentos, a conflagração real da crise só teria se estabelecido de fato a partir dos primeiros anos do século XIX, quando as monarquias ibéricas se perceberam diante da consecução real da perda de operacionalidade de suas formas cotidianas de existência¹⁴⁶, uma vez que a ordem secular em que estiveram calcados Portugal e Espanha passou a atravessar, no início do Oitocentos, seu desmoronamento definitivo.

É justamente esse processo de gradual assimilação de *indícios críticos* ao longo de todo o século XVIII, que só teriam alcançado amadurecimento e gravidade efetivamente nos primeiros anos do século XIX, que suscita a esta investigação a primeira das ponderações que devem ser apresentadas quanto ao conceito de Crise, no que se refere particularmente à compreensão do reformismo ilustrado ibérico. Isso, porque ainda que as políticas de reforma promovidas tanto por Portugal como por Espanha tenham se dirigido principalmente à resolução de dilemas e percalços diagnosticados pelas monarquias no contexto de ascensão dos novos protagonistas sistêmicos oriundos do Noroeste Europeu, como se tratou anteriormente, não parece plausível concebê-las, em sua gênese essencial, como medidas empreendidas para conter o estopim de uma hipotética Crise no cenário imperial português e espanhol.

¹⁴⁴ Ver especialmente GOLDMAN, Noemí. Soberanía en Iberoamérica. Dimensiones y dilemas de un concepto político fundamental (1770 – 1870). In: FERNANDEZ-SEBASTIÁN, Javier. *Diccionario político y social del mundo iberoamericano...* Op.Cit.

¹⁴⁵ Vale destacar o importante debate entre NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial...*, Op.Cit. e ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império...* Op.Cit.

¹⁴⁶ Definição de István Jancsó & João Paulo Pimenta para *crise*, aplicada à do *sistema colonial*. Ver: JANCÓS, István. & PIMENTA, João Paulo. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. In: MOTA, Carlos Guilherme. (org). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: SENAC, 2000. A definição de *crise* encontra formulações anteriores em obras do primeiro autor.

Em primeiro lugar, porque a principal diligência de funcionários imperiais ibero-americanos ao longo das últimas décadas do século XVIII e dos primeiros anos do século XIX – valendo recordar, como já abordado no início deste capítulo, as discussões e projetos de matriz potencialmente reformista propostos por homens vinculados a círculos arbitristas desde meados do Seiscentos – se deu, buscando atender às demandas provenientes das monarquias, na intenção de compensar a disparidade em que julgavam encontrar Portugal e Espanha em relação a ingleses, franceses e holandeses: para tanto, dedicaram-se à elaboração de textos que tratavam de temas relacionados à política, à economia, às ciências, à administração imperial e às belas artes por meio dos quais almejavam contrapesar o desfalque percebido diante das já referidas novas potências ascendentes. Para esses reformistas ilustrados, como se verá com mais detalhamento no próximo capítulo, os projetos apresentados aos Soberanos pretendiam revitalizar os Impérios ibéricos dentro de seus próprios moldes de funcionamento tradicionais, sem que houvesse qualquer intuito pragmático de transformar estruturalmente a organização das monarquias no que se refere principalmente à sua legitimidade de poder.

Em segundo lugar, porque aventar que tanto os monarcas português e espanhol como funcionários dos Impérios tenham empreendido projetos de reforma a partir de c.1750 a fim de impedir que Portugal e Espanha fossem acometidos, numa mesma revoada, pelo desmantelamento do Antigo Regime ou pela dissolução do sistema colonial, resulta uma interpretação teleológica. Dentre outras razões, porque o fenecimento da referida ordem, tal como veio a consumir-se no final do século XVIII e nos primeiros anos do século XIX, foi de tamanho ineditismo na narrativa histórica ocidental, que supor que esses homens pudessem ter promovido propostas políticas de reforma na intenção de “impedir” ou “evitar” uma Crise que “sabiam” que viria a ocorrer acena para interpretações inverídicas que sugerem: a) que Soberanos e funcionários ibero-americanos eram detentores de uma capacidade analítica sistemática do período; b) o que os revela portadores de um *consciência história* sobre o contexto estruturalmente crítico em que se encontravam; c) e que, para escapar das ameaças de desmantelamento estrutural que observavam e de que eram devidamente sabedores, fazia-se necessário empreender reformas políticas e econômicas em seus respectivos conjuntos imperiais.

As três possíveis perspectivas de análise apresentadas, apenas para citar alguns exemplos dentre tantos outros que poderiam ser daí depreendidos, dizem respeito a observações e leituras desacertadas. Isso, porque situam os funcionários de Portugal e Espanha num contexto *transtemporal* que outorga, às personagens da época, um potencial panorâmico – e quase premonitório – de observação das realidades em que se inseriam, na medida em que acabam por ser dotadas de habilidades interpretativas e consciências gerais acerca do contexto em que viviam mas que, evidentemente, não as possuíam. Estima-se adequado considerar, portanto, que o fato de que reformistas ilustrados ibero-americanos detectassem que algo perturbava o pleno funcionamento dos organismos monárquicos não significa, necessariamente, que fossem detentores de uma consciência antecipada em relação à Crise estrutural que os acometeria no final do Setecentos.

Embora não seja correto afirmar que Portugal e Espanha tenham incitado os programas reformistas para responder a um diagnóstico de Crise estrutural, tal como argumentou-se no parágrafo anterior, é necessário indicar a importância das colaborações propostas e operadas pela intelectualidade ilustrada num contexto em que a viabilidade dos Impérios passara a ser realmente advertida. Assim sendo, ainda que as reformas ilustradas empreendidas por Portugal e Espanha não tenham surgido no âmago de um cenário em que se almejava impedir a ocorrência de uma Crise, é importante salientar a relevante contribuição de muitos desses funcionários, tanto peninsulares quanto americanos, que a partir dos preceitos ilustrados que orientaram as políticas delineadas ao longo das últimas décadas do século XVIII seguiram atuando em prol das monarquias no cenário de desintegração que se estabeleceu formalmente no início do século XIX.

A segunda razão pela qual faz-se importante ponderar o lugar do conceito de Crise na presente investigação refere-se ao fato de este ser um termo essencialmente mobilizado por historiadores que se dispuseram a tratar sobre o tema; não sendo portanto, como já se havia enunciado anteriormente, um termo mobilizado por reformistas ilustrados para descrever sua respectiva contemporaneidade política. Vale mencionar, inclusive, que de acordo com a pesquisa empírica realizada sobre o corpus documental que pautou este trabalho, o termo foi encontrado apenas uma vez – em espanhol, *crisis* –, no Prólogo dos *Apuntes para una reforma de España* (1797), de Victorián de Villava (Zaragoza, 1747 –

Chuquisaca, 1802), a partir de sua designação usual anteriormente mencionada – como “separação, decisão, eleição e julgamento”¹⁴⁷.

O fato de o termo não constar na produção discursiva de reformistas ilustrados ibero-americanos revela possibilidades interpretativas acerca de sua ausência, que em muito se referem a algumas das discussões apresentadas anteriormente em relação à possibilidade de compreensão do *tempo* como um *conceito transversal oblíquo* – ainda que, como se ponderará nos parágrafos seguintes, este não tenha sido exatamente o lugar ocupado pela voz “crise” no cenário em questão¹⁴⁸–: segundo Koselleck, “a crise não era concebida politicamente, mas, ao contrário, permanecia oculta pelas imagens histórico-filosóficas do futuro, diante das quais os eventos cotidianos esmoreciam”¹⁴⁹.

No *Vocabulário Portuguez & Latino* de Raphael Bluteau, a primeira definição para o termo é a de “crise da doença”, como “uma súbita mudança, e como um esforço da natureza no doente, do qual se forma juízo da sua melhora, ou da sua morte, costuma a natureza fazer este esforço por fluxo de sangue, urina, câmaras, suor, vômitos ou outra evacuação [...]”. Segue o padre afirmando que na medida em que o doente logra lançar para fora de seu corpo o humor causador da referida crise, “chama-se esta crise perfeita”; enquanto a “crise imperfeita” caracteriza-se por ser “aquela pela qual o humor que peca não se bota fora do corpo, mas bota-se das partes nobres às menos nobres”¹⁵⁰. No verbete de Moraes Silva, revisor do *Vocabulário* de Bluteau, “crise” indica “mudança para melhor, que a certos períodos fazem as doenças agudas, esforçando-se a natureza a expelir a causa dela por suores, e outras evacuações”; bem como “o estado e circunstâncias arriscadas, e perigosas, em que alguém se acha”¹⁵¹.

Nas compilações lexicais de língua espanhola, tem-se a definição de “crisis” no *Diccionario de Autoridades* como “el juicio que se hace sobre alguna cosa, en fuerza de lo

¹⁴⁷ “Estas reflexiones me han inducido a escribir unos apuntes que puedan servir a hombres mayores que yo, para dar un nuevo ser a mi nación, sin los riesgos del fuego y el hierro, inevitables en la crisis violenta de una conmoción”. VILLAVA, Victorián de. Apuntes para una reforma de España, sin trastorno del gobierno monárquico, ni de la religión. In: PORTILLO VALDES, José María. *La vida atlántica de Victorián de Villava*. Madri: Editorial Doce Calles, 2010, p.65.

¹⁴⁸ Especialmente porque, para o contexto sobre o qual se debruça o presente estudo, *crise* ainda não possuía a qualidade de autonomia conceitual que posteriormente veio a caracterizá-la. Assim sendo, tem-se que, para esta investigação, considerou-se o termo como uma das múltiplas estruturas pertinentes à semântica do *tempo*, sem adjudicar a ele o protagonismo discursivo que veio adquirir após 1807.

¹⁴⁹ KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise...* Op.Cit., p.13.

¹⁵⁰ BLUTEAU, Raphael. Crise. *Vocabulario portuguez & latino*, Op.Cit.

¹⁵¹ MORAES SILVA, Antonio de. Crise. *Diccionario da lingua portugueza...* Op.Cit.

que se ha observado y reconocido acerca de ella”¹⁵². O verbete que consta no *Diccionario de la lengua castellana*, publicado em 1791, descreve o termo como uma “mutación considerable que acaece en alguna enfermedad, ya sea para mejorarse, o para agravarse más el enfermo”¹⁵³, incorporando em seguida também a designação anteriormente referida pelo *Diccionario de Autoridades*. No *Diccionario de Castellano con las voces de ciencias y artes...*, de Esteban de Terreros y Pando, “crisis” é definida como um “síntoma que sobrevive en muchas enfermedades en lo más activo de ellas; y sucede cuando la naturaleza procura arrojar el humor nocivo”, em muito convergente com a definição em língua portuguesa proposta por Raphael Bluteau. Segue-se em Terreros y Pando a definição de “crisis” como “lo más arduo de los negocios, por las circunstancias más críticas en que se hallan”¹⁵⁴.

O uso de vocabulários e dicionários como fontes subsidiárias para esta investigação será tratado no início do capítulo seguinte, sobretudo para esclarecer e ponderar os limites de sua mobilização para a realização de um estudo pautado por pressupostos teórico-metodológicos oferecidos pela História dos Conceitos; na medida em que a apreciação de um verbete de dicionário de época, em sua dimensão cristalizante de sentidos típica de toda e qualquer compilação lexical¹⁵⁵, poderia representar um instrumento bastante resvaloso se o que se busca principalmente é compreender as pulsações e dinâmicas polissêmicas de uma determinada voz no decorrer de um determinado período. Dado que as advertências quanto ao tema serão abordadas adiante, se atentará por ora especialmente ao fato de que as quatro compilações lexicais indicadas apontam para a “crise” como um episódio referente ao âmbito dos diagnósticos médicos, com especial ênfase ao valor que possuía para o melhoramento ou piora de uma pessoa em estado enfermo¹⁵⁶.

¹⁵² RAE (1726 – 1739). Crisis. *Diccionario de Autoridades*. Op.Cit.

¹⁵³ RAE (1791). Crisis. *Diccionario de la lengua castellana...* Op.Cit.

¹⁵⁴ TERREROS Y PANDO, Esteban de. Crisis. *Diccionario de Castellano con las voces de ciencias y artes y sus correspondientes en las tres lenguas francesa, latina e italiana*. 1786 – 1788. Disponível no acervo digital da RAE.

¹⁵⁵ MUGGLESTONE, Lynda. *Dictionaries: a very short introduction*. OUP: Oxford, 2011. Também: FERNÁNDEZ-SEBASTIÁN, Javier. ¿Qué es un diccionario histórico de conceptos políticos?. *Anales*, núm. 7-8 (2004/2005), pp. 223-240.

¹⁵⁶ Seguindo-se as definições anteriormente apresentadas, tem-se que, no *Vocabulario portuguez & latino*, de Bluteau, a menção aos processos de expulsão e evacuação condicionados por uma crise podem permitir interpretar que um de seus principais aspectos caracterizadores dizem respeito à eliminação do corpo enfermo daquilo que lhe causa mal – estado a que Bluteau denomina “crise perfeita” (sendo uma “crise imperfeita”, então, aquela em que não ocorre a esperada expurgação). Já no *Diccionario* de Moraes Silva, a condição da

A apresentação dos verbetes “crise” e “crisis” em vocabulários e dicionários de época permite observar, sobretudo, dois temas referentes à não mobilização do termo por funcionários reformistas ilustrados portugueses e espanhóis. Primeiro, que a compreensão de “crise”/“crisis” nas compilações lexicais citadas assinalam a ocorrência de uma mudança substancial tanto em relação à constituição de sentido do termo quanto à recorrência de seu uso entre meados do século XVIII – quando dizia respeito principalmente a uma voz integrante do vocabulário médico, sobretudo pela herança semântica transmitida pelo arbitrismo – e as primeiras décadas do XIX, período em que o vocábulo passou a ser mobilizado com maior frequência pelos contemporâneos para caracterizar as novas realidades que então se estabeleciam. Considerando-se a referida transformação atravessada pelo termo, é possível sugerir que, no contexto linguístico das reformas ilustradas setecentistas, “crise”/“crisis” fosse uma das tantas opções dentre os inúmeros vocábulos disponíveis aos funcionários das monarquias para discorrer acerca do contexto em que se inseriam e sobre o qual elaboravam seus projetos, o que assente interpretar que “crise” desempenhava, em tal cenário, função semântica análoga à exercida por tantas outras vozes; sem que ocupasse ainda o protagonismo discursivo adquirido posteriormente.

O segundo tema trata, principalmente e de modo mais direto, dos instrumentos lexicais mobilizados por esses homens para designar as realidades por eles abordadas nos discursos que escreviam. Como viu-se anteriormente, o chamado longo século XVII foi o cenário em que uma série de personagens se dispuseram a colaborar com as monarquias quando da paulatina detecção de um estado decadente em que julgavam encontrá-las. Viu-se, também, que a “decadência”, que havia sido de grande utilidade para analisar e tipificar a conjuntura ibérica até meados do século XVIII, teve sua operabilidade semântica protagonica deslocada a partir da segunda metade do referido século, uma vez que ocorrências tais como a deflagração da Revolução Francesa e o rastilho dos primeiros estágios da Revolução Industrial teriam condicionado o desenvolvimento de uma paulatina percepção de *atraso* de Portugal e Espanha em relação às referidas potências do Noroeste europeu, uma vez que as frequentes comparações com a Inglaterra, a França e, já em menor

crise como facilitadora da eliminação dos males do corpo se completa por sua definição figurada, em que o autor passa a assimilar também “o estado e circunstâncias arriscadas, e perigosas, em que alguém se acha”. No *Diccionario de la lengua castellana*, de 1791, já se pondera que a crise pode agravar ainda mais o estado do enfermo, considerando também a definição previamente oferecida pelo *Diccionario de Autoridades*.

medida à esta altura, a Holanda, teriam feito com que as monarquias ibéricas se considerassem, nas últimas décadas do século XVIII, não apenas *decadentes* em relação às suas próprias trajetórias históricas, mas *atrasadas* em relação ao novo ritmo sistêmico, essencialmente acelerado, que então se estabelecia.

O conceito de Crise é precisamente o que caracteriza, portanto, esse terceiro e último estágio de um processo de fenecimento de *longa duração* atravessado pelos Impérios ibéricos – e, em certa medida, pelo Absolutismo como regime de organização estrutural – desde meados do século XVII. Se a ascensão das potências do Noroeste europeu lhes teria apresentado a percepção de uma decadência, cuja mobilização discursiva fora exaustivamente empreendida por arbitristas – tendo em certa medida permanecido, como se verá no próximo capítulo, no discurso político dos reformistas ilustrados do Setecentos – e os dois processos revolucionários de fins do século XVIII teriam proposto aos funcionários que participaram do projeto imperial de reformas uma codificação narrativa pautada pelo atraso –, foi por meio da reivindicação explicativa estabelecida por Crise que os episódios ocorridos a partir do ano de 1807 puderam ser assimilados, caracterizados e, sobretudo, debatidos por personagens de períodos posteriores.

Contudo, é necessário ponderar que mesmo o diagnóstico de uma Crise dos Impérios ibéricos a partir da ocorrência dos episódios de 1807 não representava, àquela altura, uma anunciação de sua peremptória dissolução. Principalmente, porque intentos como o empreendimento do chamado Proyecto Carlotista¹⁵⁷, bem como a realização das Cortes de Cádiz (1812) e de Lisboa (1820)¹⁵⁸ e a ocorrência do Congresso de Viena em 1815 devem ser observados como experiências específicas que compõem a narrativa deste longo processo de dismantelamento das estruturas políticas e sociais até então vigentes. Isso, porque tem-se que tanto arbitristas do longo século XVII como reformistas ilustrados

¹⁵⁷ Ver principalmente PIMENTA, João Paulo. *A América ibérica e a crise das monarquias (1808-1809). A Independência do Brasil e a experiência hispano-americana (1808-1822)*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2015; AZEVEDO, Francisca Nogueira de. *Carlota Joaquina na corte do Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003; HALPERÍN DONGHI, Túlio. *Revolución y guerra: formación de una élite dirigente en la Argentina criolla*. 3ª ed. Buenos Aires: Siglo XXI, 1994; QUIRÓS, Pilar González Bernaldo de (dir.). *Independencias ibero-americanas: nuevos problemas y aproximaciones*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2015; SLEMIAN, Andréa & PIMENTA, João Paulo. *A corte e o mundo: uma história do ano em que a família real portuguesa chegou ao Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008; TERVANASIO, Marcela. *Candidata a la corona: La infanta Carlota Joaquina en el laberinto de las revoluciones hispanoamericanas*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2015.

¹⁵⁸ Ver principalmente BERBEL, Márcia Regina & OLIVEIRA, Cecília Helena Salles (orgs.). *A experiência constitucional de Cádiz: Espanha, Portugal e Brasil*. São Paulo: Alameda Editorial, 2012..

do século XVIII, assim como alguns deputados que atuaram nas Cortes realizadas nas primeiras duas décadas do século XIX, apesar de inseridos em conjunturas bastante diferentes, compartilhavam o patente compromisso de manutenção das configurações imperiais ibéricas e do próprio Absolutismo como a espinha dorsal das organizações de Estado europeias.

Assim sendo, tem-se que se “decadência” foi a principal voz a partir da qual arbitristas elaboraram suas discussões e propostas para os Soberanos ibéricos, e que esta teria tido seu protagonismo discursivo deslocado pelo “atraso” mobilizado por reformistas ilustrados de meados do século XVIII em seus textos, é possível propor o surgimento da Crise como um grande tema estruturante – porque tida como principal elemento caracterizador de uma realidade em seu gradual processo de dissolução – apenas nas primeiras décadas do século XIX; o que nos permite retornar e, em certa medida, propor uma possível resposta a uma das reflexões apresentadas no início deste subitem da presente investigação: se a referida voz não foi mobilizada por funcionários reformistas ilustrados das monarquias ibéricas em seus discursos, por quais motivos grande parte da historiografia sobre o contexto teria optado por empregar o vocábulo Crise para tratar do contexto em questão?

O que se sugere é que neste período dobradiça localizado entre a detecção de uma *decadência* dos Impérios ibéricos por parte de arbitristas do longo século XVII e a *Crise* deflagrada nos primeiros anos do século XIX, tem-se que o reformismo ilustrado ibérico, ao articular essas duas importantes conjunturas histórias por meio da reivindicação de um *atraso* de Portugal e Espanha, revela que um dos principais elos entre o decadentismo diagnosticado no Seiscentos e a Crise estrutural desencadeada no início do Oitocentos está na indicação de uma “destemporalização” ou “retemporalização” de certos valores, preceitos, normas e dispositivos organizadores tanto do Antigo Regime como do sistema colonial tal como haviam operado até então¹⁵⁹.

Isso, porque a conformação de novos arranjos políticos, econômicos e sociais que passaram a desenvolver-se principalmente a partir do estabelecimento dos novos padrões de competição promovidos num cenário global – e portanto, também, das novas formas de

¹⁵⁹ Esta é, evidentemente, apenas uma das tantas possíveis propostas interpretativas que podem ser lançadas sobre o tema; na medida em que sua complexidade epistemológica demandaria discussões mais aprofundadas e orgânicas do que esta que, aqui, apenas se apresenta.

disputa de poderio entre as potências emergentes no período –, bem como das reconfigurações revolucionárias anteriormente mencionadas, indicavam uma inviabilidade cada vez maior de que essa ordem secular em que se haviam arquitetado os Impérios ibéricos se mantivesse incólume diante das múltiplas transformações de *longa duração* instauradas em suas narrativas históricas a partir de meados do Seiscentos.

Assim sendo, da constatação de uma *decadência* que teria se convertido em *atraso*, manifestam-se através da *Crise* a irrevogabilidade definitiva dos moldes organizacionais do Antigo Regime, a experiência cognoscitiva da falência do sistema colonial tal como operara até o momento, e a indicação de que este novo Regime que irrompia com a aurora essencialmente revolucionária de um século que revelava o eflúvio da *aceleração dos tempos históricos* demandaria, dos homens do período, a mobilização de uma série de palavras que, ao atravessarem um processo paulatino de temporalização, democratização, ideologização e politização¹⁶⁰, se tornariam *conceitos políticos*. Esses, como já se mencionou anteriormente, não apenas serviriam para identificar e explicar as novas realidades que se lhes estabeleciam, mas também e principalmente para instrumentalizar o vasto arcabouço semântico que subsidiaria a elaboração dos múltiplos projetos de ressignificação e disputa emergidos, até meados de 1850, dos mais distintos rincões do globo.

Para concluir, é possível observar uma espécie de dinâmica de retroalimentação destrutiva que se estabeleceu entre as propostas, medidas e empreendimentos sugeridos e operados por funcionários reformistas ibero-americanos a partir de preceitos procedentes do ventre da Ilustração, e o paulatino processo de desmantelamento das estruturas organizacionais em questão – destaque-se, principalmente, o Absolutismo –, em grande medida, pelos mesmos preceitos mobilizados. Segundo Reinhart Koselleck, “o movimento iluminista desenvolveu-se a partir do Absolutismo, no início como sua consequência interna, em seguida como sua contraparte dialética e como o inimigo que preparou sua decadência”¹⁶¹.

Com isso, é possível sugerir que a inconsciente transformação da *história* em uma entidade processual tal como fora operada por grande parte da intelectualidade burguesa

¹⁶⁰ FERNÁNDEZ TORRES, Luís. Un texto fundacional de Reinhart Koselleck... Op.Cit.

¹⁶¹ KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise*... Op.Cit., p.19.

ilustrada do período, bem como o desenvolvimento de novas apreensões e formulações em relação ao futuro histórico¹⁶² como as anteriormente assinaladas nesse capítulo teriam suscitado, através do ideário mobilizado para a manutenção da referida ordem, o fenecimento da mesma. Para o historiador alemão,

Cada lado, tão comprometido com o progresso quanto o outro, vive do pretenso retrocesso do outro. Cada lado cria obstáculos ao caminho do outro; paradoxalmente, nisto reside sua certeza. Distinguem-se um do outro para criar a ilusão de uma evidência que não existe, a não ser pelo medo e o terror [...] No século XVIII, o planejamento utópico do futuro já tinha uma função histórica específica. Em nome de uma humanidade única, a burguesia europeia abarcava externamente o mundo inteiro e, ao mesmo tempo, em nome deste mesmo argumento, minava inteiramente a ordem do sistema absolutista¹⁶³.

¹⁶² KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise...* Op.Cit., p.14.

¹⁶³ KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise...* Op.Cit., p.10.

Capítulo 2

O tempo no reformismo ilustrado: vocabulários específicos e núcleos lexicais

Introdução

A experiência nos ensinou que não há em nossa língua duas palavras que sejam perfeitamente sinônimas, ou que numa ocasião qualquer, possam ser substituídas indiferentemente uma pela outra. Digo *numa ocasião qualquer*, pois seria uma fantasia falsa e pueril pretender que não há nenhuma circunstância em que duas palavras possam ser empregadas indiferentemente uma no lugar da outra. A experiência provaria o contrário, assim como a leitura de nossas melhores obras. Duas palavras exatamente e absolutamente sinônimas seriam, sem dúvida, um defeito numa língua, porque não se deve de modo algum multiplicar sem necessidade as palavras mais do que os seres, e a primeira qualidade de uma língua é a de oferecer claramente todas as ideias com o menor número possível de palavras [...] O que faz com que duas ou mais palavras sejam sinônimas? Um sentido geral, comum a elas. É o que faz com que essas palavras nem sempre sejam sinônimas? Nuances frequentemente delicadas e por vezes quase insensíveis, que modificam o sentido primitivo e geral¹⁶⁴.

Jean le Rond D'Alembert.

Após a conclusão do percurso narrativo que partiu da retórica da “decadência” empreendida e mobilizada por arbitristas que atuaram no longo século XVII, bem como considerando o amplo cenário de dinâmicas e transformações que reconfiguraram o modo de conceber o *tempo* na segunda metade do século XVIII e que fomentaram, como se viu anteriormente, o estabelecimento de uma retórica do “atraso” por parte de funcionários reformistas ilustrados que operaram principalmente a partir dos reinados de D. José I em Portugal (1750) e de Carlos III na Espanha (1759), o capítulo que então se inicia objetiva apresentar análises de algumas noções, concepções, representações, categorias e conceitos¹⁶⁵ que integraram a chamada semântica do *tempo* através do discurso de reformistas ilustrados a respeito das Américas portuguesa e espanhola, priorizando textos de cunho político e econômico produzidos entre c.1750 e c.1807.

Para tanto, como já se mencionou na Introdução deste trabalho, partiu-se de alguns *vocabulários específicos* organizados a partir dos seguintes núcleos lexicais: *reformas*; *história*, *experiência* e *expectativa*; *adiantamento* e *progresso*; *decadência* e *atraso*. Com isso, intencionou-se demonstrar que o que desencadeia mudanças semânticas em complexos

¹⁶⁴ D'ALEMBERT, Jean le Rond. Dicionário. In: _____. & DIDEROT, Denis. *Enciclopédia*, ou Dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios... Op.Cit., p.104.

¹⁶⁵ PIMENTA, João Paulo. “Notions and concepts of time in late eighteenth-century Brazil”... Op.Cit.

de sentido textual são, principalmente, as transformações políticas, econômicas e culturais que alteram objetivamente as condições de enunciação dos discursos: de acordo com Elias Palti, considera-se que as linguagens, diferentemente dos sistemas de pensamento, não são entidades em si imbricadas e logicamente integradas, mas histórica e precariamente articuladas. Isso, porque se fundam em premissas contingentes, não só no sentido de que não se sustentam na razão e na utopia, mas também no sentido de que nenhuma formação discursiva é totalmente consistente em seus próprios termos, e se encontra sempre deslocada em relação a si mesma; e que a temporalidade (historicidade), ainda segundo o autor, não é uma dimensão externa nem às ideias e nem às linguagens, mas é inerente a elas e habita em seu interior¹⁶⁶.

Com o intuito de empreender uma necessária contextualização das noções, concepções, representações, categorias e conceitos estudados neste capítulo, é necessário mencionar que as lexicografias portuguesa e espanhola exerceram importante contribuição no processo de elaboração dos *vocabulários específicos* a partir dos quais se organizaram as análises a serem apresentadas nas páginas a seguir. Tendo em vista a ponderação anteriormente apontada, de que a rede de sentidos inerentes aos núcleos lexicais a serem aqui abarcadas não se esgotam à definições contidas nos verbetes que os atendem nas referidas compilações de palavras, foram mobilizadas as seguintes fontes lexicográficas: para os textos em língua portuguesa, o *Vocabulario Portuguez & Latino* de Raphael Bluteau (1712 – 1728) e o *Diccionario da lingua portugueza* de Antonio de Moraes Silva (1789); para os textos em língua espanhola, o *Diccionario de Autoridades*, publicado pela Real Academia Española (1726 – 1739), o *Diccionario de Castellano con las voces de ciencias y artes y sus correspondientes en las tres lenguas francesa, latina e italiana* de Esteban de Terreros y Pando (1786 – 1788), bem como os *Diccionarios de la lengua castellana... reducido a un tomo para su más fácil uso* de 1780 e 1791, também publicados pela RAE.

Sobre a utilização de tais fontes para consulta, vale a advertência de João Paulo Pimenta e Rafael Fanni, segundo a qual “dicionários, como qualquer texto, são socialmente limitados”, uma vez que “conectam-se de modo apenas parcial e segmentado com as

¹⁶⁶ PALTI, Elías. *El tiempo de la Política: el siglo XIX reconsiderado*. Buenos Aires: Siglo XXI editores, 2007, p.55.

sociedades que os produziram e os consumiram, e seu acesso direto está relacionado aos níveis de letramento, leitura e oralidade”¹⁶⁷ correspondentes àquelas sociedades. A assertiva dos autores sugere que essas compilações de palavras, apesar de estarem vinculadas ao caráter essencialmente normativo da língua – uma vez que representam a cristalização semântica de determinados vocábulos quando do recolhimento de suas múltiplas camadas de sentido para a consolidação de verbetes, recuperando grande parte do legado de operações e significados que possuíram até então –, permitem identificar determinadas experiências a partir da consideração de uma diacronia entre linguagem e história, na qual vocabulários e dicionários encontram-se num ponto de inflexão. Assim sendo, tem-se que tais compilações de palavras são fontes históricas “indicadoras de certos usos correntes e recorrentes” e que “traduzem práticas sociais concretas”¹⁶⁸, na medida em que possibilitam não apenas observar a semântica estacionária dos verbetes no momento de condensação de suas camadas de sentido para a elaboração de uma entrada num dicionário ou vocabulário, mas também algumas dinâmicas efetivas – ainda que pontuais – de um determinado termo diante das transformações e permanências que sobrepassam sua trajetória nas línguas em que operara ou segue operando.

No que diz respeito à *experiência linguístico-conceitual* compartilhada pelos reformismos ilustrados ibéricos, a ser aqui apresentada a partir da semântica do *tempo* como um *conceito transversal oblíquo*, faz-se necessário elucidar uma questão de caráter teórico-metodológico referente à valoração adquirida e desempenhada por denominações linguísticas em sua circulação tanto na língua portuguesa como na espanhola; uma vez que, de acordo com a proposta de Jean Le Rond D’Alembert apresentada na epígrafe deste capítulo, tem-se que se “duas palavras exatamente e absolutamente sinônimas seriam, sem dúvida, um defeito numa língua”, defeito ainda maior seria apontar para uma correspondência irrestrita de sentidos entre palavras pertencentes a dois idiomas diferentes.

¹⁶⁷ PIMENTA, João Paulo & FANNI, Rafael. Revolución en Brasil: la historia de un concepto, un concepto en la historia (siglos XVIII – XXI). In: WASSERMAN, Fabio. (comp.) *El mundo en movimiento...* Op.Cit., p.279.

¹⁶⁸ Ibidem.

O que torna possível, então, supor que a “prosperidade” evocada por um escritor português anônimo publicado em 1807 pela ARCL na *Memória sobre a Agricultura*¹⁶⁹ seja concebida a partir dos mesmos pressupostos semânticos que atravessam a “prosperidad” mencionada pelo ilustrado hispano-venezuelano José Donato de Austria na *Memoria sobre la necesidad y utilidades de la construcción de un camino carretero desde Veracruz a México*, datada de 1804, ao tratar de “los proyectos que se refieran a la prosperidad de la agricultura y del comercio”¹⁷⁰? Quais são os elementos que permitem considerar que as “lisonjeiras esperanças” nutridas quanto à coroação de D. Maria I quando da morte do monarca D. José I, reivindicadas por D. Rodrigo de Sousa Coutinho no *Discurso sobre a verdadeira influência das minas e dos metais preciosos*¹⁷¹, convergem com as “esperanzas” evocadas pelo neogranadino Francisco José de Caldas, que na *Memoria sobre el modo de cultivar la cochinilla* trata das “esperanzas del cultivador” para referir-se às expectativas de um camponês em relação à colheita em que labuta¹⁷²? De que maneira se faz plausível presumir que o “progreso do espírito humano”, mencionado nas *Memórias Políticas* do ilustrado português Joaquim José Rodrigues de Brito¹⁷³, seja portador de um sentido conforme ao “progreso de la agricultura” que permeia a *Disertación historica y política sobre el comercio del Perú*, elaborada pelo hispano-peruano José Baquíjano y Carrillo¹⁷⁴?

A resposta para as indagações apresentadas está no fato de que o presente estudo não partiu de equivalências semânticas em relação aos *vocabulários específicos*

¹⁶⁹ Anônimo. *Memória sobre a Agricultura* (1807). *Memórias Económicas Inéditas (1780 - 1808)*. Introdução e notas de José Luís Cardoso e prefácio de Manuel Jacinto Nunes. Lisboa: Academia das Ciências, 1987, p.139.

¹⁷⁰ AUSTRIA, José Donato de. *Memoria sobre la necesidad y utilidades de la construcción de un camino carretero desde Veracruz a México. Memorias Políticas y Económicas del Consulado de Veracruz* (1796 – 1822). Sevilla: Escuela de Estudios Hispanoamericanos & Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1985, p.30.

¹⁷¹ COUTINHO, Rodrigo de Sousa. *Discurso sobre a verdadeira influência das minas dos metais preciosos... Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa – 1789-1815*. Tomo I. Lisboa: Banco de Portugal, 1990, p.183.

¹⁷² CALDAS, Francisco José de. *Memoria sobre el modo de cultivar la cochinilla. Obras Completas de Francisco José de Caldas*: Publicadas por la Universidad Nacional de Colombia como homenaje con motivo del sesquicentenario de su muerte. Bogotá: Imprenta Nacional, 1966, p.284.

¹⁷³ BRITO, Joaquim José Rodrigues de. *Da mútua influência que tem o código da razão ou da humanidade com todas as artes e ciências, e do seu mútuo auxílio. Trata-se em geral dos quatro séculos de literatura: de Péricles, de Cícero, dos Médicos ou do Senhor D. João I e do XVIII. Memórias Políticas sobre as Verdadeiras Bases da Grandeza das Nações, e principalmente de Portugal*. Lisboa: Imprensa Régia, 1803; Lisboa: Banco de Portugal, 1992 (edição de José Esteves Pereira).

¹⁷⁴ BAQUIJANO Y CARILLO, *Disertación historica sobre el comercio del Perú*. In: CHIARAMONTE, José Carlos (ed.). *Pensamiento de la Ilustración: economía y sociedad iberoamericanas en el siglo XVIII*. Caracas: Ayacucho, 1979, p.32.

estabelecidos para o condicionamento das análises realizadas, mas de imbricações discursivas inerentes a um arcabouço de sentido convergente nas memórias, discursos, ensaios, reflexões, dissertações e cartas elaborada por funcionários de ambos os reformismos ilustrados. Assim sendo, tem-se que as noções, concepções, representações, categorias e conceitos¹⁷⁵ pertinentes à semântica do *tempo* em textos elaborados tanto em língua portuguesa como em língua espanhola não foram concebidas, portanto, como “sinônimos absolutos” – para retomar a crítica classificação proposta por D’Alembert –, mas como portadoras de afinidades semânticas, cuja pertinência pôde ser considerada não apenas pelas aproximações suscitadas pelos conteúdos dos verbetes que compõem os dicionários e vocabulários anteriormente mencionados; mas principalmente pela operabilidade análoga que muitos dos vocábulos e conceitos a serem aqui apresentados desempenharam em seus respectivos contextos políticos, cuja compatibilidade se dá sobretudo pela natureza convergente entre os projetos reformistas ilustrados empreendidos tanto por Portugal como por Espanha, que buscavam responder à receios correlatos principalmente a partir da segunda metade do século XVIII até os primeiros anos da seguinte centúria.

Desta forma, tem-se que apesar de os *vocabulários específicos* estabelecidos para organizar as análises em que se baseou este capítulo não serem compostos exatamente pela mesma estrutura lexical em discursos de língua portuguesa ou espanhola – principalmente porque, em se tratando de palavras pertencentes a idiomas diferentes, faz-se imprescindível considerar sua instância histórica diacrônica, que atribui a elas conotações distintas a depender do contexto em que se inserem e das características materiais e políticas essenciais daqueles que as mobilizaram –, seus desempenhos semânticos demonstraram ser, no discurso de reformistas ilustrados ibéricos, amplamente convergentes.

Isso significa que na medida em que a análise de palavras em língua portuguesa e em língua espanhola mobilizadas por funcionários das Coroas ibéricas suscitou a tessitura de uma extensa rede linguística comum a ambas as matrizes discursivas, foi possível constatar que se Portugal e Espanha compartilhavam uma *experiência linguístico-conceitual* através da linguagem política do reformismo ilustrado, os *vocabulários específicos* organizados para orientar as análises a serem aqui apresentadas correspondem

¹⁷⁵ PIMENTA, João Paulo. “Notions and concepts of time in late eighteenth-century Brazil”... Op.Cit.

também a núcleos lexicais elementares; nos quais personagens atuantes nas reformas se pautavam, a partir da reivindicação de vozes particulares à língua portuguesa e à língua espanhola, para empreender as contribuições por esses funcionários apresentadas aos seus respectivos Soberanos.

Assim sendo, fez-se possível aproximar as políticas empreendidas pelos reformismos ilustrados português e espanhol não apenas por suas similitudes factuais – tendo em vista aspectos coincidentes entre as trajetórias históricas de Portugal e Espanha, sobretudo quanto ao contexto colonial americano –, mas também pelo estabelecimento de uma linguagem política convergente, típica do reformismo ibérico, pautada principalmente nos diagnósticos de “atrás”o dos Impérios perante ingleses, franceses e holandeses e atravessada pelo advento da *aceleração do tempo histórico* anteriormente mencionada. Com isso, tratou-se neste trabalho da existência de uma *experiência linguístico-conceitual* comum a Portugal e Espanha, justificada em grande parte pelas sincronias políticas e econômicas estruturais inerentes a ambos os processos reformistas; que exerceram sua contribuição direta no estabelecimento, também, de núcleos lexicais elementares – correspondentes à semântica do *tempo* como *conceito transversal oblíquo* – comuns aos dois fenômenos.

Para concluir esta Introdução, vale mencionar que o tema da circulação e propagação dos textos a serem aqui examinados diz respeito a uma história que ainda se está por escrever, uma vez que poucos são os dados e informações disponíveis acerca do alcance e da distribuição dos discursos que compõem o arcabouço documental que subsidiou a realização desta investigação. No caso lusitano, o fato de a ARCL ter concentrado a publicação da grande maioria dos textos selecionados permite evidentemente conhecer a sua origem, mas não garante muitos indícios acerca de fluxos por eles desempenhados, tanto em âmbito metropolitano quanto nas demais regiões do Império. No que se refere aos textos elaborados por espanhóis e hispano-americanos, as informações também são bastante escassas: quando muito, é possível conhecer o nome do impressor ou o local em que foram publicados, mas esses são dados que se mostram bastante resvalosos, para além de não permitirem a obtenção de referências precisas acerca do percurso que trilharam após a sua tiragem. A triangulação de textos entre Portugal, Espanha e as

Américas também se refere a um importante movimento a ser considerado, sobre o qual tampouco se possui dados suficientes.

Essas imprecisões e ausências acerca dos fluxos de difusão dos escritos elaborados por funcionários de Portugal e Espanha responde, evidentemente, a circunstâncias específicas de um período no qual o comércio e a circulação de uma série de panfletos, periódicos e obras era, em grande medida, operado de forma clandestina – tendo em vista a proibição e censura de certos textos tanto pelo Santo Ofício quanto por órgãos ou medidas consentidas pelos próprios Impérios ibéricos, tais como a criação da Real Mesa Censória para a dimensão portuguesa ou a assinatura da *Real Cédula* por Carlos III em 1768, apenas para citar dois exemplos bastante pontuais¹⁷⁶ –, o que condicionou, majoritariamente, a inexistência de registros de certos textos em listas alfandegárias, catálogos de bibliotecas ou inventários de livros.

É claro que a *Memória sobre a cultura dos algodoeiros e sobre o método de o escolher, e ensacar, etc.*, elaborada pelo ilustrado luso-americano Manuel Arruda da Câmara, ou o *Informe sobre la educación pública durante la colonia* do hispano-venezuelano Miguel José Sanz não eram vistos como configurando quaisquer ameaças às respectivas monarquias tais como as representadas por textos de autores tais como Buffon, Holbach, Locke, Rousseau e Voltaire, por exemplo¹⁷⁷. Ao contrário: os escritos acima citados, bem como os demais textos que compõem a relação de fontes primárias que serviram à esta investigação, foram elaborados no âmbito de um programa colaborativo em relação às monarquias ibéricas, elemento que suscita possíveis inferências que explicam tão parca informação sobre a circulação desses escritos no cenário de sua incorporação.

O que se aventa, apenas para apontar para uma interpretação possível e que não será desenvolvida na presente dissertação, é que precisamente pelo fato de algumas das obras elaboradas por autores tais como os recém referidos terem desempenhado funções estruturantes na formação de homens de letras pertencentes principalmente ao cenário europeu da segunda metade do século XVIII – fosse através de leituras individuais ou de

¹⁷⁶ Ver principalmente DEFOURNEAUX, Marcelin. *Inquisición y Censura de libros en la España del siglo XVIII*. Madri: Taurus, 1973; TORRES PUGA, Gabriel. *Opinión pública y censura en Nueva España. Indicios de un silencio imposible, 1767 - 1794*. Cidade do México: El Colegio de México, 2010; e VILLALTA, Luiz Carlos. *Usos do livro no mundo luso-brasileiro sob as luzes: reformas, censuras e contestações*. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2015 (2ª edição).

¹⁷⁷ Ver a recente contribuição editada por ENTIN, Gabriel (ed.). *Rousseau en Iberoamérica: lecturas e interpretaciones entre monarquía y revolución*. Buenos Aires: SB Editores, 2018.

associações, tertúlias e sociedades estabelecidas especialmente com o fim de garantir a circulação ampliada de certas obras fundamentais para a comunidade ilustrada – é que os estudos e investigações acerca das mesmas, no que se refere à identificação de seus percursos, já tenham sido bastante desenvolvidos, sobretudo por historiadores do livro e da edição¹⁷⁸.

De tal forma, considerando-se que o itinerário de certas obras tenha sido profundamente estudado especialmente por sua contundente relevância para o período, tem-se que o rastreamento das de caráter reformista ilustrado não tenha sido até então operado de modo satisfatório, muito possivelmente, pela pouca polêmica que portava seu conteúdo e pela pouca importância que possuía para além das dimensões no funcionalismo imperial, o que impele o historiador ao empreendimento de investigações que sublimam muitos dos trânsitos e propagações desses escritos de cunho político e econômico elaborados, dirigidos e dedicados aos Soberanos de Portugal e Espanha. E mesmo que a redução dos fluxos de circulação desses textos à bilateralidade funcionários-monarcas não apresente implicações ao desenvolvimento de uma investigação como a que aqui se apresenta, é evidente que o conhecimento acerca das trajetórias e fluxos geográficos percorridos por esses escritos viabilizaria a obtenção de instigantes informações sobre o lugar que ocuparam nos processos políticos em que estiveram inseridos¹⁷⁹, bem como a quais grupos foram úteis em suas dimensões práticas e programáticas.

¹⁷⁸ Cito duas obras cujas leituras colaboraram com o desenvolvimento desta investigação: FEBRVRE, Lucien & MARTIN, Henri-Jean. *O Aparecimento do Livro*. São Paulo: EDUSP, 2017. Também, ALGRANTI, Leila M. & MEGIANI, Ana Paula (orgs.). *O Império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico*, séculos XVI-XIX. São Paulo, Alameda, 2009.

¹⁷⁹ Um importante trabalho sobre a circulação, o comércio e a difusão de certos textos, panfletos e obras pertinentes à ilustração espanhola em Nova Granada foi empreendido por SILVA, Renán. *Los Ilustrados de Nueva Granada, 1760 – 1808: genealogía de una comunidad de interpretación*. Bogotá: Banco de la República/EAFIT, 2002.

Reformas

Com a coroação dos monarcas D. José I e Carlos III em 1750 e 1759, respectivamente, Portugal e Espanha adentraram um período que destacou-se, tanto em termos factuais quanto em relação à forma com que foi tratado posteriormente pela historiografia, pela atuação de uma série de funcionários que, a partir de preceitos oriundos sobretudo das intelectualidades inglesa e francesa¹⁸⁰ e de muitos dos temas e valores articulados pela anteriormente referenciada filosofia das Luzes, laboraram em prol do resgate dos Impérios por meio da articulação de uma série de propostas e iniciativas que visavam à reorganização dos procedimentos coloniais diante do atraso em que diagnosticavam encontrar os referidos Impérios nesta metade da centúria.

O funcionário que mais se destacou no contexto luso-americano na primeira fase de implementação das reformas ilustradas por parte da monarquia portuguesa – ou seja, do início ao término do reinado josefino (1750 a 1777) – foi Sebastião José de Carvalho e Melo, conhecido pelo título a ele conferido em 1769, o de Marquês de Pombal¹⁸¹. Sendo depositário da extrema confiança do monarca, o fato que garantiu a autonomia pela qual Carvalho e Melo foi reconhecido em sua atuação política no contexto foi a ocorrência de um terremoto (seguido de um maremoto) que assolou a cidade de Lisboa – mas não apenas – em 1º de novembro de 1755. Isso, principalmente porque, segundo interpretações já bastante revisitadas pela historiografia, a reconstrução arquitetônica da capital da metrópole lusitana acabou sendo concebida metaforicamente como a reforma política e econômica que o Império lusitano almejava empreender sob os auspícios de D. José I¹⁸². Sobre tal relação, vale considerar o seguinte trecho do *Discurso Político sobre as vantagens que o*

¹⁸⁰ Javier Fernández-Sebastián destaca, também, a importância da influência da ilustração italiana no universo ibérico em FERNÁNDEZ-SEBASTIÁN, Javier. *Península Ibérica...* Op.Cit.. Em relação à América Espanhola, ver VERDO, Geneviève; MORELLI, Federica & RICHARD, Élodie (Éds.). *Entre Nápoles y América. Ilustración y cultura jurídica en el mundo hispánico (siglos XVIII-XIX)*. Medellín: La Carreta Editores, 2013.

¹⁸¹ Uma exposição detalhada das ações realizadas por Carvalho e Melo está em BOXER, Charles. *O império marítimo português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 2001, bem como AZEVEDO, João Lúcio de. *O Marquês de Pombal e a sua época*. São Paulo: Alameda, 2004; e FALCON, Francisco. *A Época Pombalina*. São Paulo: Ática, 1993. Para o âmbito luso-americano, FALCON, Francisco e RODRIGUES, Cláudia. (Orgs.). *A Época Pombalina no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015; também MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da devassa: A Inconfidência Mineira: Brasil-Portugal, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; _____. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 186; _____. The Generation of the 1790's and the Idea of Luso-Brazilian Empire. In: ALDEN, Dauril. *Colonial Roots of Modern Brazil*. Los Angeles: University of California Press, 1973, pp. 107-144.

¹⁸² SANTOS, Antonio César de Almeida. *Luzes em Portugal: do terremoto à inauguração da estátua equestre do Reformador*. *Topoi*, v. 12, n. 22, jan.- jun. 2011, pp. 75-95.

reino de Portugal pode alcançar com as desgraças do memorável Terremoto de 1º de novembro de 1755 – de autoria do francês Ange Goudar, mas mobilizado por Sebastião José de Carvalho e Melo –, por condensar de modo particular os pressupostos do reformismo ilustrado português em sua fase “pombalina”:

Quando os princípios de um governo estão de uma vez corrompidos, quando a sua constituição foi moldada sobre abusos, quando os prejuízos antigos têm servido a formar um novo gênio, quando um grande luxo se senhoureou (sic) da Nação, quando as máximas depravadas tomavam o lugar das boas, quando o povo perdeu a norma dos seus antigos costumes, digo que as melhores Leis não se acham em que pegar: é preciso então, para me explicar assim, é necessário um golpe de raio, que abisme e subverta tudo, para tudo reformar.¹⁸³

Quanto aos muitos empreendimentos reformistas conduzidos pela política de Sebastião José de Carvalho e Melo, é possível mencionar o fortalecimento de práticas regalias, exercidas com o objetivo de reafirmar o controle do Estado sobre o clero secular e neutralizar as ordens religiosas, bem como diversas reformas executadas sobre o aparato burocrático português. Para estimular a economia imperial, Carvalho e Melo incitou a produção agrícola e manufatureira a partir de preceitos pautados pelo então corrente pensamento fisiocrata¹⁸⁴ ou agrarista, tendo realizado ainda reformas de âmbito jurídico que visavam à substituição ou amenização de algumas das antigas normas de estratificação, predominantemente processualísticas, que tendiam a reiterar e perpetuar privilégios e costumes sobretudo no que se referia ao clero e à nobreza lusitana¹⁸⁵.

No bojo dessas reformas é possível encontrar, também, propostas de secularização das instituições de ensino, que deveriam ser submetidas à tutela da monarquia portuguesa:

¹⁸³ MELO, Sebastião José Carvalho e. *Memórias secretíssimas do Marquês de Pombal e outros escritos*. Portugal: Publicações Europa-América, s.d. O texto de Ange Goudar data de 1756 e intitula-se originalmente *Relation Historique du tremblement de terre survenu à Lisbonne le premier novembre 1755. Avec un détail contenant la perte en homes, églises, convents, palais, maisons, diamans, meubles, marchandises etc. Précédé d'un discours politique sur les avantages que le Portugal pourroit retirer de son malheur: dans lequel l'auteur développe des moyens que l'Angleterre avoit mis jusques-là en usage pour ruiner cette monarchie*. Discussões sobre a autoria do referido texto podem ser encontradas em BARRETO, José. O Discurso Político falsamente atribuído ao marquês de Pombal. *Revista de História das Ideias*: O marquês de Pombal e o seu tempo, tomo I, p.385-422, 1982; bem como em FALCON, Francisco. *A Época Pombalina...* Op.Cit. Agradeço à Ana Rosa Clodet da Silva pela indicação e correção desta informação numa versão anterior do texto.

¹⁸⁴ Ver QUESNAY, François. *Quadro Econômico dos Fisiocratas*. Trad. São Paulo: Abril Cultura, 1983 e NOVAIS, Fernando Antônio. O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos. *Revista Brasileira de História*. Nº 7, 1984, pp.105 - 117.

¹⁸⁵ Sobre o tema, ver MARCOS, Rui Manuel de Figueiredo. *A Legislação Pombalina: alguns aspectos fundamentais*. Coimbra: Almedina, 2006 e SLEMIAN, Andréa. A primeira das virtudes: justiça e reformismo ilustrado na América portuguesa face à espanhola. *Revista Complutense de Historia de América*, 2014, vol. 40, 69-92.

as diversas menções à “necessidade pública” e às práticas das “nações civilizadas”, termos recorrentes nos diplomas régios, reforçavam a proposta de que o Estado lusitano, ao reformar o seu aparato educacional, poderia utilizar-se dos homens formados pela nova pedagogia ilustrada na medida em que se tornassem funcionários da Coroa e exercessem suas carreiras a partir de muitos dos ensinamentos obtidos através das instituições recém reconfiguradas¹⁸⁶. O projeto pedagógico reformista de Pombal – então já detentor do título de “marquês” – alcançou o cume por meio da implementação dos Estatutos da Universidade de Coimbra, vinculados à carta de lei de 6 de novembro de 1772, “que fez instituir e regulamentar os estabelecimentos oficiais de primeiras letras e aritmética em todas as comarcas do reino”¹⁸⁷. De acordo com Rui Manoel Figueiredo Marcos, foi “todo um mundo de tradições inveteradas, de conceitos obsoletos, de ideias rotineiras que aluiu por completo, que se esboroou ante a recriação pombalina da Universidade”¹⁸⁸.

Dentre os diversos feitos de Carvalho e Melo em relação à América Portuguesa é possível mencionar a criação da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão em 1755 e da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba em 1756, ambas destinadas ao controle e ao fomento de atividades comerciais em tais capitanias. Também, a promulgação da Lei do Diretório dos Índios em 1757, que almejava garantir a ocupação e a defesa dos territórios coloniais por meio da incorporação dos nativos à sociedade luso-americana – impondo aos índios, para tanto, o uso da língua portuguesa em detrimento das línguas gerais ou francas por eles utilizadas, bem como a erradicação das habitações coletivas através da elevação dos aldeamentos indígenas a aldeias ou vilas e a proibição do exercício de muitos de seus costumes e práticas tradicionais¹⁸⁹.

Grande relevância teve, ainda, o ato de retirada da Companhia de Jesus do Império Português, consumado no ano de 1759 após um período de conflitos que, além de ter

¹⁸⁶ ARAÚJO, Ana Cristina. Dirigismo Cultural e formação das elites no pombalismo. In: ARAÚJO, Ana Cristina (coord.). *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2000. Também: SILVA, Ana Rosa Cloet da. O marquês de Pombal e a formação do homem-público no Portugal setecentista. In: FALCON, Francisco & RODRIGUES, Cláudia (orgs.). *A Época Pombalina no mundo luso-brasileiro*. Op.Cit.

¹⁸⁷ ARAÚJO, Ana Cristina. Dirigismo Cultural e formação das elites no pombalismo... Op.Cit., p.11.

¹⁸⁸ MARCOS, Rui Manuel de Figueiredo. *A Legislação Pombalina*... Op.Cit., p.44.

¹⁸⁹ Sobre o tema, ver SPOSITO, Fernanda. Políticas ameríndias, políticas indigenistas (Américas portuguesa e espanhola, séculos XVI a XVIII). In: SOUZA, Fábio Feltrin de & WITTMANN, Luisa Tombini (Orgs.). *Protagonismo Indígena na História*. Tubarão, Santa Catarina: Editoria Copiart e Universidade Federal da Fronteira Sul, 2016.

engendrado a chamada Guerra Guaranítica – uma das consequências diretas do estabelecimento do Tratado de Madri, firmado com a Espanha em 13 de Janeiro de 1750, acordo pelo qual Portugal cedia aos espanhóis a colônia de Sacramento, localizada no atual Uruguai, em troca dos territórios de Sete Povos das Missões, situados no atual Paraguai¹⁹⁰ –, teve seu apogeu na ocorrência do chamado Processo dos Távoras, que consistiu na punição de alguns membros de tal casa nobiliárquica pela acusação de tentativa de assassinato do monarca D. José I ocorrida em 1758¹⁹¹. Por fim, dentre os feitos pombalinos em relação à América Portuguesa, é possível citar a transferência da capital da colônia americana de Salvador para no Rio de Janeiro no ano de 1763. De acordo com Maria Fernanda Bicalho, a transferência da capital para o Rio de Janeiro “viria a corroborar a posição conquistada [pelo Rio de Janeiro], desde o início do século XVIII, de *cabeça* e (sic) *locus* articulador do território centro-sul da América e do espaço aterritorial do Atlântico”, principalmente por

¹⁹⁰ Ver especialmente QUARLELI, Lia. *Rebelión y guerra en la frontera del Plata: guaraníes, jesuitas e imperios coloniales*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2009; e NEUMANN, Eduardo. *O Trabalho Guarani Missioneiro no Rio da Prata Colonial, 1640-1750*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

¹⁹¹ A relação entre a retirada da Companhia de Jesus dos territórios imperiais portugueses e o Processo dos Távoras, ainda pouco explorada pela historiografia, se estabelece por meio da atuação do padre jesuíta Gabriel Malagrida, figura ainda pouco estudada na historiografia sobre o reformismo ilustrado português, apesar de sua grande importância para o episódio dos Távoras. Em 1756, Malagrida publicou, pela Oficina de Manoel Soares, o opúsculo intitulado *Juízo da Verdadeira causa do Terramoto que Padeceu a Corte de Lisboa no Primeiro de Novembro de 1755*, texto em que concebeu a catástrofe sísmica ocorrida no ano anterior como um castigo divino, afirmando que o infortúnio dos desalojados se amenizaria por meio de procissões e exercícios espirituais. Tal opúsculo, ao ser oferecido ao monarca e a Sebastião José de Carvalho e Melo, foi entendido como uma insinuação mal intencionada do jesuíta, o que culminou em seu desterro para Setúbal e incitou certa desarmonia nas relações entre Carvalho e Melo e os demais jesuítas. O nome de Gabriel Malagrida volta a circular entre os mencionados nas notícias e relatos da corte quando da ocorrência da tentativa de regicídio de D. José I, atribuída à casa nobiliárquica dos Távoras: isso, porque Gabriel era confessor da marquesa Leonor de Távora, que com seu esposo Francisco de Assis compunha uma das mais ferrenhas instâncias de oposição política à Carvalho e Melo. Concluídos os julgamentos referentes ao processo que acusava os Távoras pela tentativa de assassinato do monarca, diversos membros da casa nobiliárquica foram executados, além do próprio Gabriel Malagrida, condenado por consentimento em relação à inventiva de assassinato – visto que, sendo confessor de Leonor de Távora, concluiu-se que o mesmo estava ciente no plano empreendido pelos Távoras, e nada fizera para evita-lo –, bem como pelo crime de lesa-majestade. A partir deste episódio, Sebastião José de Carvalho e Melo fez de Gabriel Malagrida a metonímia necessária para potencializar ainda mais sua campanha antijesuítica, passando a professor de modo ainda mais contundente em relação a seu desejo de suspender as atividades da Companhia de Jesus nos territórios coloniais – o que logrou consumir, como mencionado anteriormente, no ano de 1759. Um dos poucos trabalhos que versa sobre o tema é o de ALVES, Patrícia Woolley Cardoso Lins. *D. João de Almeida Portugal e a Revisão do Processo dos Távoras: conflitos, intrigas e linguagens políticas em Portugal nos finais do Antigo Regime (c.1777 – 1802)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2011. Tese de Doutorado.

conta “do tráfico negreiro, dos incessantes conflitos de delimitação das fronteiras luso-espanholas e da importância assumida pela região mineradora”¹⁹².

Após o afastamento de Pombal em 1777, quando da coroação de D. Maria I como rainha do trono português dado o falecimento de seu pai, D. José I¹⁹³, um dos mais entusiasmados promotores das reformas ilustradas passou a ser Rodrigo de Sousa Coutinho, diplomata e secretário de Estado responsável pela implementação de um programa que pretendia “solucionar os problemas financeiros da Coroa portuguesa e reorganizar o Império”¹⁹⁴ com ênfase no mundo luso-americano. Desde então, as práticas ilustradas passaram a ser desenvolvidas não apenas como uma continuidade do anterior projeto pombalino de reforma imperial – havendo, evidentemente, mudanças quanto a diversas matrizes anteriormente evocadas pelo Marquês –, mas principalmente como uma instância propositiva que coadunava com o surgimento gradativo de uma realidade colonial parcialmente nova¹⁹⁵, na medida em que a ideia da existência de vários “brasis” passou a representar de modo mais adequado a plural realidade da América Portuguesa¹⁹⁶. Sendo assim, a Ilustração em âmbito luso-americano passou a compreender reformas orientadas no sentido de um abrandamento do sistema de exploração – dentro dos limites e marcos do arranjo colonial –, que intencionavam revisar muitas das medidas anteriormente aplicadas, bem como fomentar o desenvolvimento complementar tanto da América quanto da

¹⁹² Ver BICALHO, Maria Fernanda. O Rio de Janeiro no século XVIII: a transferência da capital e a construção do território centro-sul da América Portuguesa. *Revista Urbana*, vol. I, n.1, 2006, pp. 1-20. Também: DOMINGUES, A. *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

¹⁹³ Segundo José Damião Rodrigues, o reinado mariano “foi caracterizado por algumas interpretações como tendo sido um período de regresso ao *statu quo ante*, isto é, uma ‘restauração’ das posições sociais e dos privilégios por parte daqueles que haviam sido perseguidos ou simplesmente afastados do poder por Sebastião José de Carvalho e Melo [...]. Neste sentido, falou-se da ‘Viradeira’ como tendo sido uma ‘mudança de orientação política’, embora, por vezes, se tenha exagerado o real impacto da mudança de soberano. Com efeito, não podemos esquecer um aspecto central da ação governativa de D. Maria I: nunca poderia ter existido uma inversão total no que respeita às linhas definidas no reinado de D. José I em matéria de governabilidade, porque, caso isso acontecesse, tal fato representaria um desrespeito pela memória do pai da rainha e uma diminuição da autoridade régia, logo também da própria majestade da nova monarca”. In: RODRIGUES, José Damião. *Continuidades e Projectos Reformistas (1777-1807)*. In: _____.; COSTA, J. P. O. e OLIVEIRA, P. A. *História da Expansão e do império português*. Lisboa: Bertrand, 2014, p.296.

¹⁹⁴ Idem.

¹⁹⁵ FALCON, Francisco. Ilustração e Revolução em Portugal e na América Portuguesa. In: SILVA, Francisco Ribeiro da; CRUZ, Maria Antonieta; RIBEIRO, Jorge Martins; OSWALD, Helena (org.). *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: FLUP, 2004.

¹⁹⁶ Ver: KANTOR, Íris. *Esquecidos e renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec, 2004 e NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil...* Op.Cit. Também: FALCON, Francisco. *Ilustração e Revolução...* Op.Cit.

metrópole portuguesa, a fim de otimizar as dimensões do referido arranjo, bem como de amortizar tensões crescentes no período.

Para a conjuntura espanhola e hispano-americana, a primeira figura de destaque na monarquia de Carlos III foi a de José de Gálvez, cujo reconhecimento foi adquirido por ter sido “ponta de lança no ambicioso projeto reorganizador do espaço americano”¹⁹⁷ ao implementar uma proposta reformadora que abarcava aspectos políticos, militares e econômicos quanto ao funcionamento do Império espanhol na América. A partir de sua visita à Nova Espanha em 1765, Gálvez propôs a redução da participação dos *criollos* na política colonial a fim de “desamericanizá-la”¹⁹⁸, favorecendo a presença das autoridades metropolitanas no cenário ultramarino.

Além da criação de novas divisões administrativas – o Vice-Reino do Rio da Prata em 1776, a Capitania Geral da Venezuela em 1777 e a do Chile em 1778 –, novos intendentess foram nomeados no Peru, na Nova Espanha e na Guatemala, alterações que implicavam num controle mais estrito das elites locais e num rigor administrativo e fiscal mais amplo nos espaços coloniais por parte das autoridades espanholas, que apesar de terem logrado encaminhar muitas das propostas de reconfiguração e “desamericanização” da burocracia colonial ditadas pelas reformas de Gálvez, tiveram que enfrentar a resistência *criolla* a várias das modificações impostas. Os três casos de maior contundência são o da Revolta de Túpac Amaru, ocorrida no Alto Peru em 1780-81, o da Revolta dos Comuneros de Socorro, ocorrida no mesmo período em Nova Granada, e o do rechaço às *Nuevas Ordenanzas*, ocorrido na Capitania da Venezuela em 1794, denominado *Conspiración de Gual y España*¹⁹⁹.

Se no âmbito luso-americano a ocorrência do Processo dos Távoras foi um dos principais fatores propulsores de acontecimentos que justificariam a expulsão da Companhia de Jesus dos domínios portugueses, à conjuntura hispânica aportou um processo correlato que também fundamentou o afastamento dos jesuítas: o chamado Motim

¹⁹⁷ ORTEGA, Francisco. *Ni nación ni parte integral*, Op.Cit., p. 19.

¹⁹⁸ A expressão é de LYNCH, John. *La España del siglo XVIII...* Op.Cit., p.306. Sobre o tema, ver BURKHOLDER Mark A. e CHANDLER, Dewitt Samuel. *De la impotencia a la autoridad. La corona española y las Audiencias en América, 1687-1808*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1984.

¹⁹⁹ Ver especialmente PHELAN, John Leddy. *El Pueblo y el Rey*. Bogotá: Carlos Valencia Editores, 1980; O’PHELAN GODOY, Scarlett. *La gran rebelión en los Andes: de Túpac Amaru a Túpac Catari*. Cuzco: Centro de Estudios Regionales Andinos Bartolomé de las Casas, 1995 e SERULNIKOV, Sergio. *Revolución en los Andes: la era de Túpac Amaru*. Buenos Aires: Sudamericana, 2010.

contra Esquilache²⁰⁰. É importante considerar que a partir da retirada da Companhia de Jesus das colônias hispano-americanas, o governo de Carlos III também passou empreender reformas no âmbito educacional, a fim de eliminar possíveis reminiscências jesuíticas na esfera pedagógica imperial – o que remete às mencionadas reformas atreladas aos Estatutos da Universidade de Coimbra, que viriam a ser postas em prática alguns anos depois no âmbito português. O Colégio Imperial de Madrid, por exemplo, fundado em 1625 por jesuítas espanhóis, foi completamente reorganizado e reinaugurado com o novo nome de Reales Estudios de San Isidro.

Quando em 1787 ocorreu o falecimento de José de Gálvez, a figura de José Moñino y Redondo, o Conde de Floridablanca, passou a destacar-se no contexto político espanhol. Tendo atuado em prol do desenvolvimento da agricultura e da obtenção de lucros a partir da exploração de recursos naturais – vale destacar a construção do Canal Imperial de Aragão, do qual ainda hoje depende o fornecimento de água potável para alguns estados no território espanhol –, Floridablanca realizou importantes empreendimentos durante o período em que atuou como funcionário tanto do reinado de Carlos III quanto do de Carlos IV: além de ter orientado a política exterior do primeiro monarca quanto a um fortalecimento da posição espanhola perante à Inglaterra, Floridablanca foi também o representante da Espanha no contexto de assinatura do Tratado de San Idelfonso com Portugal em 1º de Outubro de 1777, por meio do qual se endossaram alguns dos artigos do Tratado de Madri (1750) e se estabeleceram a ratificação dos tratados de Lisboa (1668), de Utrecht (1715) e de Paris (1763), bem como a delimitação das fronteiras geográficas entre os Impérios ibéricos na região sul da América, com a cessão da metade sul do atual Uruguai (incluindo a região da Colônia do Sacramento) e das ilhas de Ano-Bom e Fernando Pó (atual Bioko) na costa ocidental africana à Espanha, desde que esta evacuasse a Ilha de Santa Catarina²⁰¹.

²⁰⁰ LOPEZ GARCÍA, J. M. *El motín contra Esquilache: crisis y protesta popular en el Madrid del siglo XVIII*. Madri: Alianza Editorial, 2006; ANDRÉS-GALLEGO, José. *El Motín de Esquilache, América y Europa*. Madri: Fundación Mapfre Tavera, 2003; OLAECHEA, Rafael. Contribución al estudio del Motín contra Esquilache (1766). *Tiempos Modernos* 8 (2003), pp. 1-90.

²⁰¹ BASTOS, Carlos Augusto C. *No limiar dos Impérios: projetos, circulações e experiências na fronteira entre a capitania do Rio Negro e a província de Maynas (c.1780-c.1820)*. FFLCH-USP e UNIFAP, 2013 e BRITO, Adilson J. I. *Insubordinados sertões: o Império português entre guerras e a fronteira no norte da América do Sul - Estado do Grão-Pará, 1750-1820*. FFLCH-USP e UFPA, 2016.

Com a deflagração da Revolução Francesa já durante o reinado de Carlos IV, Floridablanca passou a desempenhar uma atuação contundente quanto à intenção de censurar notícias e materiais impressos que pudessem suscitar algum tipo de simpatia dos espanhóis para com o movimento revolucionário francês – reação a que Richard Herr denominou “o pânico de Floridablanca”²⁰² –. A intentona fluiu bem por alguns anos – é possível citar a resolução real de 24 de fevereiro de 1791, que suspendia as atividades de todos os periódicos não oficiais no reino espanhol –, mas fato é que, já àquela altura, a “pintura acre do atraso e da irracionalidade de sua pátria”²⁰³ instigava tanto peninsulares quanto hispano-americanos a flertarem com as transformações que se efetivavam em contextos políticos não tão distantes de sua geografia.

Vale mencionar o desempenho de uma série de outros funcionários de Estado, que atuaram mesmo desde antes do exercício do Conde de Floridablanca como Secretário de Estado da Espanha, e que também cooperaram com o empreendimento das reformas ilustradas promovidas pelo Império espanhol. Merecem destaque Francisco de Cabarrús, cujo legado epistolar revela sua contundente participação política como funcionário da monarquia; Gaspar Melchor de Jovellanos, autor do *Informe la Ley Agraria* e membro de destaque em importantes espaços de produção e sociabilidade ilustrada; bem como Pedro Rodríguez de Campomanes, “protótipo do espanhol ilustrado”²⁰⁴ que “tentou reforçar o Estado como instrumento de reforma, outorgando maior poder ao rei para que pudesse mobilizar homens e recursos, modificar a política e reformar as instituições”²⁰⁵, prezando por uma filosofia utilitária e definindo a “felicidade” em termos de progresso econômico. Dentre a vasta obra por ele elaborada, composta por textos de fundamental importância para o empreendimento ilustrado em sua faceta espanhola, é possível mencionar o *Tratado de la regalía de amortización* (1765), a *Instrucción para las nuevas poblaciones de Sierra Morena y fuero de sus pobladores* (1767), o *Discurso sobre el fomento de la industria popular* (1774), bem como o *Discurso sobre la educación popular de los artesanos y su fomento* (1775) e seus quatro apêndices publicados no mesmo ano.

²⁰² HERR, Richard. *España y la revolución del siglo XVIII*. Espanha: Aguilar S.A. Ediciones, 1964, pp.197-221.

²⁰³ Idem, p.278.

²⁰⁴ LYNCH, John. *La España...* Op.Cit., p.232.

²⁰⁵ Idem.

A voz *reforma* foi mobilizada por funcionários da ilustração ibero-americana a partir de sua acepção mais comum, que dizia respeito ao resgate do estado anterior de uma ou várias entidades avariadas por transformações, naturais ou artificiais, a que havia sido submetida. Entretanto, sua relação com a semântica do *tempo* – o que a torna uma das pontas de lança referentes aos *vocabulários específicos* pertinentes ao estudo aqui apresentado – diz respeito precisamente à sua conotação de recuperação de um passado glorioso através de um aprimoramento proposto não apenas por valores, instruções e inspirações oferecidos por esse passado, mas também pelo reconhecimento das condições de transformação disponibilizadas por aquele presente. Como se demonstrou na Introdução deste capítulo, uma das principais intenções dos funcionários das monarquias espanhola e portuguesa ao elaborarem memórias, discursos, ensaios, reflexões, dissertações e cartas era justamente propor às Coroas intervenções diretas em seus contextos presentes, frequentemente partindo de uma apreciação em relação aos estados em que tais instâncias se encontravam em tempos pretéritos para, a partir de então, delinearem medidas a serem aplicadas em cenários coevos.

De acordo com o *Vocabulário Portuguez & Latino* organizado por Raphael Bluteau, tem-se que uma “reforma” é, dentre outras possibilidades de significado, “a nova forma com que se dá, com a emenda dos erros. Correção de abusos”²⁰⁶. Para Antonio de Moraes Silva, o já mencionado dicionarista que revisou a obra de Bluteau e que teve seu *Diccionario da língua portuguesa* publicado em 1789, o verbete “reforma” se refere ao “ato de reformar, de mudar para o antigo instituto, ou para melhor o que há em decadência ou mal”, direcionando-se, em termos de exemplos, à reforma “dos estudos, das letras, da vida, do costume, de uma ordem, da igreja”²⁰⁷. As acepções para a língua espanhola são bastante próximas das que constam em Bluteau e em Moraes Silva: de acordo com o *Diccionario de Autoridades*, a palavra “reforma” é concebida como “corrección o arreglamento, que se pone en alguna cosa”²⁰⁸; no *Diccionario de Castellano con las voces de ciencias y artes...*, de Esteban de Terreros y Pando, “reforma” diz respeito à “reformación, enmienda,

²⁰⁶ BLUTEAU, Raphael. Reforma. *Vocabulario portuguez & latino...* Op.Cit.

²⁰⁷ MORAES SILVA, Antonio de. Reforma. *Diccionario da lingua portugueza*, Op.Cit.

²⁰⁸ RAE (1726 – 1739). Reformar. *Diccionario de Autoridades...* Op.Cit.

corrección de um error, relajación o abuso”²⁰⁹; enquanto no *Diccionario de la Lengua Castellana* vale também a definição do verbo “reformat”, que diz respeito à “volver a dar forma a alguna cosa que la había perdido o mudado [...]; arreglar, corregir, o poner en orden alguna cosa que se había deteriorado; reducir o restituir alguna cosa a su primitiva observancia, o instituto”²¹⁰.

Na dimensão luso-americana, um dos principais redutos de referência das reformas ilustradas, cujo legado discursivo nos permite empreender uma série de análises acerca do *vocabulário específico* das reformas, esteve na Academia Real das Ciências de Lisboa, fundada em dezembro de 1779 sob os auspícios da rainha D. Maria I. O estabelecimento de tal instituição, inserido no bojo da sociabilidade associacionista moderna enunciada no capítulo anterior, viabilizou a publicação de diversas contribuições de funcionários portugueses em prol da reorganização política e econômica do aparato imperial lusitano, objetivando “um desenvolvimento integrado de um novo império, unificador da grande nação portuguesa”²¹¹ e reforçando a união entre a colônia luso-americana e a metrópole.

A grande maioria dos escritos de cunho político e econômico produzidos sob a égide da ARCL foi compilada nas *Memórias Económicas para o adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal e suas conquistas*, publicada pela imprensa régia em cinco tomos entre os anos de 1789 e 1815. No que diz respeito especialmente à circunstância colonial, tem-se que, para Ana Rosa Cloclet da Silva, o que se manifestava em grande parte das *Memórias* da ARCL era a definição de um novo padrão de exploração colonial que, ao moldar certos princípios liberais a objetivos reformistas, viabilizava o estabelecimento do “delicado equilíbrio entre a reforma do sistema e a preservação de seus próprios limites definidos, em última instância, pela relação Colônia-Metrópole”²¹². Ainda, segundo Maria Odila Leite da Silva Dias, a publicação das *Memórias*:

[...] é fruto de uma política consciente e preocupada em fomentar a produção de matérias-primas para a industrialização de Portugal, em promover um renascimento da agricultura [...], e, sobretudo, a partir do último quartel do século,

²⁰⁹ TERREROS Y PANDO, Esteban de. Reforma. *Diccionario de Castellano con las voces de ciencias y artes...* Op.Cit.

²¹⁰ RAE (1791). Reformar. *Diccionario de la lengua castellana...* Op.Cit.

²¹¹ LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A Utopia do poderoso Império: Portugal e Brasil, bastidores da política* (1798-1822). Rio de Janeiro: Sete Letras, 1994, p.44.

²¹² SILVA, Ana Rosa Cloclet da. *Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros no crepúsculo do Antigo Regime Português (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec, 2006, p.143.

em aproveitar as novas perspectivas que a conjuntura internacional parecia apresentar para o Brasil²¹³.

A evocação ao *vocabulário específico* das *reformas*, tendo em vista tanto suas múltiplas possibilidades de manifestação lexical – como substantivo, como verbo (“reformular”), no singular ou no plural – como sua instância polissêmica, que permite a apreensão de uma série de outros vocábulos a ela análogos por atrelá-la a um *vocabulário específico* que integra a semântica do *tempo*, pode ser encontrada na *Memória sobre o Preço do Açúcar*, escrita em 1791 por José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho (Campos dos Goytacazes, 1742 – Lisboa, 1821) e publicada por meio da ARCL.

De família abastada, Azeredo Coutinho estudou Leis, Filosofia e Direito Canônico na Universidade de Coimbra, Portugal, onde ordenou-se sacerdote em 1786 e ocupou o cargo de deputado do Santo Ofício até 1794. Foi enviado a Recife no ano de 1798, onde desempenhou os cargos de presidente da Junta Governativa da Capitania de Pernambuco e de diretor-geral de estudos. Para além da atuação como funcionário da Coroa portuguesa, a contribuição mais notória de Azeredo Coutinho talvez tenha sido a fundação do chamado Seminário de Olinda em 1800, importante reduto de circulação de ideias ilustradas na região nordeste da América Portuguesa²¹⁴.

Na *Memória sobre o Preço do Açúcar*, o ilustrado apresenta uma série de proposições à metrópole lusitana no que diz respeito às possíveis formas de aprimoramento da produção açucareira empreendida na América, tendo em vista o aumento vertiginoso dos preços desse item após a ocorrência da “desgraçada revolução das Colônias Francesas, nossas maiores rivais neste gênero de Agricultura” e por conta das “grandes inundações que tem havido nas Colônias Espanholas; e nas Inglesas pelos furacões de vento muito fortes”²¹⁵. Além dos imprevistos climáticos que acometeram às colônias espanholas e inglesas, Azeredo Coutinho atribui a responsabilidade pelo aumento do preço do açúcar no

²¹³ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2009.

²¹⁴ Sobre José Joaquim de Azeredo Coutinho, ver CANTARINO, Nelson Mendes. *A razão e a ordem: o bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho e a defesa ilustrada do Antigo Regime português (1742 – 1821)*. São Paulo: FFLCH-USP, 2012. Tese de Doutorado. Sobre a fundação do Seminário de Olinda pelo bispo, ver NEVES, Guilherme Pereira das. *O Seminário de Olinda: educação, cultura e política nos Tempos Modernos*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1984. Dissertação de Mestrado.

²¹⁵ COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. *Memória sobre o preço do Açúcar*. *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa – 1789-1815*. Tomo III. Lisboa: Banco de Portugal, 1990, p. 273.

mercado europeu às convulsões políticas e sociais que se deram no espaço caribenho. Segundo o funcionário,

A revolução inesperada acontecida nas Colônias Francesas é um daqueles impulsos extraordinários com que a Providência faz parar a carreira ordinária das coisas: agora pois que aqueles Colonos estão com as mãos atadas para a Agricultura, antes que eles principiem nova carreira, é necessário que apressemos a nossa²¹⁶.

De acordo com Azeredo Coutinho, a ocorrência da “revolução inesperada acontecida nas Colônias Francesas” teria significado uma interrupção no fluxo natural do tempo dos homens, dado que a Providência, por meio dela, teria interrompido “a carreira ordinária das coisas”. Para ele, tal interrupção teria sido positiva para a situação portuguesa perante ao mercado global do açúcar, tendo em vista que seus competidores diretos teriam ficado “com as mãos atadas para a Agricultura”, o que os impelia a “apressar” a sua, antes que aqueles principiassem uma nova carreira e se reinserissem na competição sobre o produto.

De tal excerto, vale dedicar especial atenção ao vocábulo “revolução”, mobilizado por Azeredo Coutinho a partir de sua acepção mais ordinária, radicada no âmbito das ciências astronômicas, sem todavia relacionar o termo à conotação de rotunda transformação – geralmente referida à dissolução de vínculos e à emancipação de colônias em relação a suas metrópoles – que adquirira posteriormente. Como salienta o historiador Zermeño Padilla, o termo “revolução”, no século XVIII, é mobilizado de forma generalizada para descrever mudanças e transformações ocorridas dentro dos governos: segundo ele, “em um meio ainda dominado pela retórica, o anacronismo podia cumprir uma função pedagógica como advertência sobre a debilidade dos ensinamentos dos sábios antigos no presente”. Desta forma, diferentemente da antiguidade, “a Modernidade desenvolve um conceito qualitativo de ‘revolução’ para distinguir o que eram as guerras civis do que podiam ser meras revoltas ou levantamentos”²¹⁷. Assim sendo, a justificativa para que Azeredo Coutinho tenha mobilizado o termo no discurso por ele elaborado diz respeito sobretudo ao fato de que elaboradores dos projetos reformistas, “sensíveis que eram a certas tendências do mundo em que viviam, enxergavam em revolução uma ênfase

²¹⁶ Idem, p.280.

²¹⁷ ZERMEÑO PADILLA, Guillermo. *La Cultura de la Historia...* Op.Cit., p.57.

inovadora incompatível com o caráter ajustado de seus projetos”, almejando, em primeira instância, “a preservação e o fortalecimento do poder monárquico, mas jamais a sua supressão”²¹⁸.

O luso-americano refere-se também, ainda nesse excerto, ao vocábulo “apressar”, termo tão caro às reformas ilustradas no que diz respeito ao paulatino surgimento de uma consciência de potencial controle sobre o *tempo* por parte dos funcionários das Coroas ibéricas. Representando, de certa forma, indícios de *aceleração do tempo histórico* anteriormente mencionados, é necessário considerar a relevância da aparição do tema por meio do termo “apressar” no discurso de Azeredo Coutinho, uma vez que sua mobilização na *Memória* se dá justamente para assinalar a necessidade de que sejam realizadas transformações no empreendimento de cultivo do açúcar na América portuguesa com rapidez, de modo a evitar uma reação das demais potências açucareiras que se encontram abaladas, neste momento, por motivos já sublinhados.

Mas de acordo com o funcionário, as transformações a serem aplicadas à lavoura açucareira da América Portuguesa não deveriam constituir necessariamente “reformas” como aquelas empreendidas em tantas outras dimensões geográficas do Império, uma vez que, para Azeredo Coutinho, o precoce empreendimento dessa agricultura na América já teria lhe garantido uma edificação muito mais exitosa do que a de seus concorrentes caribenhos, dado que o aprendizado desses em relação ao cultivo do açúcar teria ocorrido justamente a partir da experiência holandesa em Pernambuco:

os Holandeses tendo aprendido dos Portugueses em Pernambuco a fabricar açúcar, depois de expulsos desta Capitania pelos Pernambucanos em 1654, foram ensinar aos Franceses da Ilha de Guadalupe, e da Martinica, e aos Povoadores das outras Ilhas daquele Arquipélago; e pelo mesmo tempo estabeleceram também os Ingleses fábricas de açúcar nas Ilhas de S. Cristóvão e de Barbada²¹⁹.

Para Azeredo Coutinho, a solução para o resgate da agricultura açucareira da América portuguesa não estaria portanto na possibilidade de *reformá-la*, mas em sobre ela empreender modificações que aprimorassem seu atual estado; dado que as fábricas de açúcar, segundo ele, “se achavam já muito melhoradas, com mais de 74 anos de adiantamento, do que as de todos os Estrangeiros” quando do momento da descoberta da

²¹⁸ PIMENTA, João Paulo & FANNI, Rafael. *Revolução no Brasil...* Op.Cit.

²¹⁹ COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. Op.Cit., p.277.

região aurífera na colônia, cujas minas “que nos fizeram desprezar as verdadeiras riquezas da Agricultura para trabalharmos nas de mera representação”²²⁰. De acordo com o ilustrado, inclusive, a realização de “reformas” em plantações e fábricas de açúcar não era vista com bons olhos, e foi caracterizada na *Memória* como a revelação de um fraco estabelecimento do aparato açucareiro nas regiões que demandavam reconfigurações. Em sua crítica à necessidade estrangeira de reformar o aparato açucareiro, tem-se que:

Enquanto os Estrangeiros reformam, ou fazem de novo as suas fábricas e plantações, já nós lhes levamos a vantagem do melhor estado das nossas: e se nós trabalharmos com indústria e forças iguais às dos nossos rivais, por isso que temos a natureza em nosso favor, ou sempre os havemos de exceder em dobro, ou eles nos hão de ceder o campo²²¹.

Apesar de ter redigido uma *Memória sobre o preço do Açúcar*, este não era o único produto em relação ao qual Azeredo Coutinho vislumbrava transformações: de acordo com o ilustrado, “para maior adiantamento do Comércio do açúcar, se deve também promover a cultura do cacau, canela, baunilha e café: todos estes gêneros dão as mãos entre si, quanto mais se aumentar o gosto deles, tanto mais necessária se fará uma maior abundância daquele”²²², o que demonstra preocupação em relação também a outras instâncias de produção sobre a qual dedicava-se o súdito agricultor português.

A reivindicação de *reformas* como parte de um *vocabulário específico* integrante da semântica do *tempo* também pode ser encontrada na *Memória sobre a Agricultura*, proposta em 1807 por um colaborador anônimo, mas publicada apenas em 1987 nas *Memórias Económicas Inéditas da ARCL (1780 – 1808)*, editadas e comentadas pelo historiador português José Luís Cardoso. Ao empreender reflexões acerca da “arte de fertilizar a terra, fazendo-a produzir grãos, frutos, plantas, e árvores que servem as necessidades do homem”²²³, o anônimo se dispõe a tratar: a) das causas físicas da pouca cultura das terras em Portugal; b) das razões físicas e morais que prejudicam a cultura agrícola portuguesa; c) das causas essencialmente morais que atrasam a cultura das terras; d) bem como dos meios

²²⁰ Ibidem.

²²¹ Idem, p.280.

²²² Ibidem.

²²³ Anônimo. *Memória sobre a Agricultura* (1807). *Memórias Económicas Inéditas (1780 - 1808)*. Introdução e notas de José Luís Cardoso e prefácio de Manuel Jacinto Nunes. Lisboa: Academia das Ciências, 1987, p.138.

mais fáceis e eficazes para promover o adiantamento da cultura das terras²²⁴. Para ele, “os objetos que fazem a matéria das observações do filósofo naturalista, a benefício da humanidade”, para que possa “tirar regras seguras para a prática da agricultura”, são os seguintes:

As relações que unem os vegetais, os caracteres que os distinguem, suas formas, seus movimentos diversos, suas funções orgânicas, seus meios particulares de reprodução, e incremento, seus costumes, suas qualidades, a acção que sobre eles obram os corpos, que os cercam, e a sua acção sobre estes corpos, a troca perpétua de seus fluídos, com os da atmosfera, e dos animais, os socorros, que eles prestam a estes últimos, para o sustento de sua vida, e finalmente os cuidados multiplicados, que toma deles a natureza, e que o homem reparte [...] ²²⁵.

No discurso que introduz a *Memória*, o colaborador anônimo enaltece a agricultura ao tratar de sua importância para o sucesso de diversas sociedades ao longo da história – egípcios, gregos, e sobretudo romanos²²⁶ –, o que atribui ao texto um caráter de relativa nostalgia no que se refere às épocas de “boa e verdadeira cultura”, abandonadas e substituídas pela jardinagem, pelas “coutadas de caça” e por “todos os objetos de puro luxo, e de prazer”²²⁷, referidos pelo anônimo como “tempos de saudosa recordação!”, que o condicionam a clamar aos céus “que esta melhor idade de ouro volte ainda para os portugueses”²²⁸.

Para reivindicar o lugar simbólico das queixas e reclamações apresentadas, o anônimo justifica a relevância da cultura das terras para o projeto das reformas ilustradas portuguesas promovidas pela “sábia Academia”, que “tem a resolução de excelentes programas, propostos, e premiados por ela, com a mira na instrução, e felicidade pública”²²⁹ ao ressaltar, sobretudo no que diz respeito ao interesse investigativo desta dissertação, duas qualidades fundamentais da agricultura que justificam o notável apreço

²²⁴ Os dois últimos capítulos da *Memória sobre a Agricultura* foram suprimidos das *Memórias Económicas Inéditas*, “em virtude de apresentarem características que nitidamente contrastam com o teor dos capítulos precedentes, em que o autor diagnostica e apresenta propostas de resolução do atraso da agricultura”. De acordo com José Luís Cardoso, “Nos dois últimos capítulos (que se intitulam, respectivamente, *Princípios gerais da cultura das terras*, e *Considerações sobre os animais que são mais necessários à cultura*), o autor procede, por um lado, a uma indagação dos princípios químicos que a prática agrícola deverá ter presentes, daí deduzindo a necessidade de utilização de estrumes animais e vegetais; e por outro lado, procede a uma inventariação dos cuidados veterinários inerentes à boa conservação e reprodução dos diversos tipos de gado”, p.165.

²²⁵ Anônimo. *Memória sobre a Agricultura* (1807), Op.Cit., p.141.

²²⁶ Idem, pp. 142 – 144.

²²⁷ Idem, p.144.

²²⁸ Ibidem.

²²⁹ Ibidem.

com que reformistas ilustrados – tanto portugueses como espanhóis – a ela consagram: o conhecimento e a sabedoria herdados de outros povos – “ornada, e enriquecida, com o trabalho dos sábios de todos os tempos”²³⁰ –, bem como sua “imediata utilidade”, elemento que a teria outorgado invariável merecimento do “primeiro lugar a todos os povos do Universo”²³¹. De acordo com o estrangeirado italiano Domenico Vandelli (Pádua, 1735 – Lisboa, 1816), “sem a agricultura, não se pode avaliar como feliz um Estado, pois que se vê precisado a olhar as mãos alheias para a sua subsistência”²³².

Ao tratar da “prosperidade” da agricultura, o colaborador anônimo da *Memória sobre a Agricultura* a atrela necessariamente à responsabilidade centralizadora do Estado português, afirmando que ela “não é só obra dos cuidados dos particulares, mas o resultado da constituição: que é o governo quem unicamente possui o poder de a regenerar”. Segundo o anônimo,

Seguramente ele [o governo] o conseguirá propondo-se vistas uniformes de bem comum, tendo por base o maior aumento possível, e por regra de conduta invariável tomar mão dos meios precisos, e reformar quanto a experiência (que é quem deve ditar a lei em matérias de agricultura) lhe demonstrar em oposição com ela²³³.

O verbo “regenerar”, bem como o substantivo dele derivado, “regeneração”, pode ser notadamente concebido como um sinônimo de “reformar”, na medida em que suas acepções mais comuns – “tornar a gerar; fazer homem novo”²³⁴ e “segundo nascimento, usa-se no sentido figurado para significar a mudança de estado, em que se acha o que recebe a graça pelo batismo”²³⁵ – condizem com o vertebramento discursivo de reformistas ilustrados, tendo em vista que são portadores de uma conotação reconstrutora, renovadora e de reformulação empreendida através da inovação. Ao atribuir ao governo o monopólio da

²³⁰ Idem, p.141.

²³¹ Ibidem.

²³² VANDELLI, Domenico. [Anônimo, 1796]. *Memória sobre a necessidade de uma viagem filosófica feita no reino, e depois nos seus domínios. Memórias Económicas Inéditas da Academia Real das Ciências de Lisboa – 1780 – 1808*. Lisboa: Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, 1987.

²³³ Anônimo. *Memória sobre a Agricultura* (1807), Op.Cit., p.141.

²³⁴ BLUTEAU, Raphael. *Regenerar. Vocabulario portuguez & latino*, Op.Cit.

²³⁵ MORAES SILVA, Antonio de. *Regeneração. Dicionario da lingua portugueza...* Op.Cit. Vale mencionar que as definições de “regenerar” e “regeneração” nos dicionários de língua portuguesa utilizados neste trabalho são bastante semelhantes, mas com a notória diferença de que o dicionário de Antonio de Moraes Silva, de 1789, inclui a “regeneração do Império Português pelo Sr. D. João IV”, e que a figura da Ave Maria é considerada por este dicionarista como “a segunda Eva na regeneração do mundo”, duas acepções ausentes no texto de Bluteau (sobretudo a segunda, tendo em vista sua conotação profana, a qual dificilmente poderia ter sido empreendida por Raphael Bluteau, que era padre).

“regeneração”, o anônimo da *Memória sobre a Agricultura* situa as monarquias – apesar de referir-se apenas à portuguesa, a postura do autor anônimo coaduna com a de diversos funcionários ilustrados espanhóis – no centro do processo das reformas, mas adverte que apesar de as Coroas empreendedoras de políticas reformistas exercerem um papel protagonista no processo, é a “experiência” que deve “ditar a lei em matérias de agricultura”. O que sugere que apesar de serem as monarquias as detentoras de exclusividade política sobre a regeneração dos Impérios, é o aprendizado obtido a partir de vivências pretéritas, consumadas na *experiência*, que devem coordenar o empreendimento reformista no que se refere não apenas ao âmbito agrícola, mas a diversas outras instâncias dos Impérios em reforma.

A premissa é retomada adiante pelo colaborador anônimo quando menciona os monarcas portugueses D. Manuel e D. João III para referir-se a uma época de grandiosidade da nação lusitana. Apesar de reservar-se ao próximo subitem o abarcamento do “passado” como um importante recurso na consumação da epistemologia reformista ilustrada, cabe apresentar o excerto em que o anônimo se refere aos reis portugueses de outrora por sua utilidade também para o *vocabulário específico das reformas*:

[...] Que não se há-de apontar em todo o mundo outra nação que em idênticas circunstâncias da minha pátria, apresente ainda uma face de independência, e um bem marcado desejo de se engrandecer, e retomar na Europa aquele lugar, que lhe competiu até o tempo dos senhores reis Dom Manuel e Dom João III: pois esta bem possível metamorfose espero ver praticada pelo nosso augusto, que tanto sabe aproveitar-se da nossa feliz localidade, e a quem com muito maior razão aplicarei eu o elogio, que o nosso incomparável Camões põe na boca do rei de Melinde ao do seu tempo²³⁶.

Como é possível observar, não foram apenas os monarcas D. Manuel e D. João III as figuras de outrora reivindicadas pelo colaborador anônimo: ao tratar do desejo de engrandecimento de sua pátria quanto à recuperação de um lugar de prestígio na geopolítica europeia, o anônimo refere-se também à figura do rei de Melinde, cidade localizada na atual Quênia que foi um importante ponto de convergência dos fluxos e circulações de pessoas e mercadorias no século XVI, e uma feitoria portuguesa até o início do século XVII. O reformista evoca tal cidade – e menciona seu monarca – a partir das múltiplas referências

²³⁶ Anônimo, *Memória sobre a Agricultura*, Op.Cit., p.154.

feitas a esta região na obra *Os Lusíadas* (1572), de Luís de Camões, considerando que assim como o rei de Melinde foi ovacionado pelo referido autor dada a sua benevolência para com Vasco da Gama e sua tripulação quando lá chegaram – evento narrado no “Canto II” da epopeia camoniana –, o anônimo redator da *Memória sobre a Agricultura* compromete-se a também a enaltecer seu augusto soberano²³⁷ caso este cumpra com a realização da “metamorfose” por ele reivindicada, termo que também pode ser concebido como parte do *vocabulário específico* das *reformas*, uma vez que refere-se à “transformação de uma substância em outra”²³⁸.

Bernardo Ward (? – 1776), ilustrado irlandês estabelecido na Espanha, foi um dos muitos funcionários ilustrados do Império espanhol que reivindicou a semântica do *tempo* por meio das *reformas* em seus escritos políticos. Apesar das escassas informações a respeito de sua trajetória biográfica – não se sabe exatamente quando nem em que região específica nasceu; apenas aventa-se que sua chegada à Espanha tenha ocorrido na década de 1740 –, a atuação pública de Ward em prol do governo espanhol ainda durante o reinado de Fernando VI foi bastante reconhecida, tanto por círculos ilustrados a ele contemporâneos como pela historiografia posterior.

Com o intuito de “ser útil a un país en que había fijado su domicilio y vecindad”²³⁹, Ward dedicou suas investigações e escritos à compreensão do Império espanhol e à apresentação de projetos e sugestões que pudessem amenizar ou erradicar os males que perturbavam a Espanha àquela altura e que haviam sido por ele diagnosticados. Como resultado de seus estudos, o ilustrado publicou *Obra Pía: médio de remediar la miséria de la gente pobre de España* em 1750, o que lhe garantiu uma convocação do então monarca para que realizasse algumas viagens pelo território europeu entre os anos de 1750 e 1754, a fim de empreender um mapeamento informativo quanto ao cenário de produção intelectual alheio à Espanha para que o recolhimento de tais dados pudesse servir à monarquia em sua disposição reformadora. Ao terminar seu recorrido pela Europa, Bernardo Ward foi escolhido presidente do Tribunal do Comércio e diretor da Casa de la Moneda espanhola, e

²³⁷ O “augusto soberano” a que se refere o autor anônimo da *Memória Sobre a Agricultura* – tendo em vista que a mesma foi redigida em 1807 – é D. João, que exerceu como Príncipe Regente do Império Português a partir de 1792 após o impedimento de sua mãe, D. Maria I.

²³⁸ MORAES SILVA, Antonio de. *Metamorphóse. Diccionario da lingua portugueza...* Op.Cit.

²³⁹ Apud: CALLE SAIZ, Ricardo. *Bernardo Ward*. Disponível em: <http://dbe.rah.es/biografias/15608/bernardo-ward>. Acesso realizado em 19 de julho de 2018.

muitas das experiências acumuladas ao longo do desempenho do referido cargo foram compiladas no *Proyecto económico: en que se proponen varias providencias, dirigidas a promover los intereses de España con los medios y fondos necesarios para su planificación*, concluído em 1762 mas publicado apenas em 1779 – alguns anos após o falecimento de Ward – por iniciativa de Pedro Rodríguez de Campomanes²⁴⁰.

O *Proyecto económico* de Bernardo Ward está organizado em duas partes, uma relacionada à Espanha e a outra à América. No discurso preliminar da obra, intitulado “Sobre las ventajas y atrasos de España”, o funcionário irlandês radicado na Espanha externa seu compromisso quanto à verdadeira atuação de um reformista, uma vez que, segundo ele, muitos já teriam se disposto a apontar e a discutir que a Espanha era detentora de “grandes ventajas para el adelantamiento de sus intereses: que se disfrutaban poco”, mas poucos se haviam animado a empreender propostas que pudessem “remediar” – vocábulo bastante caro à referida literatura arbitrista típica do longo século XVII, que na seguinte centúria referia-se a “poner remedio al daño, repararle, corregir o emendar alguna cosa”²⁴¹ – o estado crítico em que se encontrava²⁴².

Referindo-se “a los asuntos de América”, se comparados aos temas que dizem respeito à circunstancia peninsular, Ward afirma que os colonos “están en mucho peor estado”, e que alguns dos objetos a serem promovidos pela monarquia, que “jamás ha tenido posesión igual”, se referem a “arreglar aquel comercio de modo que sirva de fomento a nuestra industria, extenderle mucho más, y quitar el de contrabando”, bem como “establecer nuevos ramos que hasta ahora no se han emprendido”, “hacer vasallos útiles” de

²⁴⁰ Buscando estabelecer o lugar ocupado pela obra de Bernardo Ward, não apenas em seu próprio contexto de origem como também na historiografia em que se insere, é importante mencionar que os textos desse funcionário estão envolvidos numa polêmica que data do século XVIII, com acusações proferidas por seu coetâneo Francisco Xavier Peñaranda y Castañeda, acerca de um possível “plágio” que Bernardo Ward teria cometido em relação a escritos do também funcionário ilustrado José Campillo y Cossío, sobretudo quanto a duas obras deste que eram ainda inéditas quando Bernardo Ward publicou a *Obra Pía* e o *Proyecto económico: o Nuevo sistema de gobierno económico para la América, con los males y daños que le causa el que hoy tiene, de los que participa copiosamente España, y remedios universales para que la primera tenga ventajas considerables y la segunda mejores intereses* e o texto *Lo que hay de más y de menos en España para que sea lo que debe ser y no lo que es*. Apesar de tal controvérsia já ter sido bastante explorada pela historiografia, que é majoritariamente consensual quanto ao plágio de Bernardo Ward em relação aos textos de Campillo y Cossío, a contenda segue sem uma resolução definitiva. Ver: CALLE SAIZ, Ricardo. La Hacienda Pública en España. El pensamiento financiero durante la época mercantilista: Ward y Campillo. *Revista de Economía Política*, n.26 (maio – agosto de 1977), pp. 7-24.

²⁴¹ RAE (1726 – 1739). Remediar. *Diccionario de Autoridades*. Op.Cit.

²⁴² WARD, Bernardo. *Proyecto económico en que se proponen varias providencias dirigidas a promover los intereses de España*. Madrid: Joachin Ibarra, 1779, p.25. Disponível em <https://archive.org/details/proyectoconmi00ward>.

“muchos millones de Indios incultos”, “aumentar el beneficio de las minas, introduciendo las economías, ingenios e inventos”, assim como “extender más la producción de aquellos preciosos frutos y su consumo en Europa²⁴³”.

A partir dos apontamentos de Ward é possível conceber que, estando inserido numa retórica de intenções e pressupostos reformistas, o ilustrado tenha reivindicado os termos “arreglar”, “establecer”, “hacer”, “aumentar” e “extender” como vozes pertinentes ao *vocabulário específico* das reformas – sendo possível concebê-los no referido excerto, portanto, como entidades detedoras de sentidos afins ao ato de “reformular”. O termo “arreglar”, o primeiro mencionado pelo funcionário, diz respeito a “concertar, dar orden, forma y regla en alguna cosa, assentando el modo, o metodo con que se debe hacer para evitar dudas y embarazos”²⁴⁴, de acordo com o verbete no *Diccionario de Autoridades*. Segundo a mesma compilação lexical, “establecer” refere-se a “ordenar, constituir, hacer leyes, ordenanzas, estatutos y constituciones”, bem como a “fundar, hacer firme y permanente alguna cosa”²⁴⁵; enquanto dentre as cinquenta acepções para o verbo “hacer” que constam no *Diccionario de Autoridades* – a mais ordinária é “fabricar, formar alguna cosa, dándola (sic) la figura, norma y traza que debe tener” – destacam-se “trabajar en cualquier materia que sea”, bem como “crecer, aumentarse e irse adelantando para llegar al estado de perfección que cada cosa debe o pretende tener”²⁴⁶. “Aumentar”, de acordo com o mesmo *Diccionario*, refere-se a “acrecentar, añadir, ampliar, dar más o mayor cuerpo, extensión y aumento à alguna cosa”²⁴⁷, e “extender” corresponde o a “alargar, ensanchar y en cierta manera desencoger y hacer mayor y más tendida una cosa, dilatándola”²⁴⁸.

Segundo os apresentados trechos dos verbetes referentes a cada uma das expressões empregadas por Bernardo Ward, é possível sugerir que o ilustrado tenha atribuído às colônias espanholas na América um lugar de privilégio no empreendimento das reformas por ele propostas em detrimento do território metropolitano, uma vez que ao reivindicar tantos sinônimos dos termos em questão neste subitem – ou seja, tanto o substantivo “reforma” como o ato de “reformular” em sua polissemia –, o funcionário da Coroa

²⁴³ WARD, Bernardo. *Proyecto económico...*, Op.Cit., p.XV.

²⁴⁴ RAE (1726 – 1739). Arreglar. *Diccionario de Autoridades...* Op.Cit.

²⁴⁵ RAE (1726 – 1739). Establecer. *Diccionario de Autoridades...* Op.Cit.

²⁴⁶ RAE (1726 – 1739). Hacer. *Diccionario de Autoridades...* Op.Cit.

²⁴⁷ RAE (1726 – 1739). Aumentar. *Diccionario de Autoridades...* Op.Cit.

²⁴⁸ RAE (1726 – 1739). Extender. *Diccionario de Autoridades...* Op.Cit.

demonstra intencional amplitude em relação às políticas de natureza reformista a serem ensejadas sobre a América. Isso, porque ao contemplar a geografia colonial a partir de alguns dos múltiplos termos componentes do *vocabulário específico* das *reformas*, e tendo em vista que “los asuntos de América están en mucho peor estado”, Ward assinala que o labor ilustrado a ser aplicado às possessões americanas não deveria restringir-se ou reduzir-se discursivamente à mobilização de um só vocábulo: na América, pela gravidade ainda maior de seu estado, seria necessário “arreglar”, “establecer”, “hacer”, “aumentar” e “extender” até que se obtivessem resultados satisfatórios às expectativas da monarquia em cada uma das instâncias às quais os mencionados termos diziam respeito.

Também como herdeiro de alguns dos valores e prerrogativas que caracterizavam a literatura arbitrista, Bernardo Ward mobiliza, adiante, expressões relacionadas às ciências médicas – que, como viu-se anteriormente, foram bastante caras à configuração discursiva de letrados do Seiscentos –. Afirmando não ter sido possível “remediar” algumas instâncias de debilidade no Império espanhol – o que teria impedido, portanto, sua “cura radical por medio de una reforma”, o reformista ilustrado exalta a figura do então monarca para inserir certo tom de otimismo ao *Proyecto Económico*, ao mencionar que apesar de “las guerras, empeños continuos y otras fatales desgracias” não terem permitido que a Espanha “respirase” até a metade do século, seguramente encontrava-se “en un tiempo en que se puede y debe esperar, que se emprenderá con acierto esta gran obra, por ser tan digna de nuestro gran Monarca²⁴⁹”.

É possível encontrar manifestações do *vocabulário específico* das *reformas* também na *Disertación Histórica y Política sobre el Comercio del Perú*, elaborada pelo ilustrado hispano-peruano José Baquíjano y Carrillo (Lima, 1751 – Sevilla, 1817), referido anteriormente no presente texto. Baquíjano pertenceu a uma família abastada: seu pai foi Juan Bautista de Baquíjano, I Conde de Vistaflorida, e sua mãe, María Ignacia Carrillo de Córdoba y Garcés de Mansilla, foi descendente de conquistadores espanhóis que haviam operado na fundação de Lima. Após ter obtido grau de bacharel em Cânones e se tornado Doutor em Leis e Cânones pela Universidade Nacional Mayor de San Marcos, Baquíjano y Carrillo tornou-se advogado da Real Audiencia em 1769 e foi nomeado assessor do Tribunal do Consulado e do Cabildo de Lima – cidade na qual, como professor da Universidad de

²⁴⁹ WARD, Bernardo. *Proyecto económico...* Op.Cit., p.25.

San Marcos, encabeçou um movimento de modernização do ensino que difundia o enciclopedismo e a liberdade de imprensa. Além disso, foi membro e fundador da Sociedad de Amantes del País de Lima em 1790²⁵⁰, tendo atuado também como importante colaborador do periódico *Mercurio Peruano*²⁵¹.

Logo no início da *Disertación*, Baquijano y Carillo afirma que “para tener una idea cabal de un país, es preciso saber analíticamente cuáles son los recursos que pueden hacer su felicidad”. Dentre tais recursos, cita “la ilustración, la policía, las modas, el valor tal vez, y el modo de pensar”, que se elevam ou se abatem em virtude dos graus em que se encontram “la industria y la opulencia de las naciones”. De acordo com ele, “las [naciones] modernas, según el sistema universal de los enlaces sociales y políticos, no florecen sino arreglando y perfeccionando su comercio”²⁵² – utilizando-se do termo “arreglar” a partir como termo afim em relação à “reformular”, tal como o propusera Bernardo Ward no *Proyecto económico* recém analisado.

Segundo Baquijano y Carillo, as terras do Peru, “una de las principales partes de la América meridional”²⁵³, não ofereceram quando de seu descobrimento, “como todas las demás del Nuevo Mundo”, “sino un suelo estéril, árido e ingrato que en horror la naturaleza

²⁵⁰ As “Sociedades de Amantes del País” – também chamadas de “Sociedades Económicas del País”, ou de “Sociedades de Amigos del País” – eram, de acordo com John Lynch, “organismos semioficiais que se difundiram nos anos posteriores a 1765 a partir do País Vasco rumo às principais cidades do resto da Espanha [e da América], cujo objetivo era impulsionar a agricultura, o comércio e a indústria mediante o estudo e a experimentação” Ver: LYNCH, John. *La España del siglo XVIII*. Op.Cit., p.187. Como sugere também Richard Herr, os trabalhos exercidos nas Sociedades deveriam ainda “familiarizar-se com os tratados de economia, traduzir e publicar livros estrangeiros e inspecionar o ensino das matemáticas e dos ofícios”. Além disso, era necessário que as Sociedades fossem formadas por “pessoas representativas de todas as classes, e a única diferença de categoria entre elas nas reuniões deveria ser a de membros que desempenhassem cargos e membros que não os desempenhassem”. Ver HERR, Richard. *España y la Revolución...* Op.Cit., p.133. Merecem destaque, dentre tantas, a Real Sociedad Vascongada de Amigos del País (1765), a Sociedad Económica de Amigos del País de Cádiz (1774), a Real Sociedad Económica Matritense de Amigos del País (1775), bem como, na geografia americana, a Sociedad de Amantes del País de Lima (1790), a Sociedad Económica de los Amigos del País de la Habana (1792), a Sociedad Económica de Amigos del País de Quito (também de 1792), a Real Sociedad Económica de Amantes de la Patria de Guatemala (1796), a Sociedad Económica de Amigos del País de México (1799) e Sociedad Patriótica de Amigos del País de Santa Fe de Bogotá (1801).

²⁵¹ Sobre José Baquijano y Carillo, ver BURKHOLDER, Mark A. *Politics of a Colonial Career*: José Baquijano and the Audiencia of Lima. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1981 e LOPEZ SORÍA, José Ignacio. El pensamiento de José Baquijano y Carillo. *Historia y Cultura*, n.5, 1971.

²⁵² BAQUIJANO Y CARILLO, Disertación histórica sobre el comercio del Perú. In: CHIARAMONTE, José Carlos (ed.). *Pensamiento de la Ilustración...* Op.Cit., p.4

²⁵³ BAQUIJANO Y CARILLO, Disertación histórica sobre el comercio del Perú. In: CHIARAMONTE, José Carlos (ed.). *Pensamiento de la Ilustración...* Op.Cit., p.5.

burla siempre la esperanza de sus más aplicados cultivadores”²⁵⁴. Além disso, o funcionário da Coroa espanhola denuncia também a inexistência de animais de tração na América, como bois e cavalos, bem como as condições climáticas desfavoráveis deste espaço – “que ha debido influir en la producción y animales del Nuevo Mundo”²⁵⁵ e no desenvolvimento dos vegetais transportados do continente europeu à América –. Para esse reformista ilustrado, entretanto, “cerca de tres siglos de cultura [española] han remediado en parte esos defectos”, “pero como la industria y esfuerzo no alcanzan a variar la situación local de los países, la del Perú será un estorbo eterno a la prosperidad de la agricultura y al fomento de sus frutos”.

De acordo com o hispano-peruano, em sua competência discursiva reformadora, apesar de a geografia peruana não apresentar grandes potenciais agrícolas – que permitiriam, por exemplo, que projetos de reconfiguração imperial sobre esta região propostos se ativessem sobretudo ao cultivo da terra, um dos grandes motes programáticos do reformismo ilustrado ibérico –, era necessário ponderar a abundância de metais preciosos existentes no Peru, que compensava, de certa forma, a improdutividade de suas terras. Segundo o ilustrado,

La naturaleza equilibra esta ingrata esterilidad con a abundancia de los preciosos metales, que aumentados con exceso por el descubrimiento del Nuevo Mundo y admitidos por señal de todas las producciones, ha variado enteramente el antiguo sistema del comercio del globo²⁵⁶.

Sobre a abundância de metais preciosos no território peruano, que compensam a dificuldade para o empreendimento do cultivo agrícola naquele território, Baquíjano y Carillo afirma que “en más o menos escasez todos los áridos cerros del Perú son un perpetuo laboratorio del oro y plata [...]”²⁵⁷. Interessado em colaborar com o estabelecimento de uma “anatomía del comercio del Perú” – mobilizando também, através do vocábulo “anatomía”, elementos de uma linguagem tributária da medicina difundida pela literatura de arbítrios do Seiscentos –, o ilustrado hispano-peruano julga necessário, para “evitar la oscuridad y confusión que produce la misma complicidad de las materias”

²⁵⁴ Ibidem.

²⁵⁵ BAQUIJANO Y CARILLO, Disertación histórica sobre el comercio del Perú. In: CHIARAMONTE, José Carlos (ed.). *Pensamiento de la Ilustración...* Op.Cit., p.6.

²⁵⁶ BAQUIJANO Y CARILLO, Disertación histórica sobre el comercio del Perú. In: CHIARAMONTE, José Carlos (ed.). *Pensamiento de la Ilustración...* Op.Cit., p.8.

²⁵⁷ Ibidem.

que dizem respeito a tal “ciencia positiva”, organizá-las de acordo com algumas ordens e métodos específicos, dentre os quais encontra-se o estabelecimento de “remedios que pueden aplicarse para su restauración y fomento”²⁵⁸.

No que diz respeito ao *vocabulário específico* das *reformas*, tem-se que tanto “remedios” – ou o verbo ao termo relacionado, “remediar”, cuja definição lexicográfica foi apresentada anteriormente – como “restauración” são termos que podem ser considerados como parte desse arcabouço semântico na medida em que, assim como “arreglar” e “regenerar” (termo também reivindicado pelo colaborador anônimo de língua portuguesa que propôs a *Memória sobre a Agricultura* em 1807 examinada previamente), operam de modo similar àquele exercido pelas “reformas” no texto: de acordo com o *Diccionario de Autoridades*, bem como de acordo com o *Diccionario de la Lengua Castellana*, “restauración” diz respeito à “la recuperación y reparación de alguna cosa”²⁵⁹, bem como “reparar, renovar, o volver a poner alguna cosa en aquel estado, o estimación que tenía”²⁶⁰. No de Terreros y Pando, cuja publicação se situa cronologicamente entre a das duas compilações lexicais acima referidas, “restauración” refere-se ao “restablecimiento de alguna cosa perdida o arruinada”, e como vocábulo imediatamente correspondente a “reforma”²⁶¹.

O *Discurso sobre la agricultura de La Habana y medios de fomentarla*, elaborado pelo hispano-cubano Francisco de Arango y Parreño (1765 – 1837) e publicado no ano de 1792, também revelou importantes elementos para o exame do *vocabulário específico* das *reformas* a partir dos parâmetros orientados pela semântica do *tempo* como *conceito transversal oblíquo*. De acordo com Rafael Marquese – autor, dentre outros títulos, de uma importante contribuição relacionada à “experiência do tempo” na obra de Arango y Parreño²⁶² –, a formação de Arango, descendente da elite *criolla* cubana, ocorreu em Madri,

²⁵⁸ BAQUIJANO Y CARILLO, Disertación histórica sobre el comercio del Perú. In: CHIARAMONTE, José Carlos (ed.). *Pensamiento de la Ilustración...* Op.Cit., p.5.

²⁵⁹ RAE (1726 – 1739). Restauración. *Diccionario de Autoridades...* Op.Cit.; RAE (1791). Restauración. *Diccionario de la lengua castellana...* Op.Cit.

²⁶⁰ RAE (1726 – 1739) Restaurar. *Diccionario de Autoridades...* Op.Cit.; RAE (1791). Restaurar. *Diccionario de la lengua castellana...* Op.Cit.

²⁶¹ TERREROS Y PANDO, Esteban de. Restauración. *Diccionario de Castellano con las voces de ciencias y artes...* Op.Cit.

²⁶² MARQUESE, Rafael de Bivar. Comparando impérios: a experiência do tempo e o lugar do Brasil no projeto escravista de Francisco de Arango y Parreño (1789-1832). In: ÁLVAREZ CUARTERO, I. & GONZÁLEZ-RIPOLL, M. D. (Orgs). *Francisco Arango y la invención de la Cuba azucarera*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2009, pp. 67-84.

onde estudou Direito e aproximou-se de escritos de personagens tais como Campomanes, Jovellanos, Genovesi, Galiano e Adam Smith²⁶³. Também segundo o historiador, foi no exercício do cargo de *Apoderado General* do *Ayuntamiento* de Havana em Madri que Francisco de Arango y Parreño “elaborou uma série de textos e memórias nos quais expressava as demandas históricas das elites havaneiras para a conversão da ilha em uma economia de *plantation*, formulando-as conforme a nova linguagem do discurso econômico coevo”²⁶⁴: dentre os textos evocados por Marquese, é possível citar, além do *Discurso sobre cuja investigação será apresentada nos parágrafos a seguir*, os escritos intitulados *Resultan grandes perjuicios de que en Europa se haga la fabricación del refino* (1794), *Informe del síndico en el expediente instruido por el Consulado de La Habana sobre los medios que conviene proponer para sacar la agricultura y el comercio de la isla del apuro en que se hallan* (1809), bem como *Axiomas económico-políticos relativos al comercio colonial presentados al Consejo de las Indias* (1816)²⁶⁵.

O vocabulário específico das reformas permeia de modo contundente o *Discurso* de Arango y Parreño orientado à Cuba, “esa preciosa alhaja que por sí sola bastaba para vivificar la nación y para hacerla poderosa”²⁶⁶. Mobilizando recorrentemente termos de origem arbitrista – principalmente os relacionados às ciências médicas, tais como “remediar” e “arreglar” –, a colaboração de Arango também revela constantes comparações, empreendidas pelo funcionário, quanto ao Império espanhol em relação a seus concorrentes do Noroeste europeu. De acordo como Santamaría García e Vázquez Cienfuegos, esse fenômeno de intensa competitividade em que esteve inserida Cuba da última década do século XVIII ao primeiro quartel do século XIX pode ser compreendido através da análise

²⁶³ MARQUESE, Rafael de Bivar. *O poder da escravidão: política e economia-mundo na construção da ordem escravista*. São Paulo: FFLCH-USP, 2012. Tese de Livre Docência. brasileira, pp.91-92.

²⁶⁴ Ibidem.

²⁶⁵ Ver também GONZÁLEZ-RIPOLL NAVARRO, Maria Dolores. *Cuba, La Isla de los Ensayos. Cultura y Sociedad (1790- 1815)*. Madri: CSIC, 1999, pp.123-94; GARCÍA RODRÍGUEZ, Gloria. Tradición y modernidad en Arango y Parreño. In: *Francisco de Arango y Parreño. Obras*. 2v. La Habana: Ediciones Imagen Contemporánea – Casa de Altos Estudios Don Fernando Ortiz, 2004, v.I, pp.1-56; e TOMICH, Dale. *The Wealth of Empire: Francisco Arango y Parreño, Political Economy, and the Second Slavery in Cuba. Comparative Studies in Society and History*, 45 (1): 4-28, 2003.

²⁶⁶ ARANGO Y PARREÑO, Francisco de. Discurso sobre la agricultura de la Habana y medios de fomentarla. 1792. *Obras Completas* (volumen I). Colección Biblioteca de Clásicos Cubanos, n.22. La Habana: Imagen Contemporánea, 2005, p.145. Agradeço a Alain J. Santos Fuentes por ter me proporcionado o acesso às *Obras Completas* de Arango y Parreño.

de uma *práxis competitiva*²⁶⁷ estabelecida na programática discursiva do hispano-cubano, à qual não se dedicará adentrar no presente texto.

Arango inicia o *Discurso* afirmando que “nada es tan falible y equívoco como las esperanzas humanas”²⁶⁸, e lançando as seguintes indagações:

¿Cuáles mejor fundadas que las que lisonjearon a España cuando descubrió el Nuevo Mundo? ¿Quién no temió su poder? ¿Quién no envidió su fortuna? ¿Y quién no confiesa ya que este precioso aumento ha tenido mucho influjo en la debilidad y decadencia de esta gran Monarquía?²⁶⁹

Para o funcionário, todos os espanhóis choram com amargura o que celebraram seus antepassados com tanta alegria e entusiasmo, “pero la diferencia está en que unos maldicen a América, y otros los desgraciados principios con que se empezó a gobernar; aquéllos hablan a ciegas, y sin buscar el remedio gastan todo su tiempo en llorar y declamar”²⁷⁰; enquanto “éstos, por el contrario, tratan de buscar las raíces de los males que sentimos; suben a la dichosa época de nuestros Reyes Católicos, y corriendo desde allí la dinastía austriaca nos van descubriendo en ella los males y sus remedios”²⁷¹. Ao identificar-se com o grupo daqueles que evocam Isabel e Fernando para conduzir suas ações através dos exemplos por eles deixados, Arango inicia suas reflexões tratando da verdadeira origem “de los males que nos ha traído el descubrimiento de América”²⁷² – destacando que se a América pôde ser considerada uma das causas da decadência espanhola, foi “por el desprecio que hicimos del cultivo de sus feraces terrenos, por la preferencia y protección que acordamos a la minería, y por el miserable método con que hacíamos nuestro

²⁶⁷ SANTAMÁRIA GARCÍA, Antonio e VÁZQUEZ CIENFUEGOS, Sigfrido. El ‘Discurso’ de Arango en su contexto histórico. Un proyecto económico para Cuba o la redefinición de su equilibrio de poderes y relación colonial desde una ‘praxis’ competitiva, 1790 – 1820. In: AMORES CARREDANO, Juan Bosco (dir.). *Los tiempos de Espada: Vitoria y La Habana en la era de las revoluciones atlánticas*. Bilbao: Universidad del País Vasco / Euskal Herriko Unibertsitatea, Argitaipen Zerbitzua Servicio Editorial, 2014.

²⁶⁸ ARANGO Y PARREÑO, Francisco de. Discurso sobre la agricultura de la Habana y medios de fomentarla... Op.Cit., p.144.

²⁶⁹ Ibidem.

²⁷⁰ Ibidem.

²⁷¹ Ibidem.

²⁷² Ibidem.

comercio”²⁷³ –, bem como dos “remedios que se han aplicado desde que reina la casa de Borbón en España”²⁷⁴ para combatê-los.

Empreendendo um recorrido histórico, Arango y Parreño se dispõe a tratar dos obstáculos que encontraram os “buenos deseos e ideas del señor Felipe V”²⁷⁵, bem como de “sus providencias en favor de la Isla de Cuba”²⁷⁶. Apesar de reconhecer a importância da atuação do referido monarca para a ilha, considerando inclusive “la erección de una Compañía exclusiva que mantuviese el Comercio” – já que, evocando também um termo típico da semântica do *tempo* a ser considerado mais adiante, “La Habana había adelantado muy poco em 1700”²⁷⁷ –, o período de verdadeira transformação de La Habana teria se dado, de acordo com Arango, a partir de 1760, com a ocorrência de uma “infeliz guerra”, “para siempre sensible a todo buen habanero, pues le puso en contingencia de salir del suave yugo de la Monarquía española, pero que puede señalarse como la verdadera época de la resurrección de La Habana”²⁷⁸.

A mobilização do termo “resurrección” aparece no discurso de Francisco de Arango y Parreño tanto como parte componente do *vocabulário específico* das “reformas” – na medida em que o *Diccionario de Autoridades* define “resurrección” como uma “reunión del alma con el cuerpo de que estaba separada, logrando nueva vida”; complementando que, no sentido moral, significa “la restitución a la gracia que se había perdido”²⁷⁹, bem como uma marca bastante eloquente a respeito da penetração dos ideais católicos no pensamento do funcionário. Para ele, apesar dos esforços anteriores de Felipe V para remediar os males que afligiam Cuba àquela altura, era necessário reconhecer que sua verdadeira ressurreição,

²⁷³ Ibidem.

²⁷⁴ ARANGO Y PARREÑO, Francisco de. Discurso sobre la agricultura de la Habana y medios de fomentarla... Op.Cit., p.145.

²⁷⁵ Ibidem.

²⁷⁶ ARANGO Y PARREÑO, Francisco de. Discurso sobre la agricultura de la Habana y medios de fomentarla... Op.Cit., p.146.

²⁷⁷ Ibidem. Grifos meus.

²⁷⁸ Ibidem.

²⁷⁹ RAE (1726 – 1739). Resurrección. *Diccionario de Autoridades*. Op.Cit. Vale acrescentar a definição que consta no Terreros y Pando para o mesmo verbete: “nueva vida a que se vuelve después de la muerte”; “se dice asimismo en el sentido moral, la resurrección a la gracia”; “se dice también de una imagen, pintura que la representa”. In: TERREROS Y PANDO, Esteban de. Resurrección. *Diccionario de Castellano con las voces de ciencias y artes*...

sua verdadeira restituição da graça, teria se iniciado apenas em 1760 e atingido seu ápice a partir da instauração das “sabias y benéficas providencias del Sr. D. Carlos III”²⁸⁰.

Para o hispano-cubano, “el magnánimo, el generoso Carlos, conoció con claridad que para efectuar su plan no bastaba que se abriesen nuevos canales a la entrada del numerario”²⁸¹: isso porque, segundo Arango y Parreño – evocando a importância da *experiencia*, tema que será melhor explorado adiante –,

la larga experiencia de sesenta años había hecho ver la insuficiencia de este medio; que el dinero que se da a un pueblo que tiene encadenada su industria, o se estanca o no es más que un metal (*inutile pondus*), o se escapa de sus manos con la mayor presteza; que con sus negros y su libre comercio habían hecho más en un año los ingleses que nosotros en los sesenta anteriores; y que en fuerza de estas lecciones, todo nuestro asunto se reducía a hacer que los inmensos caudales que iban a entrar en La Habana para la construcción de los cuatro castillos, etc. se empleasen en el cultivo de tierras²⁸².

De acordo com o funcionário, a solução estaria em “facilitar la entrada de brazos y utensilios, y animar la ambiciosa industria del colono, dando ventajosas salidas a sus frutos”²⁸³. Assim como foi possível estabelecer um paralelo entre a retórica da “decadência” e a retórica do “atraso” como partes de um processo dinâmico em relação às linguagens políticas mobilizadas por atores do período, é possível conceber também que o termo “animar”, vocábulo bastante instrumentalizado pelo hispano-cubano²⁸⁴, diga respeito à um arcabouço linguístico relacionado à linguagem arbitrista, que encontra seu paralelo semântico em fins do século XVIII através do termo “acelerar”. Isso se verifica especialmente através de uma notável convergência entre ambos os termos nas compilações lexicais de fins do século XVIII – o *Diccionario de la lengua castellana* para a língua espanhola, bem como o *Diccionario da lingua portugueza* de Antonio de Moraes Silva para

²⁸⁰ ARANGO Y PARREÑO, Francisco de. Discurso sobre la agricultura de la Habana y medios de fomentarla... Op.Cit., p.147.

²⁸¹ Ibidem.

²⁸² Ibidem.

²⁸³ Ibidem.

²⁸⁴ O uso do termo “animar” nos escritos de Francisco de Arango y Parreño deu-se, também, nos seguintes trechos do *Discurso*: “Lo único que falta para la perfección de la Junta es *animar* a sus vocales con la esperanza de premios” (p.179); “...trata de *animar* por todos medios la industria de la nación” (p.145); “Se necesitaba para esto facilitar la entrada de brazos y utensilios, y *animar* la ambiciosa industria del colono” (p.147); “Más *animada* la concurrencia de negros con las dos gracias que he indicado” (p.160). Grifos meus. ARANGO Y PARREÑO, Francisco de. Discurso sobre la agricultura de la Habana y medios de fomentarla... Op.Cit.

a língua portuguesa – em seus referidos verbetes, o que reitera o já mencionado “aprimoramento escalonado” referido na Introdução deste trabalho.

O verbo “acelerar”, por exemplo, não constava no *Diccionario de Autoridades*, mas consta tanto no *Diccionario Castellano con las voces de ciencias y artes*, de Terreros y Pando, como no *Diccionario de la lengua castellana* publicado algumas décadas depois, ocorrência que permite considerar a existência de uma gradual assimilação, tanto experiencial como linguística, que condicionou a incorporação do termo na compilação lexical de língua espanhola publicada no final do Setecentos. No que se refere à lexicografia de língua portuguesa, apesar de o termo “acelerar” já constar no *Vocabulario* de Bluteau, do começo do século XVIII, a definição apresentada no mesmo verbete revisado por António de Moraes Silva (1789) é bastante diferente: vale mencionar, inclusive, que o termo “acelerar” aparece, no *Diccionario da lingua portugueza*, como uma das possíveis acepções de “animar”. Nas compilações lexicais de ambos os idiomas, o substantivo que se refere ao verbo – *aceleración* para a língua espanhola e *aceleração* para a portuguesa – só aparece nos dicionários de 1786 (Esteban de Terreros y Pando), 1791 (RAE) e 1789 (Moraes Silva). Sendo um termo que se localiza portanto nesta dobradiça semântica que tende ao termo “acelerar”, é possível depreender que Arango estimasse melhorias para a indústria do colono, buscando “dar alma a un cuerpo, para que tenga sentidos y movimiento”²⁸⁵ e infundindo-lhe “ánimo o valor”²⁸⁶ com “brevedad y prontitud”²⁸⁷.

Mais adiante, Arango y Parreño refere-se à ocorrência da Revolução Francesa, por ele definida como o episódio em que “la Providencia descargó sobre Francia el azote que hoy la aflige”²⁸⁸. Mobilizando novamente o já referido exercício de comparação entre Impérios, o funcionário afirma que a confusão e a desordem que reinavam nas colônias francesas diminuíram suas produções, “y dando valor a las nuestras hizo que no nos fuese nociva la abundancia de negros que nos trajo la citada Real Cédula de 1789”. Apesar de constatar os benefícios obtidos por Cuba em razão da deflagração do processo revolucionário na França, Arango se preocupa com o futuro da ilha, demonstrando

²⁸⁵ RAE (1726 – 1739). Animar. *Diccionario de Autoridades*. Op.Cit.

²⁸⁶ RAE (1791). Animar. *Diccionario de la lengua castellana*... Op.Cit.

²⁸⁷ RAE (1791). Acelerar. *Diccionario de la lengua castellana*... Op.Cit.

²⁸⁸ ARANGO Y PARREÑO, Francisco de. Discurso sobre la agricultura de la Habana y medios de fomentarla... Op.Cit., p.150.

profundo desvelo quanto à sensação de incerteza e efemeridade experimentada no contexto em que se encontrava:

Hoy, en más feliz situación, por el funesto incremento que han tenido las desgracias del vecino, vendemos nuestros azúcares a un precio ventajosísimo; pero mañana, ¿qué habrá? He aquí el verdadero cuidado que debe tener la Isla de Cuba²⁸⁹.

A preocupação de Arango y Parreño com os então recentes êxitos alcançados pela venda de açúcares cubanos em virtude do “abatimento temporal de los franceses” revela, como se nota, uma profunda inquietação do funcionário da monarquia espanhola em relação ao futuro de La Habana. Evocando a lembrança da decadência das colheitas havaneiras desde o ano de 1799²⁹⁰, Arango propõe que o lavrador hispano-cubano apodere-se das benfeitorias do monarca oferecidas pela promulgação da Real Cédula de 24 de novembro, para que façam “presente a su buen Rey todo lo que es necesario para lograr en el extranjero la permanente salida de sus frutos”²⁹¹. A estratégia para a consumação desta postura estaria, segundo o funcionário, na aplicação de um “remédio” específico a partir da imitação dos exemplos oferecido por aquele a que o hispano-cubano denomina “el labrador aplicado”, que:

bendice al Omnipotente que le prodiga las lluvias y los demás favores que hacen estimar sus cosechas; pero por esto no olvida los males radicales y ciertos que padecía su heredad en el año antecedente. Aplica para su remedio los bienes que está disfrutando, y reflexiona y calcula, en medio de la abundancia, para el tiempo regular²⁹².

Arango prossegue com o *Discurso sobre la Agricultura de La Habana y medios de fomentarla* tratando de sete inconvenientes relacionados ao ramo do açúcar em Cuba, sempre em perspectiva comparativa quanto a ingleses, franceses e, neste caso, também portugueses. Após listar os referidos inconvenientes²⁹³, o ilustrado passa a tratar de outros

²⁸⁹ Ibidem.

²⁹⁰ “Acuérdese de que decayeron sus cosechas desde 1779 por diferentes causas”. Ibidem.

²⁹¹ ARANGO Y PARREÑO, Francisco de. *Discurso sobre la agricultura de la Habana y medios de fomentarla...* Op.Cit., p.150.

²⁹² Ibidem.

²⁹³ A saber: 1) “porque les cuestan menos los utensilios y negros”; 2) “porque gastan menos en mantenerlos y trabajan más”; 3) “por la mayor perfección de sus conocimientos en la agricultura”; 4) “porque tienen mayor orden y economía en sus fábricas”; 5) “porque sus salidas son más libres y más protegidas”; 6) “porque sus aranceles en lugar de detener alientan su aplicación”; 7) “y últimamente, porque no están afligidos como nosotros del enorme peso de la Usura”. ARANGO Y PARREÑO, Francisco de. *Discurso sobre la agricultura de la Habana y medios de fomentarla...* Op.Cit., pp.151-156.

empecilhos relacionados ao cultivo do algodão, do café, do anil e do tabaco²⁹⁴ –, alegando que se enganam aqueles que creem “intempestivo que pidamos el remedio de estos males en la presente época”²⁹⁵. Isso porque, de acordo com Arango y Parreño,

Descubiertas ya las causas reales y verdaderas de la decadencia de los diferentes ramos de la agricultura habanera; conocidos todos los males que la atormentan y abaten, temo que al proponer sus remedios se me trate de temerario y se me quiera decir que no teniendo lugar estas quejas en las circunstancias presentes, es extemporáneo y ridículo el pretender favores cuando sin necesidad de ellos, por el vacío que ha dejado el incendio del Guarico, podemos vender nuestros frutos al precio que nos acomode; pero esta reflexión miserable no nos perjudicará. Habaneros, la obra de vuestra felicidad no se desconcertará por tan débil objeción²⁹⁶.

Para Arango, “es muy fácil conseguirlo siempre que se remedie prontamente los inconvenientes expuestos”²⁹⁷. Daí, então, passa a discorrer acerca de uma série de “remedios” para os sete inconvenientes anteriormente mencionados, expondo formas de resolver tanto os males presentes no cultivo do açúcar, quanto os que atravessam os demais produtos de exportação por ele mencionados. Ao fazê-lo, o hispano-cubano exerce uma atuação bastante pragmática em relação ao empreendimento ilustrado na ilha de Cuba, tendo em vista que não apenas trata dos males que acometem a agricultura de La Habana, como se dispõe também a apontar soluções práticas e eficazes para cada um dos imbróglis por ele mencionados. Seus “remedios” encaminham então a construção discursiva de um programa por meio do qual Arango y Parreño segue no *Discurso* como método compilativo das soluções por ele apresentadas. De acordo com o ilustrado, reivindicando novamente o estabelecimento de uma comparação em relação à absorção dos conhecimentos e propostas desenvolvidas pelas nações estrangeiras,

Se trata de trasplantar a nuestro suelo las ventajas que han proporcionado al extranjero sus mayores conocimientos, de dar medios para propagarlos y de establecer otros que perpetúen este bien y los demás posibles; tres cosas que tienen un estrechísimo enlace, que tienen un propio objeto y vienen de un mismo principio. [...] Nosotros lo que tenemos que hacer, además de las diversas

²⁹⁴ “No se diga que estos males son peculiares al azúcar y que en los demás frutos la ventaja es por nosotros; pues sucede todo lo contrario”. ARANGO Y PARREÑO, Francisco de. *Discurso sobre la agricultura de la Habana y medios de fomentarla...* Op.Cit., p.156.

²⁹⁵ ARANGO Y PARREÑO, Francisco de. *Discurso sobre la agricultura de la Habana y medios de fomentarla...* Op.Cit., p.158.

²⁹⁶ Ibidem.

²⁹⁷ ARANGO Y PARREÑO, Francisco de. *Discurso sobre la agricultura de la Habana y medios de fomentarla...* Op.Cit., p.159.

observaciones económicas y políticas que se apuntan, es ver las economías, utensilios y máquinas que emplean los extranjeros para cultivar y beneficiar sus frutos. Adquirir de todo un profundo conocimiento para comparar después en cada ramo el método extranjero con el nuestro, y ver si el resultado nos deja ventajas o desventajas; y para esto a nada conduce la materialidad de saber hacer bien un cilindro, montar un tacho o formar un reverbero²⁹⁸.

Considerando-se as análises e interpretações apresentadas, é possível concluir que a semântica do *tempo* que se manifesta através do *vocabulário específico* das *reformas* foi notadamente mobilizada por funcionários ilustrados que atuaram em prol de ambos os Impérios ibéricos a partir dos programas reformistas operados a partir de c.1750. Como se pôde examinar, a reivindicação do termo “reformas” não foi o único artifício discursivo que direcionou os escritos desses reformistas, destacando-se sobretudo o apelo à sua polissemia – na medida em que a multiplicidade lexical intrínseca a seu *vocabulário específico* operou como um potente recurso na consolidação da linguagem política forjada por esses homens, que vislumbravam empreender ajustes, reconfigurações e melhorias para Portugal, Espanha e suas respectivas colônias americanas no contexto em que se encontravam.

Assim sendo, tem-se que os empreendimentos ilustrados postos em prática entre a segunda metade do século XVIII e os primeiros anos do século XIX por parte das monarquias ibéricas, especialmente no que se refere aos programas de atuação sobre o contexto colonial americano, estiveram vigorosamente pautados por uma linguagem preñe de elementos e referências relacionadas a um impulso reformador – em que revelaram-se termos tais como “reforma”, “regeneração”, “remedios” e “planificación”, apenas para citar alguns dos vocábulos que constam nos excertos recém analisados –, o que garantia sua consolidação discursiva postuladora de uma série de alterações e melhorias vislumbradas para diversos âmbitos dos Impérios, com o intuito de estabelecer uma reconfiguração de seus presentes em prol da gestação de melhores porvires.

²⁹⁸ ARANGO Y PARREÑO, Francisco de. Discurso sobre la agricultura de la Habana y medios de fomentarla... Op.Cit., p.167 e p.182.

História, experiência e expectativa

Sendo indispensável o sistema em tudo, e não devendo cuidar-se somente no dia de hoje, mas nos seguintes, e continuamente combinar o passado, presente e futuro, me parece, que se deveria pensar, e prevenir o futuro, ao menos fazendo um plano daquelas providências que poderão ser necessárias para não ser obrigados depois no grande aperto a acudir tumultuariamente à conservação do reino com enorme pagamento²⁹⁹.

Domenico Vandelli, *Memória sobre os meios de conservação do reino*.

Na obra “Da Oratoria”, Cícero (106 – 43 a.C) atribui à História a qualidade de “mestra da vida”, concebendo-a como uma espécie de manual ou repositório que forneceria múltiplos *exempla* àqueles que se dispusessem a apreender os ensinamentos e informações por ela oferecidos. Para o autor, ser um conhecedor da História significava, em primeira instância, saber extrair dela sua máxima pedagógica – ou seja, os ensinamentos oferecidos por narrativas de êxitos, fracassos, nascimentos, mortes, guerras ou reconciliações pretéritas –. Em sua vertente instrucional, de acordo com Cícero, a História instigaria os indivíduos a refletirem acerca de seus presentes, o que também os condicionaria, considerando-se as lições por ela oferecidas, a empreender planejamentos mais conscientes acerca de seus futuros³⁰⁰.

Como se mencionou na Introdução desta dissertação, a questão que estimula uma análise aprofundada acerca da mobilização discursiva empreendida por reformistas ilustrados portugueses e espanhóis acerca do passado, do presente e do futuro não se restringe às entidades lexicais que representam cada uma destas instâncias componentes daquilo a que denominou-se “semântica do *tempo*”. Tampouco se circunscreve à noções ordinárias que possam representar tais ideias na performance discursiva dos funcionários de ambas as monarquias – ou seja, a termos que tratem do passado, do presente e do futuro a partir de suas acepções mais comuns, que dizem respeito ao pretérito, ao contemporâneo e ao porvir; ou ao “ontem”, ao “hoje” e ao “amanhã”.

Objetiva-se, neste subitem da investigação, abarcar o *vocabulário específico* referente ao emprego discursivo do passado, do presente e do futuro – aqui relacionados às

²⁹⁹ VANDELLI, Domenico. Memória sobre os meios de conservação do reino. *Aritmética Política, Economia e Finanças 1770-1804*. Lisboa: Banco de Portugal, 1994. Disponível online na página do Banco de Portugal.

³⁰⁰ KOSELLECK, Reinhart. *Historia Magistra Vitae* – sobre a dissolução do *topos* na História Moderna em movimento. *Futuro Passado...* Op.Cit.

vozes *história*, *experiência* e *expectativa* – de acordo com os diferentes modos com que foram mobilizados nos discursos selecionados para a composição desta pesquisa. Essas concepções mais amplas, que reiteram o lugar do *tempo* como um *conceito transversal oblíquo*, dizem respeito à pluralização – e consequente potencialização – do arcabouço lexical de “passado”, de “presente” e de “futuro” nos textos produzidos por reformistas ilustrados ibero-americanos a partir de c.1750 até os primeiros anos do século XIX, uma vez que ao tratarem desses códigos linguísticos que se referem sobretudo à passagem do tempo a partir de vocábulos tão aparentemente díspares de sua rede linguística costumeira, ditos funcionários acabaram por nutrir a essas três entidades lexicais de uma latência epistemológica peremptória para a execução dos programas que almejavam empreender.

Pretende-se, portanto, estabelecer um aporte do passado, do presente e do futuro – conjugando-os como *história*, *experiência* e *expectativa* – a partir de manifestações linguísticas amplas, que não apenas desempenharam uma operabilidade prática nos textos em que figuraram, como foram portadoras tanto de aspectos e caracterizadores da natureza das reformas ilustradas implementadas pelas Coroas ibéricas quanto de elementos típicos desse mundo moderno em gestação, que aclimatou o desenvolvimento de um novo entremeado de palavras que ao mesmo tempo em que foram úteis para designar e explicar o cenário que se formava, o foram também para designar a própria Modernidade³⁰¹.

Começamos pelo futuro. Dado que as reformas ilustradas empreendidas pelas Coroas ibéricas se caracterizaram como um conjunto de ações políticas destinadas a amortizar uma condição desfavorável³⁰² que acometia a ambos os Impérios desde meados do século XVII – e que teria se acentuado, como já se tratou suficientemente, a partir da segunda metade do século XVIII –, tem-se que os textos elaborados por funcionários das monarquias portuguesa e espanhola neste contexto almejavam, essencialmente, oferecer aos seus monarcas propostas de melhorias que garantissem a suspensão do estado desfavorável em que se encontravam as Coroas, disponibilizando alternativas e estratégias de conduta que pudessem, de alguma forma, livrá-las da decadência e do atraso apreendidos como iminentes.

³⁰¹ ZERMEÑO PADILLA, Guillermo. *La cultura Moderna de la Historia...* Op.Cit., p.22.

³⁰² PIMENTA, João Paulo. *Tempos e Espaços das Independências...* Op.Cit., p.23.

Tratava-se, entretanto, de um futuro pela primeira vez considerado “em aberto”. Com o paulatino desenvolvimento de uma consciência interventora dos homens em relação aos seus próprios devires históricos, a aguda diminuição do empreendimento e circulação de profecias e prognósticos como formas habituais com que esses se portavam ante a suas fortunas³⁰³ – aspecto que refere-se, também, a um matizado encolhimento do “controle divino” sobre o destino dos homens segundo suas próprias perspectivas de religiosidade, como se tratará também no último capítulo desta dissertação –, o futuro como um campo de expectativas inéditas passou a orientar o propósito epistêmico de reformistas ilustrados ibéricos, na medida em que os projetos por eles oferecidos às monarquias diziam respeito a ações e tomadas de medidas que só se concretizariam num tempo porvindouro. Dada a constatação de um cenário que os imputava a conjecturar o desmoronamento alegórico de suas arquiteturas políticas, o futuro parecia garantir-lhes uma potencial consumação do resgate que desejavam executar.

Entretanto, esse futuro pleiteado por funcionários das monarquias ibéricas esteve calcado especialmente na apreensão, reivindicação ou reelaboração de passados considerados gloriosos, apontados por esses homens como dotados de ensinamentos e instruções passíveis de potencializar as propostas reformistas por eles apresentadas. Daí, então, que os futuros almejados por esses letrados em seus escritos partissem com frequência da reivindicação nominal episódios, personagens, quadros políticos ou fenômenos pretéritos, o que outorgava ao passado um lugar de “depósito de conocimientos”³⁰⁴, como já citado anteriormente, e atribuía a tais representações um aspecto operativamente pedagógico nos discursos que elaboravam. Assim sendo, com a inclusão do futuro como um horizonte aberto e em constante aperfeiçoamento, contraposto à imagem de um passado exemplar, Zermeño Padilla destaca que a Modernidade ilustrada se apartava radicalmente das Modernidades anteriores³⁰⁵.

Mas tal correspondência entre tempos pretéritos e porvindouros não se estabelecia de maneira etérea ou transcendental: para que reformistas ilustrados ibero-americanos pudessem executar tal atravessamento temporal na linguagem por eles mobilizada – e para

³⁰³ Novamente cabe a referência a KOSELLECK, Reinhart. O futuro desconhecido e a arte do prognóstico. *Estratos do Tempo...* Op.Cit.

³⁰⁴ AUSTRIA, José Donato de. Memoria del Instituto Consular de Veracruz para fomentar la Agricultura y la Industria de America. *Op.Cit.*

³⁰⁵ ZERMEÑO PADILLA, Guillermo. *La cultura Moderna de la Historia...* Op.Cit., pp.49-50.

que os programas de reconfiguração imperial por eles sugeridos para o futuro a partir de louvores ao passado pudesse justificar-se e ser exequível no tempo presente –, era necessário incorporar duas outras entidades semânticas aos seus discursos. Estas operavam em prol do entrelaçamento do passado e do presente e permitiam aos funcionários das monarquias ibéricas transitarem pelas duas dimensões temporais, que se acercavam através de duas ideias por eles mobilizadas e que organizavam seus respectivos *vocabulários específicos*: *experiência* e *expectativa*.

De acordo com as proposições de Reinhart Koselleck, é possível conceber a *experiência*, no cenário das reformas ilustradas ibéricas, como uma categoria operativa como conhecimento e vivência de reformistas ilustrados no que se referia à realidade em que se inseriam³⁰⁶. Relacionando-se, portanto, ao presente contexto em que atuavam funcionários reformistas ibero-americanos, a *experiência* dizia respeito à recordação ou evocação desses homens, em suas instâncias contemporâneas, a períodos pretéritos detentores de potencialidades pedagógicas, dos quais podiam obter exemplos em que basear as propostas de reformas que pleiteavam oferecer a seus respectivos monarcas. Referia-se, também, às heranças mnemônicas herdadas de gerações anteriores³⁰⁷. Na *Encyclopédie*, o verbete “*experiência*”, redigido por Dumarsais, apresenta a seguinte definição:

Termo abstrato de Filosofia que significa, em geral, o conhecimento adquirido por uma longa vivência, unido a reflexões feitas sobre o que se viu e sobre o que nos aconteceu de bom ou de mau. Nesse sentido, a leitura de livros de História é bastante útil para nos dar *experiência*, ensinar-nos os fatos e nos mostrar os eventos bons ou funestos que se seguiram a eles. Não chegamos ao mundo com o conhecimento das causas e dos efeitos, somente a experiência pode nos mostrar o que é causa e o que é efeito. Posteriormente, nossa própria experiência nos permitirá observar a ligação e o encadeamento entre a causa e o efeito. Cada um tira maior ou menor proveito de sua própria experiência segundo as luzes de que foi dotado ao vir ao mundo³⁰⁸.

Novamente segundo Koselleck, tem-se que *expectativa* é também “ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal [...], realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o

³⁰⁶ PIMENTA, João Paulo. *A Independência do Brasil e a experiência hispano-americana...* Op.Cit., p.32.

³⁰⁷ Ver LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: UNICAMP, 1990 e RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: UNICAMP, 2007.

³⁰⁸ DUMARSAIS, César Chesneau. *Experiência*. In: DIDEROT, Denis; D’ALEMBERT, Jean le Rond. *Enciclopédia*, ou Dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios... Op.Cit., pp. 276-277.

ainda-não, para o não-experimentado, para o que apenas pode ser previsto”³⁰⁹. Necessariamente atrelada à “experiência”, dado que baseia-se no apanhado de informações e recordações acerca dos tempos vividos – “experienciados” ou “experimentados” – para consolidar-se como uma projeção de futuro, como um programa de ações, como um propósito atravessado pela esperança – esta concebida enquanto “desejo” e enquanto “aguardo” –, a *expectativa* permeia o discurso de reformistas ilustrados ibéricos como a instância elementar de um presente que acena ao futuro, deslocando-se de sua contemporaneidade e estendendo as mãos a um amanhã ainda desconhecido e, precisamente por isso, tão almejado.

O abade português José Correia da Serra (Serpa, 1751 – Caldas da Rainha, 1823) foi quem elaborou o discurso de anunciação das já referidas *Memórias Económicas para o adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal e suas conquistas*, principal contribuição da ARCL para o período aqui estudado. Tendo vivido os primeiros anos de sua infância na Itália em virtude dos trabalhos do pai, que era doutor em Medicina pela Universidade de Coimbra, a importância da atuação de José Correia da Serra para as reformas ilustradas empreendidas pela monarquia portuguesa diz respeito sobretudo à fundação da mencionada Academia em 1779, instituição na qual atuou como Secretário até 1801³¹⁰.

De acordo com o abade, circunstâncias tais como “o clima feliz de Portugal, a sua situação, as suas conquistas, a variedade de suas produções, preparam a esta Monarquia um alto grau de riqueza e poder”³¹¹. O vocábulo “preparar”, nesse excerto, manifesta notável carga de futuridade na medida em que revela o ato de “adquirir, dispor, arranjar com antecipação o que é necessário como meio para algum fim”³¹²; dizendo respeito também a um termo mobilizado por médicos, boticários e químicos, que “com banhos e sangrias preparam o corpo para o purgar”³¹³. Nesse sentido, é possível aventar que Correia da Serra se referisse às circunstâncias favoráveis à monarquia portuguesa tanto como fatores que

³⁰⁹ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado...* Op.Cit., p.310.

³¹⁰ Sobre José Correia da Serra, ver principalmente CARNEIRO, Ana. *Cidadão do mundo: uma biografia científica do Abade Correia da Serra*. Porto: Porto Editora, 2006. A respeito de sua atuação na ARCL, ver CABRAL, Maria Luísa Rosendo. *Património Bibliográfico e Bibliotecas na Construção da Identidade Coletiva: entre um conceito e o seu desenvolvimento (1750 – 1800)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2013. Tese de Doutorado.

³¹¹ SERRA, José Correia da. Discurso Preliminar. *Memórias Económicas...* Op.Cit., p.9.

³¹² MORAES SILVA, Antonio de. Preparar. *Diccionario da lingua portugueza...* Op.Cit.

³¹³ BLUTEAU, Raphael. Preparar. *Vocabulario portuguez & latino...*, Op.Cit.

antecipavam a glória e o sucesso do empreendimento ilustrado, quanto como se estivesse aludindo às reformas ilustradas como banhos e sangrias que “purgariam” o corpo orgânico da monarquia portuguesa dos males que a tivessem enfermado – retomando novamente alguns dos preceitos discursivos caros à literatura arbitrista do XVII, que apelava recorrentemente a vozes relacionadas à medicina para tratar dos distúrbios que adoeciam os Impérios.

Segundo o funcionário português, “o primeiro passo de uma Nação para aproveitar suas vantagens é conhecer perfeitamente as terras que habita, o que em si encerram, o que de si produzem, ou de que são capazes”³¹⁴. Para tanto, faz-se necessário recorrer à História Natural, uma vez que “sem um conhecimento sólido nesta parte, tudo se ficará (sic) devendo aos acasos, que raras vezes bastam para fazer a fortuna e riqueza de um povo”³¹⁵. A advertência do secretário da ARCL quanto ao risco de que “tudo se fique (sic) devendo aos acasos”³¹⁶ enseja sua preocupação quanto ao sucesso dos programas a serem propostos pela corporação literária a que integra, uma vez que os “acasos” representam “sucessos imprevistos e inesperados, de que não se sabe a causa”³¹⁷, o que significaria a interferência de elementos não planejados por reformistas ilustrados no empreendimento de seus projetos; fator que não apenas desestabilizaria a garantia do futuro por eles almejado como atrapalharia a consumação da fortuna e da riqueza de seu povo.

Se o sólido conhecimento acerca da História Natural foi concebido pelo abade Correia da Serra como uma importante condição para o sucesso das reformas ilustradas, era porque “a triste experiência do passado assaz nos mostra a necessidade de a estudarmos, porque a substância da Nação e sua riqueza vimos por largo tempo passar aos estranhos em troco (sic) de gêneros que ou de si cresciam em nossas terras, ou pouca indústria se precisava para naturalizá-los”³¹⁸. Para ele, a partir do legado de ensinamentos oferecido pelo pretérito português, a garantia de um bom futuro para o Império lusitano estaria em “dar-nos a conhecer o que temos; ensinar-nos a aproveitá-lo; escolher na imensa variedade das produções da natureza, espalhadas por outras terras [...]; dá-las (sic) a conhecer e

³¹⁴ SERRA, José Correia da. Discurso Preliminar. *Memórias Económicas...* Op.Cit., pp.9-10.

³¹⁵ Ibidem.

³¹⁶ Ibidem.

³¹⁷ MORAES SILVA, Antonio de. Acaso. *Diccionario da lingua portugueza...* Op.Cit.

³¹⁸ SERRA, José Correia da. Discurso Preliminar. *Memórias Económicas...* Op.Cit., pp.9-10.

facilitar a sua introdução”³¹⁹, bens que Correia da Serra considera como necessariamente resultantes dos trabalhos da Academia.

Ainda sobre a importância dos ensinamentos oferecidos pela História, que permitem ao ilustrado depreender uma série de informações e exemplos a serem considerados na então contemporaneidade portuguesa, Correia da Serra afirma que se o estudo da literatura nacional – em referência precisamente à língua e à poesia portuguesas – parece menos próprio que o melhoramento dos métodos e máquinas que nelas se usam, bem como “a diminuição dos gastos e a dos preços que daí resulta, os planos sólidos e calculados de canais de navegação e rega, de enxugar paúes (sic), melhorar portos, os métodos de aperfeiçoar a nossa navegação”³²⁰ para o aumento da agricultura, das artes e da indústria, longe está de verificar-se pelo que respeita à História da Nação. De acordo com o abade,

A História de cada povo parece-se com a vida dos indivíduos, por serem uma e outra séries de ações, motivadas por modos de ver, de discorrer, e de desejar, que lhes tem sido próprios e habituais. Os erros em ambas produzem erros, e os acertos seguem-se aos acertos. Mas um homem pode examinar toda a sua vida, e aproveitar-se do que lhe aconteceu, para conduzir-se melhor e regular suas ações; nas nações, pelo contrário, cada geração conhece tão somente a si mesma, sem que os erros das que passaram lhe sirvam ordinariamente de proveito. Toca aos que aprofundam os antigos sucessos fazer este exame, e dar a conhecer o que já nos serviu de proveito, ou de ruína, e as causas por que (sic) crescemos ou diminuimos em número, em forças, em luzes, em riquezas. O conhecimento do que a Nação é, e do que pode ser, pelo que já tem sido, é dos mais úteis para a sua felicidade, e só pode esperar-se dos esforços unidos de um Corpo tal como a Academia³²¹.

No excerto acima apresentado, Correia da Serra compara a História (a maiúscula é do funcionário) dos povos com a vida dos indivíduos a fim de aproximá-las quanto aos erros e acertos cometidos por ambas em relação aos seus “modos de ver, de discorrer e de desejar”, mas também afastá-las no que se refere à capacidade que cada uma possui em relação ao possível aproveitamento de suas experiências passadas para “conduzir-se melhor e regular suas ações”: de acordo com o ilustrado, “um homem é capaz de examinar toda a sua vida e aproveitar-se do que lhe aconteceu”; enquanto nas nações, pelo contrário, “cada geração conhece tão somente a si mesma, sem que os erros das que passaram lhe sirvam ordinariamente de proveito”. Para o abade, a solução estaria na disposição, por parte das

³¹⁹ Idem, pp.9-10.

³²⁰ Idem, p.10.

³²¹ Idem, pp. 10-11.

novas gerações políticas, em aprofundar seus conhecimentos em relação aos “antigos sucessos” de suas respectivas Nações, para com eles depreender quais ações, eventos, instituições ou personagens garantiram a ela proveito ou ruína e selecionar de modo apurado em que circunstâncias e entidades basear-se. Ao afirmar que “o conhecimento do que a Nação é, e do que pode ser, pelo que já tem sido”, o secretário da ARCL manifesta que a sabedoria de um homem – ou de toda uma geração política – acerca de seu presente, bem como da potencialidade que concerne à sua Nação em relação ao porvir, deve basear-se especialmente no exame das ocorrências pretéritas, que a fizeram ser o que “já tem sido”.

Certo da magnitude do projeto das reformas ilustradas – que encontra na ARCL o núcleo de sua execução no âmbito português – , Correia da Serra afirma adiante que “poucos anos não bastam para desempenhar cabalmente tão grande e tão variado assunto”³²²: para ele, “estudar para comunicar o fruto dos seus estudos e facilitar aos povos o seu uso, com alguns prêmios que os excitam, é tudo o que a Academia pode fazer para a pública prosperidade”, afirmando que “toca aos particulares aproveitar-se das instruções e fazer que elas sejam frutuosas”³²³. A utilização dos termos “fruto” e “frutuosas” como substantivo e adjetivo, respectivamente, enseja também uma ideia de futuro relacionada ao emprego de metáforas de cunho botânico (que por serem tão típicas do discurso da ilustração ibérica em geral, terão um espaço reservado no terceiro capítulo desta dissertação), uma vez que dizem respeito não apenas àquilo que a terra oferece aos homens quando cultivada – “o produto do vegetal, que sai da flor, e se diz das árvores, das searas”, mas também aos “proveitos e utilidades”³²⁴ que podem ser obtidos pelos homens como os chamados *frutos civis* – “o que se retira do comércio, do aluguel de casas, juro do dinheiro, qualquer mecânica, ofício ou indústria de que se vive”; bem como “o melhoramento do entendimento, o que se adquire em razão das letras”³²⁵.

Algumas das propostas de Victorián de Villava (Zaragoza, 1747 – Chuquisaca, 1802) também podem ser utilizadas para demonstrar a mobilização de ideias de passado, presente e futuro por meio do *vocabulário específico* relacionado à *história, experiência e expectativa* no discurso de reformistas ilustrados iberoamericanos. Tendo atuado como

³²² Idem, p.10.

³²³ Idem, pp.10-11.

³²⁴ BLUTEAU, Raphael. Fruto. *Vocabulario portuguez & latino...*, Op.Cit.

³²⁵ MORAES SILVA, Antonio de. Fruto. *Diccionario da lingua portugueza...* Op.Cit.

reitor da Universidad de Huesca e como corregedor de Tarazona, o cargo que garantiu maior notoriedade a Victorián de Villava como membro da burocracia espanhola diz respeito à sua atuação em âmbito americano como fiscal da Audiencia de Charcas, na atual Bolívia, posto que ocupava quando elaborou, em 1793, o *Discurso sobre la mita de Potosí*³²⁶.

Pautando-se em algumas das ideias componentes da obra “Lezioni di commercio o sia d'economia civile” de Antonio Genovesi, que traduziu para o espanhol, tem-se que, de acordo com José Carlos Chiaramonte, o leitor pode encontrar no *Discurso sobre la mita de Potosí*, dentre outras coisas, “uma versão sul-americana de uma das mais típicas disputas do século XVIII europeu”, a saber, “aquela desenvolvida em torno da proeminência da produção de metais preciosos ou da agricultura como fundamento das riquezas dos povos”³²⁷. Para tanto, Villava baseou-se em quatro premissas fundamentais – “que el trabajo de las mina de Potosí no es público”, “que aun siendo público, no da derecho de forzar a los índios”, “que el indio no es tan indolente como se piensa” e “que aun siendo el indio indolente, en sumo grado no debe obligársele a este trabajo con coacción”³²⁸ – para discutir especialmente o lugar do índio na exploração colonial empreendida nas minas de metais de Potosí; tendo em vista, de acordo com a epígrafe de San Ambosio apresentada por Villava para o *Discurso*, que “más debe mirarse por la vida de los mortales que por el aumento de los metales”.

Victorián de Villava inicia o *Discurso sobre la mita de Potosí* remetendo-se a 1545, ano em que “se descubrió el Cerro de Potosí” e a partir do qual têm prevalecido quase sempre “las voces del interés, sofocando las voces de la humanidad”³²⁹. Em relação ao trabalho, primeiro tópico a que se refere no texto por ele elaborado, o funcionário da monarquia espanhola afirma que só é possível denominar “público” o tipo de trabalho “cuyos productos son inmediatamente de la nación o del soberano, como cabeza suprema de ella, para que los invierta en la utilidad de la misma”³³⁰: de acordo com Villava, o

³²⁶ Sobre Victorián de Villava, ver principalmente LEVENE, Ricardo. *Vida y escritos de Victorián de Villava*. Buenos Aires: Peuser, 1946; bem como PORTILLO VALDES, José María. *La vida atlántica de Victorián de Villava*. Madri: Editorial Doce Calles, 2010.

³²⁷ CHIARAMONTE, José Carlos. *Pensamiento de la Ilustración...* Op.Cit., p.207.

³²⁸ VILLAVA, Victorián de. *Discurso sobre la mita de Potosí*. In: CHIARAMONTE, José Carlos (ed.). *Pensamiento de la Ilustración...* Op.Cit., p.210.

³²⁹ VILLAVA, Victorián de. *Discurso sobre la mita de Potosí...* Op.Cit., p.209.

³³⁰ Idem, p.210.

trabalho executado nas salinas, sobre a pólvora e sobre outros ramos privativos da Real Hacienda seguem a este pressuposto, o que não ocorre com as minas – justificando seu posicionamento por meio da menção a "nuestros monarcas que descubrieron y conquistaron la América", que não quiseram "apropiárselas para beneficiarlas de su cuenta" e as deixaram em "su primitivo estado de cosas consideradas *nullius*", para que as adquirisse o primeiro que as descobrisse e as ocupasse³³¹. Segundo o ilustrado espanhol, as minas não são mais "que un tributo de reconocimiento del supremo dominio territorial que les dio [a los soberanos] el derecho de conquista, semejando al diezmo que paga el labrador de los productos de la agricultura, los cuales jamás por éstos se han considerado públicos": com isso, o autor propõe a possibilidade de que um Império sobreviva sem deter metais preciosos – mencionando a sociedade espartana como exemplo de sua alegação ("siendo así que sin plata y oro, hemos visto repúblicas populosas y terribles como la Esparta que fue seiscientos años la admiración y espanto de la Grecia") – mas não sem dedicar-se ao cultivo da agricultura ("pero sin frutos de la tierra, ni hemos visto ni veremos hombres que subsistan"³³²).

Em seguida, Villava assinala que "los defensores de la mita ponderan la necesidad de la saca de metales en el Perú, por ser éstos como frutos del país", revelando portanto que os que defendem a *mita* consideram a extração de metais de Potosí como um processo análogo ao da colheita que se empreende sobre um plantio. Para ele, entretanto, tal relação estabelecida é "muy problemática", uma vez que "los hechos no concuerdan con el anhelo de los políticos amantes de la plata y el oro"³³³. Para justificar-se, convoca o leitor a observar os feitos de Fernando II de Aragão – "o Católico" – e de Felipe II, seu bisneto, apelando à menção a monarcas do pretérito espanhol para direcionar, em partes, sua argumentação em relação à Potosí:

Volvamos los ojos a Fernando el Católico, que sin la ayuda de las minas de la América estuvo siempre con las armas en la mano, así para dar el último golpe a la expulsión de los sarracenos en las conquistas de la Península, como para extender sus dominios en la Europa y Africa, y aun para abrir el camino a la América [...]; veamos por el contrario a su bisnieto, Felipe II, que a pesar de que tal vez fue el monarca que más había disfrutado de la plata de la América, no pudo sostener el gran peso de la vasta monarquía que había heredado, y habiendo

³³¹ VILLAVA, Victorián de. Op.Cit., p.210.

³³² Ibidem.

³³³ Ibidem.

perdido provincias, ejércitos y armadas, no halló al fin con qué poder pagar a sus acreedores³³⁴.

Mas apesar de referir-se nominalmente a dois Soberanos espanhóis – que constituem, de acordo com ele, “ejemplos grandes y remotos” –, Villava em seguida prefere reivindicar ocorrências locais para fundamentar o seu argumento em relação à parca influência dos metais preciosos para as bem-aventuranças de um Império. Com isso, denuncia também a ausência de desenvolvimento tanto em Potosí quanto nos demais “países de minas”. O trecho será apresentado em sua extensão, tendo em vista a relevância do mesmo para o discurso de Victorián de Villava:

Pero ¿qué necesitamos de ejemplos grandes y remotos cuando el mismo Perú, el mismo Potosí que tenemos a la vista, son una prueba evidente del poco influjo de las minas para las felicidades de un reino? Si ellas como se cree fueran el móvil del comercio, las artes y la agricultura, sus efectos inmediatos deberían sentirse en los países que las poseen, y entonces no veríamos este continente sin población, sin tráfico, sin arte, sin industria, sin agricultura, sin puentes, sin caminos, y casi sin pueblos ni ciudades en centenares de leguas: entonces no veríamos al Potosí, centro que se supone de las riquezas del Perú, ser una villa, sin edificios públicos, sin una casa particular de piedra o ladrillo, sin templos no digo suntuosos pero ni aun de mediana arquitectura, y sin difusión de las mismas riquezas que poseen, verificándose a la letra en esta población la tan decantada verdad política de que en los países de minas no se ve sino la opulencia de unos con la miseria de infinitos, y un lujo de muebles de ostentación sin tener los necesarios para la comodidad de una vida culta; no puedo dejar de decir aunque de paso que causa risa a un viajante europeo el llegar en estos países a una posada en que se le da de beber en un jarro de plata, y no encuentra silla en que sentarse³³⁵.

Adiante, no que se refere ao terceiro ponto proposto para a organização do *Discurso sobre la mita de Potosí* – “que el índio no es tan indolente como se piensa” –, Villava trata da importância de fatores tais como o clima, a educação e a constituição do governo (entidade pela qual, segundo o funcionário, os índios nutriam “una desconfianza absoluta”) para a formação do caráter do homem e das nações: sobre esta última, afirma que representa uma espécie de “educación pública, siempre más eficaz que la privada”. Segundo o funcionário, entretanto,

No es así en este continente [América], que ha siglos se descubrió, y el indio siempre es lo mismo. Los que han visitado los países de la Línea, los de los Trópicos, y los de la zona templada, no encuentran indios que le contesten

³³⁴ Ibidem.

³³⁵ Idem, p.211.

afirmativa ni negativamente, sino con las expresiones ambiguas de quién sabe, así será, etc., como quien siempre se recela de la pregunta y no quiere dar armas contra sí en la respuesta. Sus humillaciones exteriores, la ocultación de lo que tienen y lo que saben: su desconfianza en todos es la misma³³⁶.

Ao afirmar que “el indio es siempre lo mismo”, Victorián de Villava atribui a este um estado de intransigência quanto às possíveis apreensões que poderia ter logrado a partir de seu contato com o desenvolvimento das nações e dos Impérios ao longo dos séculos a partir dos quais estivera sob o domínio espanhol. Tendo em vista que os índios já se encontravam relativamente inseridos no contexto global desta emergente Modernidade mas pouco permitiam-se transformar pelo trato com as nações europeias, o funcionário atribui a eles um caráter de estagnação face às transformações que teriam acometido o continente europeu, das quais os índios nada teriam aprendido e em relação às quais não teriam fomentado nenhuma confiança – uma vez que seguiam com suas “expresiones ambíguas de quién sabe, así serán como quien siempre se recela de la pregunta y no quiere dar armas contra sí en la respuesta” –. Assim sendo, de acordo com Victorián de Villava, enquanto a civilização europeia – de que fazia parte, evidentemente, a Espanha – desenvolvia-se rumo à ilustração e ao progresso das nações – vale reiterar que o autor do *Discurso sobre la mita de Potosí* era um espanhol peninsular, elemento que explica a superioridade atribuída aos súditos nascidos no Velho Continente em seu escrito –, os índios americanos teriam se mantido incólumes em seu primitivismo ressabiado por não desejarem acolher-se pelos avanços oferecidos pelo empreendimento colonial.

No parágrafo seguinte, ao mencionar a formação do *Código de Indios* em relação ao *Código de España*, o funcionário da monarquia espanhola discorre acerca de sua posição quanto à inércia dos índios americanos em relação ao desenvolvimento das demais nações do globo. Para Villava, apesar de o *Código de Indios* ter se formado com “mayor ilustración y menos miscelánea de leyes que el *Código de España*”, e mesmo dado o fato de que “en sus disposiciones se derrama el amor de los soberanos hacia estos vasallos”, é bem verdade que:

al mismo tiempo es preciso confesar que la distancia de la metrópoli, la codicia insaciable de los que pasan el mar para el gobierno de estas provincias (especialmente para el mando subalterno que es el que tiene influjo más inmediato en los indios), el despotismo de los jefes con otras mil causas dimanadas de éstas, han formado en el indio un carácter de timidez, desconfianza,

³³⁶ Idem, p.215.

terror y por consiguiente de inacción, de estupidez y de venganza. No hay duda de que por más que algunos escritores se esfuercen en pintar muy industrioso al indio antes de la conquista, lo desmienten los hechos, lo contradice el mismo bárbaro gobierno de sus incas, y no lo testifican monumentos algunos de antigüedad, y si así es muy creíble que el carácter del día no sea muy semejante al de entonces³³⁷.

Segundo Victorián de Villava, os fatores por ele mencionados – “la distancia de la metrópoli, la codicia insaciable de los que pasan el mar para el gobierno de estas provincias, el despotismo de los jefes con otras mil causas dimanadas de éstas” – viabilizam a compreensão da dita estagnação temporal que acometia, segundo o autor, aos índios americanos: mesmo com a relativa superioridade do *Código de Indios* em relação ao *Código de España*, os fatos históricos relacionados ao “bárbaro gobierno de sus incas”, bem como a “monumentos algunos de antigüedad” comprovavam o caráter apontado pelo funcionário sobre os índios. Assim, apesar dos esforços de alguns escritores “en pintar muy industrioso al indio antes de la conquista”, a evocação à história destas civilizações – ao seu passado, portanto – era o que revelava, de acordo com Villava, sua verdadeira natureza.

Para ele, a distorção empreendida em relação aos índios era tributária, também, dos historiadores – aos quais se deveria “mirar con lástima” –, uma vez que “faltos de filosofía y de política han tenido la debilidad de dudar de la racionalidad de estos infelices, negándoles aun la aptitud para recibir el bautismo”, cuja opinião “ha trascendido tanto que aun en el día son infinitos los entendimientos superficiales que miran a los indios como meras máquinas y el que más los favorece como a niños imponiéndoles continuamente el castigo de azotes como a tales”, tratamentos que, segundo ele, “son los que contribuyen a apocar y envilecer el hombre”³³⁸. Segundo o funcionário espanhol, a solução para resolver esses séculos de incompatibilidade em relação à compreensão da colonização espanhola quanto aos índios, que reduzidos a “meras máquinas” foram privados de toda e qualquer possibilidade de desenvolvimento, estaria na implementação de políticas educacionais. Novamente convocando o leitor a averiguar eventos ocorridos em épocas pretéritas, Villava exalta o “modelo de perfección en la política” implementado em diversos locais pelas missões jesuíticas, “que tal vez será el pasmo de los pensadores de los siglos venideros”:

³³⁷ Idem, p.216.

³³⁸ Ibidem.

La educación hace del hombre lo que quiere, y un indio trasplantando a Londres podía ser un constante y elocuente miembro del partido de la oposición como criado en Roma, un defensor sagaz de las preeminencias de la curia. De esta verdad, tenemos ejemplos vivos, sin necesitar de raciocinar sobre casos hipotéticos. Volvamos los ojos a los países de las misiones establecidas por los jesuitas, y nos presentarán unas comunidades sencillas, trabajadoras, industriosas, libres del trato y por consiguiente de la corrupción europea, y en fin un modelo de perfección en la política que tal vez será el pasmo de los pensadores de los siglos venideros, los cuales puede ser que se inclinen a no creer estos establecimientos, porque ya no quedarán vestigios de ellos, pues a pesar de las más eficaces y bien meditadas providencias de esta superioridad es casi un imposible que haya una seguida de gobernadores y curas que piensen como los jesuitas, ni sigan el sistema político adaptado por el gobierno³³⁹.

Como foi possível averiguar por meio do *Discurso sobre la mita de Potosí*, redigido por Victorián de Villava, a educação do homem moderno também esteve dentre os temas privilegiados pelos funcionários reformistas ilustrados nos escritos por eles elaborados³⁴⁰ por ser um aspecto fundamental para o sucesso dos projetos imperiais, tendo em vista sua importância para a formação intelectual daqueles que viriam a contribuir com o “bem comum” da pátria e que nela investiriam todo o seu labor e utilidade.

Dentre um vasto acervo de escritos sobre o tema, é válido destacar a relevância da obra “Emílio” ou “Da Educação”, assinada por Jean Jacques Rousseau e publicada no ano de 1762; não para tratar de sua importância entre os frequentadores de círculos ilustrados ibero-americanos – tendo em vista, sobretudo, que Rousseau não era um autor estimado pelos órgãos de censura das monarquias portuguesa e espanhola³⁴¹ –, mas porque sua publicação estabelece um dos marcos fundacionais no processo de transformação da educação – tanto como política de Estado quanto como valor pedagógico – na Modernidade, uma vez que o ensino e as práticas pedagógicas foram atravessadas por programas de laicização e regulamentação de seus princípios fundamentais ao longo do referido período, não apenas na dimensão ibérica como em diversas outras circunstâncias da geografia setecentista.

A obra, que narra em cinco partes o percurso do amadurecimento etário e intelectual da personagem homônima ao título, prega a ideia de que os indivíduos são capazes de

³³⁹ Ibidem.

³⁴⁰ Para a dimensão luso-americana, ver principalmente SILVA, Ana Rosa Cloclet da. O marques de Pombal e a formação do homem público no Portugal setecentista. In: FALCON, Francisco José Calazans & RODRIGUES, Cláudia (orgs.). *A Época Pombalina no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, pp. 413-452.

³⁴¹ Novamente, ver ENTIN, Gabriel (ed.). *Rousseau en Iberoamérica...* Op.Cit..

conservar sua bondade natural mesmo diante de uma sociedade imbuída de corrupção – desde que frequentem um sistema educativo que permita a conservação de suas índoles ao mesmo tempo em que desenvolva suas aptidões mais genuínas –. Daí, que as ciências específicas às quais se dedicavam os ilustrados – a economia, a política, a administração e as belas artes, apenas para citar muito generalizadamente algumas das principais áreas em que se concentravam seus estudos – eram quase sempre tematizadas nos escritos por eles produzidos a partir dos projetos de melhoramentos educacionais que pretendiam empreender, na medida em que o aprimoramento tanto das referidas ciências quanto dos métodos e normas disponibilizadas para seu estudo viria a colaborar com o projeto magno da ilustração reformista a partir da geração de homens úteis e comprometidos com a felicidade de suas pátrias.

Para demonstrar uma das tantas aparições do tema da educação em escritos de reformistas ilustrados – no que diz respeito especialmente a reflexões acerca da agricultura, tema já mencionado anteriormente como bastante caro a esses homens –, serão analisados alguns trechos dos *Medios generales para fomentar la agricultura, animar la industria y proteger el comercio*, texto de 1796 elaborado por Manuel Belgrano (Buenos Aires, 1770 – 1820).

Criollo de origem italiana, Manuel Belgrano era filho de um abastado comerciante genovês radicado em Buenos Aires e herdeiro, por seu lado materno, do conquistador, explorador e colonizador espanhol Domingo Martínez de Irala (1509-1556) Além de seu desempenho como Secretário do Real Consulado de Buenos Aires entre 1794 e 1810, Belgrano também foi colaborador do *Semanario de agricultura, industria y comercio*, fundador de uma Sociedad Patriótica, Literaria y Económica, bem como do periódico *Correo de Comercio*. Tendo participado da chamada “corrente carlotista” após as ocorrências de 1807, tornou-se conhecido principalmente por seu posterior desempenho como prócer da independência do Rio da Prata³⁴²; mas sua atuação ainda nos últimos anos

³⁴² Ver, principalmente, HALPERÍN-DONGHI. *Revolución y guerra: formación de una elite dirigente en la Argentina criolla*. 3ª ed. Buenos Aires: Siglo XXI, 1994; bem como TERNAVASIO, Marcela. *Gobernar la revolución: poderes en disputa en el Río de la Plata, 1810 – 1816*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.

do século XVIII, quando Buenos Aires ainda era parte do conjunto imperial espanhol, é de grande importância para esta investigação³⁴³.

Inicialmente, Belgrano sugere nos *Medios generales* que a agricultura deve ser considerada como “el destino del hombre”. Ao fazê-lo, principia da mobilização de um tema referido ao futuro, uma vez que o vocábulo “destino” diz respeito a “la providencia superior, que ordena y determina las cosas a sus fines”³⁴⁴, sendo o mesmo que “hado o suerte”³⁴⁵ no *Diccionario de Autoridades*. Vale considerar, também, a extensa descrição apresentada no *Diccionario de Castellano con las voces de ciencias y artes*, de Terreros y Pando, em que o verbete “destino” aponta para as seguintes descrições:

DESTINO (sic), o hado, o fato, orden, serie, disposición, concatenación de las causas segundas, ordenada por la Divina Providencia, que trae consigo la necesidad de algún acontecimiento [...]. Algunos Filósofos gentiles entendieron por *destino* una virtud secreta, e invisible, que conducía con una sabiduría impenetrable lo que a los hombres les parecía casual, y extraordinario. Esta sabiduría es solo Dios. Los Estoicos llamaron *destino* a cierta concatenación, que tenían entre sí todas las cosas, que se seguían necesariamente, como ordenadas desde la eternidad, sin que nada pudiese interrumpir la unión que tenían entre sí, y sometían a los Dioses mismos a la necesidad de este destino [...]. Se toma vulgarmente por fortuna, o por suerte [...]. Se toma así mismo por lo que sucede comúnmente [...]. Se llama también la disposición de una cosa como relativa a otra³⁴⁶.

A partir da consideração da agricultura como o destino do homem, Belgrano reivindica o lugar desta ciência ou prática como uma das principais forças motrizes do empreendimento reformista ilustrado e como uma das mais asseguradas garantias de seu sucesso. Para tanto, empreende uma evocação à importância das práticas agrícolas para o êxito de diversas sociedades ao longo da história:

en el principio de todos los pueblos del mundo cada individuo cultivaba una porción de tierra, y aquéllos han sido poderosos, sanos, ricos, sabios y felices, mientras se conservaron la noble simplicidad de costumbres que procede de una vida siempre ocupada [...]. La república romana jamás fue más feliz y más respetada como en el tiempo de Cincinato; lo mismo ha sucedido a todos los

³⁴³ Sobre Manuel Belgrano, ver GIMÉNEZ, Ovídio. *Vida, Época y Obra de Manuel Belgrano*. Buenos Aires: El Ateneo Editorial, 1993; bem como LLUCH, Ernest. *Acaecimientos de Manuel Belgrano, fisiócrata, y su traducción de las "Máximas generales del gobierno económico de un reyno agricultor" de François Quesnay*. Madri: Ediciones Cultura Hispánica, 1984.

³⁴⁴ RAE (1726 – 1739). Destino. *Diccionario de Autoridades...*, Op.Cit.

³⁴⁵ RAE (1791). Destino. *Diccionario de la lengua castellana...*, Op.Cit.

³⁴⁶ TERREROS Y PANDO, Esteban de. Destino. *Diccionario de Castellano con las voces de ciencias y artes...* Op.Cit.

demás pueblos, y así que en todos ha tenido la mayor estimación, como es sin contradicción el primer arte, el más útil, más extensivo y más esencial de todas las artes. Tenemos a los egipcios que honraban a Osiris como inventor de la agricultura; los griegos a Ceres y Triptolomeo, su hijo; los habitantes del Lacio a Saturno o Jano [...]. La agricultura fue casi el único empleo de los patriarcas más respetables de los hombres por la simplicidad de sus costumbres, la bondad de su alma y la elevación de sus pensamientos³⁴⁷.

Nesse excerto, Manuel Belgrano trata da importância da agricultura na história de civilizações pretéritas, referindo-se à república romana do tempo de Cincinato, à glorificação de Osiris pelos egípcios como “inventor da agricultura”, bem como à dos gregos em relação a Ceres e Triptolomeu e à dos lácios a Saturno e Janus. Com isso, busca apontar para o potencial da agricultura como uma das práticas mais promissoras para o empreendimento das reformas ilustradas, pois que se já houvera sido de grande eficácia para o sucesso das mencionadas sociedades da antiguidade, também poderia sê-lo para a contemporaneidade do Império espanhol. Entretanto, para que a agricultura pudesse desenvolver-se em sua máxima potencialidade, seria necessário não apenas aprimorar suas práticas, mas também a sabedoria e o conhecimento dos contemporâneos a seu respeito:

Se ha escrito sobre los medios de fomentar la agricultura y hacer que prospere, por antiguos y modernos; y en ningún siglo más que en el nuestro, se han puesto en Europa tantas academias y sociedades, cuyo celo y trabajo merecen la estimación de los verdaderos amigos del bien común, y se han adoptado los premios para recompensar el trabajo de los sabios que se han destinado al estudio más útil de la humanidad³⁴⁸.

Ao celebrar a existência de “tantas academias y sociedades” naquele século – “y en ningún siglo más que en el nuestro” –, bem como ao conceber a agricultura como “el estudio más útil de la humanidad”, Belgrano louva os sábios e ilustrados – referidos como “verdaderos amigos del bien común” – que teriam se disposto a tratar do tema em seus escritos, celebrando sobretudo o fato de que tenham mantido as práticas de escrever “sobre los medios de fomentar la agricultura y hacer que prospere”, cara tanto a “antiguos” quanto a “modernos”. Para Belgrano, entretanto, o conhecimento acerca da agricultura não deveria restringir-se apenas ao âmbito de produção intelectual ilustrado, mas estender-se também aos trabalhadores agrícolas, uma vez que estes seriam de fato os verdadeiros responsáveis

³⁴⁷ BELGRANO, Manuel. Medios generales para fomentar la agricultura... Op.Cit., p.305.

³⁴⁸ Idem, p.306.

pela execução empírica de propostas que, para os ilustrados atuantes nas academias e sociedade europeias, estaria restrito ao âmbito da contemplação. Segundo o funcionário,

Una de las causas a que atribuyo el poco producto de las tierras y, por consiguiente, el ningún adelantamiento del labrador, es porque no se mira la agricultura como un arte que tenga necesidad de estudio, de reflexiones, o de regla. Cada uno obra según su gusto y práctica, sin que ninguno piense en examinar seriamente lo que conviene, ni hacer experiencia y unir los preceptos a ellas [...] Tenemos muchos libros que contienen descubrimientos y experiencias que los antiguos y modernos han hecho en la agricultura, pero estos libros no han llegado jamás al conocimiento del labrador y otras gentes del campo³⁴⁹.

Ao questionar sobre como sanar a ausência de conhecimento dos lavradores acerca de seu próprio labor – “¿Y de qué modo manifestar estos misterios y corregir la ignorancia?”³⁵⁰ – Manuel Belgrano propõe a criação de uma *escuela de agricultura*,

dónde a los jóvenes labradores se les hiciese conocer a los principios generales de la vegetación y desenvoltura de las siembras, donde se les enseñase a distinguir cada especie de tierra por sus producciones naturales, y el cultivo conveniente a cada una, los diferentes arados que hay y las razones de preferencia de algunos según la naturaleza del terreno; los abonos y el tiempo y razón para aplicarlos; el modo de formar sangrías en los terrenos pantanosos [...]; el verdadero tiempo de sembrar [...]; el modo de hacer y recoger una cosecha [...]; y por último donde pudieran recibir lecciones prácticas de este arte tan excelente³⁵¹.

Assegurando-se “amante de que todas las ciencias se sepan por principios”, Manuel Belgrano também sugere, além da criação de uma *escuela de agricultura*, a elaboração de uma *escuela de comercio* “donde los jóvenes vayan a instruirse en la aritmética, en el modo de llevar las cuentas y razón, y tener los libros [...] a fin de que con estos principios puedan hacer sus especulaciones con el mayor acierto posible y que si se dedican al comercio les proporcionen ventajas y adelantamiento que los empenen al trabajo³⁵², uma *escuela de dibujo*, “que sin duda es el alma de las artes”, sendo tão necessária “que todo menestral lo necesita para perfeccionarse en su oficio”³⁵³; *escuelas gratuitas para las niñas*, “donde se les enseñará la doctrina cristiana, a leer, escribir, coser, bordar, etc., y principalmente inspirarles el amor al trabajo para separarlas de la ociosidad³⁵⁴”; sem esquecer-se “de lo útil

³⁴⁹ Idem, pp. 306-307.

³⁵⁰ Idem, p.307.

³⁵¹ Idem, p.307.

³⁵² Idem, p.316.

³⁵³ Idem, p.313.

³⁵⁴ Idem, p.315.

que sería el establecimiento de *escuelas de hilaza de lana*, para igualmente desterrar la ociosidad y remediar la indigencia de la juventud de ambos sexos”.

A criação de *escuelas* porta, como é possível observar, uma notável carga de “futuridade”. Isso, porque a proposta de criação de uma escola significaria o estabelecimento de um espaço comprometido com a formação das gerações futuras, para que essas pudessem ser úteis à pátria e colaborar com o desenvolvimento imperial. Assim sendo, quando Manuel Belgrano propõe o estabelecimento de *escuelas* de “agricultura”, de “comercio”, de “dibujo”, “gratuitas para las niñas” ou de “hilaza de lana”³⁵⁵, atua de acordo com as propostas pedagógicas a partir das quais as Coroas, tanto a espanhola quanto a portuguesa, laboraram durante o período das reformas ilustradas.

As *Memórias Políticas sobre as verdadeiras bases da grandeza das Nações, e principalmente de Portugal*, elaboradas por Joaquim José Rodrigues de Brito (Évora, 1753 – Coimbra, 1831) entre 1803 e 1805, também constituem um campo bastante fértil para o exame do passado, do presente e do futuro representados pelo *vocabulário específico da história*, da *experiência* e da *expectativa* tal como fora mobilizado pelos homens atuantes nas reformas ilustradas promovidas por Portugal e Espanha.

Rodrigues de Brito formou-se em e ditou Leis na Universidade de Coimbra, e foi um importante nome no desenvolvimento do nomeado “jusnaturalismo filosófico” em Portugal. Apesar das poucas informações obtidas acerca de sua trajetória biográfica, é possível referenciar o fato de que um de seus filhos, Joaquim Maria, tenha realizado importantes contribuições para com o chamado *krausismo* em Portugal; bem como citar a célebre contenda travada com José da Silva Lisboa, cujas teses foram debatidas por Brito

³⁵⁵ As referências lexicográficas ao vocábulo “escuela” ou “escola”, em língua portuguesa, tanto dizem respeito a espaços reservados ao aprendizado – “vale o mesmo que casa, onde os meninos aprendem a ler, escrever e contar” (Bluteau), “casa onde se ensina a ler, escrever, dançar, esgrimir” (Moraes Silva), “la casa o pórtico donde enseñan a leer y escribir a los niños” (Diccionario de Autoridades e Diccionario de la Lengua Castellana); “universidad, colégio, lugar público en que se enseñan las ciencias y lenguas” (Terreros y Pando) – bem como à ideia de “doutrina”, definição que aparece sobretudo nos dicionários de língua espanhola: “se llama así mismo la doctrina, principios y fundamentos de algún Autor: y así se dice, Escuela de Platón, de Aristóteles, de Santo Tomás, etc.” (Diccionario de Autoridades); “La diversidad de Escuelas es grande: así se dice en las Ciencias Escuela de Santo Tomás [...], de la Compañía, de Platón, de Aristóteles, de Descartes, de Newton [...], y en las Artes Liberales Escuela de Pintura, Arquitectura, Escultura, Dibujo, Esgrima, de Música [...]” (Esteban de Terreros y Pando); bem como “método, estilo o gusto peculiar de cada autor o maestro para enseñar a sus discípulos” (Diccionario de la Lengua Castellana”. Ver: BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino...*, Op.Cit.; MORAES SILVA, Antonio de. *Escola. Dicionario da lingua portugueza...* Op.Cit.; RAE (1726 – 1739). *Escuela. Dicionario de Autoridades...* Op.Cit.; RAE (1791). *Escuela. Dicionario de la lengua castellana...*, Op.Cit.; TERREROS Y PANDO, Esteban de. *Escuela. Dicionario de Castellano con las voces de ciencias y artes...* Op.Cit.

na obra “Apologia em favor destas Memórias em resposta ao autor dos Princípios de Economia Política”³⁵⁶.

Baseando-se em referências e reflexões acerca do passado como entidade pedagógica e sendo tributário da retórica jurídica de que era herdeiro por formação acadêmica, Rodrigues de Brito fundamentou a linguagem mobilizada nas *Memórias Políticas* sobretudo na já referida reivindicação nominal a eventos, personagens e civilizações pretéritas, o que fazia com que as discussões por ele empreendidas a respeito do vulnerável estágio em que se encontrava a monarquia portuguesa apresentassem uma expressiva apelação ao passado como potencial legitimador das propostas oferecidas pelo programa da ilustração reformista, através da valorização e relativa carga de mimetização quanto aos exemplos – os tais *exempla* ciceronianos inicialmente mencionados – oferecidos pelos tempos pretéritos aos letrados da ilustração setecentista.

De tal modo, calcava grande parte de suas observações – que apesar de não serem tão sistemáticas e diretas quanto àquelas empreendidas pelos demais homens até então mencionados, que direcionavam seus textos à empregabilidade prática dos programas que apresentavam – na ideia de que a observação dos grandes sucessos logrados pelos homens e civilizações de outrora poderiam fomentar o desenvolvimento e o êxito do projeto reformista português. Mas não apenas: Rodrigues de Brito, além de propor que seus coevos atuassem de modo a assemelhar-se às bem-aventuranças pretéritas, alertava-os também para eventuais fracassos e malogros sofridos por sociedades de outrora, a fim de que o passado servisse ao Império lusitano para ser, por ele, tanto absorvido quanto refratado.

No Prefácio das *Memórias Políticas sobre as verdadeiras bases da grandeza das Nações, e principalmente de Portugal*, texto que introduz o conteúdo dos três tomos que constituem a referida obra, Rodrigues de Brito expõe que:

Ainda que as ciências matemáticas na história geral das revoluções políticas se tenham visto muitas vezes retardadas na sua carreira; e que a cega ignorância e superstição dos séculos bárbaros as tenham exterminado de certos distritos, elas souberam sempre triunfar de todos os ataques; e posto que eclipsadas, não retrogradaram jamais. Os conhecimentos uma vez adquiridos conservaram-se sim ocultos nos tempos de trevas e de calamidades; mas deram depois tão agigantados

³⁵⁶ Sobre Joaquim José Rodrigues de Brito, ver principalmente PEREIRA, José Esteves. Mentalidade e economia: O pensamento de Joaquim José Rodrigues de Brito”. In: *Contribuições para a história do pensamento econômico em Portugal*. Lisboa: Dom Quixote, 1988.

passos, que em alguns de seus ramos teóricos têm chegado a um grau de perfeição, que será mui difícil adiantar³⁵⁷.

A menção feita às “ciências matemáticas” porta, além de uma referência ao desenvolvimento das chamadas ciências puras ou empíricas – tão caro ao século das *Luzes* –, uma relevante presença do conceito de *maior valor* político, que permeia a obra de Rodrigues de Brito como sinônimo de utilidade, mobilizado recorrentemente pelo autor com o intuito de “fundamentar a moral e o Direito e determinar o *justo uso*, o *justo trabalho* e a *justa concorrência*”³⁵⁸. Daí, Rodrigues de Brito se refere às “ciências matemáticas” em seu aspecto histórico, situando-as em relação ao que chama de “história geral das revoluções políticas”: como já se mencionou em relação à *Memória sobre o Preço do Açúcar* do ilustrado português José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, o termo “revolução” não era todavia detentor, em tal contexto, das radicais transformações que seu sentido veio a representar posteriormente.

O vocábulo “retardadas”, utilizado em seguida por Rodrigues de Brito para referir-se à forma com que as ciências matemáticas teriam sido vistas ao longo da referida “história geral das revoluções”, é portador de uma pertinente referência ao *vocabulário específico* da *história*, da *experiência* e da *expectativa* no que se refere aos usos do passado no vocabulário de reformistas ilustrados especialmente por sua proximidade com a retórica do *atraso*, enunciada no primeiro capítulo desta dissertação. O fato de as ciências matemáticas terem sido “muitas vezes retardadas em sua carreira” remete-se a hipotéticos empecilhos que teriam se estabelecido em relação ao esperado desenvolvimento natural das mesmas: com isso, insere-se também na abordagem do “retardamento” das ciências matemáticas uma forte carga de *expectativa*, tendo em vista que a posição do ilustrado português quanto às referidas ciências, na sentença inicial do discurso por ele elaborado é de aparente consciência sobre o quanto os saberes matemáticos poderiam ter sido desenvolvidos, mas não o foram.

De acordo com Rodrigues de Brito, mesmo com o retardamento das ciências matemáticas ao longo da história geral das revoluções, e mesmo “que a cega ignorância e

³⁵⁷ BRITO, Joaquim José Rodrigues de. Prefácio. *Memórias Políticas sobre as Verdadeiras Bases da Grandeza das Nações, e principalmente de Portugal*. Lisboa: Imprensa Régia, 1803; Lisboa: Banco de Portugal, 1992 (edição de José Esteves Pereira).

³⁵⁸ PEREIRA, José Esteves. *Percursos de História das Ideias*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2004, p.160.

superstição dos séculos bárbaros as tenham exterminado de certos distritos”, elas souberam “triunfar de todos os ataques; e posto que eclipsadas, não retrogradaram jamais”. A referência aos “séculos bárbaros” coaduna de modo direto com as concepções de passado, presente e futuro mobilizadas por reformistas ilustrados, uma vez que dizem respeito às instâncias pretéritas que devem ser refutadas pelo programa das reformas ilustradas – tendo em vista que sua “cega ignorância” teria provocado o retardamento das ciências naturais.

Entretanto, mesmo sob a ignorância supersticiosa daquelas que exterminaram as ciências matemáticas de certos distritos, as mesmas jamais teriam “retrogradado”, ainda que tenham sido “eclipsadas”: deste excerto, é interessante considerar que, no contexto da ilustração setecentista, ambos os termos apresentados entre aspas diziam respeito às ciências astronômicas e ao movimento dos corpos celestes, o que os aproxima semanticamente da operabilidade do termo “revolução” nos discursos da ilustração ibérica. De acordo com o *Dicionário* de Moraes Silva, o verbete “retrógrado”, condizente com o adjetivo referente ao verbo “retrogradar”³⁵⁹, diz respeito àquilo “que anda para trás, ou desanda o que havia andado”, e em relação à conotação astronômica trata do “movimento no qual parece que os planetas vão contra a ordem dos signos celestes”³⁶⁰. Já “eclipsar”, como verbo, em Moraes Silva refere-se tanto ao eclipse como um fenômeno astronômico – “eclipsar-se o astro, perder o seu luzimento metendo-se algum corpo opaco de permeio, ou passando pela sombra, que o corpo opaco lança sobre esse que se eclipsa” – como a uma privação “da luz, do lustre, do esplendor”³⁶¹.

Para Rodrigues de Brito, então, ações empreendidas nos séculos bárbaros pretendiam fazer com que as ciências matemáticas andassem para trás, privando-as do esplendor do desenvolvimento, mas não lograram fazê-lo porque as mesmas foram capazes de “triunfar de todos os ataques”. O termo “triunfar”, por sua vez, também é um vocábulo que, nesse contexto, evoca à pedagogia do passado: a primeira definição que consta no verbete “triunfo” presente no *Dicionário* de Moraes Silva refere-se a este como uma “honra que se concedia aos Generais Romanos, que alcançavam alguma vitória com total desbarato

³⁵⁹ Um verbete relacionado ao verbo “retrogradar” não foi encontrado em nenhuma das compilações lexicais de língua portuguesa utilizadas nesta investigação, o que enseja a possibilidade de que tal termo se refira a um neologismo empregado por Rodrigues de Brito a partir do substantivo “retrogradação” e do adjetivo “retrógrado”, ou a uma palavra que àquela altura não havia sido ainda inserida em nenhum Dicionário ou Vocabulário.

³⁶⁰ MORAES SILVA, Antonio de. Retrógrado. *Diccionario da lingua portugueza...* Op.Cit.

³⁶¹ MORAES SILVA, Antonio de. Eclipsar. *Diccionario da lingua portugueza...* Op.Cit.

do inimigo, que subjugavam uma nação e iam com certos vestidos num carro magnífico, entravam por baixo de arcos e rompia-se-lhe (sic) o muro para entrar”³⁶².

Ao considerar, em seguida, que “os conhecimentos uma vez adquiridos conservaram-se sim ocultos nos tempos de trevas e de calamidades”, Rodrigues de Brito reporta-se à ordinária concepção de que as épocas anteriores ao desenvolvimento dos saberes técnicos e científicos ocidentais, bem como prévias à consolidação dos estados modernos europeus – a saber, entre o fenecimento do Império romano e o início do período Renascentista – devem ser consideradas inferiores no percurso desempenhado pelo tempo escatológico da humanidade. Mas afirma, em seguida, que apesar de terem estado ocultos durante períodos de “trevas e de calamidades”, os mesmos conhecimentos “deram depois agigantados passos, que em alguns de seus ramos teóricos têm chegado a um grau de perfeição que será mui difícil adiantar”: reportando-se a dois temas caros à ilustração – um deles, especificamente à ilustração de viés reformista –, Rodrigues de Brito trata da perfeição alcançada pelas ciências matemáticas, obtida por meio de “agigantados passos” que as teriam afastado dos séculos bárbaros que tanto as retrogradaram e eclipsaram – para utilizar duas expressões do próprio autor –, e que teria se dado de modo tão eficaz, que a intenção de melhorá-la ainda mais representaria uma árdua tarefa, tendo em vista o grau de perfectibilidade que a mesma teria obtido com seus “agigantados passos” em relação à superação das chagas pretéritas.

Na mesma toada, tem-se que a memória II de sua obra intitula-se “Sobre as outras três bases ou Sistemas Fundamentais, Comércio Indústria e Propriedade; ou sobre a necessidade de sua existência simultânea e sua respectiva preferência”. A necessidade de que seja estabelecida uma articulação simultânea entre as instâncias do comércio, da indústria e da propriedade – as “outras três bases” para além da primeira, a agricultura, abarcada pelo ilustrado na Memória I da obra –, as quais considera “bases ou sistemas fundamentais” em que se deve estabelecer uma nação grandiosa, reivindica inicialmente a semântica do *tempo*: tendo em vista que algo “simultâneo” é “o que se diz ou se faz ao mesmo tempo em que se faz outra coisa, do mesmo tempo”³⁶³, Rodrigues de Brito externa a

³⁶² MORAES SILVA, Antonio de. Triunfo. *Diccionario da lingua portugueza...* Op.Cit.

³⁶³ MORAES SILVA, Antonio de. Simultâneo. *Diccionario da lingua portugueza...* Op.Cit. Vale a observação de que o substantivo “simultaneidade” ainda não constava nas compilações lexicais de língua portuguesa, enquanto já havia sido incorporado aos dicionários de língua espanhola do mesmo período. O *Diccionario de*

imprescindibilidade de coexistência das quatro dimensões por ele apontadas para o sucesso das nações. Segundo ele, pautando-se na legitimação argumentativa oferecida pelo apelo à “História Geral”, tem-se que:

entre todas as Nações polidas, e meio bárbaras, que faz menção a História Geral, não houve nenhuma só que não tivesse mais ou menos Comércio, Indústria e Propriedade; assim como mais ou menos Agricultura, devendo-se legitimamente deduzir a absoluta necessidade destas quatro bases ou sistemas em toda a Sociedade Civil, de qualquer natureza que ela seja³⁶⁴.

Ao discorrer acerca do Comércio, da Indústria e da Propriedade ao longo de sua *Memória*, – mencionando, em alguns momentos, a Agricultura – novamente Rodrigues de Brito refere-se a signos do passado: nos parágrafos iniciais que dedica ao comércio, Rodrigues de Brito trata do antigo Egito, da “Rússia antes de Pedro Grande” e da China como exemplos de civilizações que proibiam “todo o comércio e toda a comunicação estrangeira”, e que por conta disso precisaram consolidar suas redes de intercâmbio através do comércio interno, “por não haver província ou distrito” que produzisse o que necessitavam de modo satisfatório. Adiante, trata também de Licurgo e de Alexandre, o Grande, e especula a respeito de uma “Nação de novos Lacedemônios” – que se “se levantasse hoje na Europa, além do eminente perigo que corria o Governo que a estabelecesse, privaria os homens dos mais belos e preciosos gozos; por não haver um prazer mais sólido, e permanente, do que a faculdade de dispor livremente do que possuímos” –, afirmando que “a guerra do Senhor D. João I e D. João IV nos oferece fenômenos de patriotismo iguais aos da antiga Esparta”, dentre outros exemplos possíveis. Ao mobilizar nominalmente tais referências ao passado, Rodrigues de Brito as utiliza para incorporar um discurso que vislumbra obter, por meio de referências instâncias pretéritas, exemplos de experiências bem sucedidas que possam vir a alimentar o Império português

la Lengua Castellana, que é contemporâneo ao de Moraes Silva, apresenta o verbete “Simultad, o Simultaneidad”, em que consta a definição “La unión, junta o concurso de una cosa con otra”, apartado da definição adjetiva “Simultáneo, nea”, que diz respeito a “lo que se hace, o concurre juntamente com outra cosa; como posesión simultánea, concurso simultáneo”. RAE (1791). Simultad, o Simultaneidad. *Diccionario de la lengua castellana...*, Op.Cit. e RAE (1791). Simultáneo, nea. *Diccionario de la lengua castellana...*, Op.Cit.

³⁶⁴ BRITO, Joaquim José Rodrigues de. Sobre as outras três bases ou sistemas fundamentais, comércio, indústria e propriedade; ou sobre a necessidade de sua existência simultânea e sua respectiva referência. In: *Memórias Políticas sobre as Verdadeiras Bases da Grandeza das Nações, e principalmente de Portugal*. Lisboa: Imprensa Régia, 1803; Lisboa: Banco de Portugal, 1992 (edição de José Esteves Pereira).

no tocante às positivas transformações por ele almejadas através do empreendimento do programa reformista.

Outro colaborador que também mobilizou o *vocabulário específico* da *história*, da *experiência* e da *expectativa* a favor do Império português foi José Veríssimo Álvares da Silva, de quem foram encontradas poucas informações biográficas. Apesar do desconhecimento acerca de dados tais como as datas e locais em que nasceu e faleceu, sabe-se que foi ativo correspondente da ARCL, tendo contribuído com a referida instituição através da publicação de uma série de importantes estudos e textos – dentre os quais encontra-se a *Memória Histórica sobre a Agricultura Portuguesa considerada desde o tempo dos Romanos até o presente*, que será analisada nos parágrafos seguintes.

No início da *Memória*, o funcionário propõe que o primeiro capítulo da obra seja organizado a partir de uma periodização definida quanto às políticas empreendidas por monarcas portugueses no tocante à sua relação com a agricultura ao longo dos séculos. Apresentando uma contextualização do período prévio sobre o qual se debruçará -- “consideraremos a agricultura no tempo dos romanos; diremos qual ela fosse quando os godos os expulsaram; e o modo com que se conservou no tempo dos mouros; o que fará três épocas diferentes da agricultura portuguesa, antes que a monarquia fosse constituída” –, o funcionário se propõe a tratar da agricultura portuguesa “desde o princípio desta até ao reinado de D. Dinis contaremos a quarta época; a quinta desde o governo deste rei até ao de D. Manuel; a sexta desde o reinado de D. Manuel até ao do Sr. D. José I; a sétima desde este reinado até o presente”³⁶⁵. Intencionando apresentar aos leitores da *Memória Histórica* alguns dos temas sobre os quais tratará, José Veríssimo Álvares da Silva apresenta um parágrafo preñado de vocábulos contundentemente expressivos da mobilização da semântica do *tempo*:

Os progressos ou decadência, que esta arte a mais útil aos homens tem feito em Portugal; as causas que a fizeram engrandecer, e arruinar; os princípios que a fizeram florescer, ou destruir, as leis que a favoreceram, ou lhe reprimiram o aumento são a utilíssima matéria, que nos propomos tratar. As repúblicas, os impérios, o gênero humano não têm fisicamente falando coisa mais necessária. Os erros, em que os homens caem, muitas vezes lhes são proveitosos: o mal uma vez conhecido, pode ser evitado. A história é mestra da vida, e luz da verdade. E se a que trata das sedições, guerras e intrigas dos impérios leva a nossa atenção,

³⁶⁵ SILVA, José Veríssimo Álvares da. *Memória Histórica sobre a Agricultura Portuguesa considerada desde o tempo dos Romanos até o presente*. *Memórias Económicas...* Op.Cit., p.151.

qual devemos dar àquela que forma a base necessária de toda a sociedade polida?³⁶⁶.

Nesse excerto, é possível observar o estabelecimento de alguns pares antitéticos que designam alguns dos percursos recorridos pela agricultura ao longo do processo histórico que narrará o funcionário português: de um lado, será apresentada uma agricultura preñe de “progresso”, “engrandecimento” e “florescimento”; do outro, atravessada por instâncias de “decadência”, “ruína” e “destruição”. Apesar de alguns desses vocábulos virem a ser tratados com mais cautela nos próximos trechos desta dissertação a partir de suas operacionalidades semânticas particulares em cada um dos *vocabulários específicos* a que geralmente estão vinculados, o excerto da *Memória* de José Veríssimo Álvares da Silva permite observar que essas vozes, preñes de temporalidade, foram mobilizadas para caracterizar processos e períodos históricos nos quais a agricultura teria atingido seu êxito ou seu fracasso. Principalmente, porque ao apontá-la como a “coisa mais necessária”, “fisicamente falando”, para as Repúblicas e para os Impérios, bem como para o gênero humano em sua totalidade, o funcionário português atenta para uma espécie de *transtemporalidade* da agricultura ao ressaltar que independentemente do regime político em que funcione uma sociedade, é na agricultura que se encontra o elemento de maior importância para sua estruturação e manutenção.

Em seguida, afirma que “os erros, em que os homens caem, muitas vezes lhes são proveitosos: o mal, uma vez conhecido, pode ser evitado”, numa forte convergência discursiva com o texto do Abade Corrêa da Serra anteriormente analisado – “mas um homem pode examinar toda a sua vida, e aproveitar-se do que lhe aconteceu, para conduzir-se melhor e regular suas ações”. Mobilizando um *topos* comum nos discursos reformistas ilustrados ibero-americanos da época, o de que “a história é mestra da vida e luz da verdade”, José Veríssimo Álvares da Silva revela a importância do empreendimento de um recorrido histórico para o endosso das proposições a serem apresentadas em relação ao presente, a partir da menção ao êxito das mesmas quando realizadas em contextos pretéritos. Principalmente porque, para ele, a relação entre um bom desenvolvimento da agricultura e o êxito das sociedades é tamanho, que se faz possível inclusive conceber o estabelecimento de uma reciprocidade essencialmente orgânica entre uma e outra, como mencionará adiante:

³⁶⁶ Idem, p.150.

“a exaltação ou abatimento da agricultura segue a vicissitude dos impérios: está ela tão estreitamente unida ao bem público, que os passos deste são os mesmos que os daquela”. O termo “vicissitude”, que aparece no excerto acima referido, é mobilizado novamente por José Veríssimo Álvares da Silva nos primeiros parágrafos do segundo capítulo da *Memória Histórica*. Para ele,

Havendo de tratar das diversas vicissitudes, que têm tido no nosso país as produções da terra, que sustentam o homem, como raras vezes os historiadores deram delas uma narração específica, só conheceremos o seu aumento ou diminuição, pelo aumento ou diminuição dos homens, e dos animais, que se sustentam das terras cultas. Como a uns e a outros a agricultura dá de que se manter, por aqui se fará conhecer a sua decadência ou melhoramento. Principiemos pelos romanos, tempo em que os monumentos históricos começam a ser mais frequentes: faz-se uma bela comparação, quando se ajunta o presente ao passado³⁶⁷.

De acordo com o *Vocabulario Portuguez & Latino* de Bluteau, “vicissitude” refere-se a “alternação, ou repetição, e mudança ordinária de coisas que se seguem umas às outras; todos os negócios do mundo estão em uma contínua vicissitude; o decaimento dos validos sucede pela vicissitude ordinária da fortuna”³⁶⁸. Tanto no último trecho do excerto anteriormente apresentado como nesse, é possível observar a disposição do funcionário português em tratar do natural e dinâmico fluxo em que se seguem as coisas ao longo do curso natural das sociedades, de modo que se faça conhecer tanto sua “decadência” como seu “melhoramento”. Com isso, o funcionário português tensiona a elasticidade do exercício comparativo comumente empreendido por reformistas ilustrados: além de partir do panorama de comparações ordinárias em que os Impérios ibéricos são articulados às potências do Noroeste Europeu, o que faz Álvares da Silva nesse excerto é apontar para a importância de se conceber também o tempo dos romanos. Assim sendo, tão fundamental como comparar os presentes aos presentes, considerando-se principalmente a instância de simultaneidade do não-simultâneo que os atravessa, o funcionário português ressalta também que “faz-se uma bela comparação, quando se ajunta o presente ao passado.”

No capítulo V da *Memória Histórica*, José Veríssimo Álvares da Silva torna a evocar a figura de D. Dinis para referenciar o período governado por este monarca como

³⁶⁷ Idem, p.152.

³⁶⁸ BLUTEAU, Raphael. Vicissitude. *Vocabulario portuguez & latino...*, Op.Cit.

uma época prenhe de êxitos, em que “a agricultura portuguesa é levada ao maior auge depois do tempo dos romanos”. Tratando principalmente do referido monarca a partir da forma com que é “celebrado pelos nossos historiadores”, o funcionário afirma que:

D. Dinis é celebrado pelos nossos historiadores por príncipe agricultor [...]. Os tesouros de D. Dinis, efeitos de um sábio governo, que põe os seus cuidados em aumentar as riquezas primitivas, são celebrados na história [...] Quando um monarca cuida em que os vassalos sejam ricos, e sejam muitos, é ele feliz, e a sabedoria sentada no trono espalha a abundância às mãos cheias³⁶⁹.

O excerto acima apresentado permite tratar de uma série de temas relacionados a vozes pertinentes ao vocabulário específico da *história*, da *experiência*, e da *expectativa*. O primeiro deles diz respeito ao uso do verbo “celebrar”, mobilizado pelo funcionário português para caracterizar a relação estabelecida entre historiadores e o monarca louvado no trecho exposto: de acordo com o *Vocabulario* de Bluteau e com o *Diccionario portuguez e latino* de Moraes Silva, o termo “celebrar” diz respeito principalmente ao estabelecimento de uma relação de solenidade; e pode estar vinculado à realização de um matrimônio, de um concílio, de uma missa, de uma festa. Pode ser, também, o ato de referir-se “com gabos e grandes louvores” a uma determinada personagem, assim como o de “realizar ou selar um pacto”³⁷⁰.

O uso dessas acepções propostas pelos compiladores das lexicografias em questão permite interpretar que quando José Álvares Veríssimo da Silva afirma que os historiadores “celebram” de tal forma a figura de D. Dinis, não estão apenas referindo-se a ele com “gabos e louvores”, mas principalmente comemorando a sua trajetória de governo e os feitos por ele empreendidos. Mais ainda, pode-se sugerir que ao “celebrarem” o referido monarca português, os historiadores estão selando um pacto em relação à narrativa a partir da qual a memória de D. Dinis será transmitida às gerações porvindouras; na medida em que eles, como “aqueles que escrevem a história”³⁷¹, são considerados como porta-vozes da verdade e das coisas tal como ocorreram – dado que, de acordo com o *Diccionario de Terreros y Pando* por exemplo, numa apreensão compartilhada pelas lexicografias de língua

³⁶⁹ SILVA, José Veríssimo Álvares da. Memória Histórica sobre a Agricultura Portuguesa considerada desde o tempo dos Romanos até o presente. *Memórias Económicas...* Op.Cit., pp.169-170.

³⁷⁰ BLUTEAU, Raphael. Celebrar. *Vocabulario portuguez & latino...*, Op.Cit.; MORAES SILVA, Antonio de. Celebrar. *Diccionario da lingua portugueza...* Op.Cit.

³⁷¹ BLUTEAU, Raphael. Historiador. *Vocabulario portuguez & latino...*, Op.Cit.; MORAES SILVA, Antonio de. Historiador. *Diccionario da lingua portugueza...* Op.Cit.

portuguesa, a “história” é uma “relación hecha com arte, descripción de las cosas más memorables, como son en sí; esto es, una narrativa comprobada, continuada y verídica”³⁷². Segundo o próprio funcionário português num trecho posterior, “a pena do historiador não escreve do mesmo modo que a do panegerista”.

Ainda tratando de D. Dinis, José Veríssimo Álvares da Silva afirma que “sem as riquezas da Índia, sem o ouro do Brasil, D. Dinis fez o estado florescente”, o que o teria tornado “um exemplo, de que só as riquezas primitivas, isto é, o pão, e tudo o que a terra nos fornece, são as verdadeiras riquezas do Estado, e que deve pôr todos os seus cuidados em que os vassalos tenham fáceis meios de as adquirir [...]”³⁷³. O uso do termo “florescente” – que havia aparecido no primeiro excerto analisado e que será melhor tratado no capítulo seguinte –, derivado do verbo “florescer”, diz respeito à “ter fama, ter opinião, falando em homens ou cidades e reinos célebres no mundo”³⁷⁴; segundo Bluteau, é possível “florecer (sic) em alguma coisa, arte ou ciência”, sendo necessário considerar que “as Cidades e os Impérios tem como os homens suas mudanças, hora florescem e hora declinam”³⁷⁵.

Nesse sentido, considera-se que o uso do termo, tal como o mobilizou José Veríssimo Álvares da Silva no trecho apresentado, diz respeito principalmente a transformações positivas a que estiveram sujeitas determinadas instituições e entidades, operadas em direção a uma futuridade essencialmente próspera: isso se interpreta, principalmente, pelo estabelecimento de uma oposição entre as mudanças que “hora florescem e hora declinam”, que permite observar que o uso metafórico do termo “florescer” principalmente para a consumação favorável de um projeto em evidente objeção ao seu decaimento.

É possível observar algumas vozes características do vocabulário específico da *história*, da *experiência* e da *expectativa* quando José Veríssimo Álvares da Silva se propõe a tratar, adiante, “Da agricultura portuguesa desde o reinado do Sr. D. José até ao presente da Rainha Nossa Senhora D. Maria I”, “a sétima época da nossa lavoura, na qual ela

³⁷² TERREROS Y PANDO, Esteban de. *Historia. Diccionario de Castellano con las voces de ciencias y artes...*

³⁷³ SILVA, José Veríssimo Álvares da. *Memória Histórica sobre a Agricultura Portuguesa considerada desde o tempo dos Romanos até o presente. Memórias Económicas...* Op.Cit., p.170.

³⁷⁴ BLUTEAU, Raphael. *Florece (sic). Vocabulario portuguez & latino...*, Op.Cit.

³⁷⁵ *Ibidem*.

começa a ver alguns estabelecimentos que lhe são favoráveis”³⁷⁶, após ter enfrentado um período de poucos êxitos e logros. Para o funcionário, os retornos positivos alcançados durante o governo de D. Maria I teriam se dado principalmente porque nesse período, “a razão, que por toda a Europa entrava nos gabinetes”, havia passado a ser “escutada no trono de Portugal” para compensar a ignorância, “o maior mal que o homem pode ter”³⁷⁷. Isso porque, segundo ele,

O bem da república está junto com a sabedoria, esta gera a polidez dos povos, aumenta a indústria, coarcta os braços ociosos, sabe tirar partido das potências vizinhas, e conhece os obstáculos, que se opõem à conservação, e aumento do Estado. A indústria, e agricultura vão sempre de par com a arte de cultivar a razão, com as matemáticas, com a física, com as disciplinas políticas, e econômicas. A experiência de todos os séculos dá provas sem contradição. A expulsão do Peripato; o estabelecimento do Colégio de Nobres; a introdução das ciências matemáticas; a reforma da Academia, na qual a química, e a botânica aparecem pela primeira vez aos portugueses, são de um bem infinito para a lavoura. Jamais houve povo agricultor, que não fosse juntamente sábio, nem também o houve desprezador da cultura, que não fosse ignorante e bárbaro. As artes e as ciências raiano no nosso país lhe mostram o caminho, que antes era pouco trilhado. A nobreza portuguesa começa a encher o seu entendimento de conhecimentos úteis; e em todas as classes do Estado entra nova cultura³⁷⁸.

Ao tratar da articulação direta entre o bem da república e a sabedoria, Álvares da Silva mobiliza uma série de vozes pertinentes à semântica do *tempo* – e, sobretudo, aos *vocabulários específicos* considerados nesse subitem –, na medida em que 1) retoma a discussão acerca da periculosidade de práticas ociosas para o êxito das monarquias; 2) externa as transformações que atravessaram os padrões de competitividade que pautaram as novas conformações do mercado na Modernidade ocidental, quanto afirma ser positivo “saber tirar partido das potências vizinhas”; 3) e, principalmente, revela o projeto do reformismo ilustrado na medida em que se mostra favorável tanto à “conservação” quanto ao “aumento” do Estado, rechaçando os obstáculos que se opõem a essas duas referidas instâncias.

³⁷⁶ SILVA, José Veríssimo Álvares da. Memória Histórica sobre a Agricultura Portuguesa considerada desde o tempo dos Romanos até o presente. *Memórias Económicas...* Op.Cit., p.186.

³⁷⁷ Algumas das considerações comumente apresentadas pela historiografia em contraposição às fontes de época quanto às posições “defasadas”, “refratárias” ou “obsoletas” que Portugal e Espanha teriam ocupado em relação às intelectualidades britânica e francesa já foram tratadas no subitem “Aspectos e reverberações do longo século XVII”, no primeiro capítulo desta dissertação.

³⁷⁸ SILVA, José Veríssimo Álvares da. Memória Histórica sobre a Agricultura Portuguesa considerada desde o tempo dos Romanos até o presente. *Memórias Económicas...* Op.Cit., p.188.

Para ele, a importância de que se conceba de forma párea a indústria e a agricultura com instâncias tais como “a arte de cultivar a razão”, “as matemáticas”, “a física”, “as disciplinas políticas, e econômicas”, deve-se sobretudo à legitimidade que a elas outorga “a experiência de todos os séculos”, cujo testemunho oferece “provas sem contradição” de sua validade e eficácia. Ao listar a introdução de medidas que teriam garantido “um bem infinito para a lavoura” durante o período de governança de D. Maria I, José Álvares Veríssimo da Silva não apenas reitera a importância de terem sido inseridas em Portugal uma série de transformações relacionadas à “arte da razão, que tinha dado muitos passos além de Sócrates, e Epicuro”, como ressalta através do uso das voz totalizante “jamais”, a inexistência de um “povo agricultor, que não fosse juntamente sábio”, e aponta para o fato de que um povo “desprezador da cultura” não poderia ser outra coisa, que não “ignorante e bárbaro”.

Considerando-se portanto os exames empreendidos sobre o *vocabulário específico* da *história*, da *experiência* e da *expectativa*, é plausível assinalar a importância da evocação a episódios, personagens, quadros políticos ou fenômenos pretéritos, bem como a modulação de vocábulos relacionados à perspectivas, intenções e expectativas em relação ao futuro na linguagem de funcionários reformistas ilustrados ibero-americanos. Procedendo de uma série de menções que administram o passado como instância essencialmente instrutiva a fim de corroborar com muitas das propostas por eles elaboradas, esses atores políticos que operaram em prol do resgate das Coroas portuguesa e espanhola pelos moldes das reformas ilustradas revelavam, em seus discursos, uma candente intenção de recuperação de práticas, valores, feitos e empreitadas exitosas ocorridos em outrora. Vislumbrando sua recomposição a partir de preceitos ilustrados – cuja aplicação havia sido destacada por muitos desses homens, explicitamente, como uma condição imprescindível para a glória futura das reformas –, funcionários de Portugal e Espanha revelaram nos discursos recém analisados a operação de um exercício “transtemporal”, na medida em que recorriam à pedagogia oferecida por sucessos de tempos idos objetivando fomentar o êxito de tempos porvindouros.

Desta forma, tem-se que a mobilização do referido *vocabulário específico* foi um mecanismo discursivo essencial para a elaboração de muitas das memórias, discursos, ensaios, reflexões, dissertações e cartas apresentadas aos Soberanos de Portugal e Espanha

por seus homens de Estado, dado que a aplicação de um amplo conjunto de vozes relacionadas à articulação entre “passado”, “presente” e “futuro” – por meio da *história*, da *experiência* e da *expectativa* – assentia, ao processo de composição das referidas propostas, não apenas um respaldo instrucional proveniente de épocas pretéritas como também, e principalmente, uma potencial confirmação do êxito futuro de programas empreendidos naquele então.

Adiantamento e progresso

Em um dos ensaios compilados em *Historias de Conceptos: estudios sobre semántica y pragmática del lenguaje político y social*³⁷⁹, Reinhart Koselleck propõe que “o *progresso* é uma categoria moderna cujo conteúdo de experiência e excedente de expectativas não existia antes do século XVIII”³⁸⁰. Para ele, o referido termo “é um desses singulares coletivos, cujo número aumentou rapidamente até finais do século XVIII, que agruparam em um maior nível de abstração uma experiência cada vez mais complexa”³⁸¹.

Empreendendo um esquema formal para descrever o modo com que *progresso* teria surgido como um *singular coletivo*, e desde então se convertido num conceito guia histórico, Koselleck enuncia três fases que se sobrepõem: “em primeiro lugar, o sujeito do progresso se universalizou”; depois, “no processo de universalização de nosso conceito, sujeito e objeto trocam seus papéis [...]: na expressão ‘progresso do tempo’ ou ‘progresso da história’, o progresso assume o papel principal, se converte em agente histórico”. Por fim, “na terceira fase, esta expressão se emancipa: o progresso se converte em ‘progresso em si’, em sujeito de si mesmo. Anteriormente sempre se falava do progresso da arte, da técnica, depois do progresso do tempo ou da história, no século XIX se faz comum e habitual utilizar só ‘o *progresso*’”³⁸².

É importante considerar que essa formação essencialmente moderna de *progresso*, tal como a que propôs o historiador alemão, se deu num período posterior ao estudado por essa pesquisa. Considerando-se que as consequências políticas e econômicas que culminaram da deflagração das Revoluções Francesa e Industrial e que teriam

³⁷⁹ KOSELLECK, Reinhart. *Historias de Conceptos: Estudios sobre semántica y pragmática del lenguaje político y social*. Madri: Editorial Trotta, 2012.

³⁸⁰ Idem, p.96.

³⁸¹ Ibidem.

³⁸² Idem, pp. 106-107.

impulsionado o estabelecimento das transformações que vieram a atravessar o *progreso* a partir, sobretudo, de 1800, tem-se então que, no que se refere aos discursos de reformistas ilustrados abarcados por essa investigação, faz-se necessário considerar uma outra dimensão de sentido do termo.

A proposta se justifica principalmente por meio da observação dos verbetes “progreso” e “progreso” nas compilações lexicais de língua portuguesa e de língua espanhola mobilizadas para compor esta investigação – tanto os publicados no início do século XVIII (o *Vocabulário portuguez & latino*, de Raphael Bluteau; e o *Diccionario de Autoridades*, publicado pela RAE) quanto aqueles cuja publicação se dera já no outono do século (o *Diccionario da língua portugueza*, de António de Moraes Silva; o *Diccionario de Castellano con las voces de ciencias y artes...* de Esteban de Terreros y Pando, e o *Diccionario de la lengua castellana*, também publicado pela RAE) –. Neles, “progreso” e “progreso” não dizem respeito diretamente às características relacionadas à moderna sociedade industrial apresentadas por Koselleck no ensaio anteriormente citado: na tessitura linguística do Setecentos, apresentada por meio das compilações lexicais mobilizadas por esta investigação, os termos “progreso” e “progreso” são apresentados majoritariamente como vocábulos integrantes do campo semântico de *adiantamento*. Concomitantemente, as definições de “adiantamento” e “adelantamiento” também se referem a “progreso” e a “progreso”, o que permite sustentar a correspondência desses dois *vocabulários específicos* na Modernidade ilustrada setecentista.

Em Bluteau, por exemplo, o verbete “progreso” tem o termo “adiantamento” como sua primeira definição³⁸³, o que se complementa no *Diccionario* de António de Moraes Silva com a ideia de “adiantamento em proveito ou efeito”³⁸⁴. O termo “progreso” não consta no *Diccionario de Autoridades*, do início do século XVIII, mas figura no *Diccionario* de Terreros y Pando como “adelantamiento, utilidad, provecho; se dice particularmente en orden a las conquistas, de los adelantamientos en ellas”³⁸⁵, bem como no

³⁸³ BLUTEAU, Raphael. Progreso. *Vocabulario portuguez & latino*, Op.Cit.

³⁸⁴ MORAES SILVA, Antonio de. Progreso. *Diccionario da língua portugueza*, Op.Cit.

³⁸⁵ TERREROS Y PANDO, Esteban de. Progreso. *Diccionario de Castellano con las voces de ciencias y artes...* Op.Cit.

Diccionario de la lengua castellana publicado pela RAE em 1791 como “continuación, o adelantamiento de alguna cosa, o en alguna materia”³⁸⁶.

“Adiantamento”, por sua vez, é definido em Bluteau como “proveito e progresso”³⁸⁷. Em Moraes Silva, é “o estado do que se acha, ou vai adiantado em caminho; progresso, em letras, virtudes, honras, prosperidades”³⁸⁸; e aparece em sua faceta verbal, “adiantar”, como “levar diante (sic); promover a mais, ou a conclusão; antecipar-se; avantajar, melhorar”³⁸⁹. Para as compilações lexicais de língua espanhola, “adelantamiento” figura no *Diccionario de Autoridades* como “el acto de adelantar a alguno en honores, o dignidad”³⁹⁰, e sua definição verbal, “adelantar”, refere-se a “tomar o ganar la delantera, ahora sea por razón del lugar, del tiempo, de las personas, o de las cosas; vale lo mismo que aumentar, dilatar: y así se dice adelantar el imperio, el negocio, la fama, la reputación”; ainda “metafóricamente es añadir, o inventar en alguna materia: como quando se dice que un autor adelantó alguna cosa a lo que estaba escrito”³⁹¹. No *Diccionario de la lengua castellana* de 1791, o termo surge também como sinônimo de “medra”³⁹² ou “ventaja”³⁹³, e sua definição verbal abarca as ideias de “acelerar, apresurar, anticipar, aumentar, mejorar y poner delante”³⁹⁴.

É importante ressaltar que em nenhuma das compilações lexicais averiguadas encontrou-se as expressões verbais diretas de *progreso* ou *progreso* – ou seja, “progredir” para a língua portuguesa e “progresar” para a espanhola –. Essa ausência pode revelar, a partir dos pressupostos estabelecidos para esta investigação, que apesar de os substantivos *progreso* e *progreso* terem sido mobilizados com certa recorrência pelos funcionários das monarquias ibéricas nos textos por eles elaborados, tais substantivos não possuíam até então a importância ou a operacionalidade semântica de desempenho accional que posteriormente adquiriram, o que fazia com que sua expressão verbal se configurasse e se manifestasse a partir dos termos *adiantar* e *adelantar*.

³⁸⁶ RAE (1791). Progreso. *Diccionario de la lengua castellana...* Op.Cit.

³⁸⁷ BLUTEAU, Raphael. Adiantamento. *Vocabulario portuguez & latino*, Op.Cit.

³⁸⁸ SILVA, Antonio de Moraes. Adiantamento. *Diccionario da lingua portugueza*, Op.Cit.

³⁸⁹ SILVA, Antonio de Moraes. Adiantar. *Diccionario da lingua portugueza*, Op.Cit.

³⁹⁰ RAE (1726 – 1739). Adelantamiento. *Diccionario de Autoridades*. Op.Cit.

³⁹¹ RAE (1726 – 1739). Adelantar. *Diccionario de Autoridades*. Op.Cit.

³⁹² “El aumento, mejora, adelantamiento o progreso de alguna cosa”. In: RAE (1726 – 1739). Medra. *Diccionario de Autoridades*. Op.Cit.

³⁹³ RAE (1791). Adelantamiento. *Diccionario de la lengua castellana...* Op.Cit.

³⁹⁴ RAE (1791). Adelantar. *Diccionario de la lengua castellana...* Op.Cit.

Isso, sobretudo, porque para reformistas ilustrados, *progreso* e *progreso* ainda não eram “sujeitos de si mesmos”³⁹⁵, de autonomia verbalizável, como vieram a tornar-se no século XIX; mas vocábulos diretamente vinculados ao *adiantamento* e ao *adelantamiento*”, entidades de sentido opostas ao *atraso* por eles identificado como substituto elementar no devir histórico do decadentismo reivindicado por arbitristas do século XVII. Isso reforça, então, a proposta de que *progreso* e *progreso* não devam ser aqui tratados com base nos pressupostos da moderna sociedade industrial, que delinearam as feições semânticas que posteriormente adquiriu em sua contextualização oitocentista; mas pela compreensão de que, para reformistas ilustrados ibero-americanos que atuaram entre a segunda metade do século XVIII e os primeiros anos do século XIX, o *progreso* era uma das vozes que compunham os extensos projetos de *adiantamientos* – de acordo com as definições da época – a partir dos quais esses homens almejavam contribuir com as Coroas portuguesa e espanhola.

Os *Pensamientos políticos sobre la agricultura, comercio y minas del Virreinato de Santafé de Bogotá*³⁹⁶, do neogranadino Pedro Fermín de Vargas y Sarmiento (San Gil, 1762 – ?), permitem observar alguns importantes aspectos relacionados à mobilização dos *vocabulários específicos* do *adiantamento* e do *progreso*. Formado no Colegio Mayor de Nuestra Señora del Rosario de Santafé, Vargas y Sarmiento foi um dos mais estimados discípulos do botânico José Celestino Mutis, tendo participado dos primeiros anos de realização da famigerada Expedição Botânica realizada no Novo Reino de Granada – o que teria lhe permitido exercer como funcionário do Império espanhol durante alguns anos, dado o prestígio por ele adquirido devido ao seu desempenho na Expedição –. A trajetória de Vargas torna-se um tanto nebulosa a partir do conhecido o episódio ocorrido no ano de 1791, época em que atuava como corregedor em Zipaquirá, em que fugira com sua então companheira, Bárbara Forero: há evidências de seu deslocamento nas Antilhas, na Espanha, na França, em Londres – onde teria se encontrado com o prócer Francisco de Miranda –, na Ilha de Trindade e nos Estados Unidos, e registros de sua atuação como conspirador

³⁹⁵ KOSELLECK, Reinhart. *Historias de Conceptos...* Op.Cit., p.107.

³⁹⁶ Agradeço a Oscar Javier Castro por ter me proporcionado o acesso aos escritos de Pedro Fermín de Vargas y Sarmiento.

político nestes locais. Especula-se que sua morte tenha ocorrido em Londres em 1810 ou em Nova Iorque, em 1811 ou 1813³⁹⁷.

Pedro Fermín de Vargas y Sarmiento inicia os *Pensamientos políticos* afirmando que “una mano sabia, que conociendo todos los recursos de que es capaz esta colonia se aplicase con tesón a promover los ramos de agricultura, comercio y minas, tendría la satisfacción de ver floreciente el Reino en pocos años³⁹⁸”. Já nesse trecho, é possível observar a mobilização de um termo relacionado aos *vocabulários específicos* considerados neste subitem, tendo em vista que o termo “promover”, de acordo com o *Diccionario de Autoridades*, significava “adelantar alguna cosa, procurando hacer que llegue a su perfección”³⁹⁹. Com isso, o ilustrado neogranadino assume o compromisso de propor uma série de projetos e medidas que vislumbrem não apenas sanar os males que àquela altura acometiam Santafé de Bogotá, capital do Vice-Reino de Nova Granada, como também atuar em prol de seu progresso, de seu adiantamento e de sua perfeição.

Nas primeiras páginas do texto, dedicando-se a comentar sobre o cultivo do milho, “este precioso don de la América que suple tan maravillosamente por el trigo entre el Pueblo bajo y que es propio del suelo americano”⁴⁰⁰, Pedro Fermín de Vargas afirma que este:

se halla muy poco adelantado en nuestras manos. Admira ver que en Europa, donde este grano es adventicio, se hayan adelantado tanto en cultivarle, que hace hoy allí uno de los mejores alimentos. Nosotros adoptamos el método que hallamos establecido entre los indios bárbaros cuando la Conquista; y siendo este

³⁹⁷ TISNÉS-JIMÉNEZ, Roberto María. *Pedro Fermín de Vargas*. Biografía de un precursor. Bucaramanga, Academia de Historia de Santander, 1979; HERNÁNDEZ DE ALBA, Guillermo. Esbozo para una biografía del precursor Pedro Fermín Vargas. Boletín Cultural y Bibliográfico, vol. 16, núm. 04, 1979. GRISANTI, Ángel. *El Precursor Neogranadino Vargas*. Bogotá, Editorial Iqueima, 1951; MIRAMÓN, Alberto. *Dos vidas no ejemplares: Pedro Fermín de Vargas, Manuel Mallo*. Academia Colombiana de Historia, Biblioteca Eduardo Santos, volumen XXIV. Bogotá: Publicaciones Editoriales, 1962. Sobre o romance de Pedro Fermín de Vargas y Sarmiento e Bárbara Forero, ver VARGAS-TISNÉS, Gloria. *Pedro Fermín de Vargas y Bárbara Forero: un amor ilustrado*. Disponível em <http://www.banrepcultural.org/biblioteca-virtual/credencial-historia/numero-271/pedro-fermin-de-vargas-y-barbara-forero-un-amor-ilustrado>. Acesso em 07 de maio de 2019. Agradeço a Francisco Ortega pelas recomendações bibliográficas sobre a personagem.

³⁹⁸ DE VARGAS Y SARMIENTO, Pedro Fermín. *Pensamientos políticos sobre la agricultura, comercio y minas del Virreinato de Santafé de Bogotá*, por Don Pedro Fermín de Vargas Sarmiento, natural del mismo Virreinato, Colegial Mayor del Rosario, Oficial Primero de la Secretaría y después Corregidor que fue de Zipaquirá. In: *Pensamientos Políticos y Memoria sobre la población del Nuevo Reino de Granada*. Bogotá: Imprenta Nacional, 1944. Digitalizado pela Biblioteca Virtual Luis Ángel Arango, Banco de la República, Colombia. P.6.

³⁹⁹ RAE (1726 – 1739). Promover. *Diccionario de Autoridades*. Op.Cit.

⁴⁰⁰ DE VARGAS Y SARMIENTO, Pedro Fermín. *Pensamientos políticos sobre la agricultura, comercio y minas del Virreinato de Santafé de Bogotá...* Op.Cit., pp. 9-10.

fruto tan fácil de convertir en diversas composiciones regaladas, apenas hacemos otras que el bollo, las arepas o tortillas, sin aderezo ni curiosidad⁴⁰¹.

Empreendendo um exercício comparativo, recurso mobilizado por muitos funcionários reformistas ilustrados na elaboração de suas contribuições, o neogranadino se queixa da falta de *adiantamento* em relação ao cultivo do milho no território americano, contrapondo seu exitoso cultivo no território europeu – “donde este grano es adventicio”, ou seja, “cosa que viene no esperada, por acaso, o de lejos”⁴⁰² –; e considera que sendo este um fruto genuinamente americano, seria na América onde deveriam encontrar-se melhores e mais desenvolvidos empreendimentos em relação à referida cultura. Para Vargas y Sarmiento, isso se justifica pela adoção, por parte dos espanhóis e hispano-americanos, do método estabelecido “entre los índios bárbaros cuando la Conquista”, o que revela a concepção de um diagnóstico de obsolescência e *atraso* quanto ao cultivo deste fruto – a lavrança do milho na América não pôde *adiantar-se* porque as técnicas e métodos nela desempenhados estavam *atrasados*, “y el estado actual del Reino dista poco del que hallaron los conquistadores en sus primeras invasiones”⁴⁰³ –.

De acordo com o neogranadino, “el primer medio que se presenta para el adelantamiento de la agricultura y el único que debe emplearse desde luego, es el establecimiento de una Sociedad Económica de Amigos del Pais, a imitación de las muchas que hay en España y que trabajan incesantemente en su adelantamiento”⁴⁰⁴: partindo da capital, a constituição da referida *Sociedad Económica* serviria de exemplo também para Popayán, Quito, Cartagena, Panamá e Caracas, e as conexões entre esses corpos “facilitarían recíprocamente los conocimientos necesarios sobre cultivo y propagación de varios frutos, y entablarían el cambio de semillas tan interesante al ramo de agricultura y jardinaje”⁴⁰⁵. Segundo o ilustrado, a partir dos amplos conhecimentos adquiridos por seus conterrâneos – pois que “muchos han caminado varias Provincias del Reino, conocido sus

⁴⁰¹ Ibidem.

⁴⁰² RAE (1726 – 1739). Adventicio. *Diccionario de Autoridades*. Op.Cit.

⁴⁰³ DE VARGAS Y SARMIENTO, Pedro Fermín. Pensamientos políticos sobre la agricultura, comercio y minas del Virreinato de Santafé de Bogotá... Op.Cit., p.15.

⁴⁰⁴ DE VARGAS Y SARMIENTO, Pedro Fermín. Pensamientos políticos sobre la agricultura, comercio y minas del Virreinato de Santafé de Bogotá... Op.Cit., p.16.

⁴⁰⁵ Idem.

frutos y las relaciones de comercio que pueden tener recíprocamente”⁴⁰⁶ --, sería possível “formar memorias verídicas que sirviesen para asegurar el acierto en los objetos de economía que son privativos del Reino y deben promoverse”⁴⁰⁷, o que permite assegurar a importância da *experiência*, tema explorado no subitem anterior deste capítulo, para o sucesso do empreendimento proposto por Vargas y Sarmiento. Inclusive, o ilustrado atrela sua relevância ao já mencionado exercício comparativo no trecho que se segue, sugerindo que dos fondos monetários da proposta *Sociedad Económica* sería possível financiar “sujetos de ingenio e invención, que hiciesen viaje a las colonias inglesas y francesas y observasen en ellas lo mejor y más a propósito al adelantamiento del Reino, para plantificarlo a su vuelta en aquella parte que se conceptuase más aparente”⁴⁰⁸.

Após dedicar alguns parágrafos à obtenção de farinhas por meio do milho e do trigo – para o que aconselha uma visita às Províncias Unidas do Norte da América, de onde se poderia aprender “el modo de conducir las harinas, sin peligro de corrupción que tanto atrasa las nuestras”⁴⁰⁹ – Pedro Fermín de Vargas y Sarmiento afirma que a referida *Sociedad Económica de Amigos del País*, caso viesse a estabelecer-se, não se dedicaria apenas aos mencionados farináceos: seriam abordados também “el cultivo de la grana, del añil, del algodón, café, cacao, azúcares y multitud de otros artículos que, perfeccionados, con el tiempo darían ocupación a gran número de familias”⁴¹⁰. Em seguida, menciona ainda a possibilidade de promoção do ramo da cera silvestre, “de que solo es poseedor este Reino”⁴¹¹; bem como de canelos, afirmando que “no hay duda que allí se encuentran árboles del mismo género que los del Ceilán”, uma vez que:

algunos que se han sacado y plantado en temperamentos análogos demuestran esta verdad, como también dan esperanzas de que beneficiados del modo que los practican los holandeses en Africa, darán la misma especie de canela que nos venden estos republicanos, o a lo menos una canela capaz de servir a los mismos usos, *aunque no tan excelente*⁴¹².

⁴⁰⁶ DE VARGAS Y SARMIENTO, Pedro Fermín. Pensamientos políticos sobre la agricultura, comercio y minas del Virreinato de Santafé de Bogotá... Op.Cit., pp.16-17.

⁴⁰⁷ Idem.

⁴⁰⁸ Ibidem.

⁴⁰⁹ DE VARGAS Y SARMIENTO, Pedro Fermín. Pensamientos políticos sobre la agricultura, comercio y minas del Virreinato de Santafé de Bogotá... Op.Cit., p.17.

⁴¹⁰ Idem, p.18.

⁴¹¹ Ibidem.

⁴¹² Ibidem. Grifo do autor.

Mobilizando novamente termos relacionados aos *vocabulários específicos* do *adiantamento* e do *progreso*, o funcionário alega que um país “virgem como o seu” representa um vasto campo para as indagações e experiências de um corpo composto por homens inteligentes e zelosos pelo Reino – referindo-se outra vez à proposta *Sociedad Económica* –. Para Vargas y Sarmiento “la protección que debe gozar del Gobierno le pondría [a su país] en estado de conseguir las noticias más puras sobre los asuntos de su instituto, y de ejecutar sus planes sin oposición”; poderando, entretanto, que “el Gobierno mismo se debe interesar en sus adelantamientos por la gloria de ver prosperar el reino”⁴¹³. De acordo com ele, de nada serviriam as promoções e adiantamentos na agricultura através do estabelecimento de uma *Sociedade Económica de Amigos del País*, “si el comercio no establece la extracción de frutos”: na ocorrência disso, segundo o neogranadino, “no hay que esperar adelantamiento”⁴¹⁴.

Ao adentrar o tema do comércio, Pedro Fermín de Vargas y Sarmiento discorre sobre o agudo abandono dos caminhos terrestres e fluviais que serviam para o transporte dos produtos do Reino: para ele, “por una desgracia inconcebible”, “todo se halla descuidado lastimosamente, y este asunto pide la más seria atención del Gobierno”⁴¹⁵. No que se refere precisamente “a los esfuerzos para componer caminos”⁴¹⁶, o funcionário neogranadino se dedica, nas páginas subsequentes, a tratar especialmente das intervenções e propostas referentes aos caminhos de Carare, “la carrera de Vélez al río de la Magdalena, con la mira de dar salida pronta a las harinas del Reino”⁴¹⁷; San Faustino, “que comunica a las jurisdicciones de Cúcuta y de Pamplona con el saco de Maracaibo por el puerto de San Faustino, desde donde siguen hasta la misma costa embarcaciones de vela”⁴¹⁸ e Sogamoso, tendo em vista que “el tráfico que se podría hacer por esta parte consistiría en harinas, azúcares, anises, fresadas, etc”⁴¹⁹.

⁴¹³ DE VARGAS Y SARMIENTO, Pedro Fermín. Pensamientos políticos sobre la agricultura, comercio y minas del Virreinato de Santafé de Bogotá... Op.Cit., p.19.

⁴¹⁴ Idem, pp.19-20.

⁴¹⁵ DE VARGAS Y SARMIENTO, Pedro Fermín. Pensamientos políticos sobre la agricultura, comercio y minas del Virreinato de Santafé de Bogotá... Op.Cit., p.21.

⁴¹⁶ Ibidem.

⁴¹⁷ Ibidem.

⁴¹⁸ DE VARGAS Y SARMIENTO, Pedro Fermín. Pensamientos políticos sobre la agricultura, comercio y minas del Virreinato de Santafé de Bogotá... Op.Cit., p.30.

⁴¹⁹ Ibidem.

Após discutir o tema dos caminhos, Vargas y Sarmiento investe longos parágrafos à abordagem de diferentes ramos do comercio neogranadino: “harinas”, “lana”, “algodón”, “lino”, “cáñamo”, “añil”, “té de Bogotá”, “quina”, “canela”, “drogas medicinales”, “cacao”, “cochinilla”, “tabaco”, “cobre”, “petróleo”, “trapo”, “minas”, “platina”, “plata”, “cobre”, “hierro”, “azogue”, “plomo y estaño” e “piedras preciosas”. A respeito das últimas, apresenta um parágrafo-síntese, cujo conteúdo se aplica a todos os demais ramos de cultivo por ele anteriormente mencionados; no qual além de reiterar seu compromisso como funcionário e vassalo da monarquia espanhola através da elaboração dos *Pensamientos políticos sobre la agricultura, comercio y minas del Virreinato de Santafé de Bogotá...*, mobiliza uma série termos referentes não apenas aos *vocabulários específicos* do *adiantamento* e do *progreso*, analisados neste subitem; mas diversos outros vocábulos referejtes à semântica do *tempo* tratada nesta investigação:

Mientras esto no se *reforme* como causa de donde dimanen todos los daños, no hay que esperar bonanza alguna, principalmente en este Reino, donde el mal ha hecho *progresos* extraordinarios. Como amo tiernamente a mi país, como veo sus buenas proporciones para hacerse *florecente*, y como conozco las causas de su *atraso*, propondré con buena intención lo que me parece más a propósito para *remediar* el mal en su origen⁴²⁰.

Confirmando a utilização dos *vocabulários específicos* do *adiantamento* e do *progreso* também para o âmbito luso-americano, se apresentará então a análise de alguns trechos do *Discurso histórico, político e econômico dos progressos e estado atual da filosofia natural portuguesa, acompanhado de algumas reflexões sobre o do Brasil*, redigido por Balthazar da Silva Lisboa⁴²¹ (Bahia, 1761- Rio de Janeiro, 1840) e publicado em 1786. Como o próprio título do texto permite observar, o funcionário do Império português elaborou a referida contribuição a partir do emprego do *progreso* como uma de suas principais matrizes discursivas, mas também reivindicou uma série de outros termos pertinentes a demais vocabulários específicos relacionados à semântica do *tempo*, como se demonstrará a seguir.

⁴²⁰ Grifos meus. DE VARGAS Y SARMIENTO, Pedro Fermín. *Pensamientos políticos sobre la agricultura, comercio y minas del Virreinato de Santafé de Bogotá...* Op.Cit., p.78.

⁴²¹ Foram encontrados, nos diversos trabalhos historiográficos acerca do referido funcionário, variantes importantes relacionadas à grafia de seu nome – “Baltasar”; “Balthazar”; “Baltazar”; “Balthazar” e, ainda, “Balthazar” –. Optou-se, neste trabalho, pela grafia “Balthazar” por ser esta a grafia que consta na capa da publicação do documento analisado.

Balthazar da Silva Lisboa formou-se em Direito Civil e Canônico pela Universidade de Coimbra no ano de 1783 e iniciou sua atuação nos meandros da burocracia imperial três anos após sua formação na referida instituição portuguesa. Tendo exercido como juiz de fora, ouvidor da comarca de Ilhéus e desembargador de Relações da Corte; bem como tendo participado de diversas instituições científicas da dimensão luso-americana – há registros da passagem do funcionário pela ARCL, pelo Instituto Real para a Propagação das Ciências em Nápoles, bem como pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional –, Balthazar da Silva Lisboa conciliou sua carreira de magistrado com a realização de profundas investigações acerca da natureza luso-americana que, para além do viés informativo, denunciavam a abusiva exploração dos recursos da Comarca de Ilhéus (o que teria lhe proporcionado a ocupação dos cargos de Designado Ouvidor e Juiz Conservador das Matas na referida comarca a partir de 1797, funções que exerceu durante cerca de vinte anos). Era irmão caçula de José da Silva Lisboa (1756-1835), figura de notável relevância dentre o panteão de homens que atuaram no processo de Independência da América Portuguesa e que se tornou conhecido pelo título a ele concedido em 1826, o de Visconde de Cairu⁴²².

O funcionário luso-americano inicia o *Discurso histórico, político e econômico dos progressos e estado atual da filosofia natural portuguesa, acompanhado de algumas reflexões sobre o do Brasil* afirmando que “nenhuma arte ou ciência pode mais eficazmente contribuir para o bem comum, como a da Filosofia Natural”. Alegando que tanto a “agricultura campestre” quanto a “pecuária” teriam sido levantadas pelos romanos a ponto de consagrar-lhe cultos⁴²³, Balthazar da Silva Lisboa evoca a figura de Catão, o Velho – político e escritor da *gens* Pórcia, eleito cônsul romano em 195 a.C. –, que teria dito que “o maior elogio que se devia dar a um Cidadão Romano era chamar-lhe Lavrador; estabelecimento que Cícero reputava pelo mais digno de um homem nobre”⁴²⁴.

Para o funcionário, apesar da grandiloquência dos romanos em relação à sua forma de conceber a agricultura, tem-se que “a Invasão que fizeram os Bárbaros na Europa, as

⁴²² Ver principalmente KIRSCHNER, Tereza Cristina. *José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu*: itinerários de um Ilustrado luso-brasileiro. São Paulo: Alameda Editorial, 2009.

⁴²³ LISBOA, Balthazar da Silva. *Discurso histórico, político e econômico dos progressos e estado atual da filosofia natural portuguesa, acompanhado de algumas reflexões sobre o do Brasil*. Lisboa: Na officina de Antonio Gomes, 1786. Disponível em Archive.org, p.1.

⁴²⁴ Ibidem.

desgraças que daqui emanaram para todos os povos reduziram esses conhecimentos, tais quais então houveram (sic) a um estado funesto: parecia desde então ter a Natureza perdido toda a sua atividade”⁴²⁵. De acordo com Silva Lisboa, os males causados pela referida “invasão” teriam permanecido “até que as luzes da Filosofia Natural, fecundando os espíritos humanos de conhecimentos interessantes à Humanidade, fez que se vissem as importantes consequências produzidas pela agricultura, considerada já como base da subsistência já por objeto de Comércio”⁴²⁶; o que revela não apenas sua afeição e pertencimento ao ideário ilustrado, como a relevância que atribui à agricultura como elemento vertebral para o êxito do projeto reformista – tema de grande estima tanto para funcionários da coroa portuguesa quanto da espanhola, como se observará com mais afinco no terceiro capítulo desta dissertação.

Na continuação do *Discurso*, Silva Lisboa empreende o termo “animar” para referir-se às medidas implementadas por alguns dos monarcas que vieram após o período da mencionada “invasão” dos bárbaros, a fim de amenizar as sequelas geradas pelos referidos sucessos nos territórios em que esses atuaram⁴²⁷. Como já se discutiu anteriormente quando da análise do *Discurso sobre la Agricultura de la Habana y medios de fomentarla*, do ilustrado hispano-cubano Francisco de Arango y Parreño, o vocábulo “animar” pode ser localizado num limiar semântico que se estabelece entre a composição do termo tal como se observa nos verbetes das compilações lexicais publicadas no início do Setecentos – “dar ânimo, esforçar, alertar”⁴²⁸ e “dar alma a un cuerpo, para que tenga sentidos y movimiento”⁴²⁹ – e uma posterior tendência à “aceleração”, algo revelado pelas compilações lexicais publicadas no final do século XVIII. Para o funcionário,

Seguiram-se logo portanto mui veementes, e sensíveis cuidados dos Príncipes esclarecidos para restabelecer e animar: é por esta causa que ainda hoje se vê solenemente consagrado um dia do ano pelo Imperador da China, para efeito de lavrar com suas mãos certa porção de terreno, procurando por este modo animar, e augurar também a perene prosperidade dos seus Estados. Pratica quase igualmente o mesmo o Grande Imperador da Alemanha José II. Não se corre o

⁴²⁵ LISBOA, Balthazar da Silva. *Discurso histórico, político e económico dos progressos...*, p.3.

⁴²⁶ Ibidem.

⁴²⁷ “Seguiram-se logo portanto mui veementes, e sensíveis cuidados dos Príncipes esclarecidos para restabelecer e animar”. In: LISBOA, Balthazar da Silva. *Discurso histórico, político e económico dos progressos...*, p., 4.

⁴²⁸ BLUTEAU, Raphael. *Animar. Vocabulario portuguez & latino*, Op.Cit.

⁴²⁹ RAE (1726 – 1739). *Animar. Diccionario de Autoridades*. Op.Cit.

Príncipe de Osnabrug (sic) de cultivar ele mesmo o seu Jardim: e quem ignora quais a este respeito foram, além de outros povos na França, os trabalhos de Francisco I, Carlos IX, Henrique IV, Luis XIV &c., e na Espanha principalmente Carlos III, e em Portugal além dos Senhores D. Dinis; D. Fernando; D. Manoel; os do Senhor D. José I, publicados em suas Leis e Ordenações⁴³⁰?

Após citar diversos reis, imperadores e príncipes europeus como vetores da “animação” de seus territórios após as mencionadas “invasões”, Balthazar da Silva Lisboa passa a dedicar-se especificamente à abordagem do Império português: para ele, foi no período de regência de D. João V em que “felizmente se anunciaram entre nós os progressos da Filosofia Natural”⁴³¹. No trecho que segue, partindo da observação do contexto lusitano, o ilustrado empreende um recurso discursivo bastante particular e de agudo interesse para esta investigação, uma vez que aponta que o anúncio dos *progressos* da Filosofia Natural em Portugal teria se dado especialmente porque:

Conservava aquele Príncipe no seu Palácio um riquíssimo Museu composto de ricas e maravilhosas produções dos três Reinos da Natureza, possuindo entre todas as belezas, um diamante de grandeza, e valor até então nunca visto, achado na Ribeira *Milho verde* da Capitania do Cerro do Frio, que pesava doze onças e meia [...] ⁴³².

A mobilização da voz “conservação” para justificar o anúncio dos “progressos da Filosofia Natural” reitera a proposta anteriormente mencionada de Guillermo Zermeño Padilla, que enuncia que uma das características primordiais da referida Modernidade ilustrada do século XVIII está em sua notável capacidade de “sincronizar coisas que até então pareciam não ter nenhuma relação”⁴³³. Isso, porque o ato de “conservar” – “fazer durar ileso, sem corrupção física; sem lesão, ofensa, quebra, detrimento”⁴³⁴ – se opõe aos atos de “progredir” e “adiantar”, de acordo com os pressupostos lexicais estabelecidos para este trabalho, tendo em vista sua latente carga de perpetuação por meio da estagnação (temas que serão melhor abordados no seguinte capítulo).

Mas a reivindicação da voz “conservação” em harmonia com o *progresso* – dado que Balthazar da Silva Lisboa louva a disposição de D. João V de ter conservado em seu Palácio o referido “riquíssimo museu” – revela, uma vez mais, a instância dobradiça em

⁴³⁰ LISBOA, Balthazar da Silva. *Discurso histórico, político e económico dos progressos...*, p.4.

⁴³¹ LISBOA, Balthazar da Silva. *Discurso histórico, político e económico dos progressos...*, p.9.

⁴³² Idem.

⁴³³ ZERMEÑO PADILLA, Guillermo. *História, Experiência e Modernidade na América Ibérica*, Op.Cit.

⁴³⁴ SILVA, Antonio de Moraes. *Conservar. Dicionário da língua portuguesa*, Op.Cit.

que se encontram os funcionários do reformismo ilustrado ibero-americano de fins do século XVIII e dos primeiros anos do século XIX: para esses homens, súditos de coroas que almejavam empreender transformações e projetos de *progreso* e *adiantamento* que não transformassem de modo substancial a ordem vigente, era admissível estabelecer um hibridismo semântico que partisse de *vocabulários específicos* pertinentes tanto às metamorfoses de cunho essencialmente modernas que clamavam – ainda que referindo-se, como já se afirmou, a uma Modernidade que ainda não “cavalgava” com sua máxima velocidade⁴³⁵ –, como às práticas, valores e costumes que desejavam conservar. De acordo com José António Alzate y Ramírez (Ozumba, 1737 – Ciudad de México, 1799) no *Metodo muy fácil para conservar los granos libres del gorgojo*, “el remedio a todo esto [...] es el conservar lo que sobra”⁴³⁶, o que suscita a ideia de que a aceção mobilizada por Balthazar da Silva Lisboa no referido excerto postula um cenário em que as conservações estejam em prol do avanço da ordem, em vez de num quadro em que o avanço da ordem erradique as conservações.

O diagnóstico dos progressos da Filosofia Natural em Portugal empreendido pelo funcionário luso-americano segue pela narrativa do “infausto terremoto do 1º de novembro de 1755”⁴³⁷, que teria arruinado inteiramente o Museu conservado por D. João V. Entretanto, segundo Silva Lisboa, logo o monarca D. José I “entrou a formar outro novo Museu, com o seu Horto Botânico, no qual teve por Inspetor ao Sábio Vandelli meu Mestre”⁴³⁸. Mas apesar das iniciativas de promoção do progresso empreendidas por D. João V e continuadas por D. José I – dentre as quais o funcionário destaca a construção de “soberbos edifícios para os Gabinetes da História Natural e Física”⁴³⁹, a criação, com sábios Mestres, de “um exemplar Prelado”⁴⁴⁰, bem como de um Laboratório Químico e de um Jardim Botânico, “para que espertassem a mocidade, e a convidassem a gostar das profundas delícias de uma Ciência, que sendo bem cultivada, decide da glória da Nação e

⁴³⁵ FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. Cabalgando el corcel del diablo, Op.Cit.

⁴³⁶ ALZATE Y RAMÍREZ, José Antonio de. *Metodo muy fácil para conservar los granos libres del gorgojo. Asuntos vários sobre ciencias y artes: obra periódica dedicada al Rey nuestro señor*. Cidade do México: en la Imprenta de la Biblioteca Mexicana del Lic. D. Josef de Jauregui, en la Calle de San Bernardo, 1772, p.27. Disponível em Archive.org.

⁴³⁷ Ibidem.

⁴³⁸ Ibidem.

⁴³⁹ LISBOA, Balthazar da Silva. *Discurso histórico, político e económico dos progressos...*, p.11.

⁴⁴⁰ Idem.

da opulência do Estado”⁴⁴¹ –, Balthazar da Silva Lisboa afirma que os efeitos da intentona josefina “não corresponderam como se era de desejar”⁴⁴². Isso teria se dado, segundo o funcionário,

à sua causa, ou pela novidade e incerto êxito do estabelecimento, que a corrupção das Ciências fazia persuadir novo, antigamente inaudito e desnecessário: razão porque só os estudos da Jurisprudência Civil, e Canônica, Teologia, e ainda a Medicina deviam fazer o alvo para se obter as honras, o crédito público e a sustentação; já por muitas outras razões”.

A percepção da insuficiência dos efeitos ocasionados pelas realizações de D. José I, bem como as possíveis explicações para a ocorrência desse fenômeno revelam uma resistência estrutural implícita quanto ao advento do “novo” – seria possível sugerir, do *progresso* – na circunstância lusitana: ao afirmar que as iniciativas do referido monarca não teriam alcançado os efeitos desejados, dentre outras hipóteses, pela “novidade” e pelo “incerto êxito do estabelecimento”, Balthazar da Silva Lisboa alerta para uma implícita relutância, por parte da sociedade portuguesa, em acolher as transformações imputadas por D. José I naquela dimensão. Tal cenário teria se transformado, segundo o ilustrado, quando “se erigiu na Cidade de Lisboa uma Régia Academia, composta da mais ilustre e iluminada parte da Nação, protegida pela Rainha N. Senhora⁴⁴³”; que “sempre fazendo rápidos progressos, mui próprios dos membros, que a compunham”, se dispunha a “promover a indagação da Natureza” através da proposição anual de prêmios de “descrição física, e econômica de qualquer terreno” do Império português. Para ele, reivindicando novamente o tema da “conservação” em suposta coadunação com o *progresso*,

Era indubitável que deviam aqueles sublimes conhecimentos da natureza, fazer-nos evidentemente compreender o quanto eles tem influído na conservação da vida física dos Cidadãos úteis, que pela imperícia dos médicos seriam assassinados [...]; E não só fizeram ver suas relações com a conservação da vida física, mas a da moral pela Bondade pública; quem, sem ser insensível à Razão, deixou de admirar, e conhecer a necessidade de se reanimarem os interessantes ramos de indústria [...]⁴⁴⁴.

⁴⁴¹ Ibidem.

⁴⁴² Ibidem.

⁴⁴³ Neste excerto, Silva Lisboa menciona também bem a criação de “uma pequena Sociedade de mancebos patriotas” em Coimbra, “que desejando ser úteis à Pátria, se destinavam a trabalhar nos diferentes ramos da Filosofia, para cujo efeito se dividirão em quatro classes, destinadas para com mais facilidade dirigirem as suas aplicações à História Natural; Agricultura; Artes; e Comércio [...]”. LISBOA, Balthazar da Silva. *Discurso histórico, político e económico dos progressos...*, p.24.

⁴⁴⁴ LISBOA, Balthazar da Silva. *Discurso histórico, político e económico dos progressos...*, pp.29-31.

A fim de tratar dos efeitos positivos gerados pela atuação da Régia Academia erigida na cidade de Lisboa, o funcionário apela novamente ao *progresso*, partindo de sua modulação adverbial:

Viu-se também em consequência da aplicação daqueles conhecimentos estabelecerem-se fábricas de panos, esguiões (sic), louça, xita (sic), pólvora, &c.: estender-se o nosso comércio, exercitado por pessoas instruídas até com os últimos graus da Universidade, e assim progressivamente se iluminaram muitos corpos de indústria.

É relevante apontar que o vocábulo “progressivamente” – ou seja, a modulação adverbial de *progresso* –, encontra-se no *Diccionario da língua portugueza* de Antonio de Moraes Silva não como um termo derivado de “progresso”; mas de “progressão”. A diferença entre as duas palavras é bastante sutil, e seria possível considerá-las, de antemão, como sinônimas. A questão é que enquanto a definição que consta no verbete “progresso” do *Diccionario* de Moraes Silva diz respeito à ideia de “adiantamento em proveito ou efeito”⁴⁴⁵, como já se mencionou anteriormente, o termo “progressão” refere-se à duas definições bastante diferentes: a primeira, oriunda da linguagem aritmética, trata da “semelhança de razão que há entre as grandezas de uma série [...] porque cada um dos números tem com o seguinte a razão, ou relação de se conter nele duas vezes”; enquanto a segunda está relacionada à “continuação”, e tem como oração de exemplo “a *progressão* dos corpos em movimento”⁴⁴⁶.

Tal observação permite interpretar, então, que ao afirmar que “progressivamente se iluminaram muitos corpos de indústria”, Balthazar da Silva Lisboa não está se referindo necessariamente ao “adiantamento em proveito ou efeito” derivado do *progresso*, mas ao vertiginoso aumento – tendo em vista tanto a definição aritmética referida à “progressão” – da citada iluminação dos corpos da indústria. É lícito sugerir, ainda, que o funcionário luso-americano refira-se a um fluxo processual de “iluminação” – evocando então a definição de “continuação” do verbete de Moraes Silva⁴⁴⁷ –, dado que apesar de considerar o advento da ARCL como um ponto de inflexão na história do Império português, Balthazar da Silva Lisboa trata no *Discurso histórico, político e econômico...* também dos feitos operados por

⁴⁴⁵ SILVA, Antonio de Moraes. *Progresso. Diccionario da lingua portugueza*, Op.Cit.

⁴⁴⁶ SILVA, Antonio de Moraes. *Progressão. Diccionario da lingua portugueza*, Op.Cit.

⁴⁴⁷ SILVA, Antonio de Moraes. *Continuação. Diccionario da lingua portugueza*, Op.Cit.

monarcas anteriores à D. Maria I, o que insere o exitoso projeto de implementação da Régia Academia num curso histórico de propostas e tentativas que, tendencialmente, rumavam à tal iluminação que por fim teria sido alcançada pelos corpos de indústria empreendidos sob a égide da referida monarca.

Miguel Lastarria y Villanueva (Arequipa, 1759 - Sevilla, 1817) também mobilizou os *vocabulários específicos* do *adiantamento* e do *progreso* em *Colonias Orientales del Río De la Plata o del Paraguay*, título abreviado do informe *Reorganización y plan de seguridad exterior de las muy interesantes colônias orientales del Río Paraguay o de la Plata*, elaborado por volta de 1805 pelo hispano-americano⁴⁴⁸. Formado na Universidad de San Marcos de Lima e doutor em Leis pela Universidad de San Felipe, em Santiago do Chile, Lastarria lecionou Teologia e Ciências Naturais no Colegio Carolino antes de tornar-se funcionário da coroa espanhola – o que se deu no ano de 1799, quando foi enviado a Buenos Aires para atuar como secretário do vice-rei, o segundo Marquês de Avilés --. Ali permaneceu até 1801, data em que Avilés foi transferido ao Peru para substituir ao então vice-rei dali, Ambrosio O'Higgins: a partir de então, Lastarria y Villanueva se trasladou a Madri, onde permaneceu durante dois anos; vindo a exercer posteriormente os cargos de Chefe Político em Extremadura e, já de volta à América, Fiscal da Audiência do Chile.

O texto a ser aqui abordado, para além de uma ampla proximidade com a semântica do *tempo* e com o *vocabulário específico* por este subitem investigado, apresenta um outro ponto de bastante interesse para esta investigação. Em *Colonias Orientales del Río De la Plata o del Paraguay*, Lastarria y Villanueva apela ao já anteriormente mencionado exercício comparativo entre Impérios, típico da linguagem empreendida por reformistas ilustrados ibero-americanos, mas desta vez não o emprega apenas em relação às potências competidoras do Noroeste europeu – como foi possível observar na maioria dos discursos analisados até o presente momento –: em *Colonias Orientales*, o funcionário empreende um exercício comparativo sobretudo quanto ao Império português.

A iniciativa de Lastarria se explica não apenas pelo fato de que as regiões sobre as quais o funcionário escreve serem territórios limítrofes entre os dois Impérios, o que enseja naturalmente que o cotejamento da colonização espanhola com a portuguesa se estabeleça de forma mais natural – ou pelo menos, não surpreendente – nos discursos elaborados por

⁴⁴⁸ CHIARAMONTE, José Carlos. Pensamiento de la Ilustración... p.125.

atores políticos do reformismo ilustrado. Outra razão para isso, também, está no exímio conhecimento de Lastarria y Villanueva sobre a geografia imperial, adquirido devido a certas particularidades de sua trajetória como funcionário da Coroa: isso, porque o referido ilustrado teria sido bastante influenciado por Félix de Azara (Huesca, 1742 – 1821), outro funcionário do Império espanhol que havia sido nomeado, em 1781, para realizar uma viagem à Buenos Aires a fim de empreender uma demarcação territorial da região espanhola face à portuguesa. Graças à amizade e aos intercâmbios intelectuais estabelecidos com Azara, Miguel Lastarria y Villanueva foi bastante incentivado pelo colega espanhol a recolher materiais sobre os aspectos econômicos e estratégicos da disputa pelos limites fronteiriços entre o Brasil português a região do Prata, que contribuíram para a publicação de uma obra em três volumes intitulada *Geografía y Botánica de América* – o que justifica, portanto, a grande familiaridade de Lastarria com uma série de características particulares acerca do Império português expostas no texto a ser aqui examinado.

No parágrafo inicial de *Colonias Orientales del Río De la Plata o del Paraguay*, Miguel Lastarria y Villanueva justifica sua disposição colaborativa para a elaboração do referido Informe. De acordo com o funcionário,

No es el deseo, que llamaré platónico o imaginario, de un bien parcial complicado con muchos y diversos objetos de difícil examen simultáneo para su adelantamiento, modificación o reforma, que suelen contrastarse ya por una costumbre inflexible a la poderosa volubilidad de las cosas, ya por máximas problemáticas, o por preocupaciones inveteradas; ni menos es una pasión precipitada la que me impele a correr la pluma [...]⁴⁴⁹.

É imensa a relevância deste parágrafo para a apreciação do *vocabulário específico* do *adiantamento* e do *progreso*, assim como para a confirmação da organicidade da semântica do *tempo* no discurso de reformistas ilustrados ibero-americanos. Ao abordar um “difícil examen simultáneo” referente a seu “adelantamiento, modificación o reforma”, Lastarria y Villanueva expõe, ao mobilizar a conjunção alternativa “o” para enunciar os três termos a que se refere, uma carga de singularidade em relação a cada um dos processos condicionados pelos três vocábulos por ele listados.

⁴⁴⁹ LASTARRIA Y VILLANUEVA, Miguel. *Colónias orientales del Río de la Plata o del Paraguay*. In: CHIARAMONTE, José Carlos (ed.). *Pensamiento de la Ilustración: economía y sociedad iberoamericanas en el siglo XVIII*. Caracas: Ayacucho, 1979, p.127.

Ao longo do processo de desenvolvimento de elaboração e realização desta pesquisa, percebeu-se ser bastante frequente que, em diversos trabalhos historiográficos referentes ao reformismo ilustrado ibero-americano, os referidos termos, tanto empregados por funcionários da Coroa portuguesa como da espanhola, eram considerados de forma sinonímica, uma vez que tanto *adelantamiento* como *modificación* e *reforma* serviam para os mesmos e últimos fins. Entretanto, não apenas os cotejamentos até aqui empreendidos em relação às compilações lexicais de língua portuguesa e espanhola, mas também as práticas discursivas dos próprios funcionários das monarquias permitem considerar, mesmo que a partir de recursos tão sutis como a utilização de uma conjunção alternativa ao invés de uma aditiva – tendo em vista que Lastarria y Villanueva escreveu “adelantamiento, modificación o reforma”, e não “adelantamiento, modificación y reforma” –, que os pilares de transformação empreendidos pelas monarquias ibéricas de meados do século XVIII aos primeiros anos do século XIX referiam-se a propostas de conduta bastante diferentes, e que tinham como singularidade a forma com que, de acordo com o que se propõe nesta investigação, organizavam o *tempo* em seus programas políticos.

Esperando que “algún día con las producciones de que es capaz” possa competir a metrópole espanhola “en los mercados del mundo con las naciones extranjeras”⁴⁵⁰, Lastarria y Villanueva reivindica, ainda no *Proemio* da obra, a necessidade de empreender uma aproximação entre as políticas de colonização conduzidas tanto por espanhóis como por portugueses, afirmando estar “convencido del necesario enlace de las ideas de nuestro referido territorio con las que aquella vasta colonia [...]”⁴⁵¹. Justificando a redação do *Proemio*, o funcionário hispano-americano afirma tê-lo escrito após a conclusão de sua obra, e lhe pareceu importante acrescentar uma “memoria sobre la línea divisoria de los establecimientos españoles y portugueses en América meridional”, tendo reconhecido que:

a pesar de lo mucho que se ha escrito conforme han sobrevivido las circunstancias, no aparece papel alguno en el cual se presente cronológicamente el todo de la causa, o sus principios, progresos, y estado actual, considerada su naturaleza por las fases precisas, y por el enlace con los adelantamientos de la astronomía y navegación, cuyas infalibles antorchas alumbraban la decisión y el

⁴⁵⁰ Idem, p.133.

⁴⁵¹ Ibidem.

conocimiento claro y evidente de los legítimos derechos de nuestro soberano [...]”⁴⁵².

Tratando do texto adicionado à obra já concluída, para que seus “princípios, progresos y estado actual” pudessem ser articulados com “los adelantamientos de la astronomia y navegación”, Lastarria y Villanueva sugere que a apreensão das transformações de cunho reformista empreendidas pela coroa espanhola deve ser necessariamente cotejada com mudanças ocorridas no âmbito científico. Para ele, significa concebê-las a partir de um prisma mais amplo que se refere não apenas às comparações com os demais Impérios europeus – considerando, aqui, a aproximação direta por ele proposta quanto a Portugal –, mas também com os avanços e transformações ocorridos no âmbito da ciência, tendo em vista a imensa relevância das inovações técnico-científicas operadas no século XVIII para o sucesso das reformas ilustradas. Preocupando-se com o modo com que externará suas ideias e propostas, indaga-se o funcionário: “¿Qué ideas y conceptos he de representar, y con qué términos breves, claros y convincentes he de explicarme?”⁴⁵³.

Na parte “Descripción topográfica y física: noticias económicas y políticas de las referidas colonias hasta su estado actual...”, Lastarria y Villanueva organiza o texto a partir de uma série de itens temáticos, em que trata da hidrografia do território – dedicando especial atenção aos rios Uruguay, Ibicuy e Negro –, do clima, dos bosques de madeiras, plantas e ervas, dos animais úteis para o comércio, para os fluxos e caminhos relacionados ao comércio interno, até que se dispõe a tratar da concorrência existente no mercado do açúcar em Buenos Aires, estabelecida sobretudo em relação ao açúcar oriundo da América Portuguesa e, em menor medida, de Lima, sendo que “también suelen llevarla de La Habana, y rara vez de la isla de Francia”. De acordo com o funcionário, aventando o progresso dos engenhos de açúcar no âmbito rio-platense,

si en nuestro territorio se estableciesen ingenios, o si algunos emprendedores llegasen a extender las plantaciones de caña, formalizando la elaboración del azúcar, proveerá de esta especie a las mencionadas provincias interiores sin necesidad de depender de las colonias extranjeras, y llegará a concurrir con éstas en los mercados de Europa⁴⁵⁴.

⁴⁵² LASTARRIA Y VILLANUEVA, Miguel. *Colónias orientales del Río de la Plata o del Paraguay...* Op.Cit., p.135.

⁴⁵³ Idem, p.134.

⁴⁵⁴ Idem, p.142.

Após tratar de uma série de outros temas que considera relevantes para a condução de suas proposições, Miguel Lastarria y Villanueva afirma que a grande parte do território compreendida entre a linha divisória do Brasil, “curso del Uruguay, ribera del Río de la Plata, y del mar hasta donde principia aquella línea”, é o depósito da saúde, da riqueza, da comodidade e “del recreo de los fieles vasallos de S.M. en la provincia de Buenos Aires”. Mobilizando um termo caro a esta investigação por sua aguda carga de “futuridade”, o funcionario hispano-americano afirma que “el fondo principal de su prosperidad” é ser “una porción de la colonia más interesante a ésta su metrópoli”, bem como “una piedra muy preciosa de la real corona de nuestro soberano”⁴⁵⁵.

Deixando as descrições e propostas relacionadas ao âmbito da natureza e partindo então para abordagem de aspectos políticos, Lastarria afirma que a analisará “desde su descubrimiento hasta el presente, pues sólo por este medio histórico se puede lograr la idea clara y distinta del progreso de su población y del estado de sus costumbres”⁴⁵⁶. Nesse excerto, o funcionário da monarquia espanhola retoma a importância, já mencionada anteriormente neste trabalho, do empreendimento de recorridos históricos nos textos de reformistas ilustrados não apenas para justificar como também para impulsionar as propostas e projetos por eles sugeridos. Ao propô-lo, Lastarria y Villanueva propõe que as expectativas empreendidas pelos funcionários da monarquia em relação ao futuro do Império espanhol só fariam real sentido se fossem organizadas e conduzidas a partir da consideração de suas experiências pretéritas: para ele, proceder de um “medio histórico” para apreender clara e distintamente aspectos do progresso de sua população e do estado de seus costumes revela, no tocante ao *vocabulário específico* tratado por este subitem da investigação, que as melhorias e transformações “adiantadas” a serem almejadas para o porvir do Império espanhol devem ser oriundas, necessariamente, da trajetória e dos ensinamentos a ela oferecidos pelo passado.

Iniciando o recorrido político postulado, o funcionário observa que não foi mérito intrínseco da Coroa espanhola o que a teria conduzido a povoar a região do Rio da Prata, pois “hasta estos últimos tiempos nos reuníamos generalmente donde nos llevaba el prestigio de las riquezas, o la funesta manía del trabajo de las minas”, e não “la verdadera

⁴⁵⁵ Idem, p.175.

⁴⁵⁶ Ibidem.

conveniencia de la agricultura y del comercio”, tendo em vista que muitos “íncultos soberanos” anteriores haviam adotado os descobrimentos a partir do objetivo magno de propagar o evangelho e civilizar os índios, “según manifestaban unas de nuestras leyes coloniales”⁴⁵⁷. Entretanto, pondera Lastarria y Villanueva,

Es verdad que los adelantados y gobernadores de nuestro territorio, en cuanto a la parte de que trato, la apreciaban por el respecto de la extensión material del imperio. No presentaba oro, ni plata; y así en el común concepto de ellos sólo podía interesar el vano honor de conservar estérilmente la dilatación de la monarquía⁴⁵⁸.

Segundo Lastarria, “la falta de un verdadero conocimiento de lo que poseíamos en la América era universal”⁴⁵⁹. Isso justifica, para o ilustrado, os recorrentes ataques empreendidos pela “piratería sanguinaria” de que foram vítimas os espanhóis, tendo em vista que “los extranjeros, cuanto ignorantes de los ramos de prosperidad, siendo cobardes para las conquistas, sólo supieron horrorizar el mundo con su atroz piratería en aquellos mares y sobre sus costas”⁴⁶⁰. Após enunciar uma série de resistências que tiveram que enfrentar os espanhóis para livrar as colônias das tentativas de invasão de piratas, o funcionário ilustrado passa a tratar então das múltiplas desavenças e contendas territoriais travadas com os portugueses, que segundo ele, “no procedían tan a ciegas, y en la actualidad conocen mucho mejor que nosotros, lo que nos usurpan, lo que nos disputan, y lo que nos envidian”⁴⁶¹. Evocando novamente à ignorância de espanhóis em relação ao território que possuíam, Lastarria y Villanueva afirma que, diante das intencões de invasão de lusitanos, “tampoco nosotros sabíamos, ni tratábamos de saber, qué era en sí lo que defendíamos”⁴⁶².

O tema da inveja – “y lo que nos envidian” – que Miguel Lastarria y Villanueva aponta como sendo um sentimento nutrido pelo Império português em relação ao espanhol – é bastante recorrente no texto, e o aponta o ilustrado como um dos grandes empecilhos para a consumação de muitas das melhorias postuladas pela monarquia hispânica. É

⁴⁵⁷ Idem, p.176.

⁴⁵⁸ Ibidem.

⁴⁵⁹ Ibidem.

⁴⁶⁰ Ibidem.

⁴⁶¹ Ibidem.

⁴⁶² Ibidem.

interessante observar, no que se refere à semântica do *tempo*, que uma das definições de “envidia” oferecidas pelo verbete do *Diccionario de Autoridades* refere-se ao sentimento de “dolor concebido en el ánimo del bien y prosperidad ajena”⁴⁶³, o que permite considerar que o funcionário da monarquia espanhola diagnosticava um “mau sentimento” por parte de portugueses não apenas em relação àquilo que espanhóis já detinham em seu Império, mas também quanto àquilo que poderiam vir a obter se operassem com esmero em relação às suas colônias; especialmente considerando-se que a definição oferecida pela referida compilação lexical em relação à voz “prosperidad” diz respeito à “felicidad, bonanza o buen suceso en la salud y negocios de alguno”⁴⁶⁴ – valendo alertar, evidentemente, para “suceso” como “acontecimento o cosa que sucede”⁴⁶⁵, sem que se confunda o termo com seu falso cognato em português –.

De acordo com Lastarria y Villanueva, a inveja por ele diagnosticada por parte de portugueses não era infundada. Referindo-se ao já anteriormente mencionado Tratado de Santo Idelfonso, por meio do qual se delimitaram as fronteiras geográficas de entre ambos os Impérios ibéricos na região sul da América, o ilustrado afirma que “los portugueses rehúsan indirectamente el deslinde del tratado de 1777, porque esperan invadir nuestra América meridional hasta el mar del sur”⁴⁶⁶. Para ele, “las sucesivas temerarias disputas, y otras estudiadas evasiones que sucedieron y sostienen los portugueses para que nunca se realice la efectiva demarcación de límites de nuestros establecimientos y de los suyos” devem ser observadas como “mirar como preliminares de las ulteriores irrupciones que se han propuesto hacer en los dominios de nuestro soberano”; uma vez que almejam tornar-se “dueños absolutos de la América desde el océano Atlántico hasta el mar del sur” – o que, segundo Lastarria, “lo conseguirán si no mejoramos de conducta”⁴⁶⁷. Mobilizando uma vasta quantidade de termos relacionados não apenas ao *vocabulário específico* do *adiantamento* e do *progreso*, mas também a diversos outros termos componentes da semântica do *tempo*, o funcionário afirma que:

⁴⁶³ RAE (1726 – 1739). Envidia. *Diccionario de Autoridades*. Op.Cit.

⁴⁶⁴ RAE (1726 – 1739). Prosperidad. *Diccionario de Autoridades*. Op.Cit.

⁴⁶⁵ RAE (1726 – 1739). Suceso. *Diccionario de Autoridades*. Op.Cit.

⁴⁶⁶ LASTARRIA Y VILLANUEVA, Miguel. Colónias orientales del Río de la Plata o del Paraguay... Op.Cit., p.178.

⁴⁶⁷ Idem.

[...] en buen concepto, los progresos de la prosperidad en aquellas partes sólo dependen ya del estudio radical, de la meditación y de la diligencia de nosotros mismos, que como celosos vasallos debemos elevar fielmente la soberana atención de S.M. las noticias exactas de los dones que prodiga allí la naturaleza; del uso que puede hacerse de ellos; de los medios para aprovecharlos, de las prácticas envejecidas en el error; de los abusos, desórdenes y males, que aún duran, o se introducen de nuevo; de las faltas y descuidos que debilitan su seguridad, o que hacen inminente el riesgo de que se apoderen de él los vecinos portugueses del Brasil, quienes procuran invadirlas conducidos por un sistema cuya preponderancia gravita siempre al occidente sobre nuestras posesiones [...]”⁴⁶⁸.

Nesse excerto, ao propor que “los progresos de la prosperidad” na América espanhola dependem essencialmente “del estudio radical, de la meditación y de la diligencia de nosotros mismos” – evocando novamente a importância dos preceitos ilustrados para o êxito de suas propostas –, o funcionário se opõe energicamente às “prácticas envejecidas en el error”, bem como aos “abusos, desórdenes y males, que aún duran, o se introducen de nuevo”. Para ele, não parece ser uma alternativa plausível encontrar resultados diferentes reproduzindo sempre os mesmos equívocos pretéritos, tendo em vista a anterior constatação de que o que se vinha fazendo até então não teria cessado as tentativas e os riscos iminentes (“que hacen inminente el riesgo”) de apoderamento e invasão dos “vecinos portugueses del Brasil”. De acordo com Lastarria, então, os “progresos” não serviriam apenas para garantir a obtenção de um bom futuro, mas também para garantir o banimento peremptório da possibilidade de que se retornasse aos mesmos modelos e padrões diagnosticados como componentes de um mau passado.

Tendo em vista as discussões apresentadas sobre os textos de Pedro Fermín de Vargas y Sarmiento, Balthazar da Silva Lisboa e Miguel Lastarria y Villanueva quanto ao *vocabulário específico* do *adiantamento* e do *progreso*, foi possível observar algumas possibilidades de aplicação e mobilização dos referidos termos para o adensamento de programas elaborados por funcionários reformistas ilustrados em sua atuação em prol do resgate dos Impérios português e espanhol. Das análises empreendidas, faz-se relevante assinalar principalmente o uso de “progreso” e “progreso” tal como fora evocado por esses funcionários, que relacionavam a mencionada voz não ao sentido que adquirira em meados do século XIX, mas a partir de sua afinidade semântica com o “adiantamento” ou “adelantamiento” por eles reivindicado.

⁴⁶⁸ Idem, p.194.

Principalmente, porque a contextualização oferecida sobretudo por compilações lexicais de época, articuladas às trajetórias históricas percorridas por Portugal e Espanha no cenário que abarca esta investigação assentiu afirmar, dentre outras possibilidades interpretativas, que a incorporação do campo lexical relacionado ao “progresso”/“progreso” nos discursos analisados não respondia necessariamente aos múltiplos estímulos gerados pelo cenário de revoada de uma série de transformações estruturais que ocorriam, simultaneamente, em dimensões geográficas cercanas à da península ibérica – tais como a de França e Inglaterra, apenas para mencionar dois exemplos já suficientemente explorados no capítulo anterior. Dada a localização histórica específica do reformismo ilustrado ibero-americano, em que funcionários elaboravam seus programas de intervenção em prol da manutenção estrutural dos Impérios, o *progresso* se revelava essencialmente convergente com o projeto reformista na medida em que, interagindo com o campo semântico do *adiantamento*, operava como um dos tantos elementos lexicais mobilizados por esses homens de letras para a tessitura de seus projetos de contribuição com as Coroas portuguesa e espanhola – postulados, como já se sublinhou ao longo desta investigação – essencialmente a partir da acentuação da percepção de perda de seu poderio social, político e econômico quando da segunda metade do século XVIII.

Decadência e atraso

Foram apresentadas, no primeiro capítulo desta dissertação, algumas discussões, interpretações, propostas e reflexões de caráter estrutural acerca das múltiplas alterações e dinâmicas averiguadas ao longo de um percurso que teria abarcado ressignificações e/ou transformações inerentes a um determinado perfil de discurso construído a partir daquilo a que denominou-se “retórica da *decadência*”, empreendida por muitos dos arbitristas que atuaram na segunda metade do século XVII até meados do século XVIII, em um tipo de discurso pautado pelo que chamou-se de “retórica do *atraso*”, conjunto de códigos de linguagem que teria caracterizado o arcabouço linguístico de reformistas ilustrados ibero-americanos principalmente a partir da segunda metade do Setecentos.

Como já se mencionou anteriormente, muitas foram as razões para que esta ressignificação e/ou transformação se estabelecesse. De acordo com algumas das propostas apresentadas no capítulo anterior, é possível mencionar sobretudo o paulatino

desenvolvimento de uma percepção, por parte de ibéricos e ibero-americanos, em relação a uma espécie de descompasso temporal – aspecto caracterizador de uma instância de *simultaneidade do não simultâneo* –, não apenas em relação às potências emergentes do Noroeste europeu; mas também em relação aos novos padrões rítmicos que passaram a condicionar essas sociedades a partir de múltiplas transformações conjunturais e estruturais ocorridas no período – a título de exemplo, citou-se os primeiros estágios da Revolução Industrial, a deflagração da Revolução Francesa, assim como o deslanchar de uma intensificação quanto ao desenvolvimento do pensamento científico e o alargamento de espaços de sociabilidade, que permitiu o estabelecimento de um maior intercâmbio de informações e saberes, como se abordou.

Dadas as alterações que ofereceram aos homens do período uma série de condições de possibilidade que demandaram reconfigurações quanto a alguns termos mobilizados no discurso, tem-se que apesar de a voz “decadência” ter deixado de ser o principal recurso argumentativo nos textos redigidos por funcionários das monarquias portuguesa e espanhola a partir de c.1750, é bem verdade que esses homens não abandonaram rotundamente o uso do referido vocábulo, incorporando-o em seus escritos de forma complementar e bastante orgânica. Assim sendo, é possível afirmar que apesar da perda de centralismo tópico, o *vocabulário específico da decadência* continuou figurando de forma bastante recorrente nos textos de reformistas ilustrados setecentistas como recurso linguístico integrado à então formulada “retórica do *atraso*”. Inclusive, é verdade que a palavra “decadência” continuou sendo utilizada com muito mais recorrência do que o termo “atraso”, o que permite aventar que a questão central não esteja exatamente na substituição de um termo por outro, mas nas reconfigurações de sentido que atravessaram a *decadência* – enquanto voz e enquanto fenômeno –, e que o tornaram muito mais representativo de um *atraso*; sem que o próprio termo recém referido precisasse ser mobilizado explicitamente.

O historiador Pablo Sánchez León trata dessa tensão epistemológica que se desenvolveu acerca de “decadência” – e que, complementa-se aqui, teria impulsionado a mobilização de “atraso” sobretudo nas últimas décadas do século XVIII –, ao referir-se a um importante discurso elaborado por Pedro Rodríguez de Campomanes entre o final da década de 1750 e os primeiros anos da década de 1760, intitulado *Bosquejo de política económica española*. Segundo Sánchez León, “sobre a base de um diagnóstico que fixava

as causas do declínio imperial espanhol como um problema de falta de motivação individual para a cooperação”, o funcionário “dava por superada não obstante a fase de decadência ao comprovar as mudanças operadas nos usos e costumes dos espanhóis no tempo”⁴⁶⁹: ainda, afirma o historiador que “o discurso de Campomanes assumia plenamente a nova temporalidade, indo além, e elaborando a partir dela um discurso decisivamente volcado para a primazia do futuro a partir da confiança proporcionada pela ciência da economia política”⁴⁷⁰.

Tendo em vista portanto essa dimensão em que “se assume uma nova temporalidade”⁴⁷¹, nos termos de Sánchez León acerca do discurso de Pedro Rodríguez de Campomanes, faz-se importante empreender, como já se realizou anteriormente acerca de outros *vocabulários específicos*, um percurso analítico quanto às múltiplas instâncias de mutações e permanências que atingiram, atravessaram e reconfiguraram algumas das camadas de sentido de *decadência* e *atraso* nas compilações lexicais que cristalizam, em parte, as potências de sentido que completam cada um dos referidos vocábulos. Com isso, torna-se possível assimilar de que maneira esses dois termos constituíram a tessitura discursiva de reformistas ilustrados portugueses e espanhóis, reverberando a perda de protagonismo do vocábulo “decadência”, a ascensão de “atraso” como o principal tópico retórico mobilizado pelos colaboradores das monarquias, e como diversos matizes destes termos se complementam, se amalgamam, e transcendem os discursos em que figuram. Isso, porque ao serem portadores de fenômenos de transformação tão agônicos como os já referidos anteriormente, é como se cada invocação de “decadência” e “atraso” contivessem, em si, não apenas o arcabouço lexical que as compõem, mas toda a barafunda de dinâmicas e mutabilidades que foram incorporadas às suas tessituras semânticas no final do Setecentos.

O termo “decadencia” aparece no *Diccionario de Autoridades* como “declinación, descaecimiento, menoscabo, principio de la ruina de algún Imperio, Monarquía u otra cosa semejante”⁴⁷². No *Diccionario de castellano con las voces de ciencias y artes...* de Esteban de Terreros y Pando, de 1786, o verbete diz respeito à “declinación, ruina inminente, que

⁴⁶⁹ SÁNCHEZ LEÓN, Pablo. Decadencia y regeneración: la temporalidad de los conceptos fundamentales de la modernidad española. In: In: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier & CAPELLÁN DE MIGUEL, Gonzalo (orgs.). *Conceptos políticos, tiempo e historia...* Op.Cit., p.285.

⁴⁷⁰ Ibidem.

⁴⁷¹ Ibidem.

⁴⁷² RAE (1726 – 1739). Decadencia. *Diccionario de Autoridades*. Op.Cit.

empieza, o se sigue, disminución (sic) de grandeza con que va algo, como insensiblemente a su ruina [...] se dice también en las cosas morales”⁴⁷³. Na compilação lexical publicada pela RAE em 1791, a definição surge reduzida: “declinación, menoscabo, principio de ruina de alguna persona o cosa”⁴⁷⁴, sem direcionar especificamente o termo aos Impérios e às monarquias como a definição que constava no *Diccionario de Autoridades*. O termo não aparece no *Vocabulario Portuguez & Latino* de Raphael Bluteau; e em Moraes Silva, “decadência” é o “descaimento da força; vigor, poder”, e tem como exemplo as decadências “do Império, do valimento, dos validos, da agricultura, das artes, das ciências, do comércio; decadência do pulso; no que vai enfraquecendo”⁴⁷⁵.

Sobre as definições propostas pelas três compilações lexicais de língua espanhola, bem como pelo *Diccionario* de Antonio de Moraes Silva, é interessante observar especialmente a transformação dos exemplos propostos pelos verbetes para elucidar os significados de “decadência” apresentados: tanto o *Diccionario de Autoridades* quanto o de Moraes Silva fazem menção à ruína de instituições políticas – “algún Imperio, Monarquía u otra cosa semejante”; “do Império” --; definição esta que se encurta no *Diccionario* da RAE de 1791, que não menciona instituições específicas, mas empreende uma possibilidade de abordagem mais universal em relação à decadência; enquanto Moraes Silva a estende para “validos, da agricultura, das artes, das ciências, do comércio”.

Disso, pode-se inferir tanto que “decadência” teria passado por um processo de profunda expansão em seu potencial abarcador, na medida em que percebeu-se que não apenas as instituições poderiam decair, como também os homens – vale considerar a definição de Terreros y Pando, que se estende também “a las cosas morales” –, e também deixou de ser a causa principal para explicar a degradação dos Impérios. O fato de o termo perder sua especificidade institucional na compilação de língua espanhola datada de 1791, bem como o fato de Moraes Silva incluí-lo em sua revisão do *Vocabulario Portuguez & Latino* de Raphael Bluteau – em que o termo não constava – sempre a partir de matrizes de exemplo tão largas diz respeito, possivelmente, à ideia de que no final do século XVIII, já

⁴⁷³ TERREROS Y PANDO, Esteban de. Decadencia. *Diccionario de Castellano con las voces de ciencias y artes...* Op.Cit.

⁴⁷⁴ RAE (1791). Decadencia. *Diccionario de la lengua castellana...* Op.Cit.

⁴⁷⁵ SILVA, Antonio de Moraes. Decadência. *Diccionario da lingua portugueza*, Op.Cit.

revelava-se que o fenecimento das monarquias não deveria ser explicado pela reivindicação da “decadência”, mas pela mobilização do *vocabulário específico* do “atraso”.

A definição de “atrasar” em Bluteau – não se encontrou a forma substantiva “atraso”, apenas sua configuração verbal – diz respeito a “retardar”, e o primeiro exemplo que se dá é o de “atrasar um negócio”. Depois, a outra possibilidade é “atrasar ou dilatar um negócio”, e a frase que se utiliza para exemplificar o termo é bastante sintomática para esta investigação; tendo inclusive bastante semelhança com a já mencionada sentença de Bernardo Ward anteriormente referida, e que tem a ver com o exercício comparativo típico do empreendimento do discurso reformista ilustrado: diz Bluteau, que “para vos adiantares, atrasais os outros”⁴⁷⁶. Mas é em Moraes Silva que a proposta deste subitem se verifica com mais profundidade: as primeiras definições do termo “atrasar” são “pôr atrás”; “retardar, dilatar o movimento”; “desandar com ponteiro para as horas passadas e talvez com o atrasador, quando tem o defeito de adiantar-se”⁴⁷⁷. O substantivo “atraso”, por sua vez, tem como primeira definição o “atrasamento de contas”. A segunda definição de “atraso”, no *Diccionario* de Moraes Silva, é simplesmente “decadência”⁴⁷⁸.

O *Diccionario de Autoridades* apresenta a voz “atraso” como “la pérdida o mengua que se padece en la hacienda, o en otra cosa”⁴⁷⁹, enquanto o verbete “atrasar” possui três definições: “en el sentido recto, que es dejar a otro detrás de sí, apenas tiene uso; pero en el translaticio es mui usado, y vale ser causa de que otro no se adelante, ò embarazándole los médios y disposiciones para su logro, ò anteponiendo à otro, para retardarle sus intentos (sic)”; “se toma también por detener, suspender, o dejar una cosa para más tarde: como atrasar la vendímia, atrasar las pagas”, bem como “atrasar el reloj, u otra cosa, que natural o artificiosamente se mueve y camina. Es detenerla el curso y movimiento, o volverla atrás, para que camine más despacio, o repita lo que ya tenía adelantado”⁴⁸⁰. Na compilação de Terreros y Pando, “atraso” diz respeito à “pérdida de bienes, caudal”; enquanto a modulação verbal trata de “retardar; dejar o echar atrás a uno”⁴⁸¹. As mesmas definições do

⁴⁷⁶ BLUTEAU, Raphael. Atrasar. *Vocabulario portuguez & latino*, Op.Cit.

⁴⁷⁷ SILVA, Antonio de Moraes. Atrasar. *Diccionario da lingua portugueza*, Op.Cit.

⁴⁷⁸ SILVA, Antonio de Moraes. Atraso. *Diccionario da lingua portugueza*, Op.Cit.

⁴⁷⁹ RAE (1726 – 1739). Atraso. *Diccionario de Autoridades*. Op.Cit.

⁴⁸⁰ RAE (1726 – 1739). Atrasar. *Diccionario de Autoridades*. Op.Cit.

⁴⁸¹ TERREROS Y PANDO, Esteban de. Atraso. *Diccionario de Castellano con las voces de ciencias y artes...* Op.Cit.; TERREROS Y PANDO, Esteban de. Atrasar. *Diccionario de Castellano con las voces de ciencias y artes...* Op.Cit.

Diccionario de Autoridades se matêm na publicação da RAE de 1791, com o acréscimo de uma importante ponderação para a forma verbal do termo também referente à definição de Terreros y Pando: “en el sentido recto, que es dejar a otro detrás de sí, apenas tiene uso; pero es muy usado en el metafórico, y vale estorbar que otro adelante su fortuna, o conveniencias”⁴⁸²; sendo importante considerar que o referido *Diccionario* introduz também os verbetes “atrasado/da”, de forma adjetiva; bem como a variante reflexiva do verbo atrasar – “atrasarse” –, cuja definição é “quedarse atras”.

O italiano Domenico Vandelli (Pádua, 1735 – Lisboa, 1816), já mencionado, foi uma das figuras maior importância para o reformismo ilustrado português. Tendo estudado Filosofia Natural e Medicina na Universidade de Pádua no início da década de 1760, Vandelli desembarcou em Portugal no ano de 1764 como integrante de uma equipe de professores italianos contratados pelo Estado lusitano para lecionar disciplinas científicas no Real Colégio dos Nobres – proposta que não teve êxito e condicionou o pronto retorno de Vandelli à Itália. Pouco tempo depois, foi contatado por Sebastião José de Carvalho e Melo para projetar e construir o Jardim Botânico da Ajuda, em Lisboa, o que acabou lhe rendendo a participação na construção de outro Jardim Botânico, desta vez na Universidade de Coimbra, em 1772.

Finalizado o referido empreendimento coimbrão, Vandelli voltou no mesmo ano para aquela Universidade como professor de História Natural e Química, tendo ali ocupado posteriormente os cargos de Diretor do Laboratório Químico e Diretor da Faculdade de Filosofia. Foi nessa conjuntura que o *estrangeirado* colaborou com a formação de toda uma geração jovens estudantes que, posteriormente, se tornariam membros do aparato burocrático imperial português, dentre os quais é possível citar Manuel Arruda da Câmara, Joaquim de Amorim e Castro, Manuel Ferreira da Câmara, José Bonifácio de Andrada e Silva, Joaquim Pedro Fragoso, Balthazar da Silva Lisboa, bem como Alexandre Rodrigues Ferreira, com quem empreendeu uma série de “viagens filosóficas” pelo reino e suas conquistas⁴⁸³. Vandelli participou, ainda, da fundação da ARCL, tornando-se um de seus principais contribuintes.

⁴⁸² RAE (1791). Adelantamiento. *Diccionario de la lengua castellana...* Op.Cit.

⁴⁸³ Sobre o tema, ver SILVA, Ana Rosa Clacet da. O marquês de Pombal e a formação do homem público no Portugal setecentista. In: FALCON, Francisco José Calazans & RODRIGUES, Cláudia (orgs.). *A Época Pombalina no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, pp. 413-452.

Um dos mais importantes aportes do ilustrado italiano para com a referida instituição deu-se através da publicação da *Memória sobre a Agricultura deste Reino e de suas Conquistas*. Nela, Vandelli não apenas externa seu comprometimento quanto à elaboração de programas que pudessem vir a contribuir com o desenvolvimento da agricultura no contexto português, como também propõe importantes reflexões acerca da decadência do Império lusitano e meios para evitá-la – argumento para o qual mobiliza, com bastante recorrência, os *vocabulários específicos* da *decadência* e do *atraso*.

Logo no início das *Memórias*, Vandelli empreende uma comparação entre a agricultura desenvolvida por outros países – que, segundo ele, se encontrava em situações de maior vantagem do que nos séculos anteriores se cotejada com a portuguesa –, discutindo as razões que considera plausíveis para justificar esse *adiantamento*. De acordo com Vandelli, apesar de a performance epistêmica acerca da agricultura poder ser considerada um “costume” – uma vez que, para o ilustrado, “escrever de Agricultura neste século é costume introduzido em quase todas as Nações polidas” –, é bem verdade que “a Agricultura em alguns países está pouco mais adiantada que nos séculos passados, em que não havia este fervor por tal estudo”⁴⁸⁴. De acordo com ele,

Não foi a imensidade de livros quem fez adiantar a Agricultura em Inglaterra; mas sim uma sábia política, e na França as sociedades divididas em diferentes juntas: assim na Dinamarca, Suécia, e nos Suíços não foram tanto as excelentes Memórias das Academias, como principalmente os prêmios e as sábias Leis, que promoveram a cultivação nestes países⁴⁸⁵.

Ao tratar do desenvolvimento da agricultura na Inglaterra, na França, na Dinamarca, na Suécia e na Suíça, salientando a importância dos prêmios e das “sábias Leis” para a promoção da “cultivação” nos referidos países, Domenico Vandelli apresenta uma importante ponderação acerca do aprimoramento e conhecimentos científicos naquele período: para o Ilustrado, “inúteis são todos os livros, todos os projetos, não havendo uma particular legislação bem executada, que tire os fortes impedimentos e anime com prêmios e honras os Lavradores”, o que significa afirmar que apesar de situar os saberes científicos num lugar de estima e prestígio, Vandelli sabe que acima de tudo está o poder monárquico, e que de seus atos depende a realização de estudos sobre a agricultura, bem como a real

⁴⁸⁴ VANDELLI, Domenico. *Memória sobre a agricultura desse reino e das suas conquistas...* Op.Cit., p.164.

⁴⁸⁵ VANDELLI, Domenico. *Memória sobre a agricultura desse reino e das suas conquistas...* Op.Cit., p.164.

prosperidade da mesma em âmbito português. O ilustrado segue, afirmando que na *Memória* indicará:

- I. O Estado da Agricultura no Reino, e suas Conquistas.
- II. As causas físicas e morais da sua decadência.
- III. Os meios para fazer florescer a Agricultura⁴⁸⁶.

Dos três tópicos propostos por Domenico Vandelli como diretrizes para a *Memória*⁴⁸⁷ é possível considerar, em primeiro lugar, a apreensão orgânica de um funcionário de monarquias, que concebe como partes integrais de um mesmo todo tanto a dimensão metropolitana quanto os seus apêndices coloniais. Depois, a constatação da decadência da agricultura como um fenômeno oriundo de causas tanto físicas quanto morais; o que permite inferir que, para Vandelli, não apenas os fenômenos naturais tinham suas implicações no decadentismo agrícola, mas também os maus atos operados por homens tinham contribuído com os prejuízos que nela se instauraram. Em terceiro lugar – tal tópico será explorado com maior atenção no próximo capítulo dessa dissertação –, Vandelli faz uso de uma metáfora botânica, “florescer”, para aludir ao desenvolvimento da agricultura no mencionado contexto.

Referindo-se especificamente à agricultura do Reino, Vandelli afirma, empreendendo o já anteriormente explorado recurso de evocação à períodos pretéritos, que “a porção que está cultivada em vinhas oliveiras, bosques, grãos e legumes, não tem em geral o grau da perfeição, ou de aumento na Agricultura, que pode admitir, nem o que tinha no tempo do Senhor Rei D. Dinis”⁴⁸⁸. Ao evocar “o tempo do senhor rei D. Dinis” – personagem anteriormente mencionada por Balthazar da Silva Lisboa, que aparece com imensa recorrência em discursos de reformistas ilustrados portugueses –, Vandelli objetiva enaltecer uma época pretérita em que, graças ao chamado “Rei Lavrador”, não teria havido em Portugal nem pessoas e nem terras ociosas⁴⁸⁹.

⁴⁸⁶ VANDELLI, Domenico. *Memória sobre a agricultura desse reino e das suas conquistas...* Op.Cit., pp.164-165.

⁴⁸⁷ Vandelli enuncia um quarto item, apenas para assinalar o conteúdo que, segundo ele, “ficará para outra *Memória*”: “IV. Algumas reflexões sobre as Leis Agrárias deste reino, requerimentos dos Povos em Corte, cuja coleção disposta com ordem sistemática tenho já pronta”. Ibidem.

⁴⁸⁸ VANDELLI, Domenico. *Memória sobre a agricultura desse reino e das suas conquistas...* Op.Cit., p.165.

⁴⁸⁹ “El-Rei aos lavradores chamava os *Membros da República*; como já lhes havia chamado a antiguidade companheiros da natureza. Concedeu-lhes como a tais graves isenções, e privilégios, fez roçar e abrir dilatadíssimas brenhas em muitas partes do reino, que não serviam mais, que para covas de feras, e mandou plantar árvores, semear frutos, utilizando o inútil em benefício dos povos. Ao desvelo da cultura se seguia a

Seguindo com o recorrido histórico para explicar comparativamente as causas que justificariam o flagelamento da agricultura de Portugal e suas colônias, Vandelli afirma que:

A decadência total da Agricultura teve princípio com as Conquistas, e se conservou neste deplorável estado pelos exorbitantes privilégios, pelos tributos sobre os gêneros da primeira necessidade, e com a proibição de sacar os produtos da Agricultura. Então não se cuidou mais em cultivar, e povoar os terrenos incultos; mas pelo contrário grande parte dos cultivados se despovoaram, e ficaram sem cultura: não se cuidou mais nos públicos caminhos, nem na navegação interior, e ficaram quase em uma total inobservância as sábias Leis Agrárias. Além destas primeiras causas da decadência da Agricultura se acrescentarão mais as causas Físicas e Morais ainda existentes, que impedem o seu adiantamento⁴⁹⁰.

Neste excerto da *Memória* de Vandelli, pela mobilização da voz “decadência” no início do parágrafo e pelo uso do vocábulo “adiantamento” no final do mesmo, faz-se possível observar a articulação proposta por este subitem, que diz respeito às afinidades de sentido compartilhadas por essas duas palavras e por seu entorno semântico. Se a solução, segundo Domenico Vandelli, para compensar a decadência da agricultura – processo que, segundo ele, teria se iniciado com as Conquistas, tema com o qual o já referido ilustrado neogranadino Pedro Fermín de Vargas concorda para o contexto hispano-americano, tendo em vista que, para ele, “todo se halla atrasado y el estado actual del Reino dista poco del que hallaron los conquistadores em sus primeras invasiones”⁴⁹¹ – diz respeito ao adiantamento da mesma, é possível afirmar que para o ilustrado, a agricultura portuguesa estaria atrasada. Ou seja, se as causas físicas e morais listadas pelo ilustrado em seguida são justamente o que impedem o adiantamento da agricultura na dimensão imperial lusitana, tem-se então que o diagnóstico de sua decadência se dá através da plena articulação dessa com o de seu atraso. Isso, porque considerar a necessidade de que algo seja *adiantado* parte essencialmente do pressuposto de uma instância comparativa: ao afirmar que além das primeiras causas listadas há outras que impedem o adiantamento da agricultura lusitana,

continuação da fertilidade que foi perene no seu tempo: pelo que se falta trigo em Portugal, não é porque faltem terras aos lavradores, senão lavradores para as terras, e a estes o favor dos reis. Mandou plantar o pinhal de Leiria”; apud: *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa – 1789-1815*. Tomo I. Lisboa: Banco de Portugal, 1990, p.128.

⁴⁹⁰ VANDELLI, Domenico. *Memória sobre a agricultura desse reino e das suas conquistas...* Op.Cit., p.172.

⁴⁹¹ DE VARGAS Y SARMIENTO, Pedro Fermín. *Pensamientos políticos sobre la agricultura, comercio y minas del Virreinato de Santafé de Bogotá...* Op.Cit., p.15.

Vandelli concebe que a mesma se encontra atrasada em relação àquela que vigorava nas outras circunstâncias espaciais por ele mencionadas.

Após listar as causas físicas e morais que impedem o adiantamento da agricultura portuguesa⁴⁹², o funcionário apresenta algumas propostas para contribuir com o seu desenvolvimento. Para ele, “sem vencer todos estes obstáculos, é inútil esperar que se adiante a Agricultura; e todos os projetos nesta matéria serão quiméricos, e nunca poderão ter execução”, alegando que “a célebre obra de Mr. Bertrand, sobre o espírito da Legislação para promover a Agricultura, posta em prática, seria o verdadeiro meio de promovê-la neste Reino e suas Conquistas”.

Em tal excerto, Domenico Vandelli recorre a um vocábulo já anteriormente mencionado pelo neogranadino Pedro Fermín de Vargas: ao tratar da “promoção” da agricultura portuguesa – voz que, como já anteriormente mencionado para o contexto hispano-americano, diz respeito também ao *progreso* e ao *adiantamento* –, o funcionário novamente outorga à agricultura portuguesa um lugar de atraso. Isso se confirma, principalmente, pelas definições do verbo “promover” e do substantivo “promoção” nas compilações lexicais de língua portuguesa: em Bluteau, a definição do substantivo diz respeito à “ação de promover, ou levantar alguém a uma dignidade”⁴⁹³, enquanto o verbo se refere a “levantar”, “subir” e, não por acaso, “adiantar”⁴⁹⁴. Em Moraes Silva, por sua vez, as definições se alargam de modo bastante interessante: “promoção” diz respeito “ao ato de promover ou elevar a posto, dignidade, ofício, graduação superior a em que estava a pessoa

⁴⁹² De acordo com o funcionário, as causas físicas da decadência da agricultura de Portugal e suas Conquistas são as seguintes: “1) Distribuição do terreno em grandes herdades; 2) Os caminhos e rios quase impraticáveis; 3) Inundações grandes dos rios por falta de motas ou encanamentos; 4) Em algumas partes a definição de habitações, e das aldeias; 5) A falta de meios para cultivar os terrenos; 6) A pouca quantidade de gente, e de gado”. In: VANDELLI, p.174. As causas morais, por sua vez, são estas: “1) Falta de instruções, ou educação nos Lavradores; 2) Desertarem seus filhos para as Cidades, e tomarem outro ofício; 3) As pensões, e algumas imposições, muito gravosas; 4) A nenhuma isenção, que tem os Lavradores dos cargos mais onerosos da República; ao contrário serem eles que fossem os maiores gravames; 5) O desprezo em que se tem os Lavradores; 6) As perniciosas, e morosas demandas; 7) Alguns Ministros, que não protegem os Lavradores, mas muitas vezes os oprimem; 8) Pela miséria pois, na qual em geral os Lavradores são educados, contentam-se de um vil sustento, nem procuram os cômodos da vida, e assim faltos de forças pouco podem trabalhar, e pela miséria em que se acham muitos deles não se casam; 9) A imensidade de criados, e vadios; 10) Não se facilitar aos Colonos Estrangeiros o estabelecimento”. Complementa, ainda, afirmando que “nas conquistas, a falta de povoação é a causa principal do pouco aumento da Agricultura, e também as Minas de Ouro”. VANDELLI, Domenico. Memória sobre a agricultura desse reino e das suas conquistas... Op.Cit., pp.172-173.

⁴⁹³ BLUTEAU, Raphael. Promoção. *Vocabulario portuguez & latino*, Op.Cit.

⁴⁹⁴ BLUTEAU, Raphael. Promover. *Vocabulario portuguez & latino*, Op.Cit.

que foi promovida”⁴⁹⁵, enquanto o verbo recebe as seguintes incorporações de sentido: “elevar a dignidade, ofício de graduação superior”; “fazer adiantar e fazer progressos”; “solicitar, recerer a favor de alguém ou de alguma causa”; “procurar, diligenciar o efetivo comportamento”; com a explicação complementar a partir dos exemplos “Promover o comércio, a Agricultura”, como exemplos para “procurar o seu adiantamento”⁴⁹⁶.

Propondo, então, a formação de um *Código Rural* para Portugal – onde “não faltam excelentes Leis Agrárias, mas raríssimas são as que se executam”⁴⁹⁷ –, Vandelli afirma que não seria suficiente a existência de uma sábia Legislação sem que, recorrendo novamente aos exempla pretéritos, houvesse “a imitação dos antigos Romanos”, na intenção de que se estabelecessem “Censores Agrários ou pessoas inteligentes, que as façam [às Leis] observar, honrando e premiando os bons Lavradores”⁴⁹⁸. Como sugerido pelo mesmo Vandelli numa outra colaboração enviada à ARCL, a *Memória sobre a necessidade de uma viagem filosófica feita no reino, e depois nos seus domínios*, tem-se que “a prosperidade de qualquer nação não é senão o resultado da sua indústria, a qual dirigindo os trabalhos da agricultura, e fomentando as artes sabe daqui tirar matéria para o seu comércio”; uma vez que, para o funcionário, “sem a agricultura, não se pode avaliar como feliz um Estado, pois que se vê precisado a olhar as mãos alheias para a sua subsistência”⁴⁹⁹.

Se bem o *Discurso sobre la agricultura de La Habana y medios de fomentarla* de Francisco de Arango y Parreño suscitou o empreendimento de uma exaustiva análise relacionada ao *vocabulário específico das reformas*, como se notou no primeiro subitem deste capítulo, é igualmente verdade que o mesmo discurso do funcionário hispano-cubano também permite tratar da mobilização da *decadência* e do *atraso*. Isso porque, ao empreender constantes comparações estabelecidas principalmente entre a Espanha, a França e a Inglaterra, Arango y Parreño manifesta que o Império espanhol deveria nelas espelhar-se para garantir a consumação dos tantos *remédios* que propõe em sua contribuição a partir da consideração de um estágio de *decadência* e *atraso* em que julga encontrar-se a Espanha relação aos concorrentes do Noroeste europeu.

⁴⁹⁵ SILVA, Antonio de Moraes. Promoção. *Diccionario da lingua portugueza*, Op.Cit.

⁴⁹⁶ SILVA, Antonio de Moraes. Promover. *Diccionario da lingua portugueza*, Op.Cit.

⁴⁹⁷ VANDELLI, Domenico. *Memória sobre a agricultura desse reino e das suas conquistas...* Op.Cit., p.173.

⁴⁹⁸ Idem, p.174.

⁴⁹⁹ VANDELLI, Domenico. [Anônimo, 1796]. *Memória sobre a necessidade de uma viagem filosófica feita no reino, e depois nos seus domínios. Memórias Económicas Inéditas...* Op.Cit., p.3.

Após comentar as consequências lançadas sobre a agricultura havaneira quando do término da guerra de 1779⁵⁰⁰, Francisco de Arango y Parreño propõe, no subitem do *Discurso* intitulado “La decadencia con explicación de los motivos”, que:

[...] tomaron su antiguo curso las cosas y los agricultores de los ramos de extracción encontraron sus haciendas sin adelanto alguno, desprovistas de negros y escasas de todo utensilio. Tenían algún numerario de la inundación pasada, y se deshacían por emplearlo en mejora de sus ingenios creyendo que estas haciendas seguirían prósperamente. ¡Incautos, que no advertían la notable diferencia de los tiempos; que las principales causas de su felicidad pasada faltaban y que un nuevo orden de cosas les anunciaba su ruina!⁵⁰¹

Sobre esse excerto, em primeiro lugar, é importante assinalar que Arango y Parreño aponta para o fato de as coisas terem tomado “su antiguo curso” após a ocorrência da guerra, o que corresponde à afirmação de que os agricultores tenham encontrado “sus haciendas sin adelanto alguno”. A partir dessa construção frasal, Arango aponta para uma ampliação semântica em relação ao que se pode articular com o “atraso” por meio do emprego da palavra “antiguo”, que contrapõe-se ao “adelanto” não encontrado nas “haciendas”, por estarem essas desprovidas de escravos negros e de demais utensílios para a sua manutenção.

Acerca da palavra empregada pelo hispano-cubano, vale acrescentar uma importante reflexão, tal como fora por ele mobilizado no *Discurso* elaborado em língua espanhola, mas que vale também para o termo “antigo”, tal como se escreve em língua portuguesa. Principalmente, porque os significados atribuídos ao referido vocábulo pelas compilações lexicais setecentistas são bastante particulares: segundo o *Diccionario de Autoridades*,

⁵⁰⁰ “Es cierto que mientras duró no hubo extracción segura y continua de azúcares; que se escasearon los utensilios, que se encarecieron los negros otro tanto de lo que valían en la paz, y que por la misma causa no prosperó el ramo ni los demás de extracción; pero con la llegada del ejército de operaciones y escuadras que allí se reunieron, tomaron un vuelo increíble los otros ramos de agricultura. Treinta y cinco millones de pesos que entraron para la subsistencia del ejército, después de llenar el vacío de la macuquina, envilecieron el numerario, dieron un precio exorbitante a todas las cosas vendibles y proporcionaron recursos a los mismos azucareros para recompensar con ventajas el estanco de sus cosechas. ¡Ojalá que a tantos bienes se hubiese unido la ventaja de saber aprovecharlos! Pero cuando volvió la paz, cuando zarpó la escuadra, cuando se ausentó el ejército, cuando nos vimos solos y ajustamos nuestras cuentas, fue cuando conocimos que apenas quedaban en nuestro poder el diezmo de las riquezas que allí se habían derramado. Las demás se escaparon al extranjero en cambio de bagatelas, y lo peor es que aun de este corto resto la mayor parte se había empleado en el fomento de haciendas que no daban los costos cuando faltó la abundancia de consumidores”. ARANGO Y PARREÑO, Francisco de. *Discurso sobre la agricultura de la Habana y medios de fomentarla...* Op.Cit., p.148.

⁵⁰¹ ARANGO Y PARREÑO, Francisco de. *Discurso sobre la agricultura de la Habana y medios de fomentarla...* Op.Cit., p.149.

“antiguo” é “lo que viene de largo tiempo, o que ha mucho tiempo que pasó: como inscripción antigua, leyes antiguas, Reyes antiguos”⁵⁰²; enquanto no *Vocabulário Português & Latino*, de Raphael Bluteau, a definição imediata se dá apenas por meio da palavra “velho”⁵⁰³. As descrições para ambas as línguas se adensam de maneira notável nas compilações do final do século: no *Diccionario da língua portugueza*, de Antonio de Moraes Silva, a definição oferecida por Bluteau se mantém, mas vem acompanhada do seguinte complemento: “velho: opõe-se a *moderno, recente, novo*”. Ainda: “que existe há largos anos”; “usado antigamente”; “velho, ancião”⁵⁰⁴. No *Diccionario de castellano con las voces de ciencias y artes* de Terreros y Pando, “antiguo” é “lo que ha mucho tempo que es, o fue en otro tiempo”⁵⁰⁵; enquanto no *Diccionario de la lengua castellana*, publicado pela RAE em 1791, o termo é apresentado como um vocábulo “que se aplica a lo que tiene antigüedad, y a la persona que ha ejercido mucho tempo algun empleo” quando utilizado como adjetivo; bem como “se llama en los colegios, y otras comunidades el que há salido de nuevo, o moderno”, quando utilizado como substantivo. Ainda: “se toma por los que vivieron en los siglos remotos; llámanse también así los hombres célebres de la Antigüedad”⁵⁰⁶. A compreensão desta vasta gama de sentidos abarcados por “antiguo” e “antigo” aponta, então, para uma dupla abrangência de sentido do termo no uso empreendido por reformistas ilustrados ibero-americanos: tanto a partir de uma condição valorativa positiva ou negativa, como se demonstrará nos parágrafos a seguir.

No *Ensaio de descrição física e económica da comarca dos Ilhéus na América*, por exemplo, o reformista ilustrado português Manuel Ferreira da Câmara (Minas Gerais, 1762 – Bahia, 1835) propõe algumas observações para o empreendimento de melhorias à comarca. Para tanto, recorre ao vocábulo “adiantamento” para, ao falar de sua não consumação, denunciar e lamentar o incumprimento dos êxitos planejados para a mencionada região:

O ministro encarregado do adiantamento e cultura desta comarca pretendeu fazê-la comunicável com o sertão da Ressaca, abriu-se uma estrada, que apesar de ser tortuosa, tinha trinta léguas, por onde chegou a descer algum gado, mas a falta de

⁵⁰² RAE (1726 – 1739). Antigo. *Diccionario de Autoridades*. Op.Cit.

⁵⁰³ BLUTEAU, Raphael. Antigo. *Vocabulario portuguez & latino*, Op.Cit.

⁵⁰⁴ MORAES SILVA, Antonio de. Antigo. *Diccionario da lingua portugueza*, Op.Cit.

⁵⁰⁵ TERREROS Y PANDO, Esteban de. Antigo. *Diccionario de Castellano con las voces de ciencias y artes...* Op.Cit.

⁵⁰⁶ RAE (1791). Antigo. *Diccionario de la lengua castellana...* Op.Cit.

habitadores, e a vegetação rápida, impediu estes bons começos; e a comarca se reduziu ao seu antigo estado de penúria⁵⁰⁷.

Na medida em que a realização do “adiantamento” na comarca de Ilhéus seria, para o ilustrado, a solução para evitar que a comarca retornasse ao seu “antigo estado de penúria” – o que acabou ocorrendo por conta do rápido crescimento da vegetação onde se havia aberto uma estrada e da ausência de pessoas que pudessem habitar aquele espaço –, Ferreira da Câmara considera então o termo “antigo” como sinônimo de “atrasado”, ou seja, mobiliza uma condição valorativa negativa, dentre o vasto arcabouço semântico possível para o termo – como já se apontou em parágrafos anteriores –. Dado o fracasso da intentona reformista ali observada por conta de intempéries naturais, tem-se que a comarca de Ilhéus esteve fadada justamente ao antônimo da sorte vislumbrada pelo reformista, pois que ao padecer do “defeito de adiantar-se” – já referida definição de Moraes Silva para o termo “atrasar”⁵⁰⁸ – retornou sumariamente ao seu “antigo estado de penúria”.

No que se refere à mobilização mais ordinária do termo, que simplesmente o emprega para a caracterização de épocas, períodos e datas pretéritas – e que, portanto, lhe garante uma conotação valorativa positiva –, é possível observar seu emprego na *Memoria sobre el modo mecánico con que obran los Baños*, escrita em 1772 pelo já referido funcionário José António de Alzate y Ramírez e publicada nos *Asuntos vários sobre ciencias y artes: obra periódica dedicada al Rey nuestro señor*. Nela, o hispano-americano afirma que “algunas naciones acostumbran bañar a los recién nacidos en agua fría, y Virgilio nos lo refiere de los antiguos Latinos”⁵⁰⁹, sentença em que o vocábulo “antiguos” é utilizado simplesmente como uma adjetivação de época para caracterizar os referidos Latinos.

Já o uso que faz do termo o anteriormente mencionado reformista Victorián de Villava, desta vez nos *Apuntes para una reforma de España, sin trastorno del gobierno monárquico, ni de la religión* permite verificar expresamente as duas possíveis acepções da voz numa mesma frase: “acordándose aún algunos de los antiguos tiempos de su

⁵⁰⁷ CÂMARA, Manuel Ferreira da. Ensaio de descrição física, e econômica da Comarca dos Ilhéus na América. *Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa – 1789-1815*. Tomo I. Lisboa: Banco de Portugal, 1990.

⁵⁰⁸ MORAES SILVA, Antonio de. *Atrasar. Diccionario da lingua portugueza...* Op.Cit.

⁵⁰⁹ ALZATE Y RAMÍREZ, José Antonio de. *Memoria sobre el modo mecánico con que obran los Baños. Asuntos vários sobre ciencias y artes: obra periódica dedicada al Rey nuestro señor*. Cidade do México: en la imprenta de la Biblioteca Mexicana del Lic. D. Josef de Jauregui, en la Calle de San Bernardo, 1772, p.58. Disponível em Archive.org.

independencia, formarían partidos separados [...] y aun cuando cansados todos del antiguo poder se convinieran en destruirlo, para sustituirle el del pueblo”⁵¹⁰; em que se nota, na primeira mobilização, o sentido de “antiguos” – em “antiguos tiempos” – como tempos pretéritos, anteriores. Na seguinte, por sua vez, o cansaço expresso em relação ao “antiguo poder” manifesta-se justamente em relação à sua obsolescência, ao seu “atraso” em relação ao desenvolvimento de novos pressupostos modernos de poder, o que manifesta então uma condição valorativa negativa do termo.

Ainda segundo Arango y Parreño, no excerto anteriormente apresentado, a crença por parte dos agricultores de que suas haciendas “seguirían prósperamente”, apesar da falta de condições estabelecidas para tanto, foi o que o levou a referir-se a eles como “incautos”, denominação que se explica, segundo o ilustrado, precisamente pela falta de advertência por parte desses agricultores sobre “la notable diferencia de los tiempos”, assim como por não perceberem que “las principales causas de su felicidad pasada faltaban” e que “un nuevo orden de cosas anunciaba su ruina”⁵¹¹.

Sobre esse excerto, faz-se necessária a observação acerca de pontos já anteriormente discutidos neste trabalho: ao assinalar “la notable diferencia de los tiempos”, Arango y Parreño expressa a ideia de que encontra-se numa nova época, em que o advento do inédito se faz evidente, e que é necessário considera-lo. Ainda, ao diagnosticar a ausência das causas da “felicidad pasada” e ao atentar para a emergência de uma nova ordem que anunciava a ruína, o ilustrado mobiliza uma das possíveis acepções de “decadência” – como se viu anteriormente nas definições do termo oferecidas tanto pelo *Diccionario de Autoridades* como pelo *Diccionario de la lengua castellana* – e expressa, rotundamente, que os atos incautos dos agricultores o fariam presenciar a decadência.

Em muitos dos textos analisados, tanto os que se referem à dimensão lusa quanto à hispano-americana, foram encontradas algumas menções ao reparo de uma construção, bem como à “reedificação” de algo, principalmente a partir de seu uso alegórico e plástico relacionado ao empreendimento de um projeto reformista ilustrado, cuja requisição essencial apontava para a contenção de uma *decadência* ou de um *atraso* tidos como

⁵¹⁰ VILLAVA, Victorián de. Apuntes para una reforma de España, sin trastorno del gobierno monárquico, ni de la religión. In: PORTILLO VALDES, José María. *La vida atlántica de Victorián de Villava*. Madri: Editorial Doce Calles, 2010, p.69.

⁵¹¹ ARANGO Y PARREÑO, Francisco de. Discurso sobre la agricultura de la Habana y medios de fomentarla... Op.Cit., p.149.

iminentes e que, portanto, poderiam vir a contribuir com a demolição desses “constructos políticos e econômicos” que eram os Impérios ibéricos. Para tanto, é importante considerar que “ruína”, em Bluteau e em Moraes e Silva diz respeito à “destruição”, e o principal exemplo apresentado tanto no *Vocabulario Portugues & Latino* quanto no *Diccionario de Língua Portuguesa* é o da destruição de um edifício⁵¹². No *Diccionario de Autoridades*, “ruina” é “la acción de caer o arruinarse alguna cosa”; “se toma también por caída o destrozo de alguna fábrica, edificio, o cuerpo”, valendo ainda para “destrozo, perdición y caimiento de alguna persona, familia, Comunidad o estado”⁵¹³; descrição que se mantém no *Diccionario de la lengua castellana*, que incorpora que “por metonímia, se toma por la causa de ruina o cauda de alguno, así en lo físico como en lo moral”⁵¹⁴.

Manuel Arruda da Câmara (Pombal, Paraíba, 1752 – Goiana, 1810), por exemplo, na *Memória sobre a cultura dos algodoeiros e sobre o método de o escolher, e ensacar...*, afirma que “o bem comum é o edifício, para cuja construção todos os particulares tem obrigação de trazerem os materiais, conforme os seus talentos”⁵¹⁵. Também o recém citado hispano-americano José Antonio de Alzate y Ramírez, no Prólogo dos *Asuntos Varios sobre Ciencias y Artes*, indaga: “¿un Magnífico Edificio, no comienza por una piedra?”, e afirma que “[...] si no pudiere ayudarles con mi debilidad [...] me consolaré de haber procurado armar el ademe, ya que mi suerte no me proporcionó capaz de hermostear el Edificio”⁵¹⁶. Também Arango y Parreño, ao tratar da organização de *Sociedades Patrióticas*, questiona: “si las que hay en la Península apenas sirven para reedificar, ¿cómo hemos de persuadirnos que la que se establezca en La Habana ha de ser capaz de hacer desde los cimientos tan complicado edificio?”⁵¹⁷.

Voltemos ao texto de Arango y Parreño. O ilustrado afirma, em relação ao comércio de negros escravizados, que:

⁵¹² BLUTEAU, Raphael. Ruina. *Vocabulario portuguez & latino*, Op.Cit.; SILVA, Antonio de Moraes. Ruina. *Diccionario da lingua portuguesa*, Op.Cit.

⁵¹³ RAE (1726 – 1739). Ruina. *Diccionario de Autoridades*. Op.Cit.

⁵¹⁴ RAE (1791). Ruina. *Diccionario de la lengua castellana...* Op.Cit.

⁵¹⁵ CÂMARA, Manuel Arruda da. *Memória sobre a cultura dos algodoeiros e sobre o método de o escolher, e ensacar etc.* Lisboa: Na Oficina da Casa Literária do Arco do Cego, 1799, p.VI, Disponível no acervo digital da BBM.

⁵¹⁶ ALZATE Y RAMÍREZ, José Antonio de. Prologo e Idea General de la Obra. *Asuntos varios sobre ciencias y artes...* Op.Cit., p.6.

⁵¹⁷ ARANGO Y PARREÑO, Francisco de. Discurso sobre la agricultura de la Habana y medios de fomentarla... Op.Cit., p.162.

Los ingleses son los señores de este comercio y proporcionan los mismos bienes a sus colonias. Los franceses son los más atrasados en él, sin embargo de que tienen factorías en África y lo hacen directamente. Mas para que su agricultura no se resintiese de esta diferencia señaló el exorbitante premio de veinticuatro pesos por cada negro que se introdujese, y esto ¿en qué tiempo...? cuando ya tenían cerca de cuatrocientos mil dentro de Santo Domingo. Nosotros, aun ahora, que no vamos a Guinea, apenas llegaremos a cincuenta mil negros en toda la Isla de Cuba [...] ¿Cómo, pues, hemos de tener con la misma comodidad y abundancia los negros que necesitamos? Nos llegarán los rezagos y siempre seremos los últimos⁵¹⁸.

Além da utilização de *atraso* para referir-se à disparidade dos franceses em relação à atuação dos ingleses no comércio de escravos africanos, faz-se necessário considerar que a mobilização do termo “rezago”, empreendida por Arango y Parreño no final do excerto apresentado, também diz respeito aos *vocabulários específicos* contemplados por esse capítulo. De acordo com o *Diccionario de Autoridades*, o termo refere-se ao “atraso o resíduo que queda de alguna cosa”⁵¹⁹, o que permite afirmar que com as complicações relacionadas à chegada de escravos africanos à ilha de Cuba, o ilustrado considera que para o referido local só arribariam as sobras, os escravos “retardatários”, sendo possível afirmar que, considerando-se a “dianteira temporal” inglesa no referido comércio, seguida pela França.

O *Discurso sobre a verdadeira influência das minas dos metais preciosos na Indústria das Nações que as possuem, e especialmente da Portuguesa*, elaborado por D. Rodrigo de Sousa Coutinho (Chaves, Portugal, 1755 – Rio de Janeiro, 1812) e publicado no primeiro tomo das *Memórias Económicas* da ARCL é um dos textos mais visitados pela historiografia sobre o reformismo ilustrado luso-americano.

No referido texto, D. Rodrigo argumenta que as minas de metais preciosos devem ser consideradas como a principal causa para o fenecimento dos Impérios ibéricos – o *Discurso* enfoca a monarquia portuguesa, é claro, mas inclui também os vizinhos espanhóis e suas respectivas colônias –. Para corroborar o argumento, evoca episódios tanto da história lusitana como da hispânica, na intenção de situar a gênese dos problemas que viriam a acometer as duas coroas por seu caráter essencialmente metalista. De acordo com

⁵¹⁸ ARANGO Y PARREÑO, Francisco de. *Discurso sobre la agricultura de la Habana y medios de fomentarla...* Op.Cit., p.152.

⁵¹⁹ RAE (1726 – 1739). *Rezago*. *Diccionario de Autoridades*. Op.Cit.

o funcionário da monarquia lusitana, mobilizando tanto os vocábulos “decadência” como “ruína”, tem-se que:

Todos os Homens Célebres e do maior nome da Literatura e Política, que tem considerado a influência das Minas dos metais preciosos na indústria das Nações que as possuem, as tem reputado como a principal causa da decadência das mesmas Nações, e da ruína da sua indústria⁵²⁰.

Afirmando a necessidade de considerar “a influência das Minas desde o seu descobrimento” para compreender as razões pelas quais as mesmas seriam a causa da decadência dos Impérios que as possuem, D. Rodrigo de Sousa Coutinho inicia sua reflexão tratando das consequências negativas relacionadas à “aparência de rápidas e brilhantes fortunas”, cujo principal exemplo seria o de “animar a despovoação” dos espaços em que aparecem⁵²¹. Como já se viu anteriormente, o vocábulo “animar” pode ser considerado parte do mesmo arcabouço semântico de “acelerar”, o que na citada construção frasal de D. Rodrigo de Sousa Coutinho adquire uma conotação bastante particular, na medida em que o ilustrado afirma que é justamente a emergência de “rápidas e brilhantes fortunas” – ou seja, que surgem de forma veloz “e quase sem trabalho” – “a causa de uma despovoação, que toda se converte em dano do país que possui as minas”.

Mencionando alguns ensinamentos oferecidos por épocas pretéritas, D. Rodrigo segue afirmando que “tendo a experiência verificado que a Povoação cresce em razão do aumento da Indústria e da facilidade do trabalho, que acrescenta o cômodo de cada indivíduo”, torna-se evidente, de acordo com o funcionário, que “logo neste primeiro período, a falta que se poderia sentir da povoação vem a suprir-se pelo aumento que deve ter por outra parte na razão da melhor saída e consumo das manufaturas”⁵²². Com isso, Sousa Coutinho argumenta que apesar de ter havido um primeiro momento de despovoação em razão da veloz fortuna adquirida pelos homens e pelos Impérios através das minas, é necessário vislumbrar uma etapa posterior, um “segundo período” – “isto é, depois que as Minas principiam a aumentar a indústria da Metrópole”, em que “os seus efeitos são exatamente os mesmos que os de uma balança muito vantajosa”: de acordo com ele, este

⁵²⁰ COUTINHO, D. Rodrigo de Sousa. Discurso sobre a verdadeira influência das minas dos metais preciosos na Indústria das Nações que as possuem, e especialmente da Portuguesa. *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa – 1789-1815*. Tomo I. Lisboa: Banco de Portugal, 1990, p.237.

⁵²¹ Ibidem.

⁵²² COUTINHO, D. Rodrigo de Sousa. Discurso sobre a verdadeira influência das minas dos metais preciosos... Op.Cit., p.238.

“segundo período” estaria caracterizado pelo crescimento do produto, da povoação, das necessidades e das fortunas dos comerciantes, e todos os gêneros da Metrópole achariam “uma pronta saída em Navios Nacionais”, tendo em vista que a Nação, enriquecida, “acharia forças suficientes para sustentar este útil, bem que dispendiosos comércio”⁵²³.

Em seguida, o funcionário se propõe a discutir alguns dos argumentos que “o célebre Montesquieu produz contra as Minas”: citando dizeres do escritor e político francês, D. Rodrigo afirma que, para Montesquieu, “elas [as Minas] dobrarão o *Numerário*, abaterão consequentemente o seu valor; e crescendo ao mesmo tempo a dificuldade de extrair na América os Metais preciosos, diminuiu-se a riqueza que se tirava delas”; asserção com a qual o funcionário lusitano não concorda. De acordo com Sousa Coutinho,

É bem digno de reflexão que Montesquieu, produzindo este argumento, não atendesse que só podia ter força no caso de uma Nação, que não tendo indústria, pagasse uma balança desvantajosa com o produto das Minas, que por consequência seria obrigada a pagar cada ano mais; mas não se podem justamente culpar as minas de um efeito independente delas. O argumento de Montesquieu perde inteiramente a sua força aplicado a uma Nação que possuísse antes as Artes e a Indústria. Eu já mostrei quais seriam os efeitos que ellas produziram nos seus diversos períodos, e são bem diversos dos que pensa Montesquieu⁵²⁴.

Na continuação do *Discurso*, D. Rodrigo de Sousa Coutinho passa a empreender um recorrido histórico em relação à trajetória política e econômica percorrida pelos Impérios ibéricos, a fim de expor as razões pelas quais, acredita ele, Portugal e Espanha tenham principiado seus respectivos processos de decadência. De acordo com o funcionário português,

Ultimamente a história das Nações que possuem Minas nas suas Colônias, ainda que tantas vezes alegada em favor dos que seguem a opinião contrária, não produz nada contra a minha; pois que jamais estas Nações padecerão os efeitos de uma extrema riqueza; e só neles se virão os de uma grande falta, que nasceu de bem diferentes causas. Eu concludo esta Memória expondo brevemente as causas da elevação e decadência das duas Nações que possuem Minas nas suas Colônias, e mostrando pela sua mesma história que elas não produziram os maus efeitos que lhes atribuem⁵²⁵.

Nesse excerto, Sousa Coutinho contrapõe a “decadência das duas Nações que possuem Minas nas suas colônias” à sua “elevação”. O referido termo aparece, em Bluteau,

⁵²³ Ibidem.

⁵²⁴ COUTINHO, D. Rodrigo de Sousa. Discurso sobre a verdadeira influência das minas dos metais preciosos... Op.Cit., pp.238-239.

⁵²⁵ COUTINHO, D. Rodrigo de Sousa. Discurso sobre a verdadeira influência das minas dos metais preciosos...Op.Cit., p.240.

como a “ação de levantar alguma coisa em alto”, bem como associado a “honras, dignidades, glória e fortuna”⁵²⁶. Na narrativa empreendida pelo funcionário ilustrado, que parte do período em que governaram Fernando e Isabel, o funcionário sugere que após a época dos Reis Católicos, é possível diagnosticar nos reinados de Carlos V e Filipe II o momento em que teriam se iniciado as dificuldades políticas e econômicas que atravessariam a tessitura histórica dos Impérios ibéricos a partir de então; uma vez que, de acordo com o diagnóstico elaborado pelo ilustrado,

as contínuas guerras [...] as imensas despesas que ocasionaram, a despovoação das Províncias, os duros tributos que recaíam sobre a parte industriosa da Nação, e muitos outros motivos que é escusado lembrar, suspenderão os felizes efeitos que deveriam seguir-se de uma riqueza que a Indústria podia fazer sólida e permanente [...]. Jamais Carlos V e Filipe II teriam podido sustentar as guerras que fizeram sem a total ruína dos seus Reinos; jamais poderiam ter oprimido tanto a Indústria e Artes, sem logo sentirem o dano imediato, se as riquezas que as Minas acumularam não servissem de retardar os maus efeitos de uma balança prejudicial, e nascida da opressão e extermínio da parte mais útil e industriosa da Nação⁵²⁷.

Após assinalar de maneira enfática que os conflitos bélicos teriam sido o principal fator de deflagração da decadência dos Impérios ibéricos durante o período governado por Carlos V e Filipe II, o funcionário português afirma que “a História de Portugal é mais um novo testemunho desta verdade”. Para ele, referindo-se à “passagem do Cabo da Boa Esperança” como um momento de grande transformação na história do Império português, tem-se que de acordo com Sousa Coutinho, antes do referido episódio, “a nossa Indústria, e o nosso Comércio estavam ainda no berço: aquela feliz revolução mudou a face da Europa”, por meio da transferência, aponta o ilustrado, do Mercado das Especiarias e Manufaturas Orientais de Veneza para Lisboa. É ponderável, entretanto, que estes “felizes anos que possuímos sem concorrência este Comércio de Economia” tiveram, segundo o ilustrado, uma breve duração: de acordo com D. Rodrigo, “os últimos anos do Reinado do Senhor D. João III foram o princípio da nossa decadência, que o seu Sucessor precipitou animado do entusiasmo, recebido na educação que fez inúteis os talentos de que a Natureza o dotou, fazendo-o suscetível de grandes virtudes”⁵²⁸.

⁵²⁶ BLUTEAU, Raphael. *Elevação. Vocabulario portuguez & latino*, Op.Cit.

⁵²⁷ COUTINHO, D. Rodrigo de Sousa. Discurso sobre a verdadeira influência das minas dos metais preciosos... Op.Cit., pp.240-241.

⁵²⁸ COUTINHO, D. Rodrigo de Sousa. Discurso sobre a verdadeira influência das minas dos metais preciosos... Op.Cit., pp.241-242.

Para o reformista, os sessenta anos seguintes ao reinado de D. João III teriam sido aqueles em que a força prevalecera sobre o direito, e em que apenas teriam sido representadas não mais que “tristes cenas” no cenário performático do Império português. Isso, porque foi a partir da governação do referido monarca que se iniciou a crise que posteriormente alcançou seu ápice com o desaparecimento do então monarca, seu neto D. Sebastião, no já referido episódio da batalha de Alcácer-Quibir. Dados os desencadeamentos deste evento com o estabelecimento do que chamou-se de União Ibérica, D. Rodrigo de Sousa Coutinho afirma que, nesses sessenta anos, “o nosso rico Comércio, as nossas Colônias por uma mal entendida Política se abandonaram aos inimigos do Estado, unindo estas calamidades às outras que sofrerão ao mesmo tempo todos os Vassalos Espanhóis”⁵²⁹. Apesar de tratar especificamente as mazelas que teriam afligido o Império português, é mister observar a aproximação que estabelece D. Rodrigo de Sousa Coutinho entre as dificuldades atravessadas pela monarquia lusitana e aquelas que afligiram também o Império espanhol. Não obstante a cumplicidade epistemológica que o funcionário ilustrado estabelece entre as duas monarquias, o período de dissolução da União Ibérica é caracterizado por Sousa Coutinho como “a grande e feliz época de 1640”, em que “o grande Rei que então subiu ao Trono, apesar da terrível guerra que sustentava procurou todos os meios possíveis de restabelecer a antiga glória da Nação”⁵³⁰.

Sobre essa afirmação do funcionário português, é importante discorrer acerca da mobilização do vocábulo “reestabelecer” para tratar das propostas empreendidas pelo “grande Rei que então subiu ao Trono”. É interessante observar que os verbetes que explicam o referido no *Vocabulario Portuguez & Latino* de Raphael Bluteau e no *Diccionario* de Antonio de Moraes Silva apresentam definições um tanto quanto diferentes entre si; e considerar essas diferenças faz-se bastante significativo para a compreensão da integralidade do *Discurso* de D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

No *Vocabulario Portuguez & Latino*, o verbete “reestabelecer” apresenta a definição de “tornar a estabelecer; restaurar”⁵³¹. No *Diccionario* de Moraes Silva, a primeira parte do verbete “reestabelecer” coincide com a proposta de Raphael Bluteau, mas outras duas

⁵²⁹ COUTINHO, D. Rodrigo de Sousa. Discurso sobre a verdadeira influência das minas dos metais preciosos... Op.Cit., p.242.

⁵³⁰ O funcionário refere-se, como já se mencionou no primeiro capítulo desta dissertação, a D. João IV. Ibidem.

⁵³¹ BLUTEAU, Raphael. Reestabelecer. *Vocabulario portuguez & latino*, Op.Cit.

definições são incorporadas: “tornar a estabelecer, repor no antigo estado, condição”, bem como “instituir de novo, reformar”. A partir das acepções apresentadas pelas compilações lexicais de língua portuguesa, é possível averiguar certa mudança de sentido em relação ao arcabouço lexical que compunha o termo “restabelecer” no início e no final do século XVIII: no *Vocabulario Portuguez & Latino* de Bluteau, publicado entre 1712 e 1728 – mais próximo, portanto, do período de dissolução da União Ibérica e de recuperação do Império português pelos Bragança –, a palavra refere-se de maneira mais direta ao processo de “restauração”, termo mobilizado para caracterizar o processo de reconquista da autonomia lusitana após os referidos sessenta anos de poderio espanhol; enquanto no *Diccionario da lingua portugueza* publicado por Antonio de Moraes Silva em 1789 – inserido, então, no contexto de empreendimento das reformas ilustradas por parte do Império português –, “reestabelecer” tem seu sentido elementar reiterado em relação à proposta de Raphael Bluteau, mas é atravessado por um notável deslocamento semântico que remove de sua definição o termo “restaurar” – que compunha o verbete do *Vocabulario Portuguez & Latino* – e o substitui pela palavra “reformar”.

Assim sendo, faz-se fundamental conceber que a operação do termo “reestabelecer” por D. Rodrigo de Sousa Coutinho no referido trecho do *Discurso sobre a verdadeira influência das minas dos metais preciosos* não se reduz apenas ao uso do verbo “estabelecer” – “fazer firme e estável, fundar”⁵³² – acompanhado do prefixo latino “re” – que designa “movimento para trás” ou “repetição”: ao referir-se à procura de “todos os meios possíveis de restabelecer a antiga glória da Nação” empreendidos por D. João IV após recuperar o trono português, a ideia transmitida pelo funcionário ilustrado em relação ao que pretendia o referido monarca era a de “emendar, corrigir”⁵³³, bem como “renovar, reformar a coisa e repô-la no antigo estado”⁵³⁴.

D. Rodrigo de Sousa Coutinho segue referindo-se então ao reinado do “Senhor Rei D. Pedro, época em que se descobriram as grandes Minas do Brasil”. Apontando para esse período como sendo também aquele em que se firmara o já referido Tratado de Methuen com a Inglaterra, o funcionário ilustrado alega que o estabelecimento do citado acordo estaria, desde então, “destruindo todas as manufaturas do Reino”, “e fazendo cair todo o

⁵³² MORAES SILVA, Antonio de. Estabelecer. *Diccionario da lingua portugueza...* Op.Cit.

⁵³³ MORAES SILVA, Antonio de. Reformar. *Diccionario da lingua portugueza...* Op.Cit.

⁵³⁴ MORAES SILVA, Antonio de. Restaurar. *Diccionario da lingua portugueza...* Op.Cit.

nosso Comércio nas mãos de uma Nação aliada e poderosa, fixou contra nós a balança do Comércio em tal maneira, que o imenso produto das Minas foi limitado para soldar”⁵³⁵.

O termo “destruir”, no *Diccionario de língua portugueza* de Antonio de Moraes Silva, também permite estabelecer uma associação com os *vocabulários específicos* da *decadência* e do *atraso*, sobretudo, porque evoca a já mencionada alegoria plástica da ruína de um edifício, apresentada e exemplificada através dos excertos de Manuel Arruda da Câmara, José Antonio Alzate y Ramírez e Francisco de Arango y Parreño: de acordo com a mencionada compilação lexical, a primeira definição de *destruir* diz respeito à “derrubar o edifício”; assim como “arruinar, deitar a perder” e “causar grande ruína”⁵³⁶. A definição anteriormente proposta pelo *Vocabulario Portuguez & Latino* era coincidente com a do *Diccionario de língua portugueza*, mas oferecia dois exemplos de uso de particular interesse para esta investigação, que foram retirados por Moraes Silva em sua reelaboração da compilação de Bluteau: “tudo com o tempo se destrói”; “destrói o tempo as opiniões que os homens inventaram”⁵³⁷. A expressão “fazer cair”, empreendida por Sousa Coutinho para caracterizar o estado em que se encontrava o comércio português nas mãos da Inglaterra, também possui relação direta com os *vocabulários específicos* da *decadência* e do *atraso*, uma vez que convergem com a definição proposta pelo *Diccionario de língua portugueza* para o verbete “decair” – entidade verbal ausente no *Vocabulario* de Bluteau –.

Segue o ilustrado, ainda referindo-se às consequências negativas que teriam sido condicionadas pelo Tratado de Methuen, afirmando que:

As minas retardaram por algum tempo sentir-se os efeitos daquele desigual tratado, e foram contudo culpadas, quando principiou a conhecer-se a ruína da Indústria Nacional. No Reinado do Senhor D. João V, produziram aquela aparente riqueza, que não sendo fundado na Indústria, e diminuindo continuamente por uma balança muito ruinosa, veio enfim a desvanecer-se⁵³⁸.

Sobre tal excerto, é necessário tratar particularmente da voz “retardar”. De acordo com Moraes Silva, o referido vocábulo refere-se a “fazer demorar mais do que o necessário,

⁵³⁵ COUTINHO, D. Rodrigo de Sousa. Discurso sobre a verdadeira influência das minas dos metais preciosos... Op.Cit., p.242.

⁵³⁶ MORAES SILVA, Antonio de. Destruir. *Diccionario da lingua portugueza...* Op.Cit.

⁵³⁷ BLUTEAU, Raphael. Destruir. *Vocabulario portuguez & latino*, Op.Cit.

⁵³⁸ COUTINHO, D. Rodrigo de Sousa. Discurso sobre a verdadeira influência das minas dos metais preciosos... Op.Cit., p.242.

ou do que deve ser”, sendo complementado por “não despachar a tempo, causar dilação, prolongar, delongar”⁵³⁹; definições que permitem o estabelecimento de uma relação direta com o *vocabulário específico* do *atraso*, tendo em vista que ao afirmar que “as minas retardaram por algum tempo” a sensação dos efeitos do Tratado de Methuen, Sousa Coutinho refere-se a uma percepção de alargamento do tempo necessário para que os efeitos negativos do acordo com a Inglaterra fossem experimentados pelo Império português.

Nos últimos parágrafos do *Discurso sobre a verdadeira influência das minas dos metais preciosos*, o ilustrado afirma que “a pouca justiça com que se criminaram as Minas foi bem conhecida no Reinado do Senhor Rei D. José I de saudosa memória” – monarca que, segundo o funcionário, “procurou remediar todos os abusos que se tinham introduzido à sombra do Tratado de Methuen tanto em dano da Nação, e que eram o verdadeiro motivo da nossa decadência”⁵⁴⁰. Partindo do emprego do vocábulo “remediar” – anteriormente examinado por esta investigação como parte do *vocabulário específico* das *reformas* – para caracterizar as medidas empreendidas pelo monarca D. José I, D. Rodrigo de Sousa Coutinho afirma rotundamente que foram os abusos culminados pelo estabelecimento do Tratado de Methuen com a Inglaterra que teriam introduzido “dano” à Nação portuguesa.

Daí, vale mencionar que o verbete “dano”, de acordo com o *Diccionario* de Antonio de Moraes Silva, permite observar novamente o empreendimento que realiza o funcionário português de uma das possíveis anteriormente assinaladas alegorias plásticas relacionadas ao desmoronamento a de um edifício, uma vez que a definição apresentada pelo verbete da referida compilação lexical diz respeito ao “mal, perda, estrago que se faz na saúde, fazenda, bens, no edifício”⁵⁴¹. Por ter então condicionado o “dano da Nação” – seria possível dizer, por ter gerado estragos ao grande edifício imperial – é que Sousa Coutinho aponta o Tratado de 1703 como “o verdadeiro motivo da nossa decadência”.

Exaltando a figura de D. José I, o funcionário ilustrado afirma que, com ele, foi possível visualizar “em nosso tempo a Aurora do mais ditoso dia”, e assinala que “a justa posteridade lerá com admiração as ações de um Soberano, que fez renascer dentre as cinzas

⁵³⁹ MORAES SILVA, Antonio de. Retardar. *Diccionario da lingua portugueza...* Op.Cit.

⁵⁴⁰ COUTINHO, D. Rodrigo de Sousa. *Discurso sobre a verdadeira influência das minas dos metais preciosos...* Op.Cit., pp.242-43.

⁵⁴¹ MORAES SILVA, Antonio de. Dano. *Diccionario da lingua portugueza...* Op.Cit.

a mais florescente Cidade” através da criação do crédito público e do desterro do prejuízo “que nos sujeitava a uma Nação perita nos seus interesses, que com o aparente e especioso véu de proteção, nos tinha quase reduzido a ser Colonos de uma estranha Metrópole”⁵⁴².

A importância deste excerto para a conclusão da análise do *Discurso* de D. Rodrigo de Sousa Coutinho se dá pela hipótese apresentada pelo funcionário ilustrado de que Portugal se tornasse uma colônia da Inglaterra. Para ele, o emprego deste “aparente e especioso véu de proteção” – o Tratado de Methuen – poderia ter feito com que o Império português, referencial metropolitano para suas colônias de além-mar, assumisse um lugar refratário em relação à posição que sempre ocupara. Com isso, D. Rodrigo permite observar que os estatutos conceituais de “colônia” e “metrópole” já se viam bastante fragilizados nesta última década do Setecentos⁵⁴³ – ao ponto de ser possível questionar um trânsito estrutural tão agônico em que Portugal tornar-se-ia uma colônia inglesa –, o que se revelara principalmente através de uma proposição, por ele apresentada em seu texto, de uma “redução” de Portugal a este lugar.

Considerando-se as análises apresentadas em relação aos *vocabulários específicos* relacionados à *decadência* e ao *atraso*, bem como as discussões desenvolvidas no primeiro capítulo desta dissertação, foi possível confirmar a importância da mobilização dos referidos termos para a tessitura de discursos de reformistas ilustrados ibero-americanos, principalmente, enquanto aos deslocamentos semânticos por eles empreendidos em relação à reivindicação de um decadentismo ibérico tal como a destacavam letrados arbitristas que atuaram em fins do século XVI e ao longo de todo o século XVII.

Dada a paulatina observação de certo desfalcamento presenciado por Portugal e Espanha tanto em relação às potências competidoras do Noroeste europeu, como no que se refere aos novos ritmos de temporalidade experimentados por esses funcionários, também o arcabouço linguístico por eles mobilizado na elaboração de programas apresentados aos seus respectivos Soberanos foi penetrado por sensíveis alterações: ainda que a voz “decadência” continuasse a ser evocada por esses homens como uma das principais ferramentas interpretativas de um período que revelava um profundo abalo nos “constructos

⁵⁴² COUTINHO, D. Rodrigo de Sousa. Discurso sobre a verdadeira influência das minas dos metais preciosos... Op.Cit., p.243.

⁵⁴³ Ver ORTEGA, Francisco. Colonia, nación y monarquía. El concepto de colonia y la cultura política de la Independencia. In: BONILLA, Heraclio (ed). *La cuestión colonial*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2011, pp. 109-134.

orgânicos” das monarquias ibéricas – para evocar alegoria plástica dos edifícios anteriormente assinalada –, a incorporação de um sentido de “atraso”, relacionada a esta nova experiência de temporalidade que se instaura no cenário ocidental sobretudo a partir da segunda metade do Setecentos, garantiu uma contundente ampliação do potencial programático inerente à produção textual de reformistas ilustrados. Isso, sobretudo, porque a mobilização de uma retórica do “atraso” – para retornar à terminologia proposta no primeiro capítulo – consentiu que esses homens abarcassem nos escritos por eles apresentados tanto o atrofiamiento que diagnosticavam atravessar Portugal e Espanha no referido período como, também, responder às demandas estruturais de uma nova temporalidade cujas pulsações se estabeleciam de modo cada vez mais veloz.

Capítulo 3

O tempo no reformismo ilustrado: conjuntos metafóricos

[...] Esse século (o XVIII), será o primeiro a assumir o que se preparava no interior da retórica do tempo de Tácito: o gozo da linguagem enquanto tal. Esse século será o primeiro a preferir à imitação – relação de submissão ao exterior – a beleza, definida agora como combinação harmoniosa dos elementos de um objeto entre si, como uma realização em si mesma. Estamos, com efeito, em uma época em que cada qual pretende ter os mesmos direitos que os outros e possuir em si mesmo o padrão de beleza e valor⁵⁴⁴.

Tzvetan Todorov

Introdução

Por meio de análises empreendidas a partir de *vocabulários específicos* condicionados por vozes tais como *reformas*, *história*, *experiência* e *expectativa*, *adiantamento* e *progresso*, bem como *decadência* e *atraso*, o percurso trilhado no capítulo anterior permitiu compreender de que maneira o *tempo*, enquanto *conceito transversal oblíquo*, permeou as linguagens políticas mobilizadas por reformismos ilustrados ibero-americanos na tessitura dos projetos por eles elaborados, na medida em que determinadas matrizes discursivas comuns suscitaram um delineamento e caracterização convergente no tocante ao arcabouço semântico presente nos programas apresentados por funcionários de ambas as monarquias a seus respectivos Soberanos.

Se bem o estudo de *vocabulários específicos* foi reivindicado como uma possível estratégia interpretativa para a compreensão de aspectos estruturantes da semântica do *tempo*, o capítulo que então se inicia objetiva aprofundar certos conjuntos metafóricos presentes na produção textual de funcionários do reformismo ilustrado, postulando apontar principalmente para o fato de que apesar de os temas a serem apresentados não terem sido estruturantes dos discursos em que foram mobilizados – tal como o foram aqueles apresentados e analisados no capítulo anterior –, sua incorporação aos programas de reformas ilustradas a partir de uma *transversalidade oblíqua* do *tempo* teria tornado-os importantes componentes dessa *experiência linguístico-conceitual* que, como já se mencionou, era compartilhada por atores políticos tanto do Império português como do espanhol.

⁵⁴⁴ TODOROV, Tzvetan. *Teorias do Símbolo...* Op.Cit., p.108.

Para tanto, é importante mencionar que o termo “metáfora” não será aqui evocado com base em sua definição teórica, proveniente da gramática, que lhe atribui a classificação normativa de uma figura de linguagem que viabiliza uma “transferência” de sentido de uma palavra a outra, quase sempre por meio de uma comparação não explícita. Como se demonstrará, palavras que desempenham função metafórica serão reivindicadas principalmente a partir de seu sentido experiencial e operacional, como “intuições analógicas que têm a capacidade não apenas de arrojar luz sobre problemas enquistados, mas também de desvelar significados ignorados e edificar, desse modo, novos conceitos”⁵⁴⁵, e como ferramentas aglutinadoras e representantes de determinados temas, ideias, locuções e símbolos na produção textual cujo exame será apresentado nas próximas páginas.

Isso, sobretudo, porque o processo de análise das fontes que compuseram o corpus documental que subsidiou a realização desta investigação assentiu considerar certo aspecto de flutuação, plasticidade e efemeridade nas metáforas mobilizadas por funcionários das Coroas ibéricas, uma vez que seu desempenho textual – diferentemente daquele que caracteriza os *vocabulários específicos* previamente abordados – revelou-se muito mais ocasional e detentor de controvérsias semânticas menores e de contendas políticas amalgamadas em sua apelação discursiva que se demonstraram mais amenas em relação àqueles núcleos lexicais tratados no capítulo anterior.

Assim, almejou-se averiguar, tendo em vista a importância componente desses temas para a tessitura discursiva empreendida por funcionários de Portugal e Espanha, de que maneira o *tempo*, como *conceito transversal oblíquo*, foi mobilizado por essas personagens também através de determinados conjuntos metafóricos. Pleiteando transcender alguns dos limites semânticos estabelecidos – ainda que com notável elasticidade – pelos *vocabulários específicos* que condicionaram a organização das análises e interpretações recém apresentadas, o capítulo que então se inicia esquadrinhará principalmente a “potência gerativa da metáfora como mecanismo por excelência de

⁵⁴⁵ FERNÁNDEZ-SEBASTIÁN, Javier. Metáforas para la historia y una historia para las metáforas. In: GODICHEAU, François e SÁNCHEZ LEÓN, Pablo (eds.). *Palabras que atan: Metáforas y conceptos de vínculo social en la Historia Moderna y Contemporánea*. Madrid/México: Fondo de Cultura Económica, 2015, pp. 33-62.

construção semântica”⁵⁴⁶; na medida em que a mesma será tomada como uma entidade responsável pela *excitação* de certos sentidos de *tempo*.

Para tanto, se partirá principalmente de dois pressupostos teórico-metodológicos mencionados na Introdução deste trabalho: o de Tzvetan Todorov, referente à ideia de que “uma palavra [...] pode ou *significar* uma ideia ou somente *excitá-la*”⁵⁴⁷; bem como de algumas das contribuições de Hans Blumenberg acerca do que o autor define como uma “metaforologia” das palavras, uma vez que tenha sido precisamente a palavra “distância”, um dos termos chave da reflexão blumenberguiana, que condicionou a busca por enunciados terminológicos ainda mais plásticos e sensíveis do que aqueles cujo rastreamento permitiu a composição do capítulo anterior. De acordo com Blumenberg, “a metáfora é, de fato, não só um sucedâneo de um conceito que atualmente falta [...] senão também um fator de projeção, que amplia e ocupa o lugar vazio, um procedimento imaginativo que, no símil, se cria sua própria consistência”⁵⁴⁸.

Procedendo de quatro conjuntos metafóricos – a saber: a) metáforas botânicas; b) conservação e costumes; c) metáforas cinéticas ou elementos lexicais relacionados à lentidão, estagnação e celeridade; d) metáforas de contingência –, serão discutidos alguns temas de fundamental relevância para a composição de muitos dos projetos reformistas redigidos por funcionários das Coroas ibéricas; o que permite afirmar que os conjuntos metafóricos a serem apresentados nas próximas páginas expressam não apenas um novo estágio analítico possível no processo de desdobramento do *tempo* como *conceito transversal oblíquo* – na medida em que constituem também um alargamento das estruturas semânticas configuradas através dos *vocabulários específicos* –, mas também a importância de determinados vocábulos, ainda que menos eloquentes, para a elaboração de memórias, discursos, ensaios, reflexões, dissertações e cartas empreendida por esses homens.

Alheio à pretensão de realizar uma exegese semântica – como se empreendeu no capítulo anterior – acerca das entidades lexicais que constituem e integram um e outro

⁵⁴⁶ Idem.

⁵⁴⁷ “Uma palavra pode significar de duas maneiras ou, mais exatamente, pode ou *significar* uma ideia ou somente *excitá-la*. “É preciso, portanto, distinguir entre essas ideias acrescentadas e as ideias significadas: pois embora umas e outras se achem em uma mesma mente, nela não se encontram do mesmo modo”. TODOROV, Tzvetan. *Teorias do Símbolo*. Op.Cit., p.136.

⁵⁴⁸ BLUMENBERG, Hans. *Las realidades en que vivimos*. Barcelona: Paidós, 1999, p.139. Ver também _____. *Paradigmas para una metaforología*. Madri: Editorial Trotta, 2003 e _____. *Teoria da não conceitualidade*. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

conjunto metafórico, este capítulo pautará principalmente na apresentação de alguns excertos em que foram encontradas as metáforas acima mencionadas, buscando apresentá-las como arquétipos reveladores, ainda que opacos, de determinadas pautas e problemas caros aos projetos de reformas ilustradas propostos em relação às Américas Ibéricas e que, oriundas das condições lexicais oferecidas pelos *vocabulários específicos* e núcleos lexicais tratados no segundo capítulo deste trabalho, manifestam a vasta amplitude da *experiência linguístico-conceitual* compartilhada por Portugal e Espanha entre fins do século XVIII e princípios do XIX.

Metáforas botânicas: florescimento, fertilidade e esterilidade

O exame do emprego de temas relacionados à botânica como um dos conjuntos metafóricos pertinentes à semântica do *tempo* revelou-se interessante para essa investigação por duas principais razões. A primeira se refere ao pujante desenvolvimento do estudo, exploração e catalogação da natureza tal como ocorrera principalmente a partir da segunda metade do Setecentos, época em que, segundo Cláudia Beatriz Heynemann, as ciências naturais eram consideradas potenciais promotoras de “um quadro de manutenção, aperfeiçoamento e reforma, a felicidade dos homens, centro das preocupações, ensejando o domínio e fruição do mundo natural”⁵⁴⁹; o que significa dizer que tiveram, portanto, uma função central no programa ilustrado. A segunda, condicionada pela primeira, diz respeito à incorporação de uma série de vocábulos pertinentes ao âmbito da botânica à linguagem política mobilizada em escritos de cunho reformista ilustrado, inseridos nos textos em que figuravam principalmente a partir da *excitação*, segundo os preceitos oferecidos por Tzvetan Todorov, de sentidos de *tempo*.

O que se aventa, dentre outras possibilidades interpretativas, é que dada a relevância atribuída a práticas agrícolas em detrimento da importância da rentabilidade potencial da exploração de metais preciosos a partir de meados do século XVIII, como se abordará ao longo deste subitem da investigação – e como já se tratou, por exemplo, em relação ao *Discurso sobre a verdadeira influência das minas dos metais preciosos...* de D. Rodrigo de Sousa Coutinho –, o exercício de uma linguagem prenhe de metáforas botânicas teria sido reivindicado por funcionários das Coroas não apenas como uma condição orientada por

⁵⁴⁹ HEYNEMANN, Cláudia Beatriz. *As Culturas do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2010, p.36.

certas características de sua formação como homens públicos tipicamente setecentistas – pautada essencialmente na “sistematização dos novos valores e conhecimentos da natureza”⁵⁵⁰ –, mas também como artifício semântico estratégico para o fortalecimento argumentativo de propostas e projetos relacionados à agricultura e ao desenvolvimento das ciências naturais por eles oferecidos aos Impérios ibéricos, na medida em que a aplicação de metáforas botânicas se dava, principalmente, como recurso de apelação a uma nova experiência de *tempo* que passava a vigorar no período.

Ambas as propostas de análise podem ser verificadas a partir de um trecho dos *Elementos de la filosofía natural, que contienen los principios de la física demostrados por las matemáticas y confirmados con observaciones y experiencias*, escrito pelo naturalista e botânico ilustrado José Celestino Mutis (Cádiz, 1732 – Santafé de Bogotá, 1808). Tendo chegado a Santafé no início de 1762 como médico do vice-rei Mesía de la Cerda⁵⁵¹, o gaditano foi reconhecido principalmente por seu exercício docente e por sua notável contribuição para com a formação de uma geração de estudantes neogranadinos a partir dos preceitos da ilustração – o que aproxima sua trajetória a de Domenico Vandelli, *estrangeirado* italiano radicado em Portugal –, bem como por sua atuação como diretor da Expedição Botânica empreendida no Novo Reino de Granada no último quartel do século XVIII. De acordo com José Celestino Mutis, “entre todas las naciones... se ha mirado siempre como asunto de la mayor importancia el estudio de la naturaleza, pero en ningún tiempo ha florecido tanto como en el nuestro [...]”⁵⁵².

Para situar a frase de José Celestino Mutis no contexto em que se insere, é necessário tratar principalmente de dois fatores de fundamental relevância para a compreensão das reformas ilustradas tal como foram lançadas em direção às Américas Ibéricas na segunda metade do Setecentos. A primeira diz respeito à emergência do empreendimento de uma série de expedições, viagens, visitas e residências de funcionários das monarquias, estimuladas pela consideração da importância dos saberes científicos típica do “programa de secularização, humanidade, cosmopolitismo e liberdade” que orientava o

⁵⁵⁰ SILVA, Ana Rosa Clacet da. O marquês de Pombal e a formação do homem público no Portugal setecentista. Op.Cit., p.415.

⁵⁵¹ SILVA, Renán. *Los ilustrados de Nueva Granada*. Op.Cit., p.47.

⁵⁵² MUTIS, José Celestino. *Elementos de la filosofía natural, que contienen los principios de la física demostrados por las matemáticas y confirmados con observaciones y experiencias*: dispuestos para instruir a la juventud en la doctrina de la filosofía newtoniana en el Real Colegio del Rosario de Santa fe de Bogotá en el Nuevo Reino de Granada. Apud: SILVA, Renan. *Los Ilustrados de Nueva Granada...* Op.Cit., pp.52-53.

“humanismo renovado” característico do século XVIII⁵⁵³, e que respondia não apenas à necessidade de “catalogar os recursos botânicos e físicos do Império”, mas também à intenção de “mapear as colônias e estabelecer fronteiras claras com as potências europeias rivais”⁵⁵⁴. Segundo Jorge Cañizares-Esguerra, ao tratar principalmente da América espanhola, tem-se que:

Inúmeras expedições chegaram à América chefiadas por especialistas estrangeiros, ou por espanhóis treinados em escolas francesas e alemãs, para melhorar a produção das minas com a introdução de inovações técnicas; desafiar o monopólio comercial dos mercadores holandeses e ingleses [...]; coletar dados estatísticos e históricos com vistas a reorganizar as colônias numa base mais racional; criar instituições educacionais alternativas às universidades para treinar servidores civis; e ajudar a reformar a saúde pública para melhorar, segundo um paradigma mercantilista, a economia⁵⁵⁵.

Como parte dos trabalhos desenvolvidos pelos funcionários das Coroas incumbidos de sistematizar as geografias imperiais na América, é necessário mencionar a extensa elaboração de textos de cunho reformista ilustrado direcionados ao âmbito da produção agrícola, bem como ao desenvolvimento do cultivo de uma série de produtos potencialmente oriundos dos labores da terra. Isso, principalmente, por motivo de uma profunda ressignificação quanto às práticas de exploração de metais preciosos naquele contexto; uma vez que a grande maioria dos funcionários das monarquias ibéricas tendiam a considerar, em seus escritos, que privilegiar recursos materiais para atividades agrícolas – uma vez que a agricultura era considerada, de acordo com Manuel Belgrano, “la madre fecunda que proporciona todas las materias que dan movimiento a las artes y al comercio⁵⁵⁶”; assim como “el manantial de las sólidas riquezas, la que hace felices y opulentos a los Estados, alimenta a los pueblos, anima a las artes, sostiene a los ejércitos, facilita ocupación y hace dichosas a innumerables familias”⁵⁵⁷, segundo o capitão de milícias e secretário do Real Tribunal do Consulado de Veracruz José María Quirós (Cádiz, c.1750 – Veracruz, 1824) – poderia ser muito mais proveitoso e vantajoso para as

⁵⁵³ SILVA, Ana Rosa Cloet da. O marquês de Pombal e a formação do homem público no Portugal setecentista. Op.Cit., p.413.

⁵⁵⁴ CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. *Como escrever a História do Novo Mundo*. Histórias, Epistemologias e Identidades no Mundo Atlântico do século XVIII. São Paulo: EDUSP, 2011, p.200.

⁵⁵⁵ Ibidem.

⁵⁵⁶ BELGRANO, Manuel. Medios generales para fomentar la agricultura, animar la industria y proteger el comercio... Op.Cit., p.305.

⁵⁵⁷ QUIRÓS, José María. Memoria sobre la situación de la agricultura en el virreinato. *Memorias Políticas y Económicas del Consulado de Veracruz 1796 – 1822*. Sevilla: Escuela de Estudios Hispanoamericanos & Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1985, p.181.

monarquias do que seguir investido recursos e mão-de-obra na extração sobretudo de ouro, prata e cobre.

O tema já havia sido apontado, para a América Portuguesa, em *Cultura e opulência do Brasil, por suas drogas e minas*, de André João Antonil, em 1711. Na obra, segundo a qual “as melhores minas do Brasil” eram “os canaviais e malhadas em que se planta o tabaco”, já era possível diagnosticar certo deslocamento, ainda que preliminar, da valorização da exploração de metais preciosos, que cedia lugar à importância do desenvolvimento da agricultura. Na segunda metade do século XVIII, período de empreendimento das reformas ilustradas, tamanha foi a adesão de alguns membros do aparato Imperial ibérico ao deslocamento do chamado “metalismo” em virtude do desenvolvimento do programa agrarista, que o funcionário luso-americano Antonio Pires da Silva Pontes Leme (Mariana, 1750 – Rio de Janeiro, 1805) teve a circulação de sua *Memória sobre a utilidade pública em se tirar o ouro das minas, e os motivos dos poucos interesses dos particulares que o mineram actualmente no Brasil (c.1800)* censurada pelo Visconde da Lapa, que alegava que Pontes Leme parecia “possuído inteiramente do espírito do sistema mercantil”; acrescentando que reconhecia “perfeitamente que o ouro facilita todas as permutações”, mas também que “este só não faz a felicidade de uma nação, porque em breve se evapora não concorrendo as outras circunstâncias que fazem a sua estabilidade, e permanência”⁵⁵⁸.

A partir do vocabulário mobilizado pelo Visconde da Lapa em relação ao texto de António Pires da Silva Pontes Leme, é possível considerar que uma das principais razões pelas quais a extração de metais preciosos teria tido sua importância deslocada, a partir da segunda metade do Setecentos, em prol da valorização do cultivo agrícola, diz respeito sobretudo às características de efemeridade e volatilidade diagnosticadas por funcionários das Coroas ibéricas em relação à primeira – na medida em que, ao ponderar a importância do ouro, o Visconde da Lapa aponta para o fato de que o mesmo “em breve se evapora” –, se comparada com o caráter de maior perenidade por eles atribuído à agricultura. Inclusive, em muitos dos textos selecionados para a composição do corpus documental que orientou a realização desta investigação, notou-se o frequente estabelecimento de uma relação entre o

⁵⁵⁸ LAPA, Visconde da. Censura à Memória de António Pires da Silva Pontes Leme. *Memórias Económicas Inéditas da Academia Real das Ciências de Lisboa...* Op.Cit., p.333.

potencial êxito atribuído como inerente ao cultivo agrícola, e a legitimação de sua natureza próspera a partir do legado histórico oferecido pelo testemunho e pela experiência de sociedades pretéritas: segundo José Veríssimo Álvares da Silva, “a indústria, e agricultura vão sempre de par com a arte de cultivar a razão, com as matemáticas, com a física, com as disciplinas políticas, e econômicas”, algo que “a experiência de todos os séculos dá provas sem contradição”⁵⁵⁹.

Vale ponderar que apesar de a extração de metais preciosos ter tido sua importância deslocada no contexto das reformas ilustradas empreendidas por Portugal e Espanha, é bem verdade que a extração e comércio principalmente do ouro, da prata e do cobre seguiram ocupando lugares de fundamental importância para o funcionamento dos Impérios, ainda que o exercício de referidas práticas tenha tido sua aplicação empreendida de forma muito mais comedida e sopesada do que aquela com que se operara anteriormente. O funcionário hispano-peruano José Baquíjano y Carrillo, cuja *Disertación Histórica y Política sobre el comercio del Perú* fora mencionada anteriormente para tratar do *vocabulário específico* das reformas, ao mesmo tempo em que externa esse deslocamento imputado à mineração em detrimento da valorização da atividade agrícola – ao afirmar que “como oportuno remedio al actual infeliz estado, y verdadero origen de una infalible prosperidad, se ensalza y recomienda el fomento de la agricultura y el cuidadoso aumento de sus naturales producciones”⁵⁶⁰ –, trata também da importância da exploração dos metais preciosos para a manutenção da estrutura imperial, alertando para a imprescindibilidade de que se considere o potencial de sedução a ela inerente, que deve ser administrado com cautela e comedimento:

La plata como metal tiene un valor intrínseco y efectivo: las naciones que la poseen deben cuidar de su aumento, del mismo modo que las agrícolas del cultivo de sus granos. Ella no alimenta ni viste, pues si por un extraordinario prodigio cesase toda comunicación y comercio, el país que sólo abundase en oro y plata sufriría las estrecheces de la miseria y necesidad; pero como por el orden natural, y establecido, las comodidades siguen y acompañan, siempre sus dueños y poseedores disfrutarán de las ventajas que proporciona su fomento; es una especie de río, por el cual transportan y navegan todas las cosas útiles y necesarias; el comercio es sólo la cuerda del pozo, sin la cual es inútil el agua que se encierra en su profundidad; equilibrar su extracción con su volumen es el objeto del gobierno

⁵⁵⁹ SILVA, José Veríssimo Álvares da. *Memória Histórica sobre a Agricultura Portuguesa considerada desde o tempo dos Romanos até o presente*. Op.Cit., p.188.

⁵⁶⁰ BAQUÍJANO Y CARILLO, José. *Disertación histórica sobre el comercio del Perú*. In: CHIARAMONTE, José Carlos (ed.). *Pensamiento de la Ilustración...* Op.Cit., p.28.

y de que no puede en este reino fijarse cabal idea, sin formarla antes de su anual importación⁵⁶¹.

A partir das propostas acima apresentadas, é possível diagnosticar a ocorrência de uma profunda transformação quanto à apreciação da temporalidade do que Fernando Novais denominou “colonialismo mercantilista” por parte de funcionários das Coroas ibéricas⁵⁶². Principalmente, porque muitos dos textos por eles elaborados no âmbito das reformas ilustradas apontavam para um importante deslocamento das concepções até então reivindicadas por Portugal e Espanha no tocante à qualificação do imediatismo pertinente à extração do ouro, da prata e do cobre como principal fonte de ingressos financeiros dos Impérios. Assim, gradualmente, a atividade metalista – que havia sido um dos principais sustentáculos do processo de colonização das Américas –, passava a ser considerada como um empreendimento desfavorável para o êxito das Coroas, sobretudo por seu caráter de efemeridade e fugacidade.

Tendo em vista que o êxito de seu desenvolvimento demandava que estudos, técnicas científicas e mão-de-obra e fossem aprimorados, bem como considerando-se que o próprio ciclo natural do plantio demandaria um período de espera muito maior se comparado àquele observado quanto ao achamento de fontes minerais e extração de metais preciosos de seus respectivos espaços – na medida em que o tempo do cultivo depende de uma série de condições do ambiente, bem como de contingências de distintas naturezas –, é possível aventar que a composição de uma paulatina valorização da agricultura por parte dos Impérios ibéricos, em detrimento das práticas de mineração, indicam que o programa reformista ilustrado considerava a agricultura como um canal de projeção em direção a um futuro prenhe de êxitos de longa duração. Não apenas porque as colheitas eram tidas como logros de expandida constância, mas também porque o legado transmitido por grandes personagens do passado e ensinamentos provenientes de circunstâncias pretéritas afirmavam a potência e a relevância da agricultura para o estabelecimento da grandeza de uma sociedade.

Dado o maior tempo requerido pelo cultivo agrícola para a obtenção dos resultados favoráveis almejados, é possível sugerir que funcionários das monarquias considerassem,

⁵⁶¹ BAQUÍJANO Y CARILLO, José. Disertación historica sobre el comercio del Perú. In: CHIARAMONTE, José Carlos (ed.). *Pensamiento de la Ilustración...* Op.Cit., p.18.

⁵⁶² NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial...* Op.Cit., p.106.

no que diz respeito ao *tempo*, que se o imediatismo dos metais preciosos teria sido correspondente a um êxito também imediato porém efêmero, a dilatada temporalidade inerente ao labor da terra poderia, apesar de responder a longo prazo pelo próprio tempo que lhe é característico ao cultivo, garantir a estabilidade dos Impérios por um período maior. Citando novamente José Veríssimo Álvares da Silva, tem-se que “a exaltação ou abatimento da agricultura segue a vicissitude dos impérios: está ela tão estreitamente unida ao bem público, que os passos deste são os mesmos que os daquela”⁵⁶³.

Falou-se então da primeira razão pela qual o estudo de conjuntos metafóricos relacionados à botânica, em sua pertinência quanto à semântica do *tempo*, demonstrou ser um tema interessante para esta investigação. Com isso, é possível partir para a discussão da segunda razão, decorrente da primeira, que diz respeito à incorporação de uma série de temas oriundos do âmbito da botânica à linguagem política mobilizada pelos funcionários das Coroas ibéricas no contexto das reformas ilustradas.

Para análise, foram selecionadas três metáforas botânicas em particular: *florescimento*, *fertilidade* e *esterilidade*. A partir do estudo dessas três palavras, objetivou-se, principalmente: a) apontar a relevância das ciências naturais e do cultivo agrícola para os programas de reformas ilustradas empreendidos tanto por Portugal como pela Espanha, manifestando a ideia de que os projetos elaborados por funcionários das duas Coroas, ao considerarem a agricultura como um de seus mais importantes objetos de postulação, se aproximavam também por meio da forma com que buscavam responder, como já se mencionou anteriormente, a dilemas estruturalmente análogos que afligiam tanto a Portugal como a Espanha naquele cenário; b) demonstrar que a importância atribuída pelos Impérios ibéricos à agricultura manifestou-se também por meio da reivindicação de temas relacionados à botânica no discurso político de seus funcionários, como se a relevância de vozes pertinentes ao labor da terra e ao desenvolvimento científico fosse tamanha, que certos vocábulos e expressões inerentes a elas teriam sido incorporados ao léxico político desses homens, que passaram a mobilizar determinados termos oriundos desse universo linguístico, principalmente, como conjuntos metafóricos relacionados à semântica do *tempo*; c) indicar que tanto o destaque da agricultura como a introjeção de vocábulos relacionados

⁵⁶³ SILVA, José Veríssimo Álvares da. *Memória Histórica sobre a Agricultura Portuguesa considerada desde o tempo dos Romanos até o presente...* Op.Cit., p.151.

à botânica ao discurso político de funcionários ilustrados teria se dado, principalmente, por sua relação com a nova temporalidade do mercantilismo, bem como pela longevidade garantida pelo processo de cultivo, segundo pautas admitidas a partir das últimas décadas do século XVIII.

A primeira metáfora a ser aqui apresentada partirá de um vocábulo empregado por José Celestino Mutis na frase com que este subitem foi iniciado, e que diz respeito ao termo “florescimento”. Classificou-se o referido vocábulo a partir de seu uso metafórico porque, na grande maioria das vezes em que foi empregado por funcionários das Coroas, esses o fizeram não para descrever o processo natural de desenvolvimento de uma planta – afastando-se de seu sentido literal, portanto –, mas para relacioná-lo a temas vinculados ao desenvolvimento da indústria e do comércio dos Impérios. Com isso, é possível considerar que reformistas ilustrados introduziam uma dimensão de temporalidade que não apenas dizia respeito ao próprio desenvolvimento das instâncias por eles referidas, mas que compreendiam que, tal como o processo de florescimento de uma planta, a aplicação e exequibilidade de suas propostas demandaria certo tempo para resultar; tendo em vista que requeriam um profundo e contundente processo de cultivo para que pudessem apresentar os resultados por eles esperados. Segundo Bluteau, “as cidades e os impérios têm, como os homens, suas mudanças; hora florescem e hora declinam”⁵⁶⁴.

A modulação verbal do termo empregado por Mutis encontra-se no *Diccionario de Terreros y Pando* como “echar flores las plantas” como primeira definição. Segue o dicionarista, entretanto, que “se toma también figuradamente por aumentarse, reverdecer, dar fruto”⁵⁶⁵; sendo que algo “florecente” (sic) é “en el sentido figurado, ser feliz, estar colmado de honor”⁵⁶⁶. Ao tratar do “florecimento” (sic) do “estudio de la naturaleza”, que “en ningún tiempo há florecido tanto como en el nuestro...” (sic), em vez de ter mobilizado um termo de desempenho literal para caracterizar o “estudio de la naturaleza” no período, a opção de Celestino Mutis pela referida metáfora suscita uma ideia muito mais plástica, na medida em que tratar do “florecimiento” do estudio de la naturaleza – ao invés de seu

⁵⁶⁴ BLUTEAU, Raphael. Florecer (sic). *Vocabulario portuguez & latino*, Op.Cit.

⁵⁶⁵ TERREROS Y PANDO, Esteban de. Florecer. *Diccionario de Castellano con las voces de ciencias y artes...* Op.Cit.

⁵⁶⁶ TERREROS Y PANDO, Esteban de. Floreciente. *Diccionario de Castellano con las voces de ciencias y artes...* Op.Cit.

“desarrollo” ou simplesmente de seu “aumento” – permite situar a descrição do naturalista espanhol no anteriormente apresentado panorama de reivindicação de metáforas botânicas.

O mesmo uso foi empregado por Félix de Azara (Huesca, Aragón – 1742 – Huesca, Aragón, 1821), ilustrado espanhol indicado para ir a Buenos Aires em 1781 para realizar a demarcação territorial espanhola face à geografia imperial portuguesa no contexto de averiguação do Tratado de Santo Idelfonso (1777) e citado pontualmente num trecho anterior desta dissertação, ao afirmar que “de no poner este remedio, nunca habrá orden, ni florecerán estas provincias, ni se cortarán las atrocidades y latrocinios que se abrigan en tantos desiertos...”⁵⁶⁷. Também Manuel de Salas (Santiago de Chile, 1754 – 1841), funcionário ativo da administração imperial espanhola no Chile e fundador, em 1797, da Real Academia de San Luis, mobilizou o termo na *Representación hecha al ministro de hacienda don Diego de Gardoqui por el síndico del real consulado de Santiago, sobre el estado de la agricultura, industria y comercio del reino de Chile*: “...en este suelo privilegiado, bajo un cielo benigno y limpio, debería haber una numerosa población, un comercio vasto, una floreciente industria y las artes que son consiguientes”⁵⁶⁸.

Pedro Fermín de Vargas y Sarmiento, ilustrado neogranadino anteriormente mencionado, também reivindicou a referida metáfora nos *Pensamientos políticos sobre la agricultura, comercio y minas del Virreinato de Santafé de Bogotá*, analisados extensivamente no segundo capítulo desta dissertação: “una mano sabia que conociendo todos los recursos de que es capaz esta colonia se aplicase con tesón a promover los ramos de agricultura, comercio y minas, tendría la satisfacción de ver floreciente el Reino en pocos años [...]”⁵⁶⁹, justificando as propostas por ele apresentadas a partir do mesmo conjunto metafórico: “[...] como amo tiernamente a mi país, como veo sus buenas proporciones para hacerse floreciente, y como conozco las causas de su atraso, propondré con buena intención lo que me parece más a propósito para remediar el mal en su origen”⁵⁷⁰.

⁵⁶⁷ AZARA, Félix de. Memoria sobre el estado rural del Río de la Plata..., In: CHIARAMONTE, José Carlos (ed.). *Pensamiento de la Ilustración...* Op.Cit., p.119.

⁵⁶⁸ SALAS, Manuel de. Representación. In: CHIARAMONTE, José Carlos (ed.). *Pensamiento de la Ilustración...* Op.Cit., p.222.

⁵⁶⁹ FERMÍN DE VARGAS, Pedro. *Pensamientos políticos sobre la agricultura, comercio y minas del Virreinato de Santafé de Bogotá...* Op.Cit., p.6.

⁵⁷⁰ FERMÍN DE VARGAS, Pedro. *Pensamientos políticos sobre la agricultura, comercio y minas del Virreinato de Santafé de Bogotá...* Op.Cit., p.78.

Ainda Bernardo Ward, ilustrado irlandês citado previamente quanto à sua importante atuação como funcionário do Império espanhol, afirmara nos *Proyectos Económicos*, que:

En Inglaterra y Holanda no se ve un palmo de tierra que no sirva, ni un hombre sin ocupación, ni un sueldo que no fire en el comercio: de que resulta ser tan floreciente aquellas Naciones; pero también se puede decir con seguridad, que han llegado ya a la mayor altura a que puedan ascender⁵⁷¹.

No âmbito luso-americano, é possível observar o uso da mesma metáfora no *Discurso histórico, político e econômico dos progressos e estado atual da filosofia natural portuguesa* de Balthazar da Silva Lisboa (Bahia, 1761- Rio de Janeiro, 1840), quando o mesmo afirma que “[...] do que é manifesto, que até o Reinado principalmente do Senhor D. Manoel floresceu entre nós o gosto da Filosofia Natural”⁵⁷², e que “...como em consequência dos progressos da Filosofia Natural, se não veria geralmente florente (sic) a agricultura”⁵⁷³. Também por Domenico Vandelli, que ao tratar do “presente estado da Pescaria; quando as costas do Reino, e das Conquistas não somente podem dar peixes para o consumo interior; mas também para um extenso comércio”, afirma que “a última mercê de sua majestade para o peixe salgado ou seco, que seja livre de direitos e outras providências que ainda são necessárias, poderão fazer florescer este tão importante ramo de economia”⁵⁷⁴. José Veríssimo Álvares da Silva, em cuja *Memória Histórica sobre a Agricultura Portuguesa considerada desde o tempo dos Romanos até o presente* aparecem com bastante recorrência termos relacionados aos conjuntos metafóricos referentes ao florescimento, aponta para a já mencionada importância dos estudos de ciências naturais para o sucesso das reformas ilustradas, apelando para a relevância da agricultura em detrimento dos metais preciosos:

A física geral, a história natural, a química, a mecânica são indispensáveis a um país, que quer fazer florescer a agricultura, e por consequência o bem público. Da terra é que nos vem o sustento, e ela o dá em razão do trabalho; para este se fazer

⁵⁷¹ WARD, Bernardo. *Proyecto económico en que se proponen varias providencias dirigidas a promover los intereses de España...* Op.Cit., p.55.

⁵⁷² LISBOA, Balthazar da Silva. *Discurso histórico, político e econômico dos progressos e estado atual da filosofia natural portuguesa...* Op.Cit., p.8.

⁵⁷³ LISBOA, Balthazar da Silva. *Discurso histórico, político e econômico dos progressos e estado atual da filosofia natural portuguesa....* Op.Cit., p.31.

⁵⁷⁴ VANDELLI, Domenico. *Memória sobre a Agricultura deste Reino, e das suas conquistas... Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa – 1789-1815...* Op.Cit., p.167.

comodamente vêm as artes fabris; a perfeição destas depende da mecânica; a mecânica de geometria, e ciências de cálculo. E como a terra não produz só em razão do trabalho, mas também em razão do clima, e da seiva, e suco nutritício das plantas, daqui a necessidade da física e suas partes. Estas ciências porém são tão úteis ao homem, sem conhecimento e propagação das quais um reino é inculto, pobre, e falto de forças, foram ignoradas pelos portugueses; e o monopólio das humanidades lhe fechou por muito tempo as portas; persuadindo aos seus alunos, que com elas tinha entrado a heresia no norte⁵⁷⁵.

Outra metáfora botânica cujo uso relaciona-se com a semântica do *tempo* é a de “fertilidade”. A definição do *Vocabulario Portuguez & Latino* de Bluteau diz respeito à “abundância”, bem como à “fazer fértil, fecundo, abundante”⁵⁷⁶. Já em Moraes Silva, a definição trata do “poder de produzir muita cópia de frutos por indústria do homem, contrap. a fecundidade, que é fertilidade natural e sem indústria de cultivo”. Acrescenta o dicionarista uma definição a que chama de “figurada”: “dizemos a fertilidade ou fecundidade de um engenho inventor, ou que produz pensamentos e escritos”⁵⁷⁷. O termo aparece no *Diccionario de Autoridades* como “la virtud que tiene la tierra o otra cosa para producir copiosos frutos”⁵⁷⁸ – descrição que se repete do *Diccionario* de 1791⁵⁷⁹ –, e também no de Esteban de Terreros y Pando, numa definição mais próxima das compilações lexicais de língua portuguesa, como “abundancia”⁵⁸⁰.

No contexto de empreendimento das reformas ilustradas, é possível aventar que a mobilização de “fertilidade” dissesse respeito à capacidade de implementação dos projetos elaborados pelos funcionários dos Impérios, na medida em que dadas as definições apresentadas pelas compilações de época, o uso metafórico do termo permite considerar principalmente a potencialidade positiva daquilo a que se refere: se o “florescimento” permite tratar principalmente do desenvolvimento, a “fertilidade” se refere à potência impulsionadora que condiciona a consumação do processo. Estabelecendo uma relação direta com a conotação relativa do termo quanto ao uso biológico sobre o mesmo, tema que será retomado posteriormente, é como se as entidades políticas e econômicas às quais esses ilustrados se referiam fossem dotadas de uma capacidade de “procriação”; na medida em

⁵⁷⁵ SILVA, José Veríssimo Álvares da. *Memória Histórica sobre a Agricultura Portuguesa considerada desde o tempo dos Romanos até o presente...* Op.Cit., p. 184.

⁵⁷⁶ BLUTEAU, Raphael. Fertilidade. *Vocabulario portuguez & latino...*, Op.Cit.

⁵⁷⁷ MORAES SILVA, Antonio de. Fertilidade. *Diccionario da lingua portuguesa...*, Op.Cit.

⁵⁷⁸ RAE (1726 – 1739). Fertilidad. *Diccionario de Autoridades...* Op.Cit.

⁵⁷⁹ RAE (1791). Fertilidad. *Diccionario de la lengua castellana...* Op.Cit.

⁵⁸⁰ TERREROS Y PANDO, Esteban de. Fertilidad. *Diccionario de Castellano con las voces de ciencias y artes...* Op.Cit.

que “férteis” são os seres biologicamente aptos a empreender a geração de descendentes da mesma espécie.

O termo se verifica no *Discurso sobre la mita de Potosí*, de Victorián de Villava, quando o funcionário afirma que “el dinero es como el agua: ésta alimenta las plantas y fertiliza la tierra pero si debiéndola extender por todas las posesiones, a fin de que riegue con abundancia todas las heredades”⁵⁸¹, bem como no anteriormente mencionado discurso de Félix de Azara, quando sugere que “cortemos, pues, de raíz este mal, vendiéndoles lo que les es absolutamente preciso, y fertilicemos estas campañas dando una copiosa sangría a las minas del Brasil”⁵⁸². É mobilizado também por José Veríssimo Álvares da Silva, que refletindo sobre a história da agricultura em Portugal afirma que “ainda quando a agricultura portuguesa caminhava à maior decadência, apareciam em nossas terras os maiores sinais de fertilidade”⁵⁸³; bem como por Balthazar da Silva Lisboa, que referindo-se à potencialidade do cultivo em âmbito colonial, propõe a abordagem do “quão poderosa será a agricultura daquelas vastas conquistas pela imensa fertilidade do terreno, criação e multiplicação dos seus animais; suas ricas produções &c.”⁵⁸⁴

A metáfora “esterilidade” também foi uma das principais sinalizadoras da incorporação de palavras oriundas da linguagem botânica no discurso de reformistas ilustrados. Tendo sido mobilizada, segundo apontaram as fontes, essencialmente por funcionários espanhóis e hispano-americanos, as diferentes modulações do termo – reivindicado principalmente como adjetivo e advérbio – dizem respeito, de acordo com o *Diccionario* de Terreros y Pando, à “cualidad de lo que es estéril en el sentido próprio y figurado”⁵⁸⁵, “infructuoso, que nada de provecho produce”⁵⁸⁶. É interessante observar também a classificação apresentada no *Diccionario de Autoridades*, cuja primeira definição

⁵⁸¹ VILLAVA, Victorián de. Discurso sobre la mita de Potosí... In: CHIARAMONTE, José Carlos (ed.). *Pensamiento de la Ilustración...* Op.Cit., p.211.

⁵⁸² AZÁRA, Félix de. Memoria sobre el estado rural del Río de la Plata..., In: CHIARAMONTE, José Carlos (ed.). *Pensamiento de la Ilustración...* Op.Cit., p.121.

⁵⁸³ SILVA, José Veríssimo Álvares da. *Memória Histórica sobre a Agricultura Portuguesa considerada desde o tempo dos Romanos até o presente...* Op.Cit., p.152.

⁵⁸⁴ LISBOA, Balthazar da Silva. *Discurso histórico, político e econômico dos progressos e estado atual da filosofia natural portuguesa...* Op.Cit., p.65.

⁵⁸⁵ TERREROS Y PANDO, Esteban de. Esterilidad. *Diccionario de Castellano con las voces de ciencias y artes...* Op.Cit.

⁵⁸⁶ TERREROS Y PANDO, Esteban de. Estéril. *Diccionario de Castellano con las voces de ciencias y artes...* Op.Cit.

refere-se à “defecto de fecundidad, que comprende com propiedad a la mujer que es estéril e infecunda”, só depois condicionando o sentido para “falta de cosecha, carestia de frutos”.

Esta primeira definição do *Diccionario de Autoridades* permite apontar para uma transformação importante quanto à mobilização do termo. Apenas a título de consulta, verificou-se a definição do mesmo na compilação lexical intitulada *Tesoro de la lengua castellana o española*, datada de 1611 e elaborada por Sebastián de Covarrubias: nela, a palavra “estéril” – não foi encontrada a construção substantivada que surge posteriormente nas compilações lexicais do século XVIII, “esterilidad” – aparece como “lo que es infrutuoso, como mujer estéril, la que no pare: tierra estéril, la que no da fruto”⁵⁸⁷. Com uma definição que coincide com as leituras apresentadas em relação à metáfora da “fertilidade” quanto à potencialidade de gestação de um ser biológico apto para tanto, é possível sugerir que o percurso semântico trilhado especialmente por essas duas metáforas correspondentes, “fertilidade” e “esterilidad”, não se refere somente à mobilização típica da linguagem botânica no discurso de funcionários das Coroas portuguesa e espanhola, mas também à termos oriundos das ciências do corpo e da medicina, reduto anteriormente mencionado como berço de arbitristas do longo século XVII.

Com isso, a reivindicação desses dois conjuntos metafóricos permite sugerir que além da consideração da agricultura como uma instância de potencial produção e desenvolvimento de riquezas para os Impérios ibéricos, no já referido contexto de deslocamento de valores essencialmente metalistas tal como se estabelecera no referido período, o apelo discursivo à “fertilidade” e “esterilidad” como pares categóricos correspondentes revela também a consideração dos Impérios como “corpos” ou entidades “orgânicas”, concepção bastante comum em discursos do período. Relacionando portanto o potencial gerativo de riquezas postulado em relação à terra e à agricultura com a capacidade de seres biológicos conceberem, quando férteis, descendentes da mesma espécie, a mobilização dessas duas metáforas botânicas – e, neste caso, também biológicas – pode ser relacionada com a semântica do *tempo* principalmente na medida em que o intervalo existente entre o ato da sementeira e o instante da colheita pode ser apreendido, metaforicamente, também como aquele que se refere ao período de uma gestação, desde o

⁵⁸⁷ COVARRUBIAS, Sebastián de. Estéril. *Tesoro de la lengua castellana o española*. Madrid: Luis Sánchez, 1611. Disponível no Acervo Digital da RAE.

instante da fecundação até o momento do parto. Como se o processo de cultivo agrícola significasse, a partir do que se pode depreender com o emprego dessas duas metáforas, que a terra estaria gestando a prosperidade dos Impérios a partir do momento em que estes se dispusessem a fertilizá-la através do empreendimento das reformas ilustradas.

José Donato de Austria, por exemplo, mobiliza a modulação adjetiva de “esterilidad” para afirmar que “esperaba pronto Veracruz en sus inmediaciones los progresos de aquel activo trabajo” – referindo-se “a la construcción del camino el día 9 de diciembre de 1796 por las puertas de México (en cuya elección no puede dudarse que tuvo más parte lo brillante que lo útil)” – mas vanas y estériles esperanzas que jamás concibieron los ánimos y no obstante fue necesario demostrarlas para agradar”⁵⁸⁸.

Miguel Lastarria, por sua vez, ao estimar o empreendimento de um recorrido histórico sobre as colônias orientais do Rio da Prata ou do Paraguai, uma vez que “sólo por este medio histórico se puede lograr la idea clara y distinta del progreso de su población y del estado de sus costumbres”⁵⁸⁹, menciona na narrativa por ele mobilizada tanto o aspecto de deslocamento da valorização da exploração de metais preciosos, que teria sido substituída pelo enaltecimento que passava a ser atribuído às práticas agrícolas – “hasta estos últimos tiempos nos reuníamos generalmente donde nos llevaba el prestigio de las riquezas, o la funesta manía del trabajo de las minas, y no la verdadera conveniencia de la agricultura y del comercio”⁵⁹⁰ – como a reivindicação da “esterilidad”, em sua modulação adverbial, para caracterizar processos políticos pertinentes à monarquia espanhola: “es verdad que los adelantados y gobernadores de nuestro territorio, en cuanto a la parte de que trato, la apreciaban por el respecto de la extensión material del imperio. No presentaba oro, ni plata; y así en el común concepto de ellos sólo podía interesar el vano honor de conservar estérilmente la dilatación de la monarquía”⁵⁹¹.

Pedro Fermín de Vargas evoca o termo na mesma toada ao afirmar, a partir do empreendimento do já referido exercício comparativo típico dos discursos do período, que

⁵⁸⁸ AUSTRIA, José Donato de. Memoria sobre la necesidad y utilidades de la construcción de un camino carretero desde Veracruz a México. *Memorias Políticas y Económicas del Consulado de Veracruz 1796 – 1822*. Sevilla: Escuela de Estudios Hispanoamericanos & Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1985, p.34.

⁵⁸⁹ LASTARRIA Y VILLANUEVA, Miguel. Colónias orientais do Río de la Plata o del Paraguay... Op.Cit., p.170.

⁵⁹⁰ Ibidem.

⁵⁹¹ Ibidem.

“la experiencia de todos los siglos ha enseñado que los habitantes de los países estériles son gradualmente más industriosos que los de los países ricos y abundantes”⁵⁹².

A partir de alguns excertos apresentados, foi possível observar a incorporação de metáforas botânicas ao discurso de reformistas ilustrados portugueses e espanhóis, no que se refere principalmente ao seu reconhecimento como parte de uma manifestação da semântica do *tempo* na linguagem por eles mobilizada. A revelação de referidas metáforas – considerando-se principalmente a importância de “florescimento”, “fertilidade” e “esterilidade” –, se bem permitiu observar a importância das ciências naturais para o projeto das reformas empreendidas por ambas as Coroas, na medida em que a absorção de vocábulos oriundos da botânica aponta para a importância detida pelo tema para os homens do período, também suscitou o exame de uma das principais características dos programas de reforma empreendidos pelos Impérios português e espanhol em relação à agricultura.

O enaltecimento da agricultura e o reconhecimento e valorização de estudos acerca da botânica e demais ciências naturais significava então, para os Impérios ibéricos, uma forma de garantir maior estabilidade num contexto de *longa duração*. Isso, principalmente, porque funcionários de Portugal e Espanha passaram a observar na atividade agrícola, em detrimento do metalismo que até então operara como um dos principais sustentáculos de ereção do programa colonizador, um possível campo de obtenção de riquezas a longo prazo; como se o tempo que fossem levar para obter resultados através da demanda natural que implica um processo de cultivo fosse proporcional à garantia de estabilidade e durabilidade que almejavam alcançar quando chegasse o período das colheitas.

Conservação e costumes

Tanto “conservação” como “costume” também são indícios da presença de conjuntos metafóricos referentes ao *tempo*. Isso, não apenas pela relação semântica existente entre as referidas vozes e seu desdobramento polissêmico oblíquo, mas também porque o exame das fontes suscitou o estabelecimento de múltiplas relações entre “conservação” e “costume” em seu comportamento metafórico, e alguns importantes elementos relacionados aos *vocabulários específicos* e núcleos lexicais analisados no capítulo anterior.

⁵⁹² DE VARGAS Y SARMIENTO, Pedro Fermín. *Pensamientos políticos sobre la agricultura, comercio y minas del Virreinato de Santafé de Bogotá...* Op.Cit., p.14.

Sobretudo, porque a mobilização discursiva empreendida por funcionários das monarquias em relação a esses dois temas geralmente esteve atrelada à determinados desempenhos epistemológicos articulados tanto com a potência “conservadora” inerente ao projeto reformista ibérico – dado que uma das principais diligências consideradas referia-se à preservação dos arranjos fundamentais em que estavam organizadas as relações entre os Impérios e suas respectivas possessões, ainda que fossem empreendidas alterações significativas através das reformas –; como com a dupla valoração aplicada ao tema do “costume” nos textos analisados, uma vez que observou-se sua mobilização a partir de uma conotação valorativa positiva, quando seu emprego estava relacionado ao empreendimento de práticas orientadas por experiências pretéritas exitosas; mas também desde uma conotação valorativa negativa, quando sua aplicação no texto era feita para criticar a perpetuação de comportamentos considerados nocivos ou prejudiciais – principalmente porque “antigos”, como em parte se tratou no capítulo anterior – para os programas reformistas empreendidos por Portugal e Espanha.

A voz “conservação” aparece nas compilações lexicais de língua portuguesa a partir de definições oriundas principalmente das ciências médicas: no *Vocabulario Portuguez & Latino* de Raphael Bluteau, o substantivo “conservação” é apresentado como “o ato de conservar”, e está relacionado aos seguintes exemplos: “tratai de vos conservar (falando com uma pessoa que não tem cuidado da saúde)”; “peço-vos que tenhais muito cuidado de vos conservar”; “conservar a saúde, observando o que a pode ajudar e fugindo do que lhe pode fazer dano”, ampliando-se para a conservação de uma fazenda, de um animal ou de “um general ou capitão que se expõe aos perigos como qualquer soldado” e “não tem cuidado de se conservar”⁵⁹³. No *Diccionario* de Moraes Silva, a definição apresentada para o verbo refere-se a “fazer durar ileso, sem corrupção física; sem lesão, ofensa, quebra, detrimento”, e os exemplos oferecidos pelo dicionarista são “conservar a saúde, a fazenda, a vida”; valendo mencionar que no verbete relacionado ao substantivo, “conservação”, o ato também se estende às dimensões do “estado” e do “cargo” como elementos passíveis de serem conservados⁵⁹⁴.

⁵⁹³ BLUTEAU, Raphael. Conservação. *Vocabulario portuguez & latino...*, Op.Cit.

⁵⁹⁴ MORAES SILVA, Antonio de. Conservação. *Diccionario da lingua portuguesa...*, Op.Cit.

Para as compilações lexicais de língua espanhola, a potencial relação com as ciências médicas verificou-se apenas no *Diccionario de Castellano* de Terreros y Pando, uma vez que o verbete “conservación” se refere à “salud, subsistencia, permanencia y manutención”⁵⁹⁵. A definição apresentada pelo *Diccionario de Autoridades*, ainda que não possua uma relação tão direta com as ciências médicas tal como verificou-se para as compilações lexicais de língua portuguesa, permite situar a “conservação” e o ato de “conservar” nos seguintes contextos: “conservación”, no referido *Diccionario*, trata da “subsistencia, manutención y permanencia de alguna cosa”, refere-se à “mantener, guardar, poner los medios competentes para la subsistencia y conservación de alguna cosa”, sendo também “tener en custodia y resguardo alguna cosa, para su permanencia y duración”⁵⁹⁶. As definições se expandem substancialmente no *Diccionario* da RAE do final do século XVIII, em que a definição encontrada para o termo “conservar” é a seguinte:

CONSERVAR. Mantener alguna cosa, o cuidar de su permanencia [...]
CONSERVAR. Hablando de costumbres, virtudes y cosas semejantes, es continuar la práctica de ellas.
CONSERVAR. Guardar con cuidado alguna cosa.
CONSERVAR LA MEMORIA DE ALGUNA COSA: Acordarse de ella, tenerla presente⁵⁹⁷.

Considerando-se tanto a amplitude das definições apresentadas pelas compilações lexicais de época, como a presença de elementos relacionados às ciências médicas na composição dos verbetes examinados, foi possível depreender algumas possibilidades interpretativas que serviram como ponto de partida para o empreendimento das análises a serem apresentadas. No tocante à “conservação” e “conservación”, admitiu-se a possibilidade de que a mobilização do referido tema, em sua multiplicidade semântica, permitisse considerar o projeto das reformas ilustradas como um processo de tratamento médico ao qual monarcas e funcionários estariam submetendo os Impérios, considerados metaforicamente como organismos que padeciam de determinadas enfermidades que deveriam ser curadas ou expurgadas através de métodos e procedimentos ilustrados – mas garantindo, como já apontou-se anteriormente, a manutenção de suas estruturas elementares

⁵⁹⁵ TERREROS Y PANDO, Esteban de. Conservación. *Diccionario de Castellano con las voces de ciencias y artes...* Op.Cit.

⁵⁹⁶ RAE (1726 – 1739). Conservación. *Diccionario de Autoridades...* Op.Cit. e RAE (1726 – 1739). Conservar. *Diccionario de Autoridades...* Op.Cit.

⁵⁹⁷ RAE (1791). Conservar. *Diccionario de la lengua castellana...* Op.Cit.

–. Com isso, foi possível verificar que a reivindicação desses temas – bem como de diversas outras construções textuais que não se esgotam, evidentemente, nos vocábulos apontados – possui uma relação bastante direta com o *vocabulário específico* das *reformas*, principalmente porque um dos principais elementos de imprescindibilidade para o êxito das reformas ilustradas, como já se tratou em diversos momentos desta dissertação, referia-se ao empreendimento de movimentos que permitissem tanto executar as práticas reformistas almejadas, como assegurar que a arquitetura política dos Impérios ibéricos não fosse alterada em sua essência; mas também com o conjunto metafórico relacionado à botânica, tendo em vista que os temas da “fertilidade” e “esterilidade” permitem conceber Portugal e Espanha como duas entidades orgânicas e detentoras de aspectos simbolicamente físicos e biológicos.

A definição proposta pelo *Vocabulario Portuguez & Latino* para “costume” é a de “coisa introduzida e praticada segundo o hábito das pessoas”, relacionado também aos “hábitos das virtudes ou dos vícios, que uma pessoa tem contraído pela frequência dos atos”⁵⁹⁸. No *Diccionario* de Moraes Silva, é “o que se faz por hábito, ou ordinariamente em matérias que respeitam a Moral Religiosa, ou Civil”, sendo que o exemplo apresentado pelo dicionarista é o de um “moço de bons costumes”, que “vive conforme as Leis”⁵⁹⁹. Para as compilações lexicais de língua espanhola, “costumbre” é um “hábito adquirido a executar una misma cosa continuamente”; “vale también fuero, derecho o ley no escrita, que tiene la misma fuerza, y produce el mismo efecto que ella, con tal, que se introduzca con las circunstancias, o solemnidades prevenidas por derecho”⁶⁰⁰. No *Diccionario* de Terreros y Pando, é um “hábito que engendra con una serie de acciones repetidas muchas veces, y que dan cierta facilidad para hacerlas”. Os primeiros exemplos apresentados são relacionados ao “uso de los pueblos, tiempos, naciones”⁶⁰¹.

Se o tema da “conservação” pôde ser articulado ao vocabulário específico das *reformas*, como se mencionou anteriormente e como se demonstrará a seguir, as fontes permitiram admitir uma relação bastante direta entre “costumes” e os *vocabulários*

⁵⁹⁸ BLUTEAU, Raphael. Costume. *Vocabulario portuguez & latino...*, Op.Cit.

⁵⁹⁹ MORAES SILVA, Antonio de. Costume. *Diccionario da lingua portuguesa...*, Op.Cit

⁶⁰⁰ RAE (1726 – 1739). Costumbre. *Diccionario de Autoridades...* Op.Cit. e RAE (1726 – 1739). Conservar. *Diccionario de Autoridades...* Op.Cit. e RAE (1791). Costumbre. *Diccionario de la lengua castellana...* Op.Cit.

⁶⁰¹ TERREROS Y PANDO, Esteban de. Costumbre. *Diccionario de Castellano con las voces de ciencias y artes...* Op.Cit.

específicos da história, da experiência e, em menor medida, da expectativa, abarcados em uma parte do capítulo anterior. Isso, principalmente, porque a mobilização do tema tal como fora empreendida pela grande maioria dos funcionários responsáveis pelos textos selecionados para esta investigação revela sobretudo dois comportamentos semânticos do tema que são pertinentes para o estudo da semântica do *tempo*.

Por um lado, um “costume” ou uma “costumbre” foram temas tratados como correspondentes a um conjunto de práticas e elementos que teriam resistido ao desgaste do *tempo* e teriam se perpetuado como instâncias definidoras e caracterizadoras de determinados elementos ou fenômenos, como se exemplificará a seguir – o que estabelece uma relação direta entre o tema e as estruturas de *história* e *expectativa* anteriormente referidas –. Por outro, houve também aparições do tema relacionadas ao arrastamento de determinados comportamentos já considerados desgastados ou inadequados para o novo contexto que se estabelecia, o que suscita então a possibilidade de considerar “costume”/“costumbre” como um tema relacionado também ao vocabulário específico da *expectativa*, na medida em que a valoração negativa sobre ele empreendida condicionava à especulação de determinadas hipóteses e possibilidades nocivas caso seguissem sendo executadas.

“Conservação” verificou-se, por exemplo, na *Memoria para conservar los granos libres del gorgojo*, elaborada pelo funcionário hispano-mexicano José António Alzate y Ramírez. Um pequeno excerto da referida *Memoria* permite observar a mobilização de uma série de entidades lexicais relacionadas à semântica do *tempo*, muitas das quais já foram apresentadas anteriormente por esta investigação: ao afirmar que “el remedio a todo esto, como antes decía, es el conservar lo que sobra, respecto de la abundancia, para remediar en parte las vejaciones, que sin esto se experimentan en los años estériles”⁶⁰², o ilustrado recorre a) aos termos “remedio” e “remediar” tanto como palavras referentes ao *vocabulário específico das reformas* como considerando também a organicidade – a partir de um ponto de vista médico – do tema dos grãos danificados pela presença dos *gorgojos* (“gorgulhos” ou “carunchos”, em português), considerando o estado enfermício em que se encontravam e a possibilidade de remediá-los; b) a *experiencia* oferecida pela vivência de

⁶⁰² ALZATE Y RAMÍREZ, José Antonio de. *Memoria para conservar los granos libres del gorgojo. Asuntos varios sobre ciencias y artes: obra periódica dedicada al Rey nuestro señor...* Op.Cit., p.27.

“años estériles”, proposta interpretativa que se relaciona também com uma das metáforas botânicas – através do tema da “esterilidade” – anteriormente mencionadas, na medida em que o testemunho mnemônico e os ensinamentos oferecidos pelas experiências pretéritas teriam oferecido novas ferramentas estratégicas que lhe permitissem adquirir maior consciência sobre suas ações; c) e que essas ferramentas estratégicas se relacionavam, principalmente, à proposta de “conservar lo que sobra, respecto de la abundancia, para remediar en parte las vejaciones [...]”. Com isso, Alzate y Ramírez propõe que a “conservación” seja a alternativa mais potencialmente plausível para a resolução dos males que acometiam os grãos assolados pelos *gorgojos*, “remediando” este organismo considerado doente a partir das propostas que depois apresenta no texto.

Uma outra possibilidade de mobilização do termo foi empreendida por Miguel Lastarria y Villanueva, no já referido texto *Colonias orientales del Río de la Plata o del Paraguay*. Ao mencionar a debilidade das informações que constavam nos documentos por ele consultados para redigir o referido texto, na medida em que “los cronistas generales apenas hablan superficialmente” do descobrimento das privíncias adjacentes, que os únicos “especiales historiadores” – “a saber, Alvar Núñez Cabeza de Vaca, Ulderico Schmidel, y Barco” teriam vivido no século XVI, e que os jesuítas Lozano, Guevara e Charlevoix “no ejercitaron la crítica porque no tomaban interés en nuestras miras públicas, y empleados tan sólo en preocupar al mundo en su favor, nada escribieron directamente para instruir a nuestro gobierno de la útil experiencia pasada”⁶⁰³, o funcionário empreende uma contundente crítica ao aspecto de conservação da memória daquela região, na medida em que justifica as dificuldades por ele encontradas para redigir o escrito por conta das múltiplas deturpações diagnosticadas em relação ao produto documental encontrado sobre o período. Segundo Lastarria, “los memoriales, representaciones y manifiestos de los de su instituto, y los procesos sobre sus famosas trágicas quimeras con los obispos, gobernadores, y noble vecindario del Paraguay, sólo han servido para hacernos entrever que los siempre defraudados y despojados indios, que los miserables guaraníes eran el pretexto o la manzana de la discordia”⁶⁰⁴.

⁶⁰³ LASTARRIA Y VILLANUEVA, Miguel. *Colónias orientales del Río de la Plata o del Paraguay...* Op.Cit., p.132.

⁶⁰⁴ Ibidem.

Segue o funcionário afirmando que “tampoco se ha publicado memoria alguna de los acaecimientos en el inmediato medio siglo, pero viven los testigos que si se han descuidado del depósito de las noticias importantes de los tres siglos de la existencia civil y política de aquellos países, se conservan en sus archivos, fuera de muchos autos, expedientes, oficios, etc.”⁶⁰⁵. O tema da “conservación” aparece, nesse trecho, principalmente a partir de alguns dos significados anteriormente apresentados pelo verbete do *Diccionario* publicado pela RAE em 1791 como “Mantener alguna cosa, o cuidar de su permanencia”, assim como “CONSERVAR LA MEMORIA DE ALGUNA COSA (sic): acordarse de ella, tenerla presente”⁶⁰⁶, mas se relaciona diretamente com outro tipo de “conservación”. Isso, porque na medida em que Miguel Lastarria mobiliza o vocábulo “testigos”, apresenta-se uma possibilidade interpretativa que suscita a leitura de que apesar de que as informações disponibilizadas por meio dos “cronistas generales”, dos “especiales historiadores” do século XVI e dos jesuítas tenham sido lidas por ele como deturpadas, e que ainda que não se tenha publicado nenhum texto sobre “los acaecimientos en el inmediato medio siglo”, a conservação da memória desses lugares e das mazelas que os afligiam poderia ser por ele acessada através da referência aos testemunhos conservados “em sus archivos, fuera de muchos autos, expedientes, oficios, etc.”⁶⁰⁷.

O funcionário da Coroa portuguesa José Veríssimo Álvares da Silva reivindicou a voz “conservação” em distintos momentos da *Memória histórica sobre a agricultura portuguesa...* Logo no início do texto, Veríssimo da Silva mobiliza o dito tema principalmente por meio de uma das disposições de sentido oferecidas pelo dicionarista Moraes Silva, a de “fazer durar ileso, sem corrupção física; sem lesão, ofensa, quebra, detrimento”⁶⁰⁸: segundo o funcionário, “o soberano Autor da natureza constituiu o homem de tal sorte, que para a sua conservação inteiramente está dependente da terra, de que o fez habitador”⁶⁰⁹. O tema torna a aparecer quando o mesmo se refere à consideração da agricultura no tempo dos romanos, dispondo-se a tratar do “modo com que se conservou no tempo dos mouros”, e mobiliza o mesmo sentido do termo quando afirma que “[...] com a

⁶⁰⁵ Ibidem.

⁶⁰⁶ RAE (1791). Conservar. *Diccionario de la lengua castellana...* Op.Cit.

⁶⁰⁷ LASTARRIA Y VILLANUEVA, Miguel. *Colónias orientales del Río de la Plata o del Paraguay...* Op.Cit., p.132.

⁶⁰⁸ MORAES SILVA, Antonio de. *Conservação. Diccionario da lingua portuguesa...*, Op.Cit.

⁶⁰⁹ SILVA, José Veríssimo Álvares da. *Memória Histórica sobre a Agricultura Portuguesa considerada desde o tempo dos Romanos até o presente...* Op.Cit., p. 149.

constituição da monarquia [portuguesa] a agricultura começa a ter uma melhor face; D. Dinis a faz brilhar em seu reinado, cujo esplendor conserva até os tempos de D. Manuel”⁶¹⁰. Mais adiante, afirma que “o bem da república está junto com a sabedoria, esta gera a polidez dos povos, aumenta a indústria, coarcta os braços ociosos, sabe tirar partido das potências vizinhas, e conhece os obstáculos, que se opõem à conservação, e aumento do Estado”⁶¹¹, empreendendo também um exercício comparativo, tão característico dos discursos desses homens.

O tema aparece ainda em diversos trechos do *Discurso histórico, político e econômico dos progressos e estado atual da filosofia natural portuguesa, acompanhado de algumas reflexões sobre o do Brasil*, de Balthazar da Silva Lisboa: ao referir-se àqueles “sublimes conhecimentos da natureza”, afirma que “era indubitável [...] fazer-nos evidentemente compreender o quanto eles tem influído na conservação da vida física dos Cidadãos úteis”, e que esses “[...] não só fizeram ver suas relações com a conservação da vida física, mas a da moral pela Bondade pública; quem, sem ser insensível à Razão, deixou de admirar, e conhecer a necessidade de se reanimarem os interessantes ramos de indústria”⁶¹². Numa mobilização bastante particular do tema, Balthazar da Silva Lisboa trata da relação entre a falta de conhecimentos de alguns Magistrados, que “faz inúteis todas as suas providências”, como uma das principais causas pelas quais “viverem quase todos os povos inertes, e serem suas povoações como as estradas públicas, ásperas e cansadas, que servem de constantes barreiras para impedir toda a comunicação com os Povos”⁶¹³. Para o funcionário, os Magistrados deveriam ser considerados “pais e protetores da justiça” – e não “inimigos”, que era como os considerava em virtude de sua displicência prática –, para o que deveriam inverter:

esse mau conceito dos povos, animando a sua agricultura, explorando a natureza dos terrenos da sua Jurisdição, promovendo a povoação, e regulando-a por uma sábia e prudente educação, tendo muito em vista o nascimento, conservação e educação dos filhos &c.; como não teriam os nossos Augustos Soberanos a História Natural com a Moral e Política de todas as suas Comarcas, Cidades,

⁶¹⁰ Idem, p.151.

⁶¹¹ Idem, p.188.

⁶¹² LISBOA, Balthazar da Silva. *Discurso histórico, político e econômico dos progressos e estado atual da filosofia natural portuguesa...* Op.Cit., pp.29 – 31.

⁶¹³ Idem, p.37.

Vilas &c. para nelas empregar o seu amor paternal, convertendo em paraísos, lapas; em gentes úteis ao Estado, Povoações safaras⁶¹⁴.

A mobilização da palavra da “conservação” relacionada à do amor paternal permite desenvolver algumas análises pertinentes a esta investigação. Para o funcionário, assim como os Magistrados a que se refere deveriam ser considerados “pais e protetores da justiça”, o mesmo afirma que o emprego do “amor paternal” também diz respeito aos Augustos Soberanos. A responsabilidade pela criação de filhos, relacionando o seu “nascimento”, “conservação” e “educação”, refere-se, no que diz respeito às incumbências gerais do programa ilustrado tal como o mesmo se projetava sobre às Américas Ibéricas – e, no caso do texto de Balthazar da Silva Lisboa, principalmente à portuguesa –, ao exercício de uma regência de guarda com certo aspecto de responsabilidade permanente. Isso, porque na medida em que tanto funcionários do Estado como Augustos Soberanos são colocados, segundo Silva Lisboa, como responsáveis pelo exercício da paternidade sobre as “Comarcas, Cidades, Vilas”, convertendo-as em “paraísos, lapas; em gentes úteis ao Estado”, depreende-se uma série de questões relacionadas aos conjuntos metafóricos do *tempo* que se manifestam através do tema da *conservação*, e que serão destacadas nos parágrafos a seguir.

A definição de “pai” apresentada pelo *Vocabulario Portuguez & Latino* justifica de forma bastante contundente a relação estabelecida por Balthazar da Silva Lisboa. Segundo Raphael Bluteau, uma das tantas possíveis definições para o referido vocábulo propõe que “pai” é o “título que o respeito e o agradecimento dão aos que tem feito grandes serviços ao público” e cita como exemplo “Augusto e outros Imperadores”, que “foram chamados ‘pais da pátria’”. Ainda, afirma que “se dá o nome de pai aos antigos, que souberam e ensinaram a perfeição de alguma ciência, e neste sentido se chama Homero, Pai da Poesia, e Cícero é chamado Pai da eloquência”⁶¹⁵. De acordo com as definições apresentadas por Bluteau, é possível sugerir três possibilidades interpretativas articuladas no tocante ao lugar de “conservação” no *Discurso histórico, político e econômico...* elaborado pelo funcionário da Coroa Portuguesa.

⁶¹⁴ Ibidem.

⁶¹⁵ BLUTEAU, Raphael. Pai. *Vocabulario portuguez & latino...*, Op.Cit.

A primeira possibilidade refere-se à menção a um vínculo de caráter supostamente perpétuo e imutável – na medida em que o elo biológico que permeia a relação entre pai e filho é propagada através da genética e não pode ser modificada ou negada –, o que torna lícita a inferência de que a paternidade reivindicada em relação a Magistrados e Augustos Soberanos por Balthazar da Silva Lisboa diga respeito a um elo considerado peremptório. A segunda, por sua vez, diz respeito à manifestação de certa instância de responsabilidade – apontada pelo funcionário, no texto, através do ligame afetivo do amor – exercida por um pai quanto à criação e moldagem dos seus filhos: assim, na medida em que o funcionário trata do exercício de paternidade das autoridades portuguesas em relação à suas possessões, considera as colônias como filhas da metrópole e se compromete com a promoção de sua “povoação” e por sua regulação “por uma sábia e prudente educação”.

A terceira possibilidade interpretativa, revelada pelo final do excerto de Balthazar da Silva Lisboa anteriormente apresentado refere-se à viabilidade de compreensão de um processo de longa duração sugerido pelo funcionário em relação ao empreendimento de êxitos inerentes à relação colonial. Na medida em que Silva Lisboa trata de um processo escalonado que se baseia nas etapas de “nascimento, conservação e educação”, articuladas ao exercício do “amor paternal” empreendido por Magistrados e Augustos Soberanos, o mesmo permite compreender a relação do funcionário com o projeto de colonização, considerando a dimensão necessariamente processual de sua elaboração, como se análoga ao processo de consolidação de um ser através dos ciclos naturais da vida, que demanda necessariamente tempo e preservação dos seres que paulatinamente vão sendo construídos.

Sobre “costume”, foi possível notar sua contundente mobilização na *Memória sobre a Agricultura* de um colaborador anônimo português, anteriormente abordada no tocante ao *vocabulário específico das reformas*. No item intitulado “Das causas morais que atrasam a agricultura”, o anônimo aponta que “são causas morais da pouca cultura das terras [do reino de Portugal] todas as que provêm dos hábitos, e costumes dos povos de que procede a prática da agricultura, e estes usos, costumes, e prejuízos, uns consequência da ignorância individual, outros o resultado da legislação, ou da inexecução das leis”⁶¹⁶. Nesse excerto, o “hábito” – definido por Antonio de Moraes Silva como “costume ou facilidade, e propensão

⁶¹⁶ Anônimo. *Memória sobre a Agricultura* (1807), Op.Cit., p.151.

para alguma coisa, originada de mui repetidos atos”⁶¹⁷ – e o “costume” adquiridos através do tempo são considerados perpetuações de práticas nocivas que, segundo ele, podem ser diagnosticadas como empecilhos para a promoção do “adiantamento da cultura das terras”⁶¹⁸.

Para ele, além daquelas causas que “influem mais, ou menos, na decadência da agricultura” – e que “consistem no método prático de preparar a terra, e fazer sementeiras, no seu trato e colheita, e na falta de conhecimento e escolha de sementes de plantas gramíneas, ou cereais, nos defeitos de toda a plantação, e cultura em geral, e no trato, e medicina dietética dos animais [...]”⁶¹⁹ – as demais estão relacionadas diretamente com fatores relacionados à episódios pretéritos e práticas que teriam se desenvolvido a partir de então. É o caso, por exemplo, da “expulsão dos judeus, pelos imensos braços, a cabedais de que nos privou, aumentando cada vez mais a falta de gente que a nação já experimentava com a descoberta da navegação da Ásia, e despesas feitas nas conquistas, e sua manutenção”. Menciona, também, um “mal outro ainda maior, originado pela infeliz jornada da África que praticou o Senhor Dom Sebastião, contra o voto de seus fiéis conselheiros, e contra o seu próprio interesse”⁶²⁰ – para o anônimo, apontando as mazelas acarretadas pela mencionada ocorrência,

a gente, bagagens e caixa militar perdida em tempos tão difíceis, e apertados para o reino foi, e talvez será ainda por muito tempo a causa da nossa inteira ruína e decadência: porque aumentando a um ponto irremediável as causas debilitantes, atraiu-nos o maior dos males com a sujeição de Espanha que sofremos acompanhada de tantas violências, e tiranias, que nos obrigou enfim a sacudir o jugo a favor da Sereníssima Casa de Bragança em que residia o direito da legítima sucessão⁶²¹.

Ao assinalar três elementos históricos particulares – a expulsão dos judeus, a “infeliz jornada da África que praticou o Senhor Dom Sebastião” e a “sujeição de Espanha” entre c.1580 e c.1640 –, o colaborador anônimo estabelece uma relação direta entre o gradual esfacelamento da agricultura portuguesa condicionado pelas três ocorrências apontadas e os hábitos e costumes nocivos referidos nos parágrafos anteriores. Para ele,

⁶¹⁷ MORAES SILVA, Antonio de. Hábito. *Diccionario da lingua portuguesa...*, Op.Cit.

⁶¹⁸ Anônimo. Memória sobre a Agricultura (1807), Op.Cit., p.155.

⁶¹⁹ Idem, p.151.

⁶²⁰ Idem, pp. 151-152.

⁶²¹ Idem, p.152.

tanto as práticas danosas herdadas de ensinamentos pretéritos considerados negativos, como o acontecimento das três questões apontadas teria condicionado o desenvolvimento de um estado precário da agricultura portuguesa. Assim sendo, considerando a contribuição de uma série de fatores que atravessam tanto a assimilação de hábitos e costumes considerados prejudiciais, bem como o agravamento do contexto dados os três elementos históricos particulares, revela-se uma das possibilidades de manifestação de valoração negativa de “costume” assinaladas anteriormente, dado que o redator da *Memória sobre a Agricultura* estabelece uma relação entre os elementos experienciais que culminaram no desenvolvimento de determinados hábitos e costumes, e as causas morais da “pouca cultura das terras [no reino de Portugal]”⁶²².

O ilustrado neo-granadino Francisco José de Caldas também trata do “costume” na *Memoria sobre el modo de cultivar la cochinilla*, relacionando-o principalmente a uma proposta programática de superar “el hábito de lo antiguo”⁶²³. Estabelecendo uma comparação entre a *cochinilla* (“cochonilha”, em português) “que enriquece a México”⁶²⁴ e aquela que é produzida no Novo Reino de Granada”, Caldas organiza a *Memoria* em sete fragmentos argumentativos, a partir dos quais intenciona oferecer propostas de melhoria para o cultivo da cochonilha na Nova Granada, sempre reivindicando a importância de assimilar os exemplos bem sucedidos praticados pelos cultivadores da região de Oaxaca.

Ao referir-se aos cuidados que exige a *cochinilla*, o neogranadino se dispõe a tratar especificamente do chamado *tlazol* ou *tlazole* – “borra blanquecina semejante a la tela de araña” –, afirmando que cabe ao cultivador “disminuir esta materia heterogénea, que perjudica a la belleza y al precio de este tinte”⁶²⁵. Mobilizando o vocábulo “costume” e tratando do aprimoramento de hábitos de cultivo desenvolvidos por cultivadores oaxaqueños, o ilustrado afirma que “tres siglos de cultura en manos del paciente mejicano han disminuído tanto la tela de la cochinilla que basta un arnero para separarla del mismo modo que se separa el trigo de la paja”⁶²⁶, o que permite observar, nesse momento do texto, um uso de “costume” a partir de sua conotação valorativa positiva, na medida em que o

⁶²² Anônimo. *Memória sobre a Agricultura* (1807), Op.Cit., p.151.

⁶²³ CALDAS, Francisco José de. *Memoria sobre el modo de cultivar la cochinilla. Obras Completas de Francisco José de Caldas*: Publicadas por la Universidad Nacional de Colombia como homenaje con motivo del sesquicentenario de su muerte. Bogotá: Imprenta Nacional, 1966, p.291.

⁶²⁴ Idem, p.281.

⁶²⁵ Idem, p.284.

⁶²⁶ Ibidem.

exercício da *paciencia* – “firmeza, constancia, virtud, que hace sufrir los dolores, afrentas, pobreza, &c., sin queja ni inquietud, y con generosidad de ánimo”, segundo o *Diccionario castellano con las voces de ciencias y artes* de Terreros y Pando⁶²⁷ – teria permitido ao cultivador da Nova Espanha refinar seus métodos e procedimientos a fim de estabelecer paulatinamente bons resultados quanto à cultura da *cochinilla*.

A menção à “paciência” como uma das principais qualidades garantidoras do êxito do cultivo da *cochinilla* em Oaxaca torna a aparecer adiante, quando Francisco José de Caldas reitera a proposta de que seja estabelecida uma *Sociedad Económica de Amigos del País* em Nova Granada – tornando a afirmar algo que, segundo ele, já havia sido proposto na primeira *Memoria* publicada pelo *Semanario* –: de acordo com o ilustrado, “[...] confesamos que las operaciones de la cochinilla exigen constancia; paciencia, que no todos están en estado de cultivarla, y que se necesita de (sic) luces para ejecutar lo que contiene esta instrucción”⁶²⁸.

A fim de impulsionar o cultivo da *cochinilla* em Nova Granada, Caldas propõe que sejam trazidos “dos o tres índios cultivadores de Oaxaca”⁶²⁹, “para que nos enseñasen lo que nos dicen las instrucciones”⁶³⁰, para que su ejemplo y nuestros ojos nos despreocupasen y nos hiciesen mirar la cochinilla como uno de los ramos más interesantes de comercio”. Com a intenção de justificar a proposta, o funcionário neogranadino afirma que “nada hay más difícil ni más espinoso que establecer una nueva cultura, un arte nuevo, un nuevo ramo del comercio”⁶³¹, e aponta para uma série de possibilidades de *excitação* de “costume” ao enumerar fatores que teriam contribuído para manter o cultivo da *cochinilla* em Nova Granada “en la inacción, en la pereza, en el abatimiento y en la miseria”: além do “hábito de lo antiguo”, anteriormente referido, Caldas menciona “las impresiones extrañas de lo nuevo, las dudas del suceso, las preocupaciones, los paralogismos de esos espíritus que no

⁶²⁷ TERREROS Y PANDO, Esteban de. *Paciencia. Diccionario de Castellano con las voces de ciencias y artes...* Op.Cit.

⁶²⁸ CALDAS, Francisco José de. *Memoria sobre el modo de cultivar la cochinilla...* Op.Cit., p.290.

⁶²⁹ Ibidem.

⁶³⁰ As “instrucciones” a que se refere Francisco José de Caldas, bem como a importância do potencial produtor oaxaqueño aparecem enunciadas no início da *Memoria*: “Todo lo que sabemos sobre este objeto interesante [la cochinilla] se reduce a las instrucciones que en 1777 remitió el Excelentísimo señor Bucareli al Excelentísimo señor don Manuel Antonio Flórez, formadas en Oaxaca por dos prácticos experimentados en el cultivo de la cochinilla. A pesar de seren difusas estas instrucciones, de hablar de todos los puntos esenciales, dejan mucho que desear, y excitan dudas a que no se puede satisfacer sin ocurrir a Oaxaca o a los demás lugares en que se cultiva y recoge este tinte precioso”.

⁶³¹ CALDAS, Francisco José de. *Memoria sobre el modo de cultivar la cochinilla...* Op.Cit., p.290.

han dado un paso sino sobre las huellas ajenas, el poco patriotismo, las ideas individuales, etc.”⁶³².

Dentre os textos aqui analisados, o que revelou de forma mais contundente uma articulação entre “conservação” e “costume” foi a *Memoria sobre los Besamanos*, tradução apresentada por José António de Alzáte y Ramírez a partir de um texto publicado “por aquel célebre anticuario Monsieur Henrique Morin, quien heredó de su Padre la erudición, y no el calvinismo”, e elaborada por “um amigo muy aplicado de quien no he podido conseguir me permita estampar su nombre”⁶³³. Por tratar-se de um texto originalmente escrito em francês, mas realocado pelo funcionário Alzate y Ramírez para que suas reflexões fossem úteis ao contexto das reformas ilustradas empreendidas pelo Império espanhol na Nova Espanha, faz-se importante estabelecer algumas considerações acerca do labor relacionado às traduções realizadas por muitos funcionários das Coroas ibéricas a partir de textos elaborados principalmente por ingleses, franceses e alemães, dado que esta era uma prática recorrentemente empreendida na península ibérica, como já se mencionou no primeiro capítulo deste trabalho.

Os historiadores María Jesús García Garrosa e Francisco Lafarga afirmam que estudos pautados em traduções, sobretudo no século XVIII, devem ser orientados principalmente pela disposição de compreender e explicar “o papel da tradução nos processos de recepção e apropriação culturais, sua incidência nas mudanças das mentalidades e sua repercussão na história social”, em vez de debruçar-se sobre a quantidade ou a qualidade das traduções investigadas⁶³⁴.

As referidas importâncias já haviam sido assinaladas por Peter Burke, quando afirmou que o problema da tradução não deve ser considerado não apenas como um problema de cunho linguístico, mas principalmente cultural (grifos meus): isso, porque de acordo com Burke, “eleger um termo ou frase na língua de chegada com um ‘efeito equivalente’ ao da língua de partida se torna cada vez mais difícil quanto maior é a

⁶³² Ibidem.

⁶³³ ALZATE Y RAMÍREZ, José António de. *Memoria sobre los besamanos. Asuntos varios sobre ciencias y artes: obra periódica dedicada al Rey nuestro señor...* Op.Cit., p.65.

⁶³⁴ GARCÍA GARROSA, María Jesús e LAFARGA, Francisco. La historia de la traducción en España en el siglo XVIII. In: SABIO PINILLA, José António (ed). *La traducción en la época ilustrada: panorámicas de la traducción en el siglo XVIII*. Granada: Editorial Comares, 2009, p.27.

distância entre as duas culturas, os pressupostos e as associações do autor original e os novos leitores”⁶³⁵.

Para Noemí Goldman, ao tratar da atuação de Mariano Moreno (Buenos Aires, 1778 — alto mar, 1811) como tradutor, vale considerar um nível de “apropriação” que está além daquele proposto por García Garrosa e Lafarga: de acordo com a historiadora argentina, o exercício de tradução pode ser considerado não apenas como uma “apropriação cultural”, mas principalmente como uma “apropriação criativa” dos textos versionados, uma vez que para o contexto das reformas ilustradas ibero-americanas – em que atuara durante grande parte de sua trajetória a personagem estudada por Goldman –, demandava-se dos tradutores uma adaptação das obras não só em relação à nova língua, mas também ao novo contexto cultural que as recebia⁶³⁶.

Considerando-se portanto as questões enunciadas, é possível sugerir que a aparição de temas relacionados a “conservação” e “costume” na tradução empreendida pelo “amigo muy aplicado”, e apresentada por José António Alzate y Ramírez no décimo número dos *Asuntos vários sobre ciencias y artes* de um texto originalmente escrito em francês não se refere a uma mera transposição da obra para a língua espanhola. Se consideramos as propostas apresentadas por García Garrosa e Lafarga, Peter Burke e Noemí Goldman, é lícito considerar que ao versar o texto originalmente escrito em francês para o castelhano, adaptando-o para seu contexto cultural de recepção – para utilizar uma expressão de Goldman –, o funcionário hispano-mexicano tornara-o um texto absolutamente plausível de ser acatado e inserido naquela sociedade sobre a qual versava, na medida em que o próprio labor de tradução empreendido pelo referido amigo, e apresentado por Alzáte y Ramírez, consistia num versamento e numa adaptação direta àquela realidade.

Como se verá ao longo das próximas páginas, o processo ao qual a *Memoria sobre los besamanos* foi submetida refere-se ao estabelecimento de uma rede de articulações intraculturais ainda mais ampla, uma vez que o texto que se apresenta não se trata apenas de uma tradução empreendida por um amigo de Alzáte y Ramírez cujo nome não fora revelado; mas de um comentário empreendido pelo acerca do texto original de Monsieur Morin, em que são inseridas algumas reflexões e comentários que aproximam a temática do

⁶³⁵ BURKE, Peter. La historia intelectual en la era del giro cultural. *Prismas* - Revista de Historia Intelectual, vol. 11, núm. 2, dezembro, 2007, p.163.

⁶³⁶ GOLDMAN, Noemí. *Mariano Moreno: de reformista a insurgente*. Buenos Aires: Edhasa, 2016, p.192.

besamanos de algumas características particulares do cenário hispano-mexicano no que se refere à *conservação* e aos *costumes*.

Logo no início da *Memoria sobre los besamanos*, a voz “costume” aparece relacionado à permanência da referida prática através dos tempos: “estableció que este uso es no solamente muy antiguo, y casi universalmente estendido por toda la tierra; sino que también muestra, que han tenido en él parte la Religión y la Sociedad”⁶³⁷. Tratando principalmente de sua importância para o âmbito religioso, a tradução apresentada por Alzate y Ramírez intenciona localizar a prática do *besamanos* nos “tiempos más distantes”, em que “se saludaba al Sol, a la Luna y Estrellas, besando la mano”, e menciona que o referido “culto” era praticado entre Caldeus, Fenícios e também na Grécia, “en donde casi eran recibidas todas las supersticiones extranjeras”⁶³⁸. Sobre este excerto, vale observar a definição que consta no *Diccionario de castellano con las voces de ciencias y artes...* de Esteban de Terreros y Pando para “superstición”, apresentada como “devoción, o culto que peca por exceso, culto vano, mal dirigido, mal ordenado. Adorar a los Santos sin relación a Dios, como amigos suyos, o parar en solas sus imágenes sería superstición”⁶³⁹.

A *Memoria* segue mencionando uma série de personagens da história grega em sua relação com a prática do *besamanos*, e afirma que “esta misma costumbre pasó de los Griegos a los Romanos”, relatando em seguida que Apuleio havia chamado de “ateísta” a “un cierto Emiliano”, porque “todas las veces que pasaba por delante de algún Templo, se dispensaba por principio de incredulidad de besar la mano para adorar a los Dioses”⁶⁴⁰. De acordo com o texto apresentado pelo funcionário hispano-americano a partir da tradução empreendida pelo amigo cujo nome não fora não revelado, o incentivo à prática do *besamanos* servia principalmente para fortalecer uma série de vínculos hierárquicos relacionados à disseminação e fortalecimento do Cristianismo naquele período:

estas fórmulas de Religión, habiendo mudado en fin de uso, sirvieron desde los primeros tiempos del Cristianismo a hacer respectables, las ceremonias más augustas de nuestros Misterios, acostumbrando los Obispos, y sus asistentes dar sus manos a besar a los Ministros, que les servían en el Altar. Tarásio, Patriarca de Constantinopla, habla de esto, como de una práctica muy antigua, en su Epistola

⁶³⁷ ALZATE Y RAMÍREZ, José António de. *Memoria sobre los besamanos*. Op.Cit., p.65.

⁶³⁸ Idem, pp.65-66.

⁶³⁹ TERREROS Y PANDO, Esteban de. Superstición. *Diccionario de Castellano con las voces de ciencias y artes...* Op.Cit.

⁶⁴⁰ ALZATE Y RAMÍREZ, José António de. *Memoria sobre los besamanos*. Op.Cit., pp.66-67.

sinodal, remitida a los Emperadores, cuando se convocó el segundo Concilio de Nicea⁶⁴¹.

Tendo sido apresentada então, a partir do aspecto religioso, como um elemento relacionado aos usos e “costumes”, a parte que segue da *Memoria sobre los Besamanos* se dispõe a tratar de sua permanência em diversos nichos: mobilizando um tema caro a este subitem da presente investigação, “de que modo se ha conservado en la Sociedad”. De acordo com o tradutor do texto, “Monsieur Morin, mira la costumbre de besar las manos como una obligación casi continua en todos los estados, como un formulario mudo establecido para asegurar las reconciliaciones, para pedir favores, y dar gracias de los que se habían recibido”: com isso, aponta para a amplitude do código de *besamanos*, na medida em que sua conservação na Sociedade serviria como um gesto de mediação entre os homens e seus deveres ou interesses. Afirma que “esta es una señal de la naturaleza, que se hace percibir por toda la Tierra sin interprete; y que sin duda ha precedido a la de la Escritura, y aun puede ser, que a la de la voz”⁶⁴².

Seguindo o mesmo modelo narrativo de quando tratara dos aspectos religiosos do *besamanos*, a *Memoria* segue tratando da possibilidade de encontrar o seu uso em diversas outras Nações, “desde luego en Homero, que Priamo besaba las manos, y abrazaba las rodillas de Aquiles, suplicándole encarecidamente que le volviera el Cuerpo de su Hijo Hector”. Aponta para o fato de que “esta política estaba también en uso en Roma, y en Italia, pero se observan en ella diferentes variaciones”, e após tratar de alguns elementos específicos da prática do *besamanos* em âmbito romano, o texto da *Memoria* escrita por Monsieur Morin e apresentada por José António Alzate y Ramírez aponta para o fato de que “será inútil después de esto seguir esta costumbre en todos los otros Países, en donde ha estado en uso”⁶⁴³; apresentando algumas especificidades de sua prática na circunstancia colonial ao mencionar que se pratica também “entre los Negros, y los habitantes del Nuevo Mundo”, acrescentando como exercício mnemônico que “Hernán Cortés la halló establecida en México, en donde le vinieron a saludar más de mil Señores, tocando la tierra con sus manos, y llevándolas después a la boca”⁶⁴⁴.

⁶⁴¹ Idem, p.67.

⁶⁴² Ibidem.

⁶⁴³ Idem, pp.67-68.

⁶⁴⁴ Idem, p.68.

Entretanto, no último parágrafo do texto apresenta uma ponderação importante em relação à perpetuação dessa prática, “sea que se practiquen besando las manos de otros por respecto, o llevando la suya a la boca para saludar, son de todos los usos”: tem-se que de acordo com Monsieur Morin, “esta práctica ha perdido mucho de sus privilegios, y que el día de hoy, se mira el besar la mano de aquellos, con quien vivimos, o como una gran familiaridad, o como una gran bajeza”⁶⁴⁵. Em nota, muito provavelmente redigida pelo próprio Alzate y Ramírez, esta última ponderação de Monsieur Morin não vale para “los Dominios de nuestro Soberano”, onde “esta costumbre permanece en todo su vigor, respecto de las Personas Eclesiásticas”:

todos se reputan por muy felices siempre que presentados a los Señores Obispos ejecutan este acto de respeto: en la Nueva España (y principalmente entre los indios) se estila besar la mano de los Curas y Sacerdotes siempre que se les saluda; costumbre loable, y aun practicada por los párvulos⁶⁴⁶.

A partir das discussões apresentadas nos parágrafos anteriores, é possível observar que “conservação” e “costume” são vozes que se manifestam como conjuntos metafóricos do *tempo* no discurso de reformistas ilustrados sobre as Américas Ibéricas, tanto no que se refere à sua relação com alguns *vocabulários específicos* anteriormente assinalados – o das *reformas* e o da *história*, da *experiência* e da *expectativa* –, como também a alguns importantes elementos, característicos do próprio reformismo ilustrado, e que se revelavam de maneira contundente através dos excertos anteriormente analisados.

“Conservação”, como já se apontou, é voz portadora de um dos mais essenciais mecanismos de empreendimento e aplicação das reformas ilustradas segundo o modo com que Portugal e Espanha coordenaram sua concepção e suas práticas. Isso, principalmente, porque como foi possível averiguar tanto através do exame textual como também por meio das compilações lexicais de época, “conservação” remete à um dos principais sustentáculos do projeto reformista ilustrado, dado que evoca o desejo desses homens quanto ao estabelecimento de uma harmonia convergente entre as múltiplas mudanças e transformações por eles postuladas e a manutenção de uma série de valores, práticas e

⁶⁴⁵ Ibidem.

⁶⁴⁶ Idem, p.69.

elementos já existentes, com a intenção primordial de que permaneça inalterada a natureza dos arranjos imperiais e suas relações com a circunstância colonial americana.

“Costume”, por sua vez, revela uma dupla conotação valorativa de sentido: de acordo com as análises apresentadas nos parágrafos anteriores, a voz pode ser apelada de maneira positiva, quando seu emprego refere-se sobretudo à instruções fornecidas por episódios, personagens, quadros políticos ou fenômenos pretéritos gloriosos, e que podem servir de *exempla* para Portugal e Espanha na execução do programa reformista; ou negativa, quando sua mobilização é empreendida para tratar da perpetuação de práticas e valores considerados obsoletos, ultrapassados e antigos – portanto, nocivos para o desempenho das reformas promulgadas pelos Impérios ibéricos –.

Vale mencionar, como foi possível averiguar principalmente por meio da *Memoria sobre los Besamanos* de Alzate y Ramírez, que tanto “conservação” como “costume”, apesar de serem vozes diferentes e corresponderem a estímulos ou *excitações* de sentido particulares, muito frequentemente eram reivindicadas por personagens das reformas ilustradas ibéricas de modo articulado; postulando, na grande maioria das ocasiões em que seu uso se dera de maneira relacionada, uma espécie de abarcamento semântico no qual “costume” estaria contida no arcabouço lexical de “conservação”.

Metáforas cinéticas: lentidão, estagnação e celeridade

Ao tratar do paulatino desenvolvimento do industrialismo moderno europeu, bem como da importância dos conceitos de Revolução e Aceleração para o contexto aqui estudado, o primeiro capítulo desta dissertação apresentou elementos que apontaram para a relevância de que se considere – na medida em que contribuem com a compreensão dos processos aqui abordados –, as profundas transformações e reconfigurações que permearam o âmbito da cinética a partir da segunda metade do século XVIII. Isso, porque ao assinalar a ocorrência de fenômenos tais como o gradual desenvolvimento da Revolução Industrial – primeiro inglesa, logo europeia – e o processo revolucionário francês, o referido capítulo garantiu um aceno preliminar à contextualização do tema dos conjuntos metafóricos do *tempo* manifestados através da mobilização vozes relacionadas à aspectos de lentidão, estagnação e celeridade, tríade que orientará as discursões a serem abordadas ao longo deste subitem.

Como se discorreu naquele capítulo, os sucessos apontados se deram num contexto caracterizado, dentre outros elementos importantes, pelo desenvolvimento de novas concepções e formas de experimentar o tempo histórico, que interagiram de modo dinâmico com uma série de componentes que tipificavam, é bem verdade, também as concepções e experiências de tempo histórico já vigentes naquele então. No que se refere especificamente às transformações condicionadas pelas chamadas Revoluções Industrial e Francesa, Reinhart Koselleck aponta que tais acontecimentos podem ser considerados como os principais agentes catalisadores da irrupção do já mencionado *Sattelzeit*, sobretudo por terem garantido o estabelecimento de uma série de fatores e circunstâncias relacionadas à transformações e alterações inerentes ao modo com que homens e mulheres do período vivenciavam e experimentavam o *tempo* – estando restrita à círculos letrados infinitamente menores, evidentemente, a elaboração de novas propostas interpretativas acerca das diversas transformações provenientes daquela nova temporalidade que passava a regê-los.

Isso significa afirmar que, para além revelar um incontestável conjunto de palavras oriundo do desdobramento semântico empreendido sobre os chamados conjuntos metafóricos referentes ao *tempo*, o tema das metáforas cinéticas pode ser considerado, também, uma importante via de congregação e manifestação linguística dessa nova temporalidade que passou a vigorar no cenário ocidental a partir da segunda metade do Setecentos. Do ponto de vista morfológico, inclusive, vale mencionar que ao se ampliar o tratamento referente ao *tempo* em direção à abordagem da palavra *temporalidade* (ou seja, acrescida do sufixo “dade”, que expressa estado, situação ou quantidade), é possível observar a revelação de um termo que suscita o estado daquilo que é provisório, efêmero, e que está em movimento – *temporalidade* –, e que remete essencialmente às dinâmicas de uma entidade semântica já primordialmente caracterizada pela cinesia.

Assim sendo, considerando-se o panorama acima apresentado, tem-se que as análises a serem desenvolvidas ao longo das próximas páginas atribuirão maior ênfase interpretativa ao aspecto de *temporalidade* do *tempo*, ou seja, à sua efemeridade intrínseca enquanto entidade reveladora de uma barafunda de ocorrências rítmicas que caracterizaram o período aqui estudado, e que apesar de ter permeado a grande maioria dos vocábulos e conceitos anteriormente discutidos, teve seu principal reduto de manifestação através do que se chamará aqui de metáforas cinéticas; sobretudo porque, como se verificará neste

subitem, o conjunto metafórico a ser apresentado foi o que resultou maior número de noções, concepções, representações, categorias e conceitos⁶⁴⁷ dentre as demais pautas lexicais selecionadas para a composição deste capítulo.

Vocábulos relacionados à lentidão aparecem em uma série de textos elaborados por funcionários das monarquias ibéricas como uma preocupação relacionada, sobretudo, ao tempo demandado para que o empreendimento de determinados projetos ou programas de reformas fossem efetivamente implementados na circunstância americana, ou que revelassem suas primeiras respostas positivas às Coroas. A fim de verificar um primeiro exemplo do aparecimento desse aspecto, é possível observar que, dado o constante exercício textual comparativo em relação às dinâmicas atlânticas que se estabeleciam entre ibéricos quanto àquelas encabeçadas principalmente por ingleses e franceses, tem-se que muitos dos funcionários do aparato burocrático português e espanhol revelavam nos discursos por eles elaborados um agudo descontentamento quanto à lentidão com que o sucesso de eventos se dava na dimensão ibero-americana, tema já suficientemente esmiuçado nos capítulos anteriores através da menção à *vocabulários específicos* e núcleos lexicais típicos desses reformismos ilustrados.

Em excerto mencionado no capítulo anterior, tem-se que no *Discurso sobre la agricultura de La Habana y medios de fomentarla*, ao afirmar que “algunos creerán intempestivo que pidamos remedio en la presente época”⁶⁴⁸ – e que “se engañan” ao fazê-lo –, Francisco de Arango y Parreño externa que muitas das propostas por ele apresentadas para solucionar os males que acometiam a agricultura de La Habana, naquele momento, eram consideradas por muitos membros da burocracia espanhola como um pensamento “impracticable y ridículo”⁶⁴⁹. A fim de contestar algumas das críticas contra ele emitidas, afirma que apenas consideram “impracticables y ridículos” seus planos de intervenção aqueles que nada sabem “de la agricultura de América, ni de su orden y progreso”⁶⁵⁰, e que – mobilizando um vocábulo relacionado às metáforas cinéticas em seu aspecto de lentidão – “acostumbrados al lento paso de Europa” pensam “que la plantación de un ingenio, de un

⁶⁴⁷ PIMENTA, João Paulo. “Notions and concepts of time in late eighteenth-century Brazil”... Op.Cit.

⁶⁴⁸ ARANGO Y PARREÑO, Francisco de. *Discurso sobre la agricultura de la Habana y medios de fomentarla*... Op.Cit., p.158.

⁶⁴⁹ Idem, p.159.

⁶⁵⁰ Ibidem.

algodonol, cafetal, etc., necesita para fructificar tantos años como las moreras de Granada”⁶⁵¹.

Com isso, Arango y Parreño denuncia que um dos principais equívocos de muitos de seus críticos estava em considerar que a América e a circunstância metropolitana poderiam ser consideradas instâncias simultâneas, pertencentes a uma mesma redoma de ritmo e temporalidade, porque supostamente partes de um mesmo vínculo pactual colonial. Apontando a inferência de seus críticos como errônea, o funcionário hispano-cubano ressalta que o ritmo em que se davam os sucessos agrícolas europeus deveria ser considerado mais lento do que aquele que pautava a ocorrência das dinâmicas coloniais, e que portanto suas propostas eram plausíveis porque não deveriam ser concebidas a partir dos mesmos critérios reivindicados para caracterizar a metrópole espanhola. Para confirmar sua ponderação, Arango y Parreño afirma que “por toda respuesta los remitiré a la Historia”, citando os bem sucedidos casos da Jamaica – “vean en ella a Jamaica crecer en poquísimos años” –, de “Santo Domingo francés”, que fez “formar en menos de treinta todo el fondo de riquezas que poseía antes de la insurrección de sus esclavos”, e das experiências registradas também na circunstância habanera: “y a nosotros como, sin tantos auxilios, en sólo dieciséis años, desde 1763 hasta 1779, dimos a nuestras cosechas todo el ser que tienen hoy”⁶⁵².

O aspecto da lentidão foi observado, também, como relevante caracterizador de um período necessário para a elaboração e maturação de uma ideia a ser apresentada aos monarcas. É assim que se revela na *Memória sobre a cultura dos algodoeiros e sobre o método de o escolher, e ensacar, etc.*, do funcionário da Coroa portuguesa Manuel Arruda da Câmara. No texto, bastante propositivo, Arruda da Câmara afirma que “o acaso porém tem me posto nas circunstâncias de fazer experiências, observações, e algumas descobertas úteis em outra cultura, não menos interessante ao comércio, tanto de Portugal, como de Pernambuco”, e afirma que esta cultura, de que fala, é a do Algodão. De acordo com o funcionário, descrevendo ao Soberano sua relação teórica e prática com a referida cultura, afirma que “nela me tenho empregado nas margens do Rio Paraíba com suficiente fábrica, pelo que tenho tido tempo, e vagar, para fazer muitas experiências, e observações; não me

⁶⁵¹ Ibidem.

⁶⁵² Ibidem.

tendo poupado em nada a fim do melhoramento tanto da cultura, como do benefício, que deve receber antes de correr no comércio [...]"⁶⁵³.

Merece destaque, no excerto obtido a partir do texto elaborado por Manuel Arruda da Câmara, a mobilização do vocábulo “vagar” – que segundo o *Diccionario da língua portuguesa* de Antonio de Moraes Silva, significa o “oposto à pressa”, “diligência”⁶⁵⁴ –, relacionada à afirmação do funcionário sobre o fato de que tem “tido tempo [...] para fazer muitas experiências e observações”. Nesse caso, diferentemente da conotação apresentada por Arango y Parreño e tratada anteriormente, é possível observar que, para o funcionário Manuel Arruda da Câmara, possuir “tempo” e “vagar” para empreender seus estudos acerca da cultura do algodão deve ser considerado algo positivo, na medida em que sugere que suas propostas, ao terem sido elaboradas com maior disponibilidade de tempo, foram desenvolvidas com maior esmero e requintes de observação.

O tema também aparece também num longo parágrafo da *Representación* elaborada pelo funcionário hispano-chileno Manuel de Salas. Referindo-se à sensível diminuição da população na parte do território ocupado por índios, ao afirmar que “el número de los propiamente indígenas es cortísimo respecto de la extensión que los contiene y del que vemos en las antiguas relaciones”⁶⁵⁵, o funcionário dedica algumas linhas a tratar de possíveis razões pelas quais a referida diminuição demográfica teria ocorrido. Apontando principalmente para o que considera uma falha na gestão do tesouro da monarquia em relação às populações indígenas da região chilena – “las enormes sumas consumidas en esto, en las guerras que ha excitado, y en la tropa que en el sistema actual es necesaria para contener a los indios” –, Manuel de Salas faz referência a José del Campillo y Cossío e a Bernardo Ward, dois importantes funcionários do programa de reformas ilustradas empreendidas pelo Império espanhol, para afirmar que “si se hubiesen empleado en civilizarlos [a los índios], en hacerles sentir las comodidades de la sociedad, y como dicen Campillo y Ward en hacerles tomar el gusto al canje, que engendra el comercio y mueve al

⁶⁵³ ARRUDA DA CÂMARA, Manuel. *Memória sobre a cultura dos algodoeiros e sobre o método de o escolher, e ensacar, etc....* Op.Cit., p.II.

⁶⁵⁴ MORAES SILVA, Antonio de. *Vagar. Diccionario da lingua portuguesa...*, Op.Cit.

⁶⁵⁵ SALAS, Manuel de. *Representación*. In: CHIARAMONTE, José Carlos (ed.). *Pensamiento de la Ilustración...* Op.Cit., p.223.

trabajo, habrían poblado el país y reintegrado al erario con sólo sus contribuciones indirectas”⁶⁵⁶.

Para Manuel de Salas, entretanto, as propostas elaboradas por Campillo e Ward requeriam “un ánimo temporizador, una paciencia benéfica, que espere la recompensa del tiempo futuro; y esa lentitud es incompatible con la fogosa ambición, que prefiere los medios violentos a los tardos, aunque justos y seguros”⁶⁵⁷. Com isso, o hispano-chileno atribui uma caracterização à lentidão que se assemelha, em seu comportamento semântico, com a anteriormente revelada por Manuel Arruda da Câmara na *Memória sobre os algodoeiros...*: principalmente, porque pondera as propostas dos mencionados funcionários ao afirmar que as mesmas eram incongruentes com a obtenção de retornos imediatos, tendo em vista que o que propunham Campillo e Ward – pautas com as quais também Manuel de Salas concordava – demandava “una paciencia benéfica”, a espera da recompensa “del tiempo futuro”⁶⁵⁸, e ressalta principalmente que a lentidão por ele sugerida para a garantia e eficácia das propostas não coadunava com a “fogosa ambición”⁶⁵⁹ denunciada, afirmando que ao invés de meios “tardos, aunque justos y seguros”, preferia optar sempre pelo empreendimento da violência. Segundo o hispano-chileno, numa alusão ao mito grego de Dafne, filha do rei Peneu, que veio a difundir-se na cultura ocidental principalmente a partir da simbologia que adquirira como tradicional condecoração entregue a generais romanos que ingressavam na cidade após triunfos em importantes batalhas, “todos quieren coger laureles, nadie sembrarlos”⁶⁶⁰.

O aspecto de estagnação como uma das manifestações de metáforas cinéticas relacionadas ao *tempo* foi observado, principalmente, a partir da revelação de certa atenção de funcionários das Coroas portuguesa e espanhola quanto à especulação uma paralisia dos Impérios quanto aos avanços e desenvolvimentos empreendidos e experimentados principalmente por Inglaterra e França naquela altura. Isso significa dizer que, concomitante aos receios de que o ritmo em que fluíssem as dinâmicas imperiais ibéricas estivesse correndo a passos lentos, reformistas ilustrados também se preocupavam pela

⁶⁵⁶ Ibidem.

⁶⁵⁷ Ibidem.

⁶⁵⁸ Ibidem.

⁶⁵⁹ Ibidem.

⁶⁶⁰ Ibidem.

possibilidade de que, diante das malhas competitivas internacionais, Portugal e Espanha permanecessem simbolicamente imóveis em relação a seus concorrentes.

Vozes como “inércia”/“inercia” ou “inação”/“inacción”, por exemplo, foram bastante mobilizadas por uma série de funcionários de ambas as Coroas como um importante elemento relacionado à “estagnação”. Principalmente sobre “inércia”/“inercia”, é relevante assinalar que o referido termo não fora mobilizado pela grande maioria de ilustrados a partir de sua definição propriamente relacionada ao âmbito da física newtoniana – o que revela contundente importância, principalmente, porque as elaborações newtonianas apontam para a “ausência da inércia” como sinônimo da “presença de aceleração”, teorema que circulava de modo recorrente nos círculos de letrados –: de acordo com as compilações lexicais de época, os vocábulos “inércia”/“inercia” tal como foram mobilizados por funcionários das monarquias ibéricas diziam respeito à “falta de arte, de destreza, de indústria; preguiça, repugnância ao trabalho”⁶⁶¹, bem como “flojedad, pereza y descuido”⁶⁶². Das compilações lexicais que serviram a esta investigação, apenas o *Diccionario da língua portuguesa* de Antonio de Moraes Silva destaca a dimensão proveniente da física pertinente à “inércia”, oferecendo sua terceira definição como “propriedade que tem os corpos de continuarem no estado de quietação, ou movimento, em que os puseram, até que uma força contrária os faça passar a outro estado, vencendo a resistência, que os corpos opõem a essa mudança”⁶⁶³.

Desempenhando então o comportamento semântico delineado acima, foi possível observar o apelo ao vocábulo “inércia”, por exemplo, na *Memória sobre o Malvaisco do distrito da Vila da Cachoeira no Brasil*, elaborada por Joaquim de Amorim e Castro (Bahia, 1760 – Rio de Janeiro, 1817). Funcionário formado em Filosofia, Matemática e Leis pela Universidade de Coimbra, Amorim e Castro foi um ativo sócio da ARCL e ocupou uma série de cargos relacionados à burocracia lusitana na região nordeste da América portuguesa, destacando-se principalmente por sua atuação como Juiz de Fora e Provedor das Fazendas dos Defuntos e Ausentes na Vila de Cachoeira a partir de 1786 e como Desembargador do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, cargo para o qual foi nomeado

⁶⁶¹ BLUTEAU, Raphael. Inércia. *Vocabulario portuguez & latino*, Op.Cit.

⁶⁶² RAE (1726 – 1739). Inercia. *Diccionario de Autoridades...* Op.Cit.

⁶⁶³ MORAES SILVA, Antonio de. Inércia. *Diccionario da lingua portugueza...*, Op.Cit.

em 1801 por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, exercício que lhe coindicionou a ocupar uma série de outras funções no aparato administrativo português até o ano de sua morte.

Na referida *Memória*, ao queixar-se da falta de cultura do linho do cânhamo em Portugal, que “tem feito com que este gênero seja importado dos diferentes portos estrangeiros para suprir o consumo da nação”, o funcionário afirma que “as experiências que se fizeram no termo desta Vila com a plantação do mesmo foram infrutíferas e frustradas” por duas possíveis razões principais: “ou pela ignorância e inércia dos lavradores, ou pelo deferente da semente⁶⁶⁴”. Recorre novamente ao vocábulo para apontar para sua designação metafórica relacionada à estagnação na *Memória sobre a cochonilha do Brasil* – texto cuja toada se assemelha em muito, tanto pelo tema quanto pela linguagem mobilizada para tratar do mesmo, à *Memoria sobre el modo de cultivar la cochinilla*, do ilustrado neo-granadino Francisco José de Caldas, analisada no subitem anterior –: para o Joaquim de Amorim e Castro, as “verdadeiras causas que impossibilitam aos Naturais a execução e adiantamento desta cultura e ramo de Comércio da Vila da Cachoeira e seu Termo” são “a falta de utilidade que representa neste Estado do Brasil aqueles insetos, e o incômodo com que os tiram das Palmatórias por falta de uso e exercício, e a natural inércia a outras agriculturas, que não sejam aquelas que aprenderam dos seus maiores”⁶⁶⁵.

O vocábulo “inação”/“inacción” – reivindicado principalmente por reformistas ilustrados de língua espanhola e caracterizado por Esteban de Terreros y Pando como “cesación de obra”; “en la moral, estupidez, flojedad, indolencia”⁶⁶⁶ – aparece no *Proyecto económico en que se proponen varias providencias dirigidas a promover los intereses de España*, texto elaborado pelo ilustrado irlandês Bernardo Ward e examinado em relação ao *vocabulário específico das reformas* no segundo capítulo deste trabalho.

Empreendedor de um constante exercício comparativo que permitia cotejar o desenvolvimento da Espanha com o de outras potências europeias, Ward recorre à voz “inacción” para criticar o elemento de estagnação por ele diagnosticado no contexto espanhol, para advertir a Coroa acerca de uma provável diminuição de sua importância que,

⁶⁶⁴ CASTRO, Joaquim de Amorim e. *Memória sobre o Malvaisco do distrito da Vila da Cachoeira no Brasil. Memórias Económicas...* Op.Cit., p.395.

⁶⁶⁵ CASTRO, Joaquim de Amorim e. *Memória sobre a cochonilha do Brasil. Memórias Económicas...* Op.Cit., pp.138-139.

⁶⁶⁶ TERREROS Y PANDO, Esteban de. *Inacción. Diccionario de Castellano con las voces de ciencias y artes...* Op.Cit.

vislumbrava o ilustrado, poderia ocorrer nos seguintes anos. De acordo com ele, “según el ardor con que se aplican en el día de la Reyna de Hungría, y el Rey de Prusia, Suecia, Dinamarca y otras naciones, es probable que dentro de medio siglo harán grandes progresos en todo género de establecimientos útiles”⁶⁶⁷, e assinala que:

si durante este tiempo continua la inacción de España, es indudable también que entonces no pesará la mitad que pesa ahora en la balanza de las Potencias de Europa; y así podemos hacer la cuenta de que cada diez años, que pasan sin adelantar sus intereses, es como si hubiese perdido una de las más ricas de sus Provincias; de que se manifiesta lo errónea que es en la situación presente de España⁶⁶⁸.

Elementos relacionados à estagnação também foram encontrados por meio da recorrência a pautas tais como “ócio”, “ociosidade”/“ociosidad” e “preguiça”/“pereza”. Considerados aspectos extremamente nocivos ao sucesso dos programas de reformas ilustradas, os referidos temas foram empregados, na grande maioria de suas aparições nos textos analisados, para designar certa imobilidade de lavradores em relação a seu labor na terra, ou para tratar da necessidade de que o “ócio”, a “ociosidade”/“ociosidad” e a “preguiça”/“pereza” fossem diminuídos por serem causas nefastas e prejudiciais ao desenvolvimento de culturas agrícolas em determinados rincões da conjuntura colonial. Como parcelas componentes do conjunto de metáforas cinéticas, a relação estabelecida por funcionários de Portugal e Espanha entre o “ócio”, a “ociosidade”/“ociosidad” e a “preguiça”/“pereza” se dava então, principalmente, quando o objeto de seus escritos tratava da importância do trabalho para impulsionar os Impérios ibéricos por meio da agricultura – âmbito ao qual, como já se observou anteriormente, reformistas ilustrados de ambas as Coroas investiam substancialmente as tintas de suas penas.

Apenas para elucidar as performances substantivas de cada um dos termos quanto à forma com que serão observados nos excertos apresentados adiante, tem-se que a caracterização dicionarística de “ócio”, nas compilações lexicais de língua portuguesa, diz respeito ao “vício de descanso, falta voluntária de ocupação”⁶⁶⁹, “vício de quem perde e gasta o tempo inutilmente”⁶⁷⁰, assim como “desocupação”⁶⁷¹. Para as de língua espanhola,

⁶⁶⁷ WARD, Bernardo. *Proyecto económico...* Op.Cit., p.58.

⁶⁶⁸ Ibidem.

⁶⁶⁹ BLUTEAU, Raphael. Ócio. *Vocabulario portuguez & latino*, Op.Cit.

⁶⁷⁰ BLUTEAU, Raphael. Ociosidade. *Vocabulario portuguez & latino*, Op.Cit.

o substantivo “ociosidad” refere-se ao “vicio de perder o gastar el tiempo inutilmente”⁶⁷², “falta de ocupación, falta de trabajo, aragandería, holgazanería, inacción”⁶⁷³, enquanto o termo “ocio” é definido como “descanso, estado de una persona que no tiene qué hacer o puede emplear el tiempo bien y como le convenga”⁶⁷⁴. No que se refere à “preguiça”, as compilações de língua portuguesa a definem como “negligência nas coisas que temos obrigação de fazer, um dos sete pecados mortais”⁶⁷⁵, assim como “[...] aborrecimento do trabalho, falta de diligência no que cumpre fazer”⁶⁷⁶. O termo “pereza”, nas compilações lexicais de língua espanhola, refere-se principalmente à “negligencia, tedio o descuido de las cosas a que estamos obligados, es uno de los pecados capitales”⁶⁷⁷, sendo também “un vicio moral que significa demasiado caimento, flojedad, negligencia, lentitud [...]”⁶⁷⁸.

Destacando a nocividade do ócio para o desenvolvimento das políticas empreendidas sobre o cultivo agrícola do Império português, o já referido funcionário José Veríssimo Álvares da Silva afirma, na *Memória histórica sobre a agricultura portuguesa...*, que “a agricultura está intimamente unida com o sistema das finanças, com as contribuições, e encargos do Estado, com a soma do trabalho, e diminuição do ócio”⁶⁷⁹, sugerindo portanto que o êxito do empreendimento agrícola deve estar necessariamente atrelado a condutas que proponham a redução do mencionado “vício de quem perde e gasta o tempo inutilmente”⁶⁸⁰. Para ele, a erradicação do ócio e o triunfo dos programas agrícolas estão diretamente relacionados ao oferecimento de melhores condições laborais aos agricultores, e afirma que “para florescer a lavoura o primeiro passo é dar tranquilidade ao lavrador, honrar a sua ocupação, como a mais preciosa, e útil à república; aliviá-lo dos demasiados

⁶⁷¹ MORAES SILVA, Antonio de. Ócio. *Diccionario da lingua portugueza...*, Op.Cit.

⁶⁷² RAE (1726 – 1739). Ociosidad. *Diccionario de Autoridades...* Op.Cit.

⁶⁷³ TERREROS Y PANDO, Esteban de. Ociosidad. *Diccionario de Castellano con las voces de ciencias y artes...* Op.Cit.

⁶⁷⁴ TERREROS Y PANDO, Esteban de. Ocio. *Diccionario de Castellano con las voces de ciencias y artes...* Op.Cit.

⁶⁷⁵ BLUTEAU, Raphael. Preguiça. *Vocabulario portuguez & latino*, Op.Cit.

⁶⁷⁶ MORAES SILVA, Antonio de. Preguiça. *Diccionario da lingua portugueza...*, Op.Cit.

⁶⁷⁷ RAE (1726 – 1739). Pereza. *Diccionario de Autoridades...* Op.Cit.

⁶⁷⁸ TERREROS Y PANDO, Esteban de. Pereza. *Diccionario de Castellano con las voces de ciencias y artes...* Op.Cit.

⁶⁷⁹ SILVA, José Veríssimo Álvares da. *Memória Histórica sobre a Agricultura Portuguesa considerada desde o tempo dos Romanos até o presente...* Op.Cit., p. 195.

⁶⁸⁰ BLUTEAU, Raphael. Ociosidade. *Vocabulario portuguez & latino*, Op.Cit.

tributos, que sobre ele carregam; livrá-lo o mais que puder ser da gente de justiça, e oficiais dos concelhos (sic), o maior peso que a lavoura suporta”⁶⁸¹.

Vale mencionar que, ao tratar da agricultura portuguesa entre o reinado de D. Dinis até o de D. Manuel, o elaborador da *Memória histórica sobre a agricultura portuguesa...* identifica no estabelecimento dos morgadios o grande ponto de inflexão para o aumento do ócio em Portugal, uma vez que delega a esse tipo de organização a principal responsabilidade pelo agravamento de características ociosas que já vinham circulando em terras portuguesas “pela constituição primitiva dos povos, de que éramos descendentes”, e que teriam causado danos profundos à agricultura lusitana. Segundo José Veríssimo Álvares da Silva,

os morgados não serviram mais, do que para aumentar as causas do ócio [...]. Os morgados, e seus irmãos ficaram vivendo em ócio, a que chamaram vida de homem de bem [...]. A república é feliz pela soma do trabalho, que nela se faz, e não pela multidão de homens, que desdenhando o trabalho, impertinentes seguidores da corte requerem se premeiem neles os serviços de seus avós; como se o bem do Estado se houvera de produzir, pelo que já foi, e não pelo que é agora. Os morgados, que nesta época começam, aumentam as causas do ócio: porém nos tempos adiante perdida a utilidade, a que se houve a consideração no seu estabelecimento, o mal que produziram à lavoura é indizível⁶⁸².

A mobilização da voz “preguiça” também foi reveladora de aspectos de estagnação relacionados às metáforas cinéticas vinculadas à semântica do *tempo*. Recorrendo à importância dos ensinamentos da “experiencia de todos los siglos”, o reformista ilustrado neo-granadino Pedro Fermín de Vargas menciona, em seus *Pensamientos políticos sobre la agricultura, comercio y minas del Virreinato de Santafé de Bogotá*, que “los habitantes de los países estériles son gradualmente más industriosos que los de los países ricos y abundantes”⁶⁸³, uma vez que, para ele, a relação entre a capacidade industrial desenvolvida em países estéreis, contra aquela desenvolvida por países ricos e abundantes, se deve justamente ao fato de que aqueles que são mais abastados terminam por ser preguiçosos. De acordo com Fermín de Vargas, referindo-se especificamente à Santafé de Bogotá, “la facilidad con que se mantienen las gentes de las tierras cálidas del Virreinato las hace del

⁶⁸¹ SILVA, José Veríssimo Álvares da. *Memória Histórica sobre a Agricultura Portuguesa considerada desde o tempo dos Romanos até o presente...* Op.Cit., p. 195.

⁶⁸² SILVA, José Veríssimo Álvares da. *Memória Histórica sobre a Agricultura Portuguesa considerada desde o tempo dos Romanos até o presente...* Op.Cit., p. 172.

⁶⁸³ DE VARGAS Y SARMIENTO, Pedro Fermín. *Pensamientos políticos sobre la agricultura, comercio y minas del Virreinato de Santafé de Bogotá...* Op.Cit., p.12.

todo indolentes y perezosas”, uma vez que, para ele, o fato de que “el maíz, el plátano, la carne o el pescado lo encuentran alrededor de sus habitaciones sin trabajo alguno”⁶⁸⁴ deve ser considerado um traço prejudicial para o desenvolvimento daquela região. Isso porque, acostumados com a abundância, homens e mulheres habitantes do cenário neo-granadino seriam, segundo Fermín de Vargas, tendencialmente menos propensos ao trabalho porque “indolentes” e “perezosos” – o que significa dizer, portanto, que estariam menos aptos a contribuir com a dilatação da agricultura como um dos principais pilares das reformas empreendidas pelo Império espanhol.

Tanto o “ócio” como a “ociosidade” e a “preguiça” também são assinalados pelo funcionário do Império português Manuel Arruda da Câmara, na recém citada *Memória sobre a cultura dos algodoeiros e sobre o método de o escolher, e ensacar, etc..* Ao apontar para a importância da cultura do algodão em Pernambuco, o funcionário destaca que um dos principais benefícios a serem obtidos através da mesma, além do “grande lucro que promete”, refere-se ao fato de que essa cultura “impele a todos ao trabalho, tirando-os da ociosidade, dá valor às terras que dantes não o tinham, com sumo proveito do proprietário”, apresentando um exercício comparativo que permite observar o quão nociva era considerada a ociosidade por funcionários ilustrados.

Um pouco mais adiante, ressaltando os cuidados e diligências demandados em relação ao cultivo do algodão, o funcionário adverte sobre o quão pernicioso, para o êxito do cultivo empreendido, pode ser o plantio simultâneo de várias sementes numa mesma porção de terra. De acordo com Manuel Arruda da Câmara, “se caem sobre a terra muitas sementes de qualquer vegetal, amontoadas, ou apinhoadas, e chegam a nascer, crescem sempre fanadas; porque o terreno, que apenas seria suficiente para nutrir uma só planta, se emprega em fazer vegetar muitas ao mesmo tempo”⁶⁸⁵, destacando que tal gesto, danoso para a referida cultura, poderia ser lido como bastante típico como de agricultores por ele denominados “preguiçosos”. Esses, de acordo com Arruda Câmara, se encantam com o vigor inicial revelado no princípio do “florescimento”, até perceberem que seu crescimento errático não lhe trará benefícios e nem poderá ser devidamente aproveitado. Para ele, agricultores que optam por esse método caótico de cultivo, “por evitarem um pequeno

⁶⁸⁴ Ibidem.

⁶⁸⁵ ARRUDA CÂMARA, Manuel. *Memória sobre a cultura dos algodoeiros e sobre o método de o escolher, e ensacar, etc....* Op.Cit., p.31.

incômodo presente, se privam de tantos bens futuros”, e padecem de “funestos efeitos da preguiça, maior causa da pobreza, e do descômodo da vida”⁶⁸⁶:

Quanto se engana o Agricultor preguiçoso, que, querendo aproveitar melhor o seu suor, planta maior número de vegetais, ou de algodoeiros no terreno, que alimpa, pensando, que quanto mais plantar, mais colherá! É verdade, que enquanto as plantas são pequenas, tem vigor, vegetam livremente, lisonjeando a esperança do Agricultor; mas apenas começam a ficar mais frondosas, e espalhar seus ramos mais ao longe, tomando maior campo, uma à outra, mutuamente se ofendem, o seu tronco, faltando-lhe as circunstâncias sobreditas, fica delgado, sem substância, e o seu fruto por consequência deve ser pouco, correspondendo à mãe, que o produz, como também, deve ser de má qualidade [...]⁶⁸⁷

Uma última pauta que vale a pena ser mencionada quanto ao aspecto de estagnação refere-se ao apelo ao termo “letargo”, cuja mobilização revelou-se uma particularidade empreendida principalmente por funcionários hispano-americanos. Na compilação lexical publicada pela RAE em 1780, a voz é definida como uma “enfermedad que consiste en una modorra tan profunda, que cuesta mucho trabajo hacer que despierten los que la padecen, y en despertando quedan sin memoria, y como pasmados, y vuelven facilmente a la misma modorra”⁶⁸⁸; enquanto a definição de Terreros y Pando aponta para a possibilidade de que o termo seja empregado como sinônimo de “ociosidad, pereza, desidia”⁶⁸⁹. Apesar não ter sido reivindicado por funcionários luso-americanos nos escritos selecionados para a realização da presente investigação, é importante considerar que o vocábulo estava disponível no arcabouço linguístico de língua portuguesa através da palavra “letargia”, como bem revela o verbete que consta no *Diccionario da língua portuguesa* de Antonio de Moraes Silva, ao definir o termo como uma doença caracterizada por “um sono profundo e contínuo, que não se interrompe, e se talvez o doente desperta, é por pouco tempo, e com esquecimento do que diz, ou faz, de sorte que não acaba o que começa, ou se esquece do que ia fazer”⁶⁹⁰.

⁶⁸⁶ ARRUDA CÂMARA, Manuel. *Memória sobre a cultura dos algodoeiros e sobre o método de o escolher, e ensacar, etc....* Op.Cit., p.31.

⁶⁸⁷ ARRUDA CÂMARA, Manuel. *Memória sobre a cultura dos algodoeiros e sobre o método de o escolher, e ensacar, etc....* Op.Cit., p.28.

⁶⁸⁸ RAE (1791). *Letargo*. *Diccionario de la lengua castellana...* Op.Cit.

⁶⁸⁹ TERREROS Y PANDO, Esteban de. *Letargo*. *Diccionario de Castellano con las voces de ciencias y artes...* Op.Cit.

⁶⁹⁰ MORAES SILVA, Antonio de. *Letargia*. *Diccionario da lingua portuguesa...*, Op.Cit.

Recorrendo novamente ao ilustrado neo-granadino Pedro Fermín de Vargas, tem-se a possibilidade de verificar a mobilização de “letargo” logo no início de seus *Pensamientos políticos sobre la agricultura, comercio y minas del Virreinato de Santafé de Bogotá*, quando se dispõe a denunciar que a agricultura, o comércio e as minas, “estos tres ramos de riqueza nacional”, se encontravam em estado de pleno abandono na capital do Vice-Reino de Nova Granada, ocasionando “un letargo [...] en esta preciosa porción de la Monarquía”⁶⁹¹. Em vez de dedicar-se a apontar, neste excerto de seu texto, as razões pelas quais cada uma das referidas circunstâncias elencadas achavam-se em estado de desarrimo, Vargas declara não considerar necessário “averiguar si la falta de la población o la falta de energía en el gobierno, o más bien las trabas generales de la nación en punto de comercio e industria”⁶⁹² são efetivamente as causas do referido “letargo”, dado que para ele, “lo cierto es que a un paso igualmente torpe han caminado hasta hoy desde la agricultura, que es la primera de las artes, hasta la de mayor complicación, sin que ningún patriota haya promovido la aplicación de sus compaisanos”⁶⁹³.

O recurso discursivo que amalgama esse excerto de Vargas revela o enfático rechaço do funcionário neogranadino quanto à circunstância de “letargo” que acometia Santafé de Bogotá. Isso, porque ao denunciar a estagnação diagnosticada quanto à agricultura, o comércio e as minas da referida região, o funcionário empreende em seu texto uma pulsão de movimento que vai precisamente de encontro à paralisia por ele detectada quanto ao cenário neogranadino: assim, em lugar de investir alguns parágrafos para esmiuçar o “letargo” em que “estos tres ramos de riqueza nacional” se achavam, Pedro Fermín de Vargas opta por superar a instância da estagnação revelada nas primeiras linhas de seus *Pensamientos políticos*, dedicando-se a partir imediatamente para a apresentação de propostas e sugestões direcionadas à resolução dos conflitos por ele revelados; como se escolhesse denunciar a nocividade da estagnação em seu texto, evitando desempenhá-la também em sua performance discursiva.

Por fim, vale assinalar de modo bastante pontual a verificação do emprego de uma modulação substantiva do termo – “aletargamiento” – num trecho do informe elaborado por

⁶⁹¹ VARGAS Y SARMIENTO, Pedro Fermín de. *Pensamientos políticos sobre la agricultura, comercio y minas del Virreinato de Santafé de Bogotá...* Op.Cit., p.6.

⁶⁹² Ibidem.

⁶⁹³ Ibidem.

Miguel Lastarria y Villanueva, intitulado *Colonias orientales del Río de la Plata o del Paraguay*. Tal texto, anteriormente examinado por revelar de modo contundente o recurso aos *vocabulários específicos* do *adiantamento* e do *progreso*, demonstrou reservar um lugar também à denúncia de estagnação em que se encontravam algumas dimensões das circunstâncias coloniais sobre as quais escrevia o funcionário da Coroa espanhola. Pelo timbre notadamente combativo que caracteriza o *Informe*, Lastarria y Villanueva delega a responsabilidade pela “modorra” – “accidente que consite en una gran pesadez de sueño violento”⁶⁹⁴; “sonolencia tan pesada que llega a ser enfermedad”⁶⁹⁵ –; que havia acometido as mencionadas colônias orientais do Rio da Prata ou do Paraguai, principalmente, às omissões e conivências de governadores que ali exerceram ao longo do tempo:

[...] parece que debe afirmarse justamente que los gobernadores por no haber instruido, ni representado, han sido los verdaderos causantes del aletargamiento de la economía política en aquella nuestra colonia; de la falta de energía de su gobierno particular: del incómodo señalamiento de los distritos jurisdiccionales: del abandono de su agricultura; de las inmensas e inciertas posesiones particulares; del despoblado o desamparo de los terrenos fronterizos al Brasil; de las composiciones y ventas de tierras embarazosas a la población; de la obstrucción de los canales para su comercio, señaladamente para el terrestre; de la irritada y reprensible pasión al contrabando; de la notable ignorancia del uso de la moneda en el Paraguay hasta el año de 778; y de las otras irregularidades, y abusos que dejo anotados [...] ⁶⁹⁶.

A última das metáforas cinéticas a ser aqui examinada refere-se à presença de aspectos relacionados à celeridade. Tendo sido esta a manifestação metafórica que mais vocábulos revelou ao longo do processo de exame das fontes, optou-se por empreender uma apresentação dos excertos em que os mesmos se manifestaram sem que o exame contextual sobre cada um deles fosse realizado de maneira exegética, tal como empreendeu-se quanto às pautas anteriores. Com a intenção de apontar para a multiplicidade de termos em que “celeridade” se manifestou no discurso de reformistas ilustrados ibero-americanos, os próximos parágrafos foram construídos principalmente a partir da intenção de assinalar ao leitor deste trabalho o vasto conjunto lexical que se estabeleceu a partir da investigação

⁶⁹⁴ RAE (1726 – 1739). Modorra. *Diccionario de Autoridades...* Op.Cit.

⁶⁹⁵ TERREROS Y PANDO, Esteban de. Modorra. *Diccionario de Castellano con las voces de ciencias y artes...* Op.Cit.

⁶⁹⁶ LASTARRIA Y VILLANUEVA, Miguel. *Colónias orientales del Río de la Plata o del Paraguay..* Op.Cit., p.191.

empreendida sobre o corpus documental, cujo esmiuçamento revelou interessantes elementos que serão apresentados a seguir.

Uma das tantas interpretações possíveis para a numerosa incidência de vozes relacionadas à aspectos de celeridade nos textos examinados aponta, evitentemente, para o já mencionado paulatino desenvolvimento de uma nova forma de experimentar o *tempo* no contexto da chamada Modernidade ocidental; na medida em que o referido fenômeno teria condicionado funcionários reformistas ilustrados ibero-americanos a incorporarem, em seus escritos, manifestações lexicais contundentes acerca desse inédito modo de vivenciar e decifrar o tempo que se instaurava, ainda que preliminarmente, naquele então.

Dessa forma, tem-se que esses homens não apenas passaram a experimentar gradualmente uma temporalidade quantitativa e qualitativamente diferente da que conheciam e em que estavam habituados viver, como intuía também que esta nova temporalidade que passava a reger suas existências caracterizava-se por ser notadamente mais veloz do que a anterior: como se revelará nas próximas páginas, foi principalmente por meio do apelo à recursos metafóricos que esses homens puderam consumir, textualmente, os primeiros estágios da referida experiência de *aceleração do tempo histórico* que os abarcou a partir da segunda metade do Setecentos⁶⁹⁷.

A primeira das manifestações lexicais relacionadas à celeridade diz respeito à mobilização de termos relacionados a duas características fundamentais que se relacionam a) à possibilidade de encurtamento da espera – através de sua “abreviação” ou do alcance do estabelecimento de sua “brevidade” –; b) bem como à possibilidade de banimento de experiências nocivas num rápido período de tempo – destacado pelo uso dos termos “atalhar” (“cortar; não deixar ir por diante; atalhar os passos a alguém, para que não chegue a algum lugar [...] remediar; atalhar um mal inconveniente”⁶⁹⁸), em português; e “atajar” (“cortar, abreviar el camino, yendo por la parte mas breve”; “significa metaforicamente

⁶⁹⁷ De acordo com Reinhart Koselleck, a máxima experiencial da aceleração atravessa seu emprego cada vez mais frequente desde a virada do século XVIII para o XIX, testemunhando, em primeiro lugar, “uma mudança na percepção e na consciência do tempo, sem, porém, ser acompanhada pelo respectivo rigor teórico e sistemático da língua cotidiana. Aparentemente, a expressão permitia registrar uma experiência que até então não havia existido dessa forma: eis aí o aspecto decisivo da aceleração”. Ver: Koselleck, Reinhart. *Estratos do Tempo...* Op.Cit., p.152.

⁶⁹⁸ BLUTEAU, Raphael. *Atalhar. Vocabulario portuguez & latino...*, Op.Cit.

estorvar que una cosa pase adelante, ni se continúe”⁶⁹⁹, bem como “impedir, cortar, detener”⁷⁰⁰), em espanhol.

No que se refere à primeira instância interpretativa, a de “encurtamento da espera”, tem-se por exemplo o uso postulado pelo funcionário hispano-cubano Francisco de Arango y Parreño, quando no item 26 de seu *Discurso sobre la agricultura de la Habana*, afirma que “otro inconveniente puede ofrecerse para la adopción del proyecto, que es el encontrar, con la brevedad que se desea, sujetos con las cualidades necesarias para desempeñarlo”, apontando para a possibilidade de que a necessidade de que homens aptos a empreender o *Proyecto* por ele enunciado possam enfrentar o grave empecilho de que não conseguir realiza-lo num “corto tiempo, o espacio, que media y hay entre la acción y la cosa executada o sucedida: y así se dice la brevedad del tiempo, la brevedad de la vida”⁷⁰¹

Na mesma toada sugerida por Francisco de Arango y Parreño, tem-se a evocação ao termo promovida por Manuel Arruda da Câmara na *Memória sobre a cultura dos algodoeiros e sobre o método de o escolher, e ensacar, etc.*: afirmando que “a experiência é a única linguagem que o povo entende”, o funcionário da Coroa portuguesa adverte sobre o risco contido em dizer que “nas circunstâncias presentes podemos ter grande vantagem nos preços dos nossos gêneros”, uma vez que tais palavras poderiam condicionar o desenvolvimento do “gérmen da ambição no fundo dos corações, e influir-lhes nova coragem para melhor sofrerem os fatigantes trabalhos da agricultura, os sóis ardentes, as chuvas, os ventos desabridos, etc.”. E apesar das orientações oferecidas pela *experiência* – que, como já se viu anteriormente, consiste em uma das principais instâncias lexicais arranjadoras do vocabulário reformista ilustrado ibero-americano –, Arruda Câmara afirma que “nem por isso aprenderam a trabalhar por mais fácil método, não abreviaram as suas operações, e caminharão finalmente pelo trilho antigo dos mesmos prejuízos em que viveram os seus maiores”⁷⁰².

Quanto à possibilidade de banimento de experiências nocivas num rápido período de tempo, representada pela aplicação dos termos “atalhar” e “atajar”, tem-se por exemplo

⁶⁹⁹ RAE (1726 – 1739). Atajar. *Diccionario de Autoridades...* Op.Cit.

⁷⁰⁰ TERREROS Y PANDO, Esteban de. Atajar. *Diccionario de Castellano con las voces de ciencias y artes...* Op.Cit.

⁷⁰¹ RAE (1726 – 1739). Brevedad. *Diccionario de Autoridades...* Op.Cit.

⁷⁰² ARRUDA DA CÂMARA, Manuel. *Memória sobre a cultura dos algodoeiros e sobre o método de o escolher, e ensacar, etc.*... Op.Cit., p.I.

o uso empreendido por José Veríssimo Álvares da Silva afirma, em seu elogio ao estabelecimento de determinadas leis sobre a agricultura, que diminuiram a “liberdade, que tinham os directos senhorios, de remover findas as vidas os descendentes daqueles, que de um terreno inculto tinham feito uma terra fértil”, bem como “os novos tributos, que se impunham, segundo a melhor situação, em que se achava um prazo”, uma vez que “tudo concorria para que esta parte de terras, e não pequena, ficasse sem a cultura, de que era capaz”. De acordo com o funcionário da Coroa portuguesa, a instituição das mencionadas leis “atalharam estes males; e a agricultura recebeu um vantajoso bem”: “este mal foi atalhado, e as opiniões antigas foram oprimidas”⁷⁰³.

Dentre espanhóis e hispano-americanos, o uso do termo “atajar” foi observado num trecho bastante combativo do informe *Colonias orientales del Río de la Plata o del Paraguay*, elaborado por Miguel Lastarria y Villanueva. O fragmento que o revela, intitulado “Plan de Seguridad”, aponta não apenas para a mobilização do termo destacado, mas comporta também uma série de outros vocábulos anteriormente examinados ao longo deste trabalho, em sua pertinência à semântica do *tempo* tanto em sua performance estrutural -- através da organização de *vocabulários específicos* -- como em suas múltiplas potencialidades metafóricas. Ainda, o trecho também sintetiza um elemento bastante característico do *Informe* de Lastarria y Villanueva, que diz respeito à tessitura de críticas contundentes em relação a portugueses e luso-americanos, tanto nas regiões fronteiriças que se propõe a analisar em seu texto, como no restante do conjunto da monarquia. Dadas as múltiplas importâncias contidas no referido fragmento também para uma série de proposições anteriormente abarcadas por esse trabalho, vale citá-lo na íntegra, apesar de sua extensão:

Asombraba España a los dos mundos, cuando otras potencias se resolvieron a detenerla en el curso de su prosperidad, sospechando que con los nuevos tesoros de la América auxiliaría sus virtudes marciales para establecer una monarquía universal. Divertidas sus fuerzas y atención no podía formalizar simultáneamente todos sus descubrimientos, que continuaba haciendo por el océano austral en la región que la tocaba, separada por el meridiano que se trazaran las Coronas de Castilla y Portugal al occidente trescientas leguas de las islas de Cabo Verde a fin de que todo lo que quedase al oeste mismo de dicha línea perteneciese para siempre a la real Corona de Castilla, y lo que estuviese al oriente, a la de Portugal. Pero sólo respecto de nosotros ha sido santa esta demarcación, no habiendo servido en el hecho más que para distinguir a los españoles francos, moderados y

⁷⁰³ SILVA, José Veríssimo Álvares da. *Memória Histórica sobre a Agricultura Portuguesa considerada desde o tempo dos Romanos até o presente...* Op.Cit., pp.188-189.

de buena fe en sus legítimas posesiones, de los portugueses intrusos, ambiciosos, detentadores de nuestros terrenos, que no cesan de darse maña para cercenar los restantes haciendo la agachadiza, o invadiéndolos manifiestamente no menos en tiempo de paz que en el de guerra. Este injusto propósito parece ser la base del carácter brasileño, resultante de sus costumbres instigadas por la misma naturaleza del clima y suelo donde arribaron, estimuladas por sus leyes, protegidas por su gobierno, favorecidas por las circunstancias políticas y no sé si allanadas indirectamente por nuestras propias leyes, o mejor diré, por la indolencia y descuido de los que debían representar sus inconvenientes, proponer otras disposiciones, y atajar al propio tiempo la precipitada avenida de dichos colonos extranjeros que se transportaron en pos de nosotros⁷⁰⁴.

A manifestação lexical seguinte refere-se a temas relacionados à empreendimentos e projetos políticos que deveriam ser postos em prática, segundo os funcionários com prontidão, imediatismo, instantaneidade e urgência. A partir dessas quatro possibilidades e potencialidades discursivas, observou-se uma demanda bastante orgânica nos textos selecionados para a composição do corpus documental que subsidiou a realização dessa investigação, na medida em que observou-se que o postulado de muitos dos programas e projetos elaborados por reformistas ilustrados não apenas vislumbrava a garantia de futuros mais prósperos para seus Impérios – como tratou-se no capítulo anterior –, mas que revelava certa impaciência, pressa, ou até mesmo ansiedade quanto à consumação de suas propostas de colaboração. Com isso, notou-se que apesar de os planos concebidos por esses funcionários dirigirem-se, inevitavelmente, à obtenção de logros futuros, tanto atores políticos provenientes da burocracia imperial portuguesa como da espanhola almejavam que seus projetos e apontamentos fossem colocados em prática o quão rápido fosse possível.

Essa perspectiva se expressa, por exemplo, por meio do emprego do vocábulo “prontidão” operado pelo luso-americano Manuel Ferreira da Câmara no *Ensaio de descrição física, e econômica da Comarca dos Ilhéus na América*. O termo, que refere-se à “presteza; disposição a fazer logo facilmente alguma coisa”⁷⁰⁵, aparece no *Ensaio* de Ferreira da Câmara logo depois de que o mesmo aborda a extensão territorial da comarca examinada no texto, citando as características de seu solo e clima, além de mencionar espécies que são ali cultivadas: açúcar e tabaco, mandioca e arroz, cana, e alguns tipos de legumes e plantas. Argumentando sobre a toada que deseja empreender no *Ensaio* apresentado à Coroa, afirma o funcionário que: “a reforma da agricultura de qualquer país,

⁷⁰⁴ LASTARRIA Y VILLANUEVA, Miguel. Colónias orientales del Río de la Plata o del Paraguay. In: CHIARAMONTE, José Carlos (ed.). *Pensamiento de la Ilustración...* Op.Cit., p.194.

⁷⁰⁵ MORAES SILVA, Antonio de. Prontidão. *Diccionario da lingua portuguesa...*, Op.Cit.

e os meios de indústria que se devem aplicar a este fim, sempre dizem relação à qualidade dos gêneros, que se pretendem cultivar, e que o país produz”. E segue: “não me cansarei a fazer maiores averiguações sobre a cultura do arroz, e da mandioca; o primeiro, de tanto consumo em quase todas as partes do mundo, o segundo, necessário à marinha pela sua duração, e prontidão, a respeito dos cereais, de que se serviam antes do uso desta”⁷⁰⁶, apontando para as vantagens relacionadas ao fornecimento de cereais para membros da monarquia portuguesa, dada a sua durabilidade e, principalmente, a praticidade em utilizá-los por sua prontidão na alimentação dos referidos homens.

O uso de vocábulos relacionados ao imediatismo e à instantaneidade foi conduzido também pelo ilustrado neo-granadino Francisco José de Caldas na anteriormente mencionada *Memoria sobre el modo de cultivar la cochinilla*. Ressaltando a importância de observações barométricas para a indicação de alguns princípios importantes não apenas para o cultivo a que se refere, Caldas adverte que a relevância e delicadeza do tema, “que depende de tantos principios y de tantas circunstancias”, não pode ser tratada de modo superficial naquela *Memoria*, e que os fundamentos por ele mencionados constariam “en la serie de observaciones que presentamos al fin de cada *Memoria* en las *Tablas meteorológicas*”⁷⁰⁷. Mobilizando termos que interessam a este trecho da investigação, bem como tantos outros anteriormente abarcados, o ilustrado afirma que “si ahora no dan un fruto inmediato, si no podemos aún leer en ellas las estaciones que nos separan, si aún no podemos futurizar sobre los meteoros, algún día los veremos con interés bien diferente, y tal vez hemos escrito en 1810 los meteoros y todas las revoluciones que se sucedan y renueven en los años futuros”⁷⁰⁸.

A reivindicação da “urgencia” se manifestou principalmente em textos elaborados por funcionários espanhóis e hispano-americanos: no *Diccionario de Autoridades*, sua modulação substantiva é definida como “la instancia, o precisión, que obliga a alguna cosa”; “se toma también por necesidad, o falta de lo que es menester para algun negocio pronto”⁷⁰⁹. É sob este prisma que Félix de Azara enuncia o “reglamento” por ele proposto na *Memoria sobre el estado rural del Río de la Plata em 1801*, ao qual aponta como “de urgente y

⁷⁰⁶ CÂMARA, Manuel Ferreira da. Ensaio de descrição física, e econômica da Comarca dos Ilhéus na América. *Memórias Econômicas...* Op.Cit., p.236.

⁷⁰⁷ CALDAS, Francisco José de. *Memoria sobre el modo de cultivar la cochinilla...* Op.Cit., p.286.

⁷⁰⁸ Ibidem.

⁷⁰⁹ RAE (1726 – 1739). Urgencia. *Diccionario de Autoridades...* Op.Cit.

absoluta necesidad para remediar todos los males”⁷¹⁰; assim como, para justificar a ausência de uma abordagem mais minuciosa sobre os campos do Paraguai e da região do Gran Chaco, afirmando a necessidade de “atender a lo más urgente, esto es, a contener las usurpaciones fronterizas y asegurar nuestros dominios[...]”⁷¹¹. Também Francisco de Arango y Parreño, no *Discurso sobre la agricultura de la Habana y medios de fomentarla*, aponta para a “urgencia que hay de establecer la Junta Protectora de la Agricultura”⁷¹² naquele território; assim como o faz José António de Alzate y Ramírez no sexto número dos *Asuntos varios sobre ciencias y artes*, que ao tratar de uma série de ramos da ciência que considera importantes – dedicando-se a mencionar especialmente a mineração, a matemática, a física subterrânea e a hidráulica –, afirma que se isentará de abordar a geometria, uma vez que “pues no hay quien ignore la necesidad urgente de su uso, y principalmente de la subterrânea”⁷¹³.

A terceira e última das manifestações lexicais relacionadas a aspectos de celeridade vinculados às metáforas cinéticas refere-se a termos que evocam velocidade e rapidez. Aparecem, por exemplo, quando Manuel de Salas, referindo-se a uma expedição mandada por Don Alejandro Malaspina, afirma que nem esta, “compuesta de hombres los más hábiles, nos ha dejado la menor utilidad”: de acordo com o funcionário da Coroa espanhola, “el jefe y cualquiera de los individuos de ella hubieran sido más que bastante para los fines propuestos; pero lo vasto de sus encargos y la rapidez a que los precisaba la misma extensión del objeto, les impedía incubar y prestar la atención necesaria [...]”⁷¹⁴.

No que se refere à mobilização de vozes indicadoras de velocidade, é possível verifica-la em sua modulação substantiva no *Discurso sobre la agricultura de La Habana y medios de fomentarla*, de Arango y Parreño, quando o mesmo lamenta que vê “las dificultades que se tienen y que necesitándose de algún tiempo para vencerlas no podía ir

⁷¹⁰ AZARA, Félix de. Memoria sobre el estado Rural del Río de la Plata en 1801. In: CHIARAMONTE, José Carlos (ed.). *Pensamiento de la Ilustración...* Op.Cit., p.120.

⁷¹¹ Idem, pp.123-124.

⁷¹² ARANGO Y PARREÑO, Francisco de. *Discurso sobre la agricultura de la Habana y medios de fomentarla...* Op.Cit., p.181.

⁷¹³ ALZATE Y RAMÍREZ, José Antonio de. *Asuntos varios sobre ciencias y artes: obra periódica dedicada al Rey nuestro señor...* Op.Cit., p.41.

⁷¹⁴ SALAS, Manuel de. Representación. In: CHIARAMONTE, José Carlos (ed.). *Pensamiento de la Ilustración...* Op.Cit., p.244.

nuestro fomento con la velocidad que deseamos”⁷¹⁵; e em sua modulação adjetiva na introdução dos *Asuntos varios sobre Ciencias y Artes*, de José Antonio Alzate y Ramírez, em que o funcionário questiona: “¿Habrá quien se atreva a negar, que las Ciencias en los últimos años del Siglo pasado, y en lo que corre del nuestro, Siglo verdaderamente de las luces, han tomado otro semblante?”⁷¹⁶, e logo oferece um condicionamento de resposta ao seu leitor “de embarazosas, caprichosas y enemigas del buen empleo, del precioso veloz tiempo, se han convertido en deleitosas metódicas (gracias al genio geómetra, que sin sentir se ha introducido en todas las facultades) y lo que es más, se conoce ya el camino seguro por donde debe conducirse, abandonadas ya aquellas veredas abisimosas (sic), que conducían a un laberinto inexplicable”⁷¹⁷.

O apelo ao vocábulo “depressa”, também como uma instância reivindicativa de velocidade e rapidez, é empreendido por Manuel Arruda da Câmara na *Memória sobre a cultura dos algodoeiros e sobre o método de o escolher, e ensacar, etc.* A definição do termo é oferecida por Antonio de Moraes Silva no *Diccionario da língua portugueza* simplesmente como “pressa”, relacionada à “ligeireza, aceleração, celeridade, expedição”⁷¹⁸. Segue o trecho:

É uma espécie de mania, que alucina os Escritores menos Filósofos, o quererem atribuir à Ciência, ou à Arte de que tratam, uma antiguidade, que date quase com a do primeiro homem. Se é certo, como devemos crer, que Adão teve ciência infusa, pouco menos idosas são quase todas as Artes que ele; mas o pouco progresso que elas tem tido mostram que as suas origens não remontam tão alto: Adão seria muito sábio, mas seus filhos tem sido muito néscios; porque ou nada aprenderam daquele primeiro Pai, ou se aprenderam, depressa se deixaram esquecer, tanto assim, que para descobrirmos as origens de algumas Artes, é necessário desandarmos os longos caminhos, que tem corrido os séculos, e procurarmos apalpando pela obscuridade dos tempos alguns mal distintos vestígios, dando aos seus primeiros inventores honras, e louvores quase Divinos: as Ciências são como estes grandes rios, que conduzem soberbamente imensa quantidade de água, navegue quem quizer por eles acima, buscando a sua origem, chegará a ficar em seco, sem saber verdadeiramente donde nascem; pois abrindo-se pouco a pouco em pequenos, e insignificantes regatos, vem estes a acabar em umidades tão diminutas, que nem cobre a areia, sobre que correm⁷¹⁹.

⁷¹⁵ ARANGO Y PARREÑO, Francisco de. Discurso sobre la agricultura de la Habana y medios de fomentarla... Op.Cit., p.160.

⁷¹⁶ ALZATE Y RAMÍREZ, José Antonio de. *Asuntos varios sobre ciencias y artes: obra periódica dedicada al Rey nuestro señor...* Op.Cit., p.7.

⁷¹⁷ Ibidem.

⁷¹⁸ MORAES SILVA, Antonio de. *Pressa. Diccionario da lingua portuguesa...*, Op.Cit.

⁷¹⁹ ARRUDA CÂMARA, Manuel. *Memória sobre a cultura dos algodoeiros e sobre o método de o escolher, e ensacar, etc...* Op.Cit., p.VI.

Considerando-se os excertos apresentados em relação às metáforas cinéticas – dentre os quais destacaram-se, principalmente, aspectos de lentidão, estagnação e celeridade –, foi possível averiguar a profunda importância desses temas para a elaboração de textos gestados no âmago do programa de reformas ilustradas empreendido por Portugal e Espanha entre as últimas décadas do século XVIII e os primeiros anos do século XIX.

Como o exame das fontes revelou a partir das múltiplas dimensões de sentido excitadas pelas vozes analisadas, tem-se que a mobilização das referidas metáforas não apenas assente que a célere rítmica emergida a partir da segunda metade do Setecentos – bem como as múltiplas pulsões e transformações condicionadas pela já mencionada *aceleração do tempo histórico* – foram importantes fatores para a composição do discurso desses homens. Também, para além de revelar preocupações pragmáticas quanto ao êxito do empreendimento reformista, a linguagem mobilizada por funcionários das Coroas ibéricas aponta para a confirmação de que esta nova temporalidade emergente a partir de c.1750 foi efetivamente sentida e assimilada por atores do período, na medida em que a incorporação de um vasto conjunto de palavras relacionadas a movimentos e dinâmicas de *tempo* assinala, como foi possível observar por meio das análises apresentadas, a paulatina consumação de uma Modernidade no condicionamento do uso dessas metáforas também no discurso de reformistas ilustrados ibero-americanos.

Metáforas de contingência: acaso, fortuna, sorte e destino

Na mitologia grega, as *moiras* eram consideradas as principais entidades responsáveis pela determinação dos destinos de homens, tendo o desempenho de seu comportamento caracterizado como “a projeção de uma lei que nem mesmo os deuses podem transgredir sem colocar em perigo a ordem universal”⁷²⁰. Com sua representação geralmente atrelada à Roda da Fortuna, tear a partir do qual cada uma dessas três irmãs exercia uma função específica no processo de elaboração, tecelagem e ruptura daquilo que seria o “fio da vida humana”, talvez a mais contundente contribuição oferecida pela narrativa mitológica das *moiras* tenha sido, para a sociedade ocidental, a composição da ideia de uma entidade divina plural que exercia um controle total e inflexível sobre a sina e o rumo dos homens. Na organização funcional que reservava a cada *moira* uma

⁷²⁰ BRANDÃO, Junito de Souza. *Mitologia Grega*. Volume I. Petrópolis: Editora Vozes, 1996, p.230.

incumbência específica quanto ao destino dos indivíduos, tem-se que à Cloto, “a fiandeira”, estava reservada a responsabilidade por “segurar o fuso” e puxar “o fio da vida”⁷²¹; à Láquesis, por cuidar da extensão e do caminho a ser percorrido por esse fio; enquanto à Átropos lhe cabia o encargo sobre a interrupção da vida.

Como ocorrera quanto a uma série de outras narrativas mitológicas, a dinâmica arquetípica das *moiras* como entidades responsáveis pela tecelagem e suspensão do “fio da vida” foi apropriada e ressignificada pelos romanos através do mito das *parcas*. Ainda que a nomenclatura do conjunto e a denominação de cada uma das irmãs tenha sido alterada – Cloto, Láquesis e Átropos passaram a chamar-se, respectivamente, Nona, Décima e Morta –, e mesmo que algumas de suas funções elementares tenham sido modificadas naquela sociedade, o arranjo fundamental do mito prevalecera também dentre os romanos, que mantiveram por meio das *parcas* a ideia da existência de entidades regentes do curso da vida e responsáveis por fiar os destinos dos homens.

Quando do fortalecimento e disseminação do cristianismo como religião predominante na Europa ocidental, a incumbência sobre o destino dos homens passou a ser considerada naquela circunstância como compromisso e responsabilidade de um deus “Criador”, concebido a partir de então como o grande dirigente da existência humana de acordo com seus próprios desígnios. Entretanto, apesar de consideráveis alterações estruturais em relação ao modo com que a narrativa sobre o rumo dos seres havia sido difundida por meio do mito das *moiras* e *parcas*, a vigência do símbolo da vida como um “fio” também perdurou na cultura judaico-cristã. Nas escrituras bíblicas, a alusão está presente, por exemplo, no livro de Eclesiastes, relacionada à ruptura do fio de prata ou ao quebre da taça de ouro, em referência precisamente aos atos que devem ser conduzidos antes de que se acabe a vida; ou como cita Junito de Souza Brandão em relação ao segundo livro de Samuel, “os ‘laços’ da mansão dos mortos me cingiram todo, os ‘fios’ da morte me apanharam de surpresa”⁷²².

O advento de um Criador segundo os preceitos judaico-cristãos como o grande tecelão do fio da vida comporta uma outra importante diferença em relação às dinâmicas inerentes ao mito das *moiras* ou *parcas* anteriormente citados, cuja assimilação será de

⁷²¹ BRANDÃO, Junito de Souza. *Mitologia Grega*. Op.Cit., p.131.

⁷²² Idem, p.232.

grande importância para a compreensão das dinâmicas ocorridas no século XVIII. Isso, porque na mesma medida em que a responsabilidade sobre o destino dos homens passara a ser exercida por uma única entidade regente do processo de tessitura, desde o primeiro ponto costurado até o rompimento definitivo do fio, é bem verdade que a ideia de *livre arbítrio* – tema discutido por uma série de pensadores do período, dentre os quais se destacam Severino Boécio (480 – 524), Santo Anselmo (1033 – 1109), Bernardo de Claraval (1090 – 1153) e Tomás de Aquino (1225 – 1274) – deve ser considerada um importante aceno em direção a uma transformação substancial quanto à performance do mito tal como circulava nas sociedades grega e romana.

Se naquele contexto as *moiras* e *parcas* eram rotundamente responsáveis pela determinação da sina tanto de homens como de deuses, não havendo possibilidade de modificação, negociação ou escapatória em relação àquilo que as referidas entidades definissem, o período medieval e o fortalecimento do cristianismo na sociedade ocidental teria, de certa forma, condicionado certa “flexibilização” quanto à irrefutabilidade anteriormente referida: ainda que um Criador passasse a ser considerado responsável supremo pela atribuição do fio da vida aos homens, o estabelecimento do livre-arbítrio penetrara nesta circunstância como um elemento de contingência e relativa autonomia dos seres em relação a seu Criador, sendo incumbida aos homens a necessidade de atuar no plano terrestre a partir de instâncias tais como a moral, a ética, a retidão da vontade e a razão, a fim de que cultivassem uma espécie de harmonia cósmica entre a trajetória terrenal e a Divina Providência⁷²³.

Segundo já se mencionou no primeiro capítulo dessa dissertação, tem-se que com as múltiplas transformações que se dão a partir de meados do século XVII e que se acentuam profundamente ao longo do século XVIII, a ideia de um futuro predominantemente

⁷²³ Vale mencionar que, de acordo com Ricardo da Costa e Adriana Zierer, também a representação imagética a Roda da Fortuna perdurara durante o período medieval, com o acréscimo de uma quarta entidade retratada em relação à configuração referente ao mito das moiras gregas e parcas romanas. Segundo os autores, a proposta pode ser observada por meio da iluminura *Hortus Deliciarum*, “obra redigida pela abadessa do mosteiro de Odile (ou Hohenbourg), Herrade de Landsberg (1130-1195), voltada à instrução das monjas de seu mosteiro”: na referida representação, a Roda estaria cercada por *regnabo* (cujo comando interpretativo é “eu devo reinar”), *regno* (“eu reino”), *reganvi* (“eu reinei”), e *sum sine regno* (“eu não tenho reino”). COSTA, Ricardo da e ZIERER, Adriana. Boécio e Ramon Llull: A Roda da Fortuna, princípio e fim dos homens. In: Revista Convent Internacional 5 (Editora Mandruvã). Herausgegeben vom Forschungsprojekt Die Umbrüche in der Wissenskultur des 12. und 13 Jahrhunderts. Johann Wolfgang Goethe-Universität Frankfurt am Main - 2000.

resguardado aos comandos e desígnios divinos – bem como relacionados à proposta de que todos os episódios e fenômenos terrenos estariam necessariamente determinados por uma entidade soberana no plano espiritual – passa a ser paulatinamente reconfigurada pelos homens do período. Isso porque, de acordo com alguns temas anteriormente apontados, as personagens do Setecentos foram condicionadas à assimilação de potencialidades epistemológicas emancipadas em relação às contenções inerentes ao tempo religioso – e, portanto, cíclico – promovido pelos valores da cristandade, passando a sentir-se e assumir-se, elas mesmas, responsáveis pela redação de suas próprias histórias e pela tecelagem de seus próprios quinhões.

Esse aspecto de preliminar emancipação histórica dos homens, bem como a gradual assimilação do caráter de contingência que nela passou a figurar, manifestou-se também na linguagem mobilizada por funcionários reformistas ilustrados ibero-americanos nos programas e projetos por eles desenvolvidos em prol de suas respectivas metrópoles: isso, porque na medida em que se sentem autorizados a delinear projetos e programas cujo objetivo se relacionava a um potencial resgate das monarquias diante do diagnóstico de um cenário desfavorável, funcionários das monarquias portuguesa e espanhola assumem simbolicamente o lugar de tecelões dos destinos desses Impérios, responsabilizando-se por reconfigurações que, postuladas no presente, objetivavam sua perduração reformada em tempos porvindouros.

A partir da mobilização de uma série de temas relacionados a aspectos como acaso, fortuna, sorte e destino, esses homens manifestaram também uma nova forma de experimentar o *tempo* através da reivindicação do último conjunto metafórico a ser abarcado nesta dissertação, que se refere ao caráter de incerteza, imprevisibilidade e contingência que singrava esses discursos. Sobretudo, porque o gradual desenvolvimento e assimilação de uma capacidade interventora quanto aos próprios fluxos de existência – que transcendiam as designações orientadas por um Criador – revela uma alteração substancial quanto à forma com que as referidas personagens passaram a vivenciar e conceber também suas próprias trajetórias, na medida em que presenciaram a paulatina superação de determinadas imposições relacionadas ao funcionamento de um tempo sumariamente

cíclico e sagrado, cuja escatologia obedecia valores orientados por uma entidade regente e detentora do controle total sobre a vida dos homens⁷²⁴.

É bem verdade que alguns dos temas a serem apresentados neste subitem da investigação já apareceram ou foram anteriormente citados quando do exame do *vocabulário específico* relacionado à *história*, à *experiência* e à *expectativa* no capítulo anterior do presente trabalho; sobretudo quanto à carga de futuridade que muitos deles apresentaram nos discursos previamente analisados. Entretanto, o que se destacará nesta seção da pesquisa não diz respeito somente ao direcionamento de certos temas à sua vertente *expectante* relacionada à elaboração dos projetos propostos por funcionários das Coroas ibéricas quanto àquilo que vislumbravam para o futuro das monarquias ibéricas, mas principalmente ao modo com que determinadas vozes foram mobilizadas também na expressão de uma atmosfera textual de contingência.

Uma das principais expressões da contingência manifestou-se, nos discursos examinados, por meio de aspectos relacionados ao acaso. De acordo com compilações lexicográficas do período, tem-se que, de acordo com o *Diccionario* de Moraes Silva, o termo refere-se a um “sucesso imprevisto, inesperado, de que não se sabe a causa”⁷²⁵; enquanto no *Diccionario de Autoridades* é um “suceso impensado, contingencia, casualidade o desgracia”, e em Terreros y Pando, é “lo mismo que contingencia, casualidad”⁷²⁶.

De acordo com o que foi possível observar a partir dos textos examinados, o acaso foi mobilizado por funcionários das monarquias portuguesa e espanhola como um importante ponto de inflexão para a consumação ou fracasso de seus projetos, na medida em que esses homens demonstraram, por meio das reflexões que atravessavam sua produção textual, contundente lucidez quanto à existência de uma instância alheia a seu controle pragmático em relação aos múltiplos fluxos e desenrolares da história. Ao considerarem o caráter de imprevisibilidade e incerteza que é inerente ao fenômeno da

⁷²⁴ Ver ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*. Tradução de Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992. Também: CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho do tempo*: memória e fim do fim da história. Coimbra: Almedina, 2009.

⁷²⁵ MORAES SILVA, Antonio de. Acaso. *Diccionario da lingua portuguesa...*, Op.Cit.

⁷²⁶ TERREROS Y PANDO, Esteban de. Acaso. *Diccionario de Castellano con las voces de ciencias y artes...* Op.Cit.

temporalidade – principalmente em seu aspecto acontecimental⁷²⁷ –, esses reformistas ilustrados revelavam não apenas a vigência de um elemento de autonomia quanto à capacidade de tessitura de seus próprios destinos, como anteriormente mencionado, mas também uma nova sapiência de que o campo de possibilidades e acontecimentos por eles postulado era essencialmente fortuito.

Sobre o uso do vocábulo “contingência”/“contingencia”, é possível verificar a aparição do termo na *Disertación histórica y política sobre el comercio del Perú*, de José Baquijano y Carillo, quando ao tratar “del producto de los fletes del mar”, o funcionário da monarquia espanhola afirma que “[...] no se conoce el útil giro de los seguros, que resguarda al navegante contra los riesgos del mar, no exponiendo a las contingencias de una entera pérdida su caudal y fortuna⁷²⁸”. Também, num trecho anteriormente já citado do *Discurso sobre la agricultura de La Habana y medios de fomentarla*, de Francisco de Arango y Parreño, em que o hispano-cubano afirma que “en el mismo momento de esta fermentación, se encendió la infeliz guerra de 1760; guerra para siempre sensible a todo buen habanero, pues le puso en contingencia de salir del suave yugo de la Monarquía española, pero que puede señalarse como la verdadera época de la resurrección de La Habana⁷²⁹”. A *Representación* de Manuel de Salas também revela uma outra utilização do termo: ao tratar das condições de trabalho às quais eram imputados os homens que atuavam na mineração, o funcionário afirma que: “las minas, situadas muchas, y generalmente las de plata, en las sierras nevadas, sólo se laborean en el verano, y los mineros no sólo sufren la involuntaria ociosidad del invierno, sino que están sujetos a las contingencias de una ocupación precaria, que no puede pasar a sus hijos⁷³⁰”.

Já “acaso”, mobilizado mais frequentemente por funcionários da monarquia portuguesa, revelou-se na *Memória sobre a cultura dos algodoeiros e sobre o método de o escolher, e ensacar, etc.*, de Manuel Arruda da Câmara, quando o mesmo afirma que “o acaso” havia lhe posto “nas circunstâncias de fazer experiências, observações, e algumas

⁷²⁷ Considere-se principalmente SEWELL JR., William H. *Lógicas da História: teoria social e transformação social*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2017, pp.110-111.

⁷²⁸ BAQUIJANO Y CARILLO, José. *Disertación histórica y política sobre el comercio del Perú...* Op.Cit., p.15.

⁷²⁹ ARANGO Y PARREÑO, Francisco de. *Discurso sobre la agricultura de la Habana y medios de fomentarla...* Op.Cit., p.146.

⁷³⁰ SALAS, Manuel de. *Representación*. In: CHIARAMONTE, José Carlos (ed.). *Pensamiento de la Ilustración...* Op.Cit., p.223.

descobertas úteis em outra cultura, não menos interessante ao comércio, tanto de Portugal, como de Pernambuco”, considerando que, para ele, “a necessidade e o acaso são as duas principais mães, ou fontes de onde nascem as Ciências e as artes”⁷³¹. A voz é reivindicada também por António Pires da Silva Pontes Leme na *Memória sobre a utilidade pública em se tirar o ouro das minas...*, na medida em que o funcionário sugere que “...tudo isto forma uns contingentes de perda cem vezes mais prováveis que o lucro de lotaria, que o mineiro faz com a terra ao acaso, sem mais conhecimento de causa, que a sua possibilidade de romper mais profundamente a terra, ou de a levar com água por cima como eles chamam talho aberto”⁷³². Vale mencionar que, nesse excerto, o termo “contingentes” refere-se a uma determinação quantitativa; enquanto “lotaria”, segundo o editor da *Memória*, faz alusão à “uma sorte muito arriscada, a que cabe ao mineiro nas minas de ouro e prata”⁷³³.

Palavras relacionadas à fortuna e à sorte também foram mobilizadas por funcionários das Coroas ibéricas como uma dimensão metafórica reveladora da contingência. De acordo com as definições obtidas por meio das compilações lexicais que subsidiaram a realização desta investigação, articulando-as com os excertos textuais nos quais os referidos temas foram revelados, foi possível observar uma articulação sinonímica entre “fortuna” e “sorte”, não apenas pelas informações contidas nos verbetes analisados, mas principalmente através da aplicação deles empreendida por reformistas ilustrados ibero-americanos.

De acordo com o *Vocabulario Portuguez & Latino*, de Raphael Bluteau, “fortuna” refere-se a uma “fabulosa deidade, que os Antigos adoravam como causa de todos os acontecimentos prósperos e adversos”⁷³⁴. No *Diccionario da língua portugueza* de Antonio de Moraes Silva, a definição adquire caráter de “sorte, destino, dia, ventura, boa ou má; felicidade ou desgraça; sucesso bom ou mau”⁷³⁵. Nas compilações lexicais de língua espanhola, “fortuna” aparece no *Diccionario de Autoridades* como “acaso, accidente, hado,

⁷³¹ ARRUDA CÂMARA, Manuel. *Memória sobre a cultura dos algodoeiros e sobre o método de o escolher, e ensacar, etc...* Op.Cit., p.VI.

⁷³² LEME, António Pires da Silva Pontes. *Memória sobre a utilidade pública em se tirar o ouro das minas, e os motivos dos poucos interesses dos particulares que o mineram atualmente no Brasil. Memórias Económicas Inéditas da Academia Real das Ciências de Lisboa...* Op.Cit., p.328.

⁷³³ Idem, p.326.

⁷³⁴ BLUTEAU, Raphael. *Fortuna. Vocabulario portuguez & latino*, Op.Cit.

⁷³⁵ MORAES SILVA, Antonio de. *Fortuna. Diccionario da lingua portuguesa...*, Op.Cit.

suerte o destino”⁷³⁶, e na obra elaborada por Terreros y Pando como “lo mismo que acontecimientos, vueltas, sediciones, aventuras, peligros, casos, casualidades”⁷³⁷.

Nas mesmas compilações lexicais, as definições de “sorte” e “suerte” aparecem essencialmente articuladas com as de “fortuna”: em Raphael Bluteau, “sorte” diz respeito à “tudo o que sucede acaso sem princípio certo, nem causa conhecida”⁷³⁸; enquanto Antonio de Moraes Silva a define como “acaso, acidente”⁷³⁹. No *Diccionario de Autoridades*, o verbete “suerte” apresenta as definições de “acaso, accidente, o fortuna”⁷⁴⁰, enquanto o *Diccionario de Castellano con las voces de ciencias y artes...* de Esteban de Terreros y Pando a define como “casualidad, caso fortuito, cosa que sucede sin saber la causa o quando esta no es regular”, acrescentando que “se dice poeticamente de la vida, destino y paradero de los hombres”⁷⁴¹.

Detentores de uma expressiva carga de futuridade no que diz respeito principalmente à instâncias de imprevisibilidade e vicissitude, as vozes “fortuna” e “sorte” foram mobilizadas, por exemplo, por Balthazar da Silva Lisboa no *Discurso histórico, político e econômico dos progressos e estado atual da filosofia natural portuguesa*, quando ao referir-se ao monarca D. José I, afirma que “tivemos a fortuna de merecermos aos infatigáveis cuidados do Senhor D. José I o estabelecimento de fábricas de pentes, caixas, botões de tartaruga...”⁷⁴². Também por Francisco de Arango y Parreño no *Discurso sobre la agricultura de La Habana y medios de fomentarla*, quando ao tratar da população negra naquele local, menciona que “la suerte de nuestros libertos y esclavos es más cómoda y feliz que lo era la de los franceses”, e que seus “grandes recelos son para lo sucesivo, para el tiempo en que crezca la fortuna de la Isla”⁷⁴³. Manuel Arruda da Câmara, ao tratar da cultura da cana e da preparação do açúcar, lamenta que esta se encontre “inteiramente abandonada a homens nécios, e estúpidos, em cujas mãos põe o Senhor de engenho a sua

⁷³⁶ RAE (1726 – 1739). Fortuna. *Diccionario de Autoridades...* Op.Cit.

⁷³⁷ TERREROS Y PANDO, Esteban de. Fortuna. *Diccionario de Castellano con las voces de ciencias y artes...* Op.Cit.

⁷³⁸ BLUTEAU, Raphael. Sorte. *Vocabulario portuguez & latino*, Op.Cit.

⁷³⁹ MORAES SILVA, Antonio de. Sorte. *Diccionario da lingua portuguesa...*, Op.Cit.

⁷⁴⁰ RAE (1726 – 1739). Suerte. *Diccionario de Autoridades...* Op.Cit.

⁷⁴¹ TERREROS Y PANDO, Esteban de. Suerte. *Diccionario de Castellano con las voces de ciencias y artes...* Op.Cit.

⁷⁴² LISBOA, Balthazar da Silva. *Discurso histórico, político e econômico dos progressos e estado atual da filosofia natural portuguesa...* Op.Cit., p.61.

⁷⁴³ ARANGO Y PARREÑO, Francisco de. *Discurso sobre la agricultura de la Habana y medios de fomentarla...* Op.Cit., p.171.

fortuna”, uma vez que “delas sai o dado, que o faz perder ou ganhar; o sucesso fortuito de uma hora, para assim dizer, decide do trabalho de um ano inteiro”⁷⁴⁴. Manuel de Salas, ao mencionar as “desdichas” – “infelicidad, desgracia, infortunio”⁷⁴⁵ – às quais alguns homens estariam sujeitos, afirma que delas estariam isentos “sólo los que nacieron en la última y más pobre clase del pueblo, a quien la estupidez o el hábito hacen tolerable su suerte”. E segue afirmando que:

los campos están llenos de gentes que, llevando un nombre ilustre, son continuamente atormentados de la discordancia que hay entre aquél y su fortuna, idea que les hace más amarga y violenta su situación. Hombres dignos de lástima, que por un principio de política son temibles, si se consulta la historia, no presentándoseles medios legítimos para enmendar su descalabrada fortuna, no perdonarán los prohibidos. Para evitarlos y ocupar iguales gentes sin derogarse, se ennoblecíó en Francia el arte de hacer cristales, pensamiento que no es inadaptable aquí⁷⁴⁶.

“Destino”, último vocábulo a ser discutido neste subitem, revelou uma característica bastante particular no que se refere às definições encontradas nas compilações lexicais de época. Dentre todas as anteriores referidas, que se relacionavam diretamente com a caracterização de contingência principalmente por manifestarem elementos relacionados à imprevisibilidade e à incerteza relacionada a futuros em aberto, o tema do “destino” apresentou um forte arraigo quanto ao que vocabulários e dicionários de época denominaram “Divina Providência”.

No *Vocabulario Portuguez & Latino*, de Raphael Bluteau, o verbete “destino” remete ao “fado e a fortuna de cada um, que não é outra coisa que a série e ordem com que a Divina Providência faz com que as coisas infalivelmente sucedem”⁷⁴⁷. Em Moraes Silva, a definição refere-se àquilo que, “entre os Pagãos e Poetas”, se concebe como “o Fado, certa Lei e encadeamento necessário de coisas que haviam de acontecer ao homem”, sendo ainda a “sorte, ordem de sucessos procurados pelos entes livres, ou dirigidos pela Providência, e por ela permitidos”⁷⁴⁸. Para a língua espanhola, o *Diccionario de Autoridades* apresenta a definição de “destino” como “la providencia superior, que ordena y

⁷⁴⁴ ARRUDA CÂMARA, Manuel. *Memória sobre a cultura dos algodoeiros e sobre o método de o escolher, e ensacar, etc....* Op.Cit., p.II.

⁷⁴⁵ TERREROS Y PANDO, Esteban de. *Desdicha. Diccionario de Castellano con las voces de ciencias y artes...* Op.Cit.

⁷⁴⁶ SALAS, Manuel de. *Representación*. In: CHIARAMONTE, José Carlos (ed.). *Pensamiento de la Ilustración...* Op.Cit., pp.223-224.

⁷⁴⁷ BLUTEAU, Raphael. *Destino. Vocabulario portuguez & latino*, Op.Cit.

⁷⁴⁸ MORAES SILVA, Antonio de. *Destino. Diccionario da lingua portuguesa...*, Op.Cit.

determina las cosas a sus fines”⁷⁴⁹; enquanto Terreros y Pando o define como “hado”, “fato”, “orden, série, disposición, concatenación de las causas segundas, ordenada por la Divina Providencia, que trae consigo la necesidad de algún acontecimiento”⁷⁵⁰.

É importante considerar que apesar de a expressão “Divina Providência” ter sido evocada por três dos quatro verbetes apresentados, tal recorrência não foi verificada nos textos examinados e elencados para a composição deste subitem, como se demonstrará a partir de alguns exemplos a serem apresentados a seguir. O que se aventa, principalmente, é que apesar da persistência de uma entidade regente organizadora e condicionadora dos rumos dos homens nas compilações lexicais averiguadas – que representam principalmente, como já se mencionou em outros trechos desse trabalho, cristalizações de ideários de determinadas épocas –, os processos de paulatina secularização e laicização das práticas e do funcionamento das sociedades que penetravam os contextos em que estavam inseridos funcionários reformistas das Coroas portuguesa e espanhola impulsavam esses homens, em grande medida, a tratar do destino a partir de uma dimensão de “Providência” tendencialmente desvinculada da caracterização “Divina” que possuía até então.

Tanto, que tal propensão de diminuição da presença da instância divina se confirma já nas compilações lexicais de língua portuguesa e língua espanhola publicadas no início do século XIX: no *Diccionario de Língua Brasileira* elaborado por Luís Maria da Silva Pinto e publicado em 1832, o verbete “destino” remete a “fado, ordem de sucessos permitidos pela Providência”, sendo “o mesmo que Instinto”⁷⁵¹; enquanto no *Diccionario de la lengua castellana* elaborado por D. Manuel Núñez de Taboada e publicado em 1825, “destino” diz respeito à “Providencia superior que ordena y determina las cosas a sus fines; hado o suerte; consignación, señalamiento o aplicación de alguna cosa o parage para determinado fin”⁷⁵².

A mobilização do tema foi empreendida, por exemplo, nos *Apuntes para una reforma de España*, de Victorián de Villava: ao tratar de práticas desempenhadas no âmbito universitário espanhol, por ele consideradas nocivas, o funcionário afirma que “apenas se

⁷⁴⁹ RAE (1726 – 1739). Destino. *Diccionario de Autoridades...* Op.Cit.

⁷⁵⁰ TERREROS Y PANDO, Esteban de. Destino. *Diccionario de Castellano con las voces de ciencias y artes...* Op.Cit.

⁷⁵¹ PINTO, Luís Maria da Silva. Destino. *Diccionario da lingua brasileira*. Ouro Preto, Typographia de Silva, 1832. Disponível no Acervo Digital da BBM.

⁷⁵² NÚÑEZ DE TABOADA, D. Manuel. Destino. *Diccionario de la lengua castellana para cuya composición se han consultado los mejores vocabularios de esta lengua, y el de la Real Academia Española últimamente publicado en 1822; aumentado con más de 5000 voces o artículos que no se hallan en ninguno de ellos*. Paris: Librería de Seguin, 1825. Disponível no Acervo Digital da RAE.

conoce en toda España más que una universidad en donde los catedráticos tengan que comer con su dotación, y en todas las demás el ser catedrático no es un destino como debía ser, sino un baño o condecoración para pretender otro”⁷⁵³. Também António Pires da Silva Pontes Leme na *Memória sobre a utilidade pública em se tirar o ouro das minas...*, ao referir-se aos “descontos e destino que persegue o ouro, e os que se dão à cata dele, dentro do distrito das Minas Gerais”⁷⁵⁴. Manuel Belgrano, nos *Medios generales para fomentar la agricultura...* mobiliza alguns vocábulos relacionados ao *destino* ao afirmar que “la agricultura es el destino del hombre”, bem como “la providencia superior, que ordena y determina las cosas a sus fines”, seu “hado o suerte”⁷⁵⁵. Ainda Miguel Lastarria y Villanueva, ao relatar que “la última dilatada guerra interrumpió nuestro comercio marítimo, y fue perjudicial a este ramo, que sólo puede ser pingue en el de paz. Su destino es para mantener las referidas fuerzas que deben cubrir nuestras fronteras de los insultos de los indios bárbaros”⁷⁵⁶.

Como foi possível constatar a partir dos excertos averiguados, tem-se que o conjunto metafórico referente à contingência – revelado principalmente por meio de aspectos relacionados ao acaso, à fortuna, à sorte e ao destino – também foi uma importante instância de concatenação das múltiplas manifestações da semântica do *tempo* no discurso de reformistas ilustrados ibero-americanos. Apontando principalmente para a gradual emergência de uma nova experiência em relação ao desenvolvimento de uma consciência de autonomia desses homens quanto à tessitura de seus porvires – o que consistia numa substancial alteração em relação a muitos dos principais elementos de determinação de destinos orientados, sobretudo, por preceitos judaico-cristãos, como se narrou anteriormente –, a mobilização de metáforas relacionadas à contingência revela a presença de percepções relacionadas, principalmente, à incerteza e à imprevisibilidade que atravessavam as linguagens políticas operadas por esses homens. Isso, sobretudo, porque dada a paulatina expansão de um reconhecimento em relação à certa emancipação quanto à

⁷⁵³ VILLAVA, Victorián de. Apuntes para una reforma de España... Op.Cit., p.109.

⁷⁵⁴ LEME, António Pires da Silva Pontes. *Memória sobre a utilidade pública em se tirar o ouro das minas...* Op.Cit., p.327.

⁷⁵⁵ BELGRANO, Manuel. *Medios generales para fomentar la agricultura, animar la industria y proteger el comercio...*, Op.Cit., pp.305-317.

⁷⁵⁶ LASTARRIA Y VILLANUEVA, Miguel. *Colónias orientales del Río de la Plata o del Paraguay...* Op.Cit., p.189.

capacidade de elaboração de seus rumos e trajetórias histórias – tantos próprios como também os dos Impérios –, esses reformistas ilustrados também depararam-se, e tiveram que daí se organizar, com a possibilidade de que aquilo que almejavam e postulavam para as Coroas ibéricas poderia jamais vir a consumir-se.

Essa compreensão foi o que assentiu e condicionou a incorporação de uma série de vozes e vocábulos reveladores de uma determinada característica epistemológica aos programas elaborado no bojo do reformismo ilustrado ibérico: precisamente, a de que o futuro pleiteado por esses funcionários em seus escritos poderia, inevitavelmente, corresponder ou não àquilo que pleiteavam como expectativas para os porvires imperiais. Especialmente, porque se o empreendimento reformista objetivava compensar o desfavorecimento e a decadência dos Impérios ibéricos em relação aos competidores do Noroeste europeu, também é certo que revelava o paulatino processo de desenvolvimento de uma consciência em relação de certo atraso em que julgavam encontrar Portugal e Espanha, o que outorgava ao acaso, à fortuna, à sorte e ao destino atuarem a partir dos critérios e condicionamentos que lhe parecem mais adequados.

Considerações Finais

Esta dissertação objetivou apresentar um estudo acerca da semântica do *tempo* – isto é, de noções, concepções, representações, categorias e conceitos – mobilizada no e pelo discurso de reformistas ilustrados portugueses e espanhóis, tanto peninsulares como americanos, principalmente em escritos de cunho político e econômico que trataram de temas relativos às Américas Ibéricas entre c.1750 e c.1807. Com isso, postulou-se demonstrar que a existência de uma *experiência linguístico-conceitual* compartilhada por Portugal e Espanha por meio da reivindicação da referida semântica através de memórias, discursos, ensaios, reflexões, dissertações e cartas elaboradas no bojo do programa reformista ilustrado constitui uma importante via para a compreensão de uma série de fenômenos, episódios e acontecimentos ocorridos no cenário ibero-americano em articulação com seu entorno global, principalmente entre a segunda metade do século XVIII e os primeiros anos do XIX.

Para tanto, percebeu-se a necessidade de desenvolver uma ferramenta teórico-metodológica que assentisse uma outra classificação ao *tempo*, tendo em vista seu particular desempenho textual nos escritos analisados – sobretudo se comparado àquele exercido em outros discursos do período por conceitos tais como América, Cidadão, Colônia, História, Liberalismo, Nação, Opinião Pública, Pátria, Revolução, apenas para retomar os exemplos previamente assinalados –. Isso, principalmente, porque a manifestação do *tempo* tal como se deu nas colaborações gestadas no âmbito do programa reformista ilustrado ibérico caracterizou-se, dentre outros elementos, pela configuração de uma instância de sublimação da palavra, na medida em que a referida voz desempenhou, como se apontou anteriormente, um comportamento pautado na superação dos vocábulos ou estruturas lexicais como redomas de sentido, na criação de redes semânticas compostas por léxicos supostamente considerados inconciliáveis, bem como na exaltação da polissemia enquanto mecanismo de expansão e potencialização do político em um texto tipicamente moderno.

Dentre outras razões suficientemente discutidas ao longo desta dissertação, foram essas as principais características que permitiram considerar o *tempo* como um *conceito transversal oblíquo*, proposta que pretende servir como uma possível e extendida

colaboração para a classificação, organização e investigação de uma série de outras vozes que, neste umbral da Modernidade, possam ter manifestado semelhante desempenho nos discursos que as reivindicaram. Espera-se, portanto, que a contribuição teórico-metodológica oferecida venha a subsidiar outros trabalhos cujo escopo investigativo esteja pautado pelos preceitos da chamada História dos Conceitos, dado que acredita-se na possibilidade de que muitas outras entidades lexicais que vêm sendo tratadas como “categorias” ou como “conceitos” – em referência ao par dialético proposto por Reinhart Koselleck – possam ter seu rastreamento e suas análises potencializadas se empreendidas a partir da consideração de seu comportamento *transversal oblíquo* caso a referida elaboração lhes seja correspondente.

Sendo este um primeiro esforço de concepção, gestação e verificação da ferramenta teórico-metodológica proposta, é muito provável que a mesma apresente algumas inconsistências ou lacunas que apenas a apuração porvindoura e o exame colaborativo dos pares permitirão lapidar. Por isso, então, com o objetivo debater e confrontar métodos, orientações e perguntas inerentes à prática investigativa, este trabalho postula-se como um aceno à possibilidade de que outros pesquisadores e pesquisadoras cujos trabalhos se dedicam a vozes que não são “de todo *categorias*” nem “de todo *conceitos*” considerem tratá-los como *transversais oblíquos*, para que os problemas e limites da referida proposta – que pretende consumir-se como um instrumento útil ao exercício da História dos Conceitos – possam ser ponderados e revistos segundo os comentários, críticas e correções que, espera-se, venham a surgir.

De acordo com os pressupostos acima apresentados, tratou-se então de quatro núcleos lexicais que caracterizaram a *experiência linguístico-conceitual* compartilhada pelos Impérios ibéricos entre c.1750 e c.1807. Desta forma, procedendo do estudo de *vocabulários específicos* – a dita camada intermediária entre as “categorias” e “conceitos” propostos por Koselleck – tais como *reformas*; *história*, *experiência* e *expectativa*; *adiantamento* e *progresso*; bem como *decadência* e *atraso*, foi possível averiguar algumas das múltiplas performances semânticas do *tempo* nas linguagens políticas de funcionários das Coroas portuguesa e espanhola entre as últimas décadas do Setecentos e os primeiros anos do Oitocentos. Os mencionados núcleos lexicais, como já se apontou anteriormente, revelaram contundentes preocupações tanto no que se refere ao diagnóstico de perda de

poderio dos Impérios diante das potências ascendentes do Noroeste europeu – característica já presente na produção textual de arbitristas que atuaram no longo século XVII, aqui apresentada como indicadora de uma retórica da “decadência” –, como quanto ao gradual desenvolvimento de uma percepção de *aceleração do tempo histórico*, potencializada principalmente, mas não apenas, pela eclosão da Revolução Francesa e pelos primeiros estágios de desenvolvimento da Revolução Industrial – fenômenos que teriam assentido, como se apontou, a paulatina formulação de uma retórica do “atraso” –.

Além dos quatro *vocabulários específicos* que indicaram a performance estrutural do *tempo* como um *conceito transversal oblíquo*, destacou-se ainda, no terceiro capítulo desta dissertação, alguns conjuntos metafóricos em que se pautaram esses funcionários reformistas, e que também foram importantes sinalizadores do desempenho da semântica do *tempo* em sua produção. Diante da seleção de quatro agrupamentos lexicais, elencados dentre uma série de outros possíveis sobretudo por sua pertinência para esta investigação, o referido capítulo debruçou-se sobre metáforas relacionadas: a) à botânica, dentre as quais destacaram-se “florescimento”, “fertilidade” e “esterilidade”; b) à conservação e costumes; c) à cinética, considerando-se aspectos relacionados à lentidão, estagnação e celeridade; d) e à contingência, desveladas através do “acaso”, da “fortuna”, da “sorte” e do “destino”.

Dialogando com uma série de outras pesquisas já concluídas ou em andamento, empenhadas no exame do *tempo* e das temporalidades no referido cenário⁷⁵⁷, esta investigação também pretendeu apontar para a importância de que se dê prosseguimento ao desenvolvimento de uma agenda orientada pela integração historiográfica dos reformismos ilustrados ibéricos, vislumbrando que os referidos projetos possam ser considerados como respostas afins a demandas estruturais pertinentes ao fato de que tanto o Império português

⁷⁵⁷ Destaco sobretudo os trabalhos realizados por Sarah Tortora Boscov e Rafael Fanni, que estiveram – assim como a presente investigação – vinculados ao projeto *Uma história do tempo histórico, da América portuguesa ao Império do Brasil (1750-1831)*, coordenado por João Paulo Garrido Pimenta, e que resultaram nos seguintes trabalhos: BOSCOV, Sarah Tortora. *Vivências e experiências de tempo na América portuguesa: o caso da Capitania de São Paulo, c. 1750 – c. 1808*. Dissertação de Mestrado. FFLCH-USP, 2018. FANNI, Rafael. *Temporalização dos discursos políticos no processo de Independência do Brasil (1820-1822)*. São Paulo: FFLCH-USP, 2014. Dissertação de Mestrado. Menciono, ainda, as investigações empreendidas pelos membros do grupo *Temporalidad: Experiencias de tiempo en los siglos XVIII y XIX*, linha de investigação relacionada ao *Iberconceptos – Proyecto y Red de Investigación en Historia Conceptual comparada del mundo Iberoamericano*, ao qual esta pesquisa está diretamente vinculada. Alguns dos resultados obtidos pelo trabalho coletivo realizado pelo grupo *Temporalidad* compõem a obra WASSERMAN, Fabio (ed.). *Tiempos críticos: Historia, revolución y temporalidad en el mundo iberoamericano: siglos XVIII y XIX*. Buenos Aires: Prometeo, 2020.

como o espanhol – assim como as Américas Ibéricas – desempenharam trajetórias profundamente interligadas, entre si e a um mesmo e mais amplo processo, porque condicionados por dinâmicas globais comuns e porque pertencentes a um mesmo conjunto cultural e político essencialmente sistêmico⁷⁵⁸. Isso, pois que salvo algumas importantes exceções mencionadas anteriormente, grande parte da historiografia que se dedicou sobre o tema tendeu a dissociar a ocorrência das reformas empreendidas por Portugal e Espanha a partir de c.1750, frequentemente considerando-os como fenômenos apartados e detentores de certas especificidades que impediriam sua aproximação.

O empreendimento do programa reformista ilustrado ibérico, no que se refere especialmente ao reconhecimento de uma *experiência linguístico-conceitual* compartilhada por meio do *tempo* como *conceito transversal oblíquo*, foi revelador de uma série de características convergentes entre Portugal, Espanha e as Américas Ibéricas, e sua consideração apresenta importantes elementos para a compreensão das próprias formas de desenvolvimento das sociedades luso e hispano-americana de fins do Setecentos aos primeiros anos do Oitocentos; destacando-se principalmente os modos com que estas se articularam, por meio da intencionalidade reformista, em prol da manutenção de seus arranjos operativos estruturais que passaram a revelar indícios de fragilidade e abatimento quando da segunda metade do século XVIII.

Vale mencionar que apesar de esta dissertação ter se dedicado ao exame de um amplo arcabouço de palavras relacionadas à *experiência linguístico-conceitual* compartilhada pelos Impérios ibéricos no tocante à semântica do *tempo*, o horizonte de possibilidades investigativas relacionadas ao tema está longe de esgotar-se neste trabalho. Espera-se que a presente investigação, em que pretendeu-se oferecer uma contribuição propositiva para com o campo historiográfico em que esta pesquisa se insere, possa servir também para indicar a existência de uma série de outros tópicos potencialmente interessantes para o desenvolvimento de estudos relacionados tanto à organicidade das políticas empreendidas por Portugal e Espanha no contexto assinalado – e que encontrou, no âmago das reformas ilustradas empreendidas sobre as Américas, sua principal revelação de entranhamento –, como também no que se refere à semântica do *tempo*, nas diversas

⁷⁵⁸ Novamente, a expressão é de GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independências...* Op.Cit., p.20.

instâncias em que foi reivindicada a partir de sua *transversalidade oblíqua*, ao longo deste período dobradiça que abarcou a emergência da chamada Modernidade ocidental, bem como as mais plurais transformações, ressignificações e permanências que caracterizaram a referida época a partir das múltiplas temporalidades que nela transcorreram.

Referências Bibliográficas:

Fontes:

- ALZATE Y RAMÍREZ, José Antonio de. *Asuntos varios sobre ciencias y artes: obra periódica dedicada al Rey nuestro señor*. Cidade do México: En la Imprenta de la Biblioteca Mexicana del Lic. D. Josef de Jauregui, en la Calle de San Bernardo, 1772. Disponível em Archive.org.
- _____. Memoria en que se trata del insecto grana o cochinilla, de su naturaleza y série de su vida, como también del método para propagarla y reducirla al estado en que forma uno de los ramos más útiles del comercio. *Gazeta de Literatura*. México, 1794. Disponível em <https://archive.org/details/2172035R.nlm.nih.gov>, acesso em 8 de março de 2017.
- ARANGO Y PARREÑO, Francisco de. Discurso sobre la agricultura de la Habana y medios de fomentarla. 1792. *Obras Completas (volumen I)*. Colección Biblioteca de Clásicos Cubanos, n.22. La Habana: Imagen Contemporánea, 2005.
- AUSTRIA, José Donato de. Memoria del Instituto Consular de Veracruz para fomentar la Agricultura y la Industria de America. *Memorias Políticas y Económicas del Consulado de Veracruz 1796 – 1822*. Sevilla: Escuela de Estudios Hispanoamericanos & Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1985.
- _____. Memoria sobre la necesidad y utilidades de la construcción de un camino carretero desde Veracruz a México. *Memorias Políticas y Económicas del Consulado de Veracruz 1796 – 1822*. Sevilla: Escuela de Estudios Hispanoamericanos & Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1985.
- _____. Memoria sobre el comercio exterior americano. *Memorias Políticas y Económicas del Consulado de Veracruz 1796 – 1822*. Sevilla: Escuela de Estudios Hispanoamericanos & Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1985.
- Anônimo. Memória sobre a Agricultura (1807). *Memórias Económicas Inéditas (1780 - 1808)*. Introdução e notas de José Luís Cardoso e prefácio de Manuel Jacinto Nunes. Lisboa: Academia das Ciências, 1987.
- AZARA, Félix de. Memoria sobre el estado Rural del Río de la Plata en 1801. In: CHIARAMONTE, José Carlos (ed.). *Pensamiento de la Ilustración: economía y sociedad iberoamericanas en el siglo XVIII*. Caracas: Ayacucho, 1979.
- BAQUÍJANO Y CARILLO, José. Disertación histórica sobre el comercio del Perú. In: CHIARAMONTE, José Carlos (ed.). *Pensamiento de la Ilustración: economía y sociedad iberoamericanas en el siglo XVIII*. Caracas: Ayacucho, 1979.
- BELGRANO, Manuel. Medios generales para fomentar la agricultura, animar la industria y proteger el comercio. In: CHIARAMONTE, José Carlos (ed.). *Pensamiento de la Ilustración: economía y sociedad iberoamericanas en el siglo XVIII*. Caracas: Ayacucho, 1979.
- BRITO, Joaquim José Rodrigues de. Da mutua influência que tem o código da razão ou da humanidade com todas as artes e ciências, e do seu mútuo auxílio. Trata-se em geral dos quatro séculos de literatura: de Péricles, de Cícero, dos Médici ou do Senhor D. João I e do XVIII. In: *Memórias Políticas sobre as Verdadeiras Bases da Grandeza das Nações, e principalmente de Portugal*. Lisboa: Imprensa Régia, 1803; Lisboa: Banco de Portugal, 1992 (edição de José Esteves Pereira).

- _____. Qual é o produto que teve servir de medida dos metais preciosos para conhecermos depois quanta baixa tiveram. In: *Memórias Políticas sobre as Verdadeiras Bases da Grandeza das Nações, e principalmente de Portugal*. Lisboa: Imprensa Régia, 1803; Lisboa: Banco de Portugal, 1992 (edição de José Esteves Pereira).
- _____. Sobre as outras três bases ou sistemas fundamentais, comércio, indústria e propriedade; ou sobre a necessidade de sua existência simultânea e sua respectiva referência. In: *Memórias Políticas sobre as Verdadeiras Bases da Grandeza das Nações, e principalmente de Portugal*. Lisboa: Imprensa Régia, 1803; Lisboa: Banco de Portugal, 1992 (edição de José Esteves Pereira).
- CADALSO, José. Cartas Marruecas. In: _____. *Cartas Marruecas y Noches Lúgubres* (edição de Joaquín Marco). Barcelona: Área/Ollero y Ramos, 2002.
- CALDAS, Francisco José de. Estado de la Geografía del virreinato de Santa Fe de Bogotá, con relación a la economía y al comércio. In: CHIARAMONTE, José Carlos (ed.). *Pensamiento de la Ilustración: economía y sociedad iberoamericanas en el siglo XVIII*. Caracas: Ayacucho, 1979.
- _____. Memoria sobre la importancia de connaturalizar en el Reino la vicuña del Perú y Chile. *Obras Completas de Francisco José de Caldas*: Publicadas por la Universidad Nacional de Colombia como homenaje con motivo del sesquicentenario de su muerte. Bogotá: Imprenta Nacional, 1966.
- _____. Memoria sobre el modo de cultivar la cochinilla. *Obras Completas de Francisco José de Caldas*: Publicadas por la Universidad Nacional de Colombia como homenaje con motivo del sesquicentenario de su muerte. Bogotá: Imprenta Nacional, 1966.
- CASTRO, Joaquim de Amorim e. Memória sobre a cochonilha do Brasil. *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa – 1789-1815*. Tomo II. Lisboa: Banco de Portugal, 1991.
- _____. Memória sobre o Malvaisco do distrito da Vila da Cachoeira no Brasil. *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa – 1789-1815*. Tomo II. Lisboa: Banco de Portugal, 1990.
- CÂMARA, Manuel Ferreira da. Ensaio de descrição física, e econômica da Comarca dos Ilhéus na América. *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa – 1789-1815*. Tomo I. Lisboa: Banco de Portugal, 1990.
- CÂMARA, Manuel Arruda da. Dissertação sobre as plantas do Brazil, que podem dar linhos próprios para muitos usos da sociedade, e suprir a falta do cânhamo, indagadas de ordem do Príncipe Regente Nosso Senhor. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1810. Disponível em Archive.org.
- _____. *Memória sobre a cultura dos algodoeiros e sobre o método de o escolher, e ensacar, etc.* Lisboa: Na Oficina da Casa Literária do Arco do Cego, 1799. Disponível no Acervo Digital da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.
- COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. Memória sobre o preço do Açúcar. *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa – 1789-1815*. Tomo III. Lisboa: Banco de Portugal, 1990.
- COUTINHO, Rodrigo de Sousa. Discurso sobre a verdadeira influência das minas dos metais preciosos... *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa – 1789-1815*. Tomo I. Lisboa: Banco de Portugal, 1990.

- LAPA, Visconde da. Censura à Memória de António Pires da Silva Pontes Leme. *Memórias Económicas Inéditas da Academia Real das Ciências de Lisboa – 1780 – 1808*. Lisboa: Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, 1987.
- LASTARRIA Y VILLANUEVA, Miguel. Colónias orientales del Río de la Plata o del Paraguay. In: CHIARAMONTE, José Carlos (ed.). *Pensamiento de la Ilustración: economía y sociedad iberoamericanas en el siglo XVIII*. Caracas: Ayacucho, 1979.
- LLANO ZAPATA, José Eusébio de. *Copia de la carta que con fecha de 29 de abril de 1774, escribe al Illmo. y Revmo. señor D. Fr. Francisco de los Rios, obispo de Panamá, D. Joseph Eusebio de Llano Zapata, sobre la adelantada madurez y rápidos progresos literarios de un insigne theólogo y canonista de la Real Universidad de Lima*. Disponível na página da Biblioteca Nacional del Perú.
- LEME, António Pires da Silva Pontes. Memória sobre a utilidade pública em se tirar o ouro das minas, e os motivos dos poucos interesses dos particulares que o mineram atualmente no Brasil. *Memórias Económicas Inéditas da Academia Real das Ciências de Lisboa – 1780 – 1808*. Lisboa: Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, 1987.
- LISBOA, Balthazar da Silva. *Discurso histórico, político e econômico dos progressos e estado atual da filosofia natural portuguesa, acompanhado de algumas reflexões sobre o do Brasil*. Lisboa: Na officina de Antonio Gomes, 1786. Disponível em Archive.org.
- MELO, Sebastião José Carvalho e. *Memórias secretíssimas do Marquês de Pombal e outros escritos*. Portugal: Publicações Europa-América, s.d.
- NAVARRO, José Gregório de Moraes. *Discurso sobre o melhoramento da agricultura rústica do Brasil, pela introdução do arado, reforma das fomalhas e conservação de suas matas*. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1799. Disponível em <https://archive.org/details/discursosobreome00nava>, acesso em 03 de março de 2017.
- PEREIRA, João Manso. *Memoria sobre o Methodo Economico de transportar para Portugal a agua-ardente do Brazil com grande proveito dos Fabricantes, e Comerciantes, appresentada, e offerecida a sua Alteza Real o Principe do Brazil...* Lisboa: Officina de Simão Thadeo Ferreira, 1798. Disponível online na página da Biblioteca Nacional de Portugal, acesso em 04 de abril de 2017.
- QUIRÓS, José María. Memoria sobre la situación de la agricultura en el virreinato. *Memorias Políticas y Económicas del Consulado de Veracruz 1796 – 1822*. Sevilla: Escuela de Estudios Hispanoamericanos & Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1985.
- RODRÍGUEZ, Simón. Reflexiones sobre los defectos que vician la Escuela de Primeras Letras de Caracas y medio de lograr su reforma por un nuevo establecimiento. In: CHIARAMONTE, José Carlos (ed.). *Pensamiento de la Ilustración: economía y sociedad iberoamericanas en el siglo XVIII*. Caracas: Ayacucho, 1979.
- SALAS, Manuel de. Representación. In: CHIARAMONTE, José Carlos (ed.). *Pensamiento de la Ilustración: economía y sociedad iberoamericanas en el siglo XVIII*. Caracas: Ayacucho, 1979.
- SANZ, Miguel José. Informe sobre la educación pública durante la colonia. In: CHIARAMONTE, José Carlos (ed.). *Pensamiento de la Ilustración: economía y sociedad iberoamericanas en el siglo XVIII*. Caracas: Ayacucho, 1979.
- SERRA, José Correia da. Discurso Preliminar. *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa – 1789-1815*. Tomo I. Lisboa: Banco de Portugal, 1990.

- SILVA, José Bonifácio de Andrada e. Memória sobre a pesca das baleias e extracção do seu azeite; com algumas reflexões a respeito das nossas pescarias. *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa – 1789-1815*. Tomo II. Lisboa: Banco de Portugal, 1991.
- SILVA, José Veríssimo Álvares da. Memória Histórica sobre a Agricultura Portuguesa considerada desde o tempo dos Romanos até o presente. *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa – 1789-1815*. Tomo V. Lisboa: Banco de Portugal, 1990.
- VANDELLI, Domenico. Memória sobre a agricultura desse reino e das suas conquistas. *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa – 1789-1815*. Tomo I. Lisboa: Banco de Portugal, 1990.
- _____. Memória sobre algumas produções naturais das Conquistas, as quais ou são pouco conhecidas, ou não se aproveitam. *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa – 1789-1815*. Tomo I. Lisboa: Banco de Portugal, 1990.
- _____. [Anônimo, 1796]. Memória sobre a necessidade de uma viagem filosófica feita no reino, e depois nos seus domínios. *Memórias Económicas Inéditas da Academia Real das Ciências de Lisboa – 1780 – 1808*. Lisboa: Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, 1987.
- VILLAVA, Victorián de. Discurso sobre la mita de Potosí. In: CHIARAMONTE, José Carlos (ed.). *Pensamiento de la Ilustración: economía y sociedad iberoamericanas en el siglo XVIII*. Caracas: Ayacucho, 1979.
- _____. Apuntes para una reforma de España, sin trastorno del gobierno monárquico, ni de la religión. In: PORTILLO VALDES, José María. *La vida atlántica de Victorián de Villava*. Madri: Editorial Doce Calles, 2010.
- VISCARDO Y GUZMÁN, Juan Pablo. Ensayo histórico sobre los disturbios de América Meridional en el año 1780. In: _____. *Obra completa*. Lima: Congreso del Perú, 1998, 2 vols., vol. I.
- WARD, Bernardo. Proyecto económico en que se proponen varias providencias dirigidas a promover los intereses de España. Madrid: Joachim Ibarra, 1779.

Compilações lexicais de época:

- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero... autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos...* 1712 – 1728. Disponível no Acervo Digital da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin [<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>].
- COVARRUBIAS, Sebastián de. *Tesoro de la lengua castellana o española*. Madri: Luis Sánchez, 1611. Reproduzido a partir do exemplar da Biblioteca de la Real Academia Española. Disponível no Acervo Digital da RAE.
- D'ALEMBERT, Jean Le Rond. & DIDEROT, Denis. *Enciclopédia*, ou Dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios. Organização: Pedro Paulo Pimenta e Maria das Graças de Souza. Tradução: Pedro Paulo Pimenta, Maria das Graças de Souza, Luís Fernandes do Nascimento. 1ª edição. São Paulo: Ed. UNESP, 2015.

- NÚÑEZ DE TABOADA, Manuel. *Diccionario de la lengua castellana para cuya composición se han consultado los mejores vocabularios de esta lengua, y el de la Real Academia Española últimamente publicado en 1822; aumentado con más de 5000 voces o artículos que no se hallan en ninguno de ellos*. Paris: Librería de Seguin, 1825. Disponível no Acervo Digital da RAE.
- PINTO, Luís Maria da Silva. *Diccionario da lingua brasileira*. Ouro Preto, Typographia de Silva, 1832. Disponível no Acervo Digital da BBM.
- Real Academia Española (1726 – 1739). *Diccionario de Autoridades*. 6 tomos. Disponível no acervo digital da RAE.
- Real Academia Española (1791). *Diccionario de la lengua castellana compuesto por la Real Academia Española, reducido a un tomo para su uso más fácil uso. Tercera Edición*. 1 tomo. Disponível no acervo digital da RAE.
- SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1789. Disponível no Acervo Digital da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin [<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/2>].
- TERREROS Y PANDO, Esteban de. *Diccionario de Castellano con las voces de ciencias y artes y sus correspondientes en las tres lenguas francesa, latina e italiana*. 1786 – 1788. Disponível no acervo digital da RAE.

Bibliografia:

- ADELMAN, Jeremy. *Sovereignty and Revolution in the Iberian Atlantic*. Princeton: Princeton University Press, 2006.
- ALBUQUERQUE, Martim de. *Maquiavel e Portugal: estudos de História das Ideias Políticas*. Lisboa, Aletheia, 2007.
- ALDEN, Dauril. *Royal Government in Colonial Brazil, with special reference to the Administration of Marquis of Lavradio, Viceroy, 1769-1779*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1968.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Porto: Afrontamento, 1993.
- ALGRANTI, Leila M. & MEGIANI, Ana Paula (orgs.). *O império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico, séculos XVI-XIX*. São Paulo, Alameda, 2009.
- ALVES, Camilla Farah Ferreira. *Na América, dois Impérios: os encontros entre o Brasil e o México na Imprensa Periódica (1808-1822)*. São Paulo: FFLCH/USP, 2014. Dissertação de Mestrado.
- ALVES, Patrícia Woolley Cardoso Lins. *D. João de Almeida Portugal e a Revisão do Processo dos Távoras: conflitos, intrigas e linguagens políticas em Portugal nos finais do Antigo Regime (c.1777 – 1802)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2011. Tese de Doutorado.
- ANDRÉS-GALLEGO, José. *El Motín de Esquilache, América y Europa*. Madri: Fundación Mapfre Tavera, 2003.

- ANNINO, Antonio. *Silencios y Disputas en la História de Hispanoamérica*. Bogotá: Universidad Externado de Colombia / Taurus, 2014.
- _____. *Espanha y la Independencia de América*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1986.
- ARAÚJO, Ana Cristina. *A Cultura das Luzes em Portugal: Temas e Problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.
- _____. Dirigismo Cultural e formação das elites no pombalismo. In: ARAÚJO, Ana Cristina (coord.). *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2000.
- _____. O filósofo solitário e a esfera pública das Luzes. In: SILVA, Francisco Ribeiro da; CRUZ, Maria Antonieta; RIBEIRO, Jorge Martins; OSWALD, Helena (org.). *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: FLUP, 2004, pp.197-210.
- ARAÚJO, Valdeci Lopes de. *A Experiência do Tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2008.
- _____. *História dos Conceitos: problemas e desafios para uma releitura da Modernidade ibérica*. In: Revista *Almanack Braziliense*, n.07, 2008, p.48.
- _____. & PIMENTA, João Paulo Garrido. História. In: JÚNIOR, João Feres (org.). *Léxico da História dos Conceitos políticos dos Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009, pp. 12-140.
- ARENDT, Hannah. *Da Revolução*. São Paulo: Ed Ática, 1963.
- ARMITAGE, David & SUBRAHMANYAM, Sanjay. *The Age of Revolutions in Global Context c.1760-1840*. London: Palgrave, 2010.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Contraponto/Edunesp, 1996.
- AZEVEDO, Francisca Nogueira de. *Carlota Joaquina na corte do Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003
- AZEVEDO, João Lúcio de. *O Marquês de Pombal e a sua época*. São Paulo: Alameda, 2004.
- BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada & Independência no Brasil*. Juiz de Fora/São Paulo: Editora UFJF/Annablume/FAPESP, 2006.
- BARRETO, José. O Discurso Político falsamente atribuído ao marquês de Pombal. *Revista de História das Ideias*: O marquês de Pombal e o seu tempo, tomo I, p.385-422, 1982.
- BARRETO XAVIER, Ângela, PALOMO DEL BARRIO, Federico e STUMPF, Roberta. *Monarquias ibéricas em perspectiva comparada (séculos XVI-XVIII): dinâmicas imperiais e circulação de modelos políticos-administrativos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018.
- BASTOS, Carlos Augusto C. *No limiar dos Impérios: projetos, circulações e experiências na fronteira entre a capitania do Rio Negro e a província de Maynas (c.1780-c.1820)*. FFLCH/USP e Universidade Federal do Amapá, 2013. Tese de Doutorado.
- BERBEL, Márcia Regina. *A nação como artefato: deputados do Brasil nas Cortes portuguesas, 1821-1822*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1999.
- _____.; MARQUESE, Rafael & PARRON, Tâmis. *Escravidão e Política: Brasil e Cuba, c. 1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2010.
- _____. & OLIVEIRA, Cecília Helena Salles (orgs.). *A experiência constitucional de Cádiz: Espanha, Portugal e Brasil*. São Paulo: Alameda Editorial, 2012.
- BERGERON, Louis; FURET, François & KOSELLECK, Reinhart. *La época de las revoluciones europeas – 1780-1848*. Cidade do México: Siglo XXI, 1992.

- BERTRAND, Michel. *Grandeza y miseria del oficio*. Los oficiales de la Real Hacienda de la Nueva España, siglos XVII y XVIII. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2011.
- BETHELL, Leslie (Org). *História da América Latina*. América Latina Colonial. São Paulo: Edusp, Funag, 1997, v.1 e v.2.
- BETHENCOURT, Francisco & CURTO, Diogo Ramada (orgs.). *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, 2010.
- BICALHO, Maria Fernanda. O Rio de Janeiro no século XVIII: a transferência da capital e a construção do território centro-sul da América Portuguesa. *Revista Urbana*, vol. I, n.1, 2006.
- _____. & FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). *Modos de Governar*. Ideias e práticas políticas no Império Português, séculos XVI a XIX. São Paulo: Alameda, 2005.
- BLUMENBERG, Hans. *Las realidades en que vivimos*. Barcelona: Paidós, 1999.
- _____. *Paradigmas para una metaforología*. Madri: Editorial Trotta, 2003.
- _____. *Teoria da não conceitualidade*. Belo Horizonte: UFMG, 2013.
- BONILLA, Heraclio (ed.). *El sistema colonial en la América Española*. Barcelona: Editorial Crítica, 1991.
- BONNETT VÉLEZ, Diana. *Tierra y Comunidad: un problema irresuelto – el caso del altiplano cundiboyacense (Virreinato de la Nueva Granada, 1750-1800)*. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología y Historia/Universidad de los Andes, 2002.
- BOSCOV, Sarah Tortora. Vivências e experiências de tempo na América portuguesa: o caso da Capitania de São Paulo, c. 1750 – c. 1808. Dissertação de Mestrado. FFLCH-USP, 2018.
- BOTO, Carlota. Iluminismo e educação em Portugal: o legado do século XVIII ao XIX. *Revista da Faculdade de Educação*, n.22.1 (1996), pp. 169-191.
- BOUZA, Fernando, CARDIM, Pedro e FEROS, Antonio. *The Iberian World, 1450 – 1820*. Routledge Worlds.
- BOXER, Charles. *O império marítimo português (1415-1825)*. Ed Revista, Lisboa: Edições 70, 2001.
- BRANDING, David. La España de los Borbones y su imperio americano. In: BETHELL, Leslie (ed.), *Historia de América Latina*. T. II. Barcelona: Editorial Crítica. pp. 85-126.
- _____. *Orbe Indiano: de la Monarquía Católica a la República Criolla, 1492 – 1867*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1991.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII*. Lisboa: Teorema, s/d. 3 tomos.
- BREÑA, Roberto. *El primer liberalismo español y los procesos de emancipación de América: 1808-1824*. Una revisión historiográfica del liberalismo hispánico. Cidade do México: El Colegio de México, 2006.
- BREWER-CARÍAS, Allan. *Reflexiones sobre la revolución norteamericana (1776), la revolución francesa (1789) y la revolución hispanoamericana (1810-1830) y sus aportes al constitucionalismo moderno*. Bogotá: Universidad Externado de Colombia/Editorial Jurídica Venezolana, 2008 (2ªed.).
- BRITO, Adilson J. I. *Insubordinados sertões: o Império português entre guerras e a fronteira no norte da América do Sul – Estado do Grão-Pará, 1750-1820*. FFLCH/USP e Universidade Federal do Pará, 2016. Tese de Doutorado.

- BURKE, Peter. La historia intelectual en la era del giro cultural. *Prismas - Revista de Historia Intelectual*, vol. 11, núm. 2, dezembro, 2007, pp. 159-164.
- BURKHOLDER, Mark A. *Politics of a Colonial Career: José Baquijano and the Audiencia of Lima*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1981.
- _____. & CHANDLER, Dewitt Samuel. *De la impotencia a la autoridad*. La corona española y las Audiencias en América, 1687-1808. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1984.
- CABRAL, Maria Luísa Rosendo. *Património Bibliográfico e Bibliotecas na Construção da Identidade Coletiva: entre um conceito e o seu desenvolvimento (1750 – 1800)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2013. Tese de Doutorado.
- CALAFATE, Pedro (Org.). *História do pensamento filosófico português: as Luzes*. Lisboa: Editorial Caminho, 2001, vol. 3.
- CALDERÓN, Maria Teresa & THIBAUD, Clément (orgs.). *Las Revoluciones en el mundo atlántico*. Bogotá: Taurus/Universidad Externado de Colombia, 2006.
- CALLE SAIZ, Ricardo. *Bernardo Ward*. Disponível em: <http://dbe.rah.es/biografias/15608/bernardo-ward>. Acesso realizado em 19 de julho de 2018.
- _____. La Hacienda Pública en España. El pensamiento financiero durante la época mercantilista: Ward y Campillo. *Revista de Economía Política*, n.26 (maio – agosto de 1977), pp. 7-24.
- CALVO, Nancy e PASTORE, Rodolfo. Ilustración y economía en el primer periódico impreso del Virreinato del Río de la Plata: el Telégrafo Mercantil (1801-1802). *Bulletin Hispanique*, tomo 107, n°2, 2005. pp. 433-462.
- CANIZARES-ESGUERRA, Jorge. *Como escrever a História do Novo Mundo*. Histórias, Epistemologias e Identidades no Mundo Atlântico do século XVIII. São Paulo: EDUSP, 2011.
- CANTARINO, Nelson Mendes. *A razão e a ordem: o bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho e a defesa ilustrada do Antigo Regime português (1742 – 1821)*. São Paulo: FFLCH-USP, 2012. Tese de Doutorado.
- CÁRDENAS ACOSTA, Pablo Enrique. *El Movimiento comunal de 1781 en el Nuevo Reino de Granada*. Bogotá: 1960.
- CÁRDENAS-AYALA, Elisa. El lenguaje de la secularización en los extremos de Hispanoamérica: Argentina y México (1770-1870) – un acercamiento. *Ariadna histórica – Lenguajes, conceptos, metáforas*, vol. 5 (2016), pp. 169-193.
- CARDOSO, José Luís & CUNHA, Alexandre Mendes. Discurso econômico e política colonial no império Luso-Brasileiro (1750-1808). *Tempo*, 2011, vol.17, n°31, pp.65-88.
- CARNEIRO, Ana. *Cidadão do mundo: uma biografia científica do Abade Correia da Serra*. Porto: Porto Editora, 2006.
- CARVALHO, Flávio Rey. *Um Iluminismo português? A reforma da Universidade de Coimbra (1772)*. São Paulo: Editora Annablume, 2008.
- CASSIRER, Ernest. *A Filosofia do Iluminismo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- CASTRO, Concepción de. *Campomanes: Estado y reformismo ilustrado*. Madri: Alianza Universidad, 1996.
- CASTRO, Oscar Javier. *Reconfiguração de entidades político-territoriais e constitucionalismo moderno no Novo Reino de Granada, 1808 – 1816*. São Paulo: FFLCH/USP, 2013. Dissertação de Mestrado.

- CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história*. Coimbra: Almedina, 2009.
- CERNAZ, Alice Virginia. *Las transformaciones de un público lector: Los periódicos como novedad en el Buenos Aires tardío colonial*. La Plata: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad Nacional de La Plata, 2014. Tese de Graduação.
- CHAUNU, Pierre. *A Civilização da Europa das Luzes*. Lisboa: Editorial Estampa, 1985.
- CHAVES, Cláudia. A administração fazendária na América portuguesa: a Junta da Real Fazenda e a política fiscal ultramarina nas Minas Gerais. *Revista Almanack*. Guarulhos, nº5, pp. 81- 96.
- CHIARAMONTE, José Carlos (ed.). *Pensamiento de la Ilustración: economía y sociedad iberoamericanas en el siglo XVIII*. Caracas: Ayacucho, 1979.
- CHUST, Manuel. *La cuestión americana en las Cortes de Cádiz*. Valencia, 1999.
- _____. (ed.). *Las independencias iberoamericanas en su laberinto: controversias, cuestiones, interpretaciones*. Valencia: PUV, 2010.
- CIPOLLA, Carlo. *Las máquinas del tiempo*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1998.
- _____. et. All. (orgs.). *La decadencia económica de los imperios*. Madri: Alianza Editorial, 1973.
- COELHO, António Borges. O mercantilista Duarte Gomes Solis: análises e modelos dirigidos ao governo filipino. *Arquipélago – Revista da Universidade dos Açores*. 2ª série, vol. 1, nº 1, 1995, pp. 161-179.
- CORTÉS GUERRERO, José David. La lealtad al monarca español en el discurso político religioso en el Nuevo Reino de Granada. *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, vol.37, n.1, 2010, pp.43-83.
- COSTA, Leonor Freire. Relações Econômicas com o Exterior. In: LAINS, Pedro & SILVA, Álvaro Ferreira da (Orgs.) *História Económica de Portugal, 1700-2000*. 3 vols. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010, 3ª edição (1ª edição 2005), Vol. I: O Século XVIII, pp. 263-298.
- COSTA, Wilma Peres & OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (Orgs.). *De um Império a outro*. Formação do Brasil, séculos XVIII e XIX. 1.ª ed. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2007.
- CROSBY, Alfred W. *A Mensuração da Realidade: a quantificação e a sociedade Ocidental*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- CURTO, Diogo Ramada. *Cultura Imperial e Projetos Coloniais (séculos XV a XVIII)*. Campinas: Ed. Unicamp, 2009.
- DANTAS, Vinícius. Los Arbitristas y la América portuguesa (1590-1640). *Anuario de Estudios Americanos*, n.71, vol. 1. Sevilla, janeiro-junho de 2014, pp.145-170.
- DANVILA, Alfonso. *El reinado relámpago: Luís I y Luísa Isabel de Orléans (1707 – 1742)*. Madri: Espasa-Calpe, 1952.
- DARNTON, Robert. *O Iluminismo como Negócio: história da publicação da “Encyclopédie” (1775 – 1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DEFOURNEAUX, Marcelin. *Inquisición y Censura de libros en la España del siglo XVIII*. Madri: Taurus, 1973.
- DIAS, José Sebastião da Silva. Verney e o Iluminismo europeu. *Portugal e a Cultura Europeia: séculos XVI a XVIII*. Porto: Ed. Campo das Letras, 2006.

- _____. O Ecletismo em Portugal no Século XVIII: gênese e destino de uma atitude filosófica. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, ano VI, 1972.
- _____. *Portugal e a Cultura Europeia: séculos XVI a XVIII*. Porto: Ed. Campo das Letras, 2006.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2009.
- DÍAZ, Laura Rodríguez. *Reforma e Ilustración en la España del siglo XVIII*. Pedro Rodríguez de Campomanes. Madri, 1975.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *José Bonifácio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- DOMÍNGUEZ, Jorge I. *Insurrección o Lealtad: la desintegración del Imperio Español en América*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1985.
- DOMINGUEZ ORTIZ, Antonio. *Sociedad y Estado en el siglo XVIII español*. Barcelona: Ariel, 1990.
- DUTRA, Eliana e MOLLIER, Jean-Yves. *Política, nação e edição. O lugar dos impressos na construção da vida política*. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX. São Paulo: Annablume, 2006.
- ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*. Tradução de Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- ELLIOTT, John. *España, Europa y el mundo de ultramar (1500-1800)*. Madri: Taurus, 2010.
- _____. *España y su mundo (1500-1700)*. Madri: Taurus, 2007.
- _____. *Imperios del mundo atlántico. España y Gran Bretaña en América, 1492-1830*. Madri: Taurus, 2006.
- ENTIN, Gabriel (ed.). *Rousseau en Iberoamérica: lecturas e interpretaciones entre monarquía y revolución*. Buenos Aires: SB Editores, 2018.
- ESCALLÓN, Maria Clara. *Tertulias literarias en Santafé de Bogotá, 1790-1810*. Bogotá: Universidad Javeriana, 1959.
- FALCON, Francisco José Calazans. *A Época Pombalina*. São Paulo: Ática, 1993.
- _____. Ilustração e Revolução em Portugal e na América Portuguesa. In: SILVA, Francisco Ribeiro da; CRUZ, Maria Antonieta; RIBEIRO, Jorge Martins; OSWALD, Helena (org.). *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: FLUP, 2004.
- _____. & RODRIGUES, Cláudia (orgs.). *A Época Pombalina no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- FANJUL, Adrián Pablo. *Português e Espanhol: línguas próximas sob o olhar discursivo*. São Paulo: Claraluz Editora, 2002.
- FANNI, Rafael. *Temporalização dos discursos políticos no processo de Independência do Brasil (1820-1822)*. São Paulo: FFLCH/USP, 2014. Dissertação de Mestrado.
- FEBRVRE, Lucien & MARTIN, Henri-Jean. *O Aparecimento do Livro*. São Paulo: EDUSP, 2017.
- FERES JÚNIOR, João (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos no Brasil*, Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- _____. & JASMIN, Marcelo Gantus. *História dos conceitos: diálogos transatlânticos*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Loyola/Iuperj, 2007.
- FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier (dir.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano: la era de las revoluciones, 1750 – 1850*. Madri: Centro de Estudios

- Políticos y Constitucionales / Fundación Carolina / Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales, 2009, tomo I.
- _____. (dir.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano. Conceptos políticos fundamentales, 1770-1870*, Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales – Universidad del País Vasco, 2014, tomo II.
- _____. Cabalgando el corcel del diablo: conceptos políticos y aceleración histórica en las revoluciones hispánicas. In: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier & CAPELLÁN DE MIGUEL, Gonzalo (orgs.). *Conceptos políticos, tiempo e historia: nuevos enfoques en historia conceptual*. Santander, 2013.
- _____. La Ilustración, la revolución y nosotros (que las quisimos tanto). *Revista de Occidente*, n. 445 (2018), pp. 21-38.
- _____. Metáforas para la historia y una historia para las metáforas. In: GODICHEAU, François e SÁNCHEZ LEÓN, Pablo (eds.). *Palabras que atan: Metáforas y conceptos de vínculo social en la Historia Moderna y Contemporánea*. Madrid/México: Fondo de Cultura Económica, 2015, pp. 33-62.
- _____. Península Ibérica. In: FERRONE, Vincenzo & ROCHE, Daniel (eds.). *Diccionario Histórico de la Ilustración*. Madrid: Alianza Editorial, 1998.
- _____. ¿Qué es un diccionario histórico de conceptos políticos? *Anales*, núm. 7-8 (2004/2005), pp. 223-240.
- FERNÁNDEZ TORRES, Luís. Un texto fundacional de Reinhart Koselleck. Introducción al ‘Diccionario histórico de conceptos político-sociales básicos en lengua alemana’. *Anthropos*, n.223, 2009, pp. 92-105.
- FERRAZ PAULINO, Mariana. Os reformismos ilustrados português e espanhol: propostas para a compreensão de transformações comuns sob o prisma discursivo do “tempo” (c.1750 – c.1807). *Revista Hydra: Revista Discente de História da UNIFESP*. 2, 4 (mar. 2019).
- FIORIN, José Luiz. Tempo e temporalização. In: CAGLIARI, Luiz Carlos (Org.). *O tempo e a linguagem*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008, p. 9-39.
- FISHER, John. *El Perú Borbónico, 1750 - 1824*. Lima: IEP, 2000.
- FLORES GALINDO, Alberto. *Aristocracia y plebe: Lima, 1760 - 1830*. Estructura de clases y Sociedad Colonial. Lima: Mosca Azul, 1984.
- _____. *Buscando un Inca: identidad y utopías en los Andes*. Habana: Casa de las Américas, 1986.
- FRAGOSO, João Ribeiro, BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRADERA, Josep M. *Colonias para después de un Imperio*. Barcelona: Bellaterra, 2005.
- FRANÇA, Eduardo d'Oliveira. Portugal na época da restauração. São Paulo: Hucitec, 1997.
- FURTADO, Júnia Ferreira. *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império ultramarino português*. Belo Horizonte: EDUFMG, 2001.
- _____. *Homens de Negócio. A interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- GADAMER, Hans-Georg. Teoria da História e Linguagem. In: KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do Tempo: Estudos sobre História*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC - Rio, 2014.
- GARCÍA GARROSA, María Jesus e LAFARGA, Francisco. La historia de la traducción en España en el siglo XVIII. In: SABIO PINILLA, José António (ed). *La traducción en*

- la época ilustrada: panorámicas de la traducción en el siglo XVIII*. Granada: Editorial Comares, 2009.
- GARRIDO, Margarita. *Reclamos y representaciones: variaciones sobre la política en el Nuevo Reino de Granada, 1770-1815*. Bogotá: Banco de la República, 1993.
- GARRIGA, Carlos. El patriotismo criollo entre Nueva España y México. In: GARCÍA AYLUARDO, Clara & SALES HEREDÍA, Francisco J. *Reflexiones en torno a los centenarios: los tiempos de la Independencia*. México: CIDE / CESOP, 2008.
- _____. Os limites do reformismo bourbônico: a propósito da administração da justiça na América espanhola. *Revista Almanack*. Guarulhos, nº6, pp. 38-60, 2013.
- _____. & SLEMIAN, Andréa. "Em trajes brasileiros": justiça e constituição na América ibérica (c. 1750-1850). *Revista de História*. São Paulo, n.169, p.181-221, 2013.
- GELMAN, Jorge; LLOPIS, Enrique & MARICHAL, Carlos (coord.). *Iberoamérica y España antes de las independencias (1700-1820): crecimiento, reformas y crisis*. Cidade do México: Instituto de Investigaciones Dr. José María Luís Mora/Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología/El Colegio de México, 2014.
- GERBI, Antonello. *La disputa del Nuevo Mundo: historia de una polémica – 1750-1900*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1986.
- GIMÉNEZ, Ovídio. *Vida, Época y Obra de Manuel Belgrano*. Buenos Aires: El Ateneo Editorial, 1993.
- GLAVE, Luís Miguel. Del pliego al periódico. Prensa, espacios públicos y construcción nacional en Iberoamérica. *Debate y perspectivas*, nº3, 2003.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. Lisboa: Presença, 1981-1983, 4v.
- GOLDMAN, Noemí. Constitución y representación: el enigma del poder constituyente en el Río de la Plata, 1808-1830. In: ANNINO, Antonio & TERNAVASIO, Marcela. *El laboratorio constitucional iberoamericano: 1807/1808 - 1830*. Madrid: AHILA/Iberoamericana, 2012, pp.203-218.
- _____. (ed.). *Lenguaje y revolución*. Conceptos políticos clave en el Río de la Plata, 1780-1850. Buenos Aires: Prometeo, 2008.
- _____. *Mariano Moreno: de reformista a insurgente*. Buenos Aires: Edhasa, 2016.
- _____. Soberanía en Iberoamérica. Dimensiones y dilemas de un concepto político fundamental (1770 – 1870). In: FERNANDEZ-SEBASTIÁN, Javier. *Diccionario político y social del mundo iberoamericano. Conceptos políticos fundamentales, 1770-1870*, Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales – Universidad del País Vasco, 2014, tomo II.
- GOLDMANN, Lucien. *La Ilustración y la Sociedad Actual*. Tradução de Julieta Fombona. Caracas: Monte Ávila, 1968.
- GOMES HOYOS, Rafael. *La revolución granadina de 1810: ideario de una generación y de una época, 1781-1821*. Bogotá: Instituto Colombiano de Cultura Hispánica, 1982, 2 tomos.
- GÓNGORA, Mario. *Estudios sobre la historia colonial de Hispanoamérica*. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 1998.
- GONZÁLEZ CRUZ, David. Propaganda y fuentes de información en la prensa periódica de la América Hispana durante las guerras del siglo XVIII. *Obradoiro de Historia Moderna*, n.20, 2011.
- GORTARI, Eli de. *Ciencia y Conciencia en México (1767 – 1883)*. Cidade do México: SepSetenta/Diana, 1981.

- GRAÇA, Manuel de Sampayo Pimentel Azevedo. Duas cartas sobre dois padres: da Companhia de Jesus a Favaíós. *Revista do Douro – Estudos e Documentos*, vol.8, nº16, 2003.
- GREIMAS, Algirdas Julius & COURTÉS, Joseph. *Dicionário de Semiótica*. São Paulo: Contexto, 2008.
- GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias*. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- _____. & LEMPÉRIÈRE, Annick (et.all.). *Los espacios publicos en Iberoamerica: ambigüedades y problemas*. Siglo XVIII-XIX. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1998.
- GUIMERÁ, Agustín (org.). *El reformismo borbónico*. Madri: Alianza Editorial S.A., 1996.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Modernização dos Sentidos* (tradução de Lawrence Flores Pereira). São Paulo: Editora 34, 1998.
- _____. A History of the concept “Modern”. *Making sense in Life and Literature*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- HALPERÍN-DONGHI, Túlio. *Reforma y disolución de los imperios ibéricos 1750-1850*. Madri: Alianza Editorial, 1985.
- _____. *Revolución y guerra: formación de una élite dirigente en la Argentina criolla*. 3ª ed. Buenos Aires: Siglo XXI, 1994.
- HAMNETT, Brian. *Politics and Trade in Southern Mexico, 1750-1821*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.
- HANSON, Carl A. *Economia e Sociedade no Portugal Barroco. 1668 – 1703*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1986.
- HARTOG, François. Tempo, História e a Escrita da História: A Ordem do Tempo. *Revista de História*, n.148, (1º-2003), pp.09-34.
- HAZARD, Paul. *O Pensamento Europeu no século XVIII* (de Montesquieu a Lessing). Lisboa: Editorial Presença, s/d.
- _____. *Crise da consciência europeia* (tradução e notas de Oscar de Freitas Lopes). Lisboa: Edições Cosmos, 1948.
- HERR, Richard. *Espanña y la revolución del siglo XVIII*. Espanha: Aguilar S.A. Ediciones, 1964.
- HESPANHA, António Manuel. *Às vésperas do Leviathan*. Instituições e poder político. Portugal, século XVII. Coimbra: Almedina, 1994.
- _____. *Panorama histórico da cultura jurídica europeia*. Lisboa: Ed. Europa-América, 1998.
- HEYNEMANN, Cláudia Beatriz. *As Culturas do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2010.
- HOBBSBAWM, Eric. *A era das revoluções: 1789 – 1848*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- ISRAEL, Jonathan. *Iluminismo Radical: a filosofia e a construção da Modernidade, 1650-1750*. São Paulo: Ed. Madras, 2009.
- JANCÓS, István. A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVII. In: NOVAES, Fernando (dir.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, vol. 1.
- _____. *Na Bahia, contra o Império: história do ensaio de sedição de 1798*. São Paulo: Hucitec/EDUFBA, 1996;

- _____. A construção dos Estados nacionais na América Latina: apontamentos para o estudo do Império como projeto. In: SZMRESÁNYI, T. & LAPA, J. R. A. (orgs.). *História econômica da independência e do império*. São Paulo: Hucitec, 1996, pp. 03-26.
- _____. & KANTOR, Íris (orgs.). *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Hucitec/Edusp/FAPESP, 2001, v.2.
- _____. & PIMENTA, João Paulo. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. In: MOTA, Carlos G. (org). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: SENAC, 2000.
- JASMIN, Marcelo Gantus. História dos Conceitos e Teoria Política Social: referências preliminares. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20, n.57, fevereiro de 2005.
- KANTOR, Iris. *Esquecidos e renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- _____. Ser erudito em colônias: as práticas de investigação histórica nas academias brasílicas, 1724-1759. In: ALGRANTI, Leila & MEGIANI, Ana Paula (orgs.). *O império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico, séculos XVI-XIX*, São Paulo: Alameda, 2009.
- KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Contraponto/EDUERJ, 1999.
- _____. *Estratos do Tempo: Estudos sobre História*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC - Rio, 2014.
- _____. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC - Rio, 2006.
- _____. *Historia de Conceptos: Estudios sobre semántica y pragmática del lenguaje político y social*. Madri: Editorial Trotta, 2012.
- LACLAU, Ernesto. Antagonismo, subjetividade y política. *Los fundamentos retóricos de la sociedad*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014.
- LANDAVAZO, Marco Antonio. *La máscara de Fernando VII: discurso e imaginarios monárquicos en una época de crisis - Nueva España, 1808-1822*. Cidade do México: El Colegio de México, Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo, El Colegio de Michoacán, 2001.
- LANDES, David S. *Revolución en el Tiempo*. Barcelona: Editorial Crítica, 2010.
- LANGUE, Frédérique. Las élites en la América española, actitudes y mentalidades. *Boletín Americanista*, nº 42-43, 1992-1993, pp. 123-139.
- LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: UNICAMP, 1990.
- LEONHARD, Jörn. Lenguaje, experiencia y traducción. In: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier & CAPELLÁN DE MIGUEL, Gonzalo (orgs.). *Conceptos políticos, tiempo e historia: nuevos enfoques en historia conceptual*. Santander, 2013.
- LEVATI, Edú Trota. *Os periódicos da Independência e suas geografias políticas: estudo do surgimento do Brasil independente e de sua inserção no contexto mundial (1808-1822)*. FFLCH/USP. Dissertação de Mestrado.
- LEVENE, Ricardo. *Vida y escritos de Victorlán de Villava*. Buenos Aires: Peuser, 1946.
- LLEDÓ, Emílio. *El surco del Tiempo: meditaciones sobre el mito platónico de la escritura y la memoria*. Barcelona: Editorial Crítica, 2000.

- LLUCH, Ernest. *Acaecimientos de Manuel Belgrano, fisiócrata, y su traducción de las "Máximas generales del gobierno económico de un reyno agricultor" de François Quesnay*. Madri: Ediciones Cultura Hispánica, 1984.
- LOPEZ GARCÍA, J. M. *El motín contra Esquilache: crisis y protesta popular en el Madrid del siglo XVIII*. Madri: Alianza Editorial, 2006
- LOPEZ SORÍA, José Ignacio. El pensamiento de José Baquijano y Carillo. *Historia y Cultura*, n.5, 1971.
- LOURENÇO, Eduardo. *Nós e a Europa: ou as duas razões*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1994.
- LYNCH, John. *La España del siglo XVIII*. 2ª edição em espanhol. Barcelona: Editorial Crítica, 1999.
- LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A Utopia do poderoso império*. Portugal e Brasil: bastidores da política (1798-1822). Rio de Janeiro: Sete Letras, 1994.
- MACEDO, Jorge Borges de. Estrangeirados: um conceito a rever. *Revista Bracara Augusta*, vol. 28, 179-202, 1974.
- MALERBA, Jurandir. *A Corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808 a 1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. (Org.). *A Independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- MANTILLA, Luís Carlos. *El despertar de la conciencia criolla en el Nuevo Reino de Granada*. Cali: Universidad de San Buenaventura, 1989.
- MARAVALL, José Antonio. *La cultura del Barroco*. Barcelona: Editorial Ariel S.A., 1990.
- MARCOS, Rui Manoel Figueiredo. *A legislação pombalina*. Alguns aspectos fundamentais. Coimbra: Almedina, 1996.
- MARICHAL, Carlos. *La bancarrota del virreinato*. Nueva España y las finanzas del Imperio español, 1780-1810. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1999.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. *Administração e escravidão: ideias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1999.
- _____. A escravidão caribenha entre dois atlânticos: Cuba nos quadros das independências americanas. In: PAMPLONA, Marco A. & MÄDER, Maria Elisa Noronha de Sá (Orgs.). *Revoluções de Independências e nacionalismos na Américas: Nova Granada, Venezuela e Cuba*. São Paulo: Paz e Terra, 2007
- _____. Comparando impérios: a experiência do tempo e o lugar do Brasil no projeto escravista de Francisco de Arango y Parreño (1789-1832). In: ÁLVAREZ CUARTERO, I. & GONZÁLEZ-RIPOLL, M. D. (Orgs.). *Francisco Arango y la invención de la Cuba azucarera*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2009, pp. 67-84.
- _____. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle de escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- MARTINS, António Coimbra. Estrangeirados. In: SERRÃO, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*, vol. 2. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1965, pp.123-5.
- MARTINS, João Paulo. *Política e história sob o Reformismo Ilustrado pombalino*. Belo Horizonte: UFMG/FAFICH, 2008. Dissertação de Mestrado.
- MARTÍNEZ DELGADO, Luís. *El Periodismo en la Nueva Granada*. Bogotá: Editorial Kelly, 1960.
- MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da devassa: A Inconfidência Mineira: Brasil-Portugal, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

- _____. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 186.
- _____. The Generation of the 1790's and the Idea of Luso-Brazilian Empire. In: ALDEN, Dauril. *Colonial Roots of Modern Brazil*. Los Angeles: University of California Press, 1973, p. 107-144.
- MCFARLANE, Anthony. *Colombia antes de la independencia: economía, sociedad y política bajo el dominio Borbón*. Bogotá: Banco de la República/El Áncora, 1997.
- MEDICCI, Ana Paula. *Entre a “decadência” e o “florescimento”*: capitania de São Paulo na interpretação de memorialistas e autoridades públicas (1782/1822). São Paulo: FFLCH/USP, 2005. Dissertação de Mestrado.
- MEGIANI, Ana Paula Torres; SANTOS PÉREZ, José Manuel; SILVA, Kalina Vanderlei (Orgs.). *O Brasil na Monarquia Hispânica (1580 – 1668): novas interpretações*. São Paulo: Humanitas, 2014, p.10.
- MENDOZA, Diego. *Expedición botânica de José Celestino Mutis al Nuevo Reino de Granada y Memorias Inéditas de Francisco José de Caldas*. Madri: Librería General de Victoriano Juárez, 1909.
- MESA, Luis Javier Ortiz. La Iglesia católica y la formación del Estado-nación en América Latina en el siglo XIX. El caso colombiano. *Revista Almanack*, Dezembro de 2013, n.6, p.5-25.
- MÍNGUEZ, Victor & CHUST, Manuel. *El Imperio Sublevado: Monarquía y Naciones en España y Hispanoamérica*. Madri: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2004.
- MONT SERRATH, Pablo Oller. Governadores de um novo tempo: o império português, a capitania de São Paulo e a administração do Morgado de Mateus. *Revista do Arquivo*, v. 1, p. 5, 2015.
- _____. Crise geral e política manufatureira em Portugal na segunda metade do século XVIII: novos indícios e questionamentos. *Saeculum* (UFPB), v. 29, p. 75-96, 2013.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *O crepúsculo dos grandes (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998.
- _____.; CARDIM, Pedro & CUNHA, Mafalda Soares da. *Optima pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005.
- MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos, imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- _____. & BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da Imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 2003.
- MORELLI, Federica. “Entre confianza y armas”. La justicia local en Ecuador del Antiguo Régimen al liberalismo. *Revista Complutense de Historia de América*, 2014, vol. 40, 27-47.
- _____. Entre el Antiguo y el nuevo régimen. La historia política hispanoamericana del siglo XIX. *Historia Crítica*. Bogotá, janeiro-junho 2007, pp.122-155.
- _____. La redefinición de las relaciones imperiales: en torno a la relación reformas dieciochescas/independencia en América. *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*, maio de 2008 [online].
- MORENO, Eva Velasco. *La Real Academia de la Historia en el siglo XVIII*. Madri: Boletín Oficial del Estado / Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2000.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Atitudes de inovação no Brasil, 1789-1801*. Lisboa: Horizonte, s.d.

- MUGGLESTONE, Lynda. Dictionaries: a very short introduction. OUP: Oxford, 2011.
- MÚNERA, Alfonso. *El Fracaso de la Nación: región, clase y raza en el Caribe colombiano (1717-1810)*. Bogotá: Banco de la República, 1998.
- NETO, D.P. & COSTA, M.A. História dos Conceitos e História dos Discursos: algumas considerações. *Revista Sacrilogens*. Juiz de Fora, v.9,n.1, p.153-164, jan-jun/2012.
- NEUMANN, Eduardo. O Trabalho Guarani Missioneiro no Rio da Prata Colonial, 1640-1750. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.
- NEVES, Guilherme Pereira das. Do Império Luso-Brasileiro ao Império do Brasil (1789-1822). *Ler história*. Lisboa, v. 27-28, 1995, p. 75-102.
- _____. *O Seminário de Olinda: educação, cultura e política nos Tempos Modernos*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1984. Dissertação de Mestrado.
- NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- _____. O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos. *Revista Brasileira de História*. Nº 7, 1984.
- O'GORMAN, Edmundo. *La invención de América: investigación acerca de la estructura histórica del nuevo mundo y del sentido de su devenir*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1978
- O'PHELAN GODOY, Scarlett. *La gran rebelión en los Andes: de Túpac Amaru a Túpac Catari*. Cuzco: Centro de Estudios Regionales Andinos Bartolomé de las Casas, 1995.
- _____. *Un siglo de rebeliones anticoloniales. Perú y Bolivia, 1700-1783*. Cuzco: Centro de Estudios Regionales Andinos "Bartolomé de las Casas", 1988.
- OLAECHEA, Rafael. Contribución al estudio del Motín contra Esquilache (1766). *Tiempos Modernos* 8 (2003), pp. 1-90.
- ORTEGA, Francisco. Ni nación ni parte integral: "Colonia", de vocablo a concepto en el siglo XVIII iberoamericano. *Prismas*, nº 15, 2011, pp. 19.
- _____. Colonia, nación y monarquía. El concepto de colonia y la cultura política de la Independencia. In: BONILLA, Heraclio (ed). *La cuestión colonial*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2011, pp. 109-134.
- _____. & CHAPARRO SILVA, Alexander (orgs.). *Disfraz y pluma de todos: opinión pública y cultura política, siglos XVIII y XIX*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Ciencias Humanas, Centro de Estudios Sociales-CES; University of Helsinki, The Research Project Europe 1815-1914, 2012.
- _____. & CHICANGANA-BAYONA, Yobenj Aucardo (orgs.). *Conceptos Fundamentales de la cultura política de la Independencia*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2012.
- OSÓRIO, Helen. Continuidades: estruturas agrarias y el tránsito en la frontera luso-española en América Meridional. *Revista Complutense de Historia de América*, 2014, vol. 40, 93-112.
- PACHECO, Juan Manuel. *La Ilustración en el Nuevo Reino de Granada*. Caracas: Universidad Andrés Bello, 1976.
- PAGDEN, Anthony (ed.). *The languages of political theory in the Early Modern Europe*. Cambridge University Press, 1987.
- _____. *La Ilustración y porque sigue siendo tan importante para nosotros*. Madri: Alianza Editorial, 2015.

- PALMER, R. R. *The Age of the Democratic Revolution: A Political History of Europe and America, 1760–1800*. New Jersey: Princeton University Press, 2014.
- PALTI, Elías. *Aporías*. Tiempo, Modernidad, Historia, Sujeto, Nación, Ley. Buenos Aires: Alianza, 2001.
- _____. De la historia de ‘Ideas’ a la historia de los ‘lenguajes políticos’: las escuelas recientes de análisis conceptual – el panorama latinoamericano. *Anales Nueva Época*, nº 7-8, 2006, pp.63-81.
- _____. *El Tiempo de la Política: el siglo XIX reconsiderado*. Buenos Aires: Siglo XXI editores, 2007.
- _____. Ideas, conceptos, metáforas. La tradición alemana de historia intelectual y el complejo entramado de lenguaje. In: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier & CAPELLÁN DE MIGUEL, Gonzalo (orgs.). *Conceptos políticos, tiempo e historia: nuevos enfoques en historia conceptual*. Santander, 2013.
- _____. *Una arqueología de lo político*. Régimen de poder desde el siglo XVII. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2018.
- PARRON, Tâmis. A Nova e Curiosa Relação (1764): escravidão e ilustração em Portugal durante as reformas pombalinas. *Revista Almanack Braziliense*, n.8, 2008.
- PAQUETTE, Gabriel. *Enlightened Reform in Southern Europe and Its Atlantic Colonies, C. 1750-1830*. Londres: Routledge, 2009.
- PATCH, Robert W. Imperial Politics and Local Economy in Colonial Central America, 1670-1770. *Past and Present*, vol. 143, maio de 1994.
- PAZ, Gustavo L. & DJENDEREDJIAN, Julio. La historia económica y social del ciclo independentista (1780-1830): un balance de los años recientes. *Investigaciones y Ensayos*. Buenos Aires; 2016, vol. 62, pp. 81 – 122.
- PEDREIRA, Jorge Miguel. *Do Brasil à metrópole: efeitos sociais (séculos XVII-XVIII)*. Évora: Universidade de Évora, 2001.
- _____. *Estrutura industrial e mercado colonial*. Portugal e Brasil (1780-1830). Lisboa: Difel, 1994.
- PEREIRA, José Esteves. Mentalidade e economia: O pensamento de Joaquim José Rodrigues de Brito”. In: *Contribuições para a história do pensamento econômico em Portugal*. Lisboa: Dom Quixote, 1988.
- _____. *Percursos de História das Ideias*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2004.
- PHELAN, John Leddy. *El Pueblo y el Rey*. Bogotá: Carlos Valencia Editores, 1980.
- PIETSCHMANN, Horst. *Las reformas borbónicas y el sistema de intendencias en Nueva España*. Un estudio político administrativo. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1996.
- _____. *El Estado y su evolución al principio de la colonización española de América*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1989.
- _____. Burocracia y corrupción en Hispanoamérica colonial. Una aproximación tentativa. *Nova Americana*, vol. 5, 1982.
- PIMENTA, João Paulo. *A Independência do Brasil e a experiência hispano-americana (1808-1822)*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2015.
- _____. A política hispano-americana e o império português (1810-1817): vocabulário político e conjuntura. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo: Hucitec/FAPESP/Ed. Unijuí, 2003, pp.123-139.

- _____. “De Raynal a De Pradt: apontamentos para um estudo da ideia de emancipação da América e sua leitura no Brasil”. *Revista Almanack*. Guarulhos, n. 11, maio 2010, pp. 88-99.
- _____. Pasado y futuro en la construcción de una Historia de Brasil en el siglo XVIII. *Procesos – Revista Ecuatoriana de Historia*, Quito, n.37, p. 81-95, jan./jun. 2013.
- _____. Portugueses, americanos, brasileiros: identidades políticas na crise do Antigo Regime luso-americano. *Almanack Braziliense*, n.03, maio 2006.
- _____. *Tempos e Espaços das Independências: a inserção do Brasil no mundo ocidental*. São Paulo: Intermeios, 2017.
- _____. & FANNI, Rafael. Revolución en Brasil: la historia de un concepto, un concepto en la historia (siglos XVIII – XXI). In: WASSERMAN, Fabio. (comp.) *El mundo en movimiento: el concepto de revolución en Iberoamérica y el Atlántico norte (siglos XVII-XX)*. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 2019.
- PIQUERAS, José Antonio. 1808: una coyuntura germinal. *Revista Historia Mexicana*. vol. LVIII, n. 1, julio-septiembre 2008, pp. 09-29.
- POCOCK, John . *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: EDUSP, 2003.
- POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- PORTILLO VALDÉS, José María. *Crisis atlántica. Autonomía e independencia en la crisis de la monarquía hispana*. Madri: Marcial Pons Historia, 2006.
- _____. *La vida atlántica de Victorián de Villava*. Madri: Editorial Doce Calles, 2010.
- QUARLELI, Lia. *Rebelión y guerra en la frontera del Plata: guaraníes, jesuitas e imperios coloniales*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2009.
- QUESNAY, François. *Quadro Econômico dos Fisiocratas*. Trad. São Paulo: Abril Cultura, 1983.
- QUINTERO SARAIVA, Gonzalo M. José de Gálvez en la Nueva España. *Bernardo de Gálvez y América a fines del siglo XVIII*. Madri: Departamento de História da América da Universidad Complutense de Madrid, 2015. Tese de Doutorado.
- QUIRÓS, Pilar González Bernaldo de (dir.). *Independencias ibero-americanas: nuevos problemas y aproximaciones*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2015.
- RAMOS-GOROSTIZA, José L. El medio físico en el pensamiento agrario español: del arbitrio al regeneracionismo. *Revista de Historia Agraria*, n.49, dezembro de 2009, pp. 13-40.
- REIS, Anderson Roberti dos. Da cidade à república das letras: Jesuítas, administração vice-real, grupos letrados (México, sécs. XVI-XVII). *Revista História, Histórias*. Brasília, vol.2, n.3, 2014.
- RESTALL, Matthew. *Sete Mitos da Conquista Espanhola*. São Paulo: José Olympio Editora, 2006.
- REYES, Catalina. La ambigüedad entre lo antiguo y lo nuevo. Dos mundos se entrecruzan: Nueva Granada, 1808-1810. In: CHUST, Manuel. *Doceañismos, constituciones e independencias*. Madri: Fundación Mapfre, 2006, pp.99-120.
- _____. Ordenamiento territorial en el Nuevo Reino de Granada, 1750 - 1810. In: REYES, Catalina & MONTROYA, Juan David (eds.). *Poblamiento y movilidad social en la historia de Colombia, siglos XVI-XX*. Medellín: Universidad Nacional de Colombia, 2007.
- RIBEIRO, Guilherme. A arte de conjugar tempo e espaço: Fernand Braudel, a geo-história e a longa duração. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 22(2), pp. 605-611, 2015.

- RICHTER, Melvin. *The History of Political and Social Concepts: a critical introduction*. Nova York: Oxford University Press, 1995.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: UNICAMP, 2007.
- ROBLES, Antonio E. De Pedro & TORRES HERNÁNDEZ, Florencio. La prensa y la divulgación del conocimiento Ilustrado en el Virreinato de Nueva España en el siglo XVIII. *Revista Historia de la Educación Latinoamericana*. Vol.6.año 2004 pp. 317-324.
- RODRIGUES, José Damião. Continuidades e Projectos Reformistas (1777-1807). In: _____.; COSTA, João Paulo Oliveira e OLIVEIRA, Pedro Aires. *História da Expansão e do Império Português*. Lisboa: Bertrand, 2014.
- ROMANO, Ruggiero. *Coyunturas opuestas: la crisis del siglo XVII en Europa e Hispanoamérica*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- RUIZ TORRES, Pedro. Los límites del reformismo del siglo XVIII en España. In: ALBAREDA SALVADÓ, J. e MIRET, M. Janué i (eds.). *El nacimiento y la construcción del Estado moderno. Homenaje a Jaume Vicens Vives*. Valencia: Universitat de València, pp. 111-150.
- SÁ, Maria Elisa Noronha de. *Civilização e Barbárie: a construção da ideia de nação – Brasil e Argentina*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- SAAVEDRA ALÍAS, Inmaculada Arias de. Las sociedades económicas de Amigos del País: proyecto y realidad en la España de la Ilustración. *Obradoiro de Historia Moderna*, n. 21, 2012, pp. 219-245.
- SABIO PINILLA, José António (ed). *La traducción en la época ilustrada: panorámicas de la traducción en el siglo XVIII*. Granada: Editorial Comares, 2009.
- SAETHER, Steinar A. *Identidades e Independencia en Santa Marta y Riohacha, 1750 - 1850*. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia, 2005.
- SAGUIER, Eduardo R. El parentesco como mecanismo de consolidación política de un patriciado colonial: el caso de las provincias rioplatenses del virreinato peruano (1700-1776). *Estudios de Historia Social y Económica de América*, vol. 10, 1993.
- SÁNCHEZ AGESTA, Luís. *El pensamiento político del despotismo ilustrado*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1979.
- SÁNCHEZ LEÓN, Pablo. Decadencia y regeneración: la temporalidad de los conceptos fundamentales de la modernidad española. In: In: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier & CAPELLÁN DE MIGUEL, Gonzalo (orgs.). *Conceptos políticos, tiempo e historia: nuevos enfoques en historia conceptual*. Santander, 2013.
- SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. *Luzes em Portugal: do terremoto à inauguração da estátua equestre do Reformador*. *Topoi*, v. 12, n. 22, jan.- jun. 2011, pp. 75-95.
- SARRAILH, Jean. *La España ilustrada de la segunda mitad del siglo XVIII*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1981.
- SCHWARTZ, Stuart B. State and Society in Colonial Spanish America: An Opportunity for Prosopography. In: GRAHAM, Richard e SMITH, Peter H. (eds.). *New Approaches to Latin American History*. Austin: University of Texas Press, 1974.
- _____. *Sovereignty and Society in Colonial Brazil*. The High Court of Bahia and its judges, 1609-1751, Berkeley: University of California Press, 1973.
- SÉRGIO, António. *Antologia dos Economistas Portugueses*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1924.
- _____. *Breve Interpretação da História de Portugal*. Lisboa, Clássicos Sá da Costa, 1972.

- SERULNIKOV, Sergio. *Revolución en los Andes: la era de Túpac Amaru*. Buenos Aires: Sudamericana, 2010.
- SEWELL JR., William H. *Lógicas da História: teoria social e transformação social*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2017.
- SILVA, Ana Rosa Cloclet da. *Construção da Nação e Escravidão no pensamento de José Bonifácio (1783-1823)*. Campinas: Ed. Unicamp/Centro de Memória, 1999.
- _____. Ilustração, história e ecletismo: considerações sobre a forma eclética de se aprender com a história no século XVIII. *Revista História da Historiografia*. Ouro Preto, n.4, março de 2010.
- _____. *Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros no crepúsculo do Antigo Regime Português (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- _____. O marquês de Pombal e a formação do homem público no Portugal setecentista. In: FALCON, Francisco José Calazans & RODRIGUES, Cláudia (orgs.). *A Época Pombalina no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, pp. 413-452.
- _____. & STEFANO, Roberto Di (Orgs.). *História das religiões em perspectiva: desafios conceituais, diálogos interdisciplinares e questões metodológicas*. Curitiba: Editora Prismas, 2018.
- SILVA, Luiz Geraldo. “Esperança de Liberdade”: Interpretações populares da abolição ilustrada (1773-1774). *Revista de História*, n.144, 2001.
- SILVA, Nuno J. Espinosa Gomes da. *História do Direito Português – Fontes de Direito (5ª Ed.)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, s/d.
- SILVA, Renán. *Los Ilustrados de Nueva Granada, 1760 – 1808: genealogía de una comunidad de interpretación*. Bogotá: Banco de la República/EAFIT, 2002.
- _____. *Prensa y revolución a finales del siglo XVIII*. Bogotá: Banco de la república, 1988.
- SLEMIAN, Andréa. A primeira das virtudes: justiça e reformismo ilustrado na América portuguesa face à espanhola. *Revista Complutense de Historia de América*, 2014, vol. 40, 69-92.
- _____. *Sob o Império das Leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822 – 1834)*. São Paulo: Hucitec, 2009.
- _____. & PIMENTA, João Paulo. *A corte e o mundo: uma história do ano em que a família real portuguesa chegou ao Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008.
- SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroada. O Brasil como corpo político autônomo. 1780-1831*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- SOUZA, Laura de Mello & FURTADO, Júnia Ferreira & BICALHO, Maria Fernanda (Orgs.). *O governo dos povos. Relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna*. São Paulo: Alameda, 2009.
- SPOSITO, Fernanda. Políticas ameríndias, políticas indigenistas (Américas portuguesa e espanhola, séculos XVI a XVIII). In: SOUZA, Fábio Feltrin de & WITTMANN, Luisa Tombini (Orgs.). *Protagonismo Indígena na História*. Tubarão, Santa Catarina: Editoria Copiart e Universidade Federal da Fronteira Sul, 2016.
- STEFANO, Roberto Di. Disidencia religiosa y secularización en el siglo XIX iberoamericano: cuestiones conceptuales y metodológicas. *Revista Projeto História*, São Paulo, n.37, pp. 157-178, dezembro de 2008.

- STOETZER, Carlos. *El pensamiento político en la América Española durante el período de la emancipación, 1789-1825*. Madri: Institutos de Estudios Políticos, 1966.
- TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1999.
- TERNAVASIO, Marcela. *Governar la revolución: poderes en disputa en el Río de la Plata, 1810 – 1816*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.
- _____. *Candidata a la corona: La infanta Carlota Joaquina en el laberinto de las revoluciones hispanoamericanas*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2015.
- THOMPSON, Edward P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. *Costumes em Comum*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- TODOROV, Tzvetan. *O Espírito das Luzes*. São Paulo: Editora Bacarolla, 2008.
- _____. *Teorias do Símbolo*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- TORRES PUGA, Gabriel. *Opinión pública y censura en Nueva España. Indicios de un silencio imposible, 1767 - 1794*. Cidade do México: El Colegio de México, 2010.
- VENTURI, Franco. *Utopia e reforma no Iluminismo*. Bauru: EDUSC, 2003.
- VERDO, Geneviève; MORELLI, Federica & RICHARD, Élodie (Éds.). Entre Nápoles y América. Ilustración y cultura jurídica en el mundo hispánico (siglos XVIII-XIX). Medellín: La Carreta Editores, 2013.
- VILLALTA, Luiz Carlos. *Usos do livro no mundo luso-brasileiro sob as luzes: reformas, censuras e contestações*. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2015 (2ª edição).
- VILLAR, Pierre. El tiempo del Quijote. In: CIPOLLA, Carlo M. et. All (orgs.). La decadencia económica de los imperios. Madri: Alianza Editorial, 1973.
- VOVELLE, Michel (dir.). *O Homem do Iluminismo*. Lisboa: Presença, 1997.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World System*. New York: Academic Press, 1977-1989.
- WARMAN, Caroline (ed). *Tolerance: The Beacon of the Enlightenment*. Open Book Publishers, 2006.
- WASSERMAN, Fábio. La Nación como concepto fundamental en los procesos de independencia hispanoamericana. In: QUICENO CASTRILLÓN, Humberto (comp.). *La Nación Imaginada*. Ensayos sobre los proyectos de nación en Colombia y América Latina en el siglo XIX. Cali: Universidad del Valle, 2015.
- _____. (comp.) *El mundo en movimiento: el concepto de revolución en Iberoamérica y el Atlántico norte (siglos XVII-XX)*. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 2019.
- _____. (ed.). *Tiempos críticos: Historia, revolución y temporalidade en el mundo iberoamericano (siglos XVIII y XIX)*. Buenos Aires: Prometeo, 2020.
- WHELING, Arno & WHELING Maria José. *Direito e justiça no Brasil colonial: o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751- 1808)*. São Paulo: Ed. Renovar, 2004.
- ZERMEÑO PADILLA, Guillermo. *La cultura Moderna de la Historia: una aproximación teórica e historiográfica*. Cidade do México: El Colégio de México, Centro de Estudios Históricos, 2010, c2002.
- _____. *Historias Conceptuales*. Ciudad de México: El Colegio de México/Centro de Estudios Históricos, 2017.
- _____. Historia, experiencia y modernidad en Iberoamérica, 1750–1850. In: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier (org.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano. La era de las revoluciones: 1750-1850 [Iberconceptos I]*. Madri: Centro de Estudios Políticos y Constitucional, 2009, pp.551-579.

- _____. História, Experiência e Modernidade na América Ibérica, 1750 - 1850. *Almanack Braziliense*, n.8, maio de 2008.
- ZILBERBERG, Claude. A sintaxe extensiva. *Elementos de Semiótica Tensiva*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.